



Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Génese e desenvolvimento do movimento feminista português
(1890 – 1930)



Maria de Fátima da Silva Mariano

*Dissertação de mestrado em História do Século
XIX e XX – secção Século XX apresentada à
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do
Professor Doutor António Reis*

Lisboa
2004

ÍNDICE

Índice	i
Índice de Quadros	iv
Siglas e Abreviaturas	v
Agradecimentos	vi

INTRODUÇÃO

1

I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	8
1 – A origem do termo «feminismo»	8
2 - O início do movimento feminista internacional	9
2.1– <i>A reivindicação do voto</i>	14
2.2 – <i>Primeira guerra mundial: a grande oportunidade das mulheres?</i>	21
3 - ...e as primeiras movimentações em Portugal	24
3.1 – <i>A importância da Maçonaria</i>	30
3.2 – <i>A primeira aliança: a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas</i>	32
3.3 – <i>Das primeiras vitórias às primeiras desilusões</i>	35
3.4 – <i>Do enfraquecimento ao rejuvenescimento da década de 20</i>	41
3.5 – <i>Os Congressos Feministas e de Educação</i>	43
4 – Existiu um movimento feminista em Portugal?	45

II – CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLÓGICA	47
1 – Nascer criança, crescer mulher	47
2 - A entrada na vida pública	50
3 – A vida a dois	54

III – AS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS	61
1 – Direitos civis	61
A – <u>Família, casamento e divórcio</u>	61
1– O primeiro Código Civil português	62
2 – A campanha divorcista	67
3 – Finalmente, o divórcio	73
3.1– <i>Causas para o divórcio</i>	76
3.1.1 – <i>Um exemplo de divórcio litigioso</i>	81
3.2 – <i>Depois do divórcio</i>	83
3.3 – <i>A lenta transformação das mentalidades</i>	84
3.4 – <i>No resto da Europa</i>	85
4– Análise das estatísticas	87
5– As Leis da Família	91
5.1 – <i>Regimes matrimoniais</i>	94
5.2 – <i>Testamentos e doações</i>	95
5.3 – <i>Poder paternal ou poder parental?</i>	97
5.3.1 – <i>A investigação da paternidade ou maternidade ilegítimas</i>	100
5.3.2– <i>Os direitos das mães de filhos ilegítimos</i>	101
B – <u>Educação e Instrução</u>	103
1 – O novo modelo educativo	103
2 – A educação das mulheres	109
2.1 – <i>Os primeiros passos</i>	113
2.2 – <i>O ensino secundário liceal feminino: O Liceu D. Maria Pia</i>	115
2.3 – <i>O último bastião masculino: a universidade</i>	119
2.4 – <i>As escolas profissionais femininas</i>	121
2 – Direitos económicos	124
1 – As lutas operárias	127
2 - Trabalho igual, salário... diferente	129

3 – O direito à maternidade	130
4 – O reposicionamento sócio-profissional	132
5 – Prostituição: uma profissão à parte	136
3 – Direitos políticos	140
1 – A Monarquia Constitucional e o voto feminino	141
2 – A promessa dos republicanos	145
3 – A cisão das feministas	149
4 – O voto de Carolina Beatriz Ângelo	152
5 – O novo código eleitoral	154
CONCLUSÕES	162
FONTES E BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS	210
1 – Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas	211
2 – Estatutos da Associação de Propaganda Feminista	220
3 – Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas	226
4 – Estatutos do Conselho Nacional da Mulher Portuguesa	235
5 – Representação entregue ao Governo Provisório	238
6 – A Lei do Divórcio	244
7 - Leis da Família	254
8 – Cronologia	274
9 – Os principais rostos do feminismo português	288
10 – As associações feministas portuguesas	306

ÍNDICE DE QUADROS

I – Datas mais marcantes do processo de conquista de direitos políticos pelas mulheres

II – Casamentos, divórcios e ilegitimidades em Portugal (Continente e Ilhas)

III – Casamentos dissolvidos por divórcios (distritos)

IV – Relação do número de mulheres no universo de alunos que frequentaram a Universidade de Coimbra durante a Primeira República

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIM – Conselho Internacional das Mulheres

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

CMP – Cruzada das Mulheres Portuguesas

G.O.L.U. – Grande Oriente Lusitano

LRMP – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

PRP – Partido Republicano Português

WAAC – Women's Army Auxiliary Corps (Corpo Feminino Auxiliar do Exército)

WSPU – Women's Social and Political Union

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos três anos que durou a investigação para este trabalho, foram vários os apoios pessoais e institucionais que recebi, sem os quais não teria conseguido obter os presentes resultados. O meu primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor António Reis, que desde a primeira hora acompanhou de uma forma sempre muito presente o nascimento e o desenvolvimento desta dissertação, apontando caminhos, discutindo as várias problemáticas, criticando.

Gostaria também de agradecer aos responsáveis pela Biblioteca-Museu República e Resistência, que me proporcionaram a oportunidade de apresentar publicamente parte deste trabalho e, ao mesmo tempo, colher opiniões importantes, confrontar outras teses, em suma, enriquecer a minha investigação.

Foram também muitos os amigos, que de uma ou de outra forma, contribuíram para a realização deste trabalho, dando-me força nos períodos de maior desânimo ou ajudando-me a encontrar informação preciosa. Embora não seja possível nomeá-los a todos, não posso deixar de aqui destacar alguns: Denise Henriques (pela amizade e pela ajuda que me prestou enquanto desempenhou funções na Biblioteca Nacional de Lisboa), Helga Antunes, Inês Cardoso (pelo exemplo de tenacidade e de inteligência), Isaltina Padrão, João Paulo Lourenço (que me ensinou como é importante acreditarmos em nós e nas nossas capacidades), Ricardo Ribeiro de Almeida e Ricardo Pires (sem cujo apoio esta dissertação nunca teria sido concluída).

Por fim, mas não menos importante, um muito obrigado aos meus pais, pelo amor que me dedicaram todos estes anos, pela paciência com que suportaram os meus momentos de reclusão, tão necessários para o amadurecimento deste trabalho, e pelo apoio incondicional.

INTRODUÇÃO

Revoltadas com a sua exclusão da vida política e económica do país, insatisfeitas com o papel que lhe estava atribuído na vida pública e privada, um número cada vez maior de mulheres burguesas começou a insurgir-se, nos inícios do século XX, contra a discriminação feminina e a exigir, por parte dos poderes políticos e da sociedade em geral, que fossem reconhecidos às mulheres os mesmos direitos e deveres que aos homens, as mesmas capacidades, e concedidas as mesmas oportunidades. Tratavam-se sobretudo de professoras, médicas, escritoras, que tendo tido acesso a uma outra educação que não a que vulgarmente era ministrada às raparigas da época, tinham uma outra percepção do que era ser mulher no Portugal e no mundo de então e das movimentações que internacionalmente milhares de mulheres desenvolviam para alterar esse estado de coisas. Criticavam-se as leis que submetiam a mulher casada às vontades do homem, que proibiam a mulher de votar ou de ser eleita, que a impossibilitavam de exercer determinadas actividades profissionais, no fundo, que a consideravam um ser menor, de segunda classe, sem vontade própria e sem capacidades reconhecidas.

Cansadas desta condição de tuteladas, essas mulheres, das quais destacamos Ana de Castro Osório, Maria Veleda, Adelaide Cabete ou Carolina Beatriz Ângelo, começaram a fazer ouvir publicamente as suas vozes, quer através de livros ou artigos em jornais, quer através da participação em comícios. Denunciavam aquilo que consideravam serem injustiças, exigiam alterações legislativas no que respeitava às mulheres e divulgavam o que se passava em outros países, graças à luta e ao esforço das organizações feministas internacionais. Auto-intitulavam-se feministas, mas esclareciam que tal não significava “querer as mulheres insexuais, umas masculinas de caricatura [...], mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana”¹.

Aos poucos, perceberam que unidas teriam mais forças e mais facilmente fariam ouvir os seus protestos e as suas reivindicações. Começaram a surgir, assim, as primeiras organizações feministas portuguesas, ainda no tempo da Monarquia Constitucional. Porém, só com a chegada dos republicanos ao poder, esses grupos de

¹ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora, 905, p. 24

mulheres começaram verdadeiramente a trabalhar em prol da condição feminina, tendo obtido algumas importantes vitórias, mas também conhecido algumas grandes derrotas.

Com o presente trabalho pretendemos, por um lado, analisar o contexto em que emergiu esse movimento feminista em Portugal nos inícios do século XX, confrontando-o, sempre que possível, com o desenvolvimento dos seus congéneres estrangeiros e, por outro, sistematizar as principais problemáticas levantadas por essas mulheres ao longo da Primeira República, as soluções que apresentaram e as respostas que obtiveram por parte dos sucessivos governos.

Pretendemos também analisar de que forma as feministas conseguiram conciliar as suas aspirações com os interesses da República, sem colocar em causa uns e outros. Uma tarefa que nem sempre se apresentou fácil dado que algumas das reivindicações feministas colidiam com aquilo que os homens do regime consideravam dever ser o papel e posição da mulher na sociedade e na família. A questão do sufrágio revelou-se um dos maiores pontos de conflito entre ambas as partes, principalmente aquando da revisão do Código Eleitoral, em 1913, que proibiu expressamente o voto feminino, mas outros temas houve em que o confronto de interesses também se fez sentir, como por exemplo, os artigos do Código Civil que obrigavam a mulher a ter autorização do marido para exercer determinadas actividades profissionais.

As balizas cronológicas deste estudo não são estanques. Embora o objecto deste trabalho seja o desenvolvimento do feminismo em Portugal durante a Primeira República, através do confronto das exigências das feministas com as promessas dos republicanos, a legislação que foi sendo publicada e os projectos concretizados, não poderíamos passar ao lado do período da Monarquia Constitucional, altura em que começaram a surgir as primeiras posições públicas a favor da emancipação feminina. Sobretudo a partir da última década do século XIX, vozes como a de Carolina Michäelis de Vasconcelos e de Maria Amália Vaz de Carvalho começaram a fazer-se ouvir publicamente a favor da alteração do modelo de educação feminina e de alguns diplomas legais que colocavam a mulher na condição de tutelada, lançando, ao mesmo tempo, algumas críticas às próprias mulheres, a quem acusavam de serem também responsáveis pela sua situação.

Também não podíamos deixar de fazer algumas referências ao período da ditadura militar e ao início do Estado Novo, altura em que a mulher “regressou” ao espaço doméstico, embora, curiosamente, tenha sido chamada, pela primeira vez, a participar na vida política, quer como eleitora, quer como eleita.

Delimitado o objecto do trabalho, restava-nos partir à procura de documentação que nos permitisse sustentar algumas teses e elaborar outras. Fonte essencial para a compreensão do nosso objecto de estudo é, sem dúvida, a imprensa da época, quer os chamados jornais generalistas², quer os directamente dirigidos ao público feminino. Há, no entanto, que ter algum cuidado no tratamento da informação e um forte espírito crítico, uma vez que a imprensa daquele período era extremamente partidarizada.

Igualmente importantes são as revistas e os boletins editados pelas organizações feministas³. Todas as associações tiveram no seu projecto o lançamento de um órgão de informação, uma das formas mais eficazes de divulgação dos seus ideais e das suas acções e também de transmitir às sócias, principalmente às que residiam longe do local onde a agremiação estava sedeada, um sentimento de grupo. Apenas a Associação Feminina de Propaganda Democrática não conseguiu fundar uma publicação própria. Infelizmente, o mau estado de conservação de alguns periódicos femininos dos finais do século XIX depositados na Biblioteca Nacional de Lisboa não permitiu a sua consulta. Lamentamos também que não tenhamos conseguido encontrar em mais nenhuma biblioteca ou arquivo essas publicações, primordiais para a compreensão do pensamento de algumas intelectuais da época, que apenas utilizavam a imprensa para a divulgação dos seus ideais.

Imprescindível foi também a consulta dos livros e manifestos escritos por algumas das principais dirigentes feministas, nomeadamente, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Alice Pestana e Maria Veleza. Destes, destacamos *Às Mulheres Portuguesas*, publicado por Ana de Castro Osório em 1905, considerado o primeiro manifesto feminista português e os relatórios sobre a participação de Adelaide Cabete nos congressos internacionais de Roma e de Washington. Ainda em relação a obras editadas no período em estudo, demos também importância aos escritos de Arnaldo Brasão, Agostinho de Campos e Luís de Mesquita, que se debruçaram sobre áreas tão distintas como a educação, o direito ou a condição feminina.

Embora na última década e meia tenham sido desenvolvidos diversos estudos relacionados com a condição da mulher em Portugal durante o período em análise, consideramos que nenhum sistematiza as várias vertentes ligadas a esta problemática. A

² Demos sobretudo importância a jornais como *A Capital*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *O Século*, *A República* e *a Vanguarda*.

³ Referimo-nos em especial ao *Alma Feminina*, o boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, ao *A Mulher e a Criança*, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e *A Semeadora*, da Associação de Propaganda Feminista.

maioria dos trabalhos cinge-se a uma determinada área (educação, trabalho, prostituição, divórcio, sufrágio, etc.) e muitos deles não se limitam apenas ao período da Primeira República. Consideramos, por isso, que a presente dissertação de mestrado constitui um importante ponto de partida para uma investigação mais aprofundada sobre a primeira vaga do feminismo em Portugal, em todas as suas vertentes.

Em primeiro lugar, porque se trata de uma primeira tentativa de reconstrução do percurso trilhado pelas primeiras feministas portuguesas e de consolidação de alguns conhecimentos relacionados com a génese e afirmação do movimento feminista em Portugal, até agora abordados de forma marginal em outros estudos. Em segundo lugar, pelo facto de se ter recorrido a um conjunto de fontes, principalmente datadas da época em análise, que até agora foram pouco ou nada trabalhadas, mas que consideramos importantes para a compreensão do nosso objecto de estudo.

Não podemos, contudo, deixar de sublinhar alguns projectos de grande relevo já levados a cabo, nomeadamente por João Esteves⁴, um dos autores que mais se tem dedicado ao estudo da condição da mulher nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. João Esteves encontra-se, actualmente, a desenvolver uma dissertação de doutoramento sobre a génese do movimento feminista em Portugal. Em termos de produção historiográfica, gostaríamos também de destacar os trabalhos de Paulo Guinote⁵, Cecília Barreira⁶, Vanda Gorjão⁷ e Maria Regina Tavares da Silva⁸, bem como revistas como a *Faces de Eva*, do Centro de Estudos sobre a Mulher, da Universidade Nova de Lisboa, e a *Ex-Aequo*, revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre a Mulher.

⁴ Além dos livros *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Uma Organização Política (1909-1919)* e *As Origens do Sufragismo Português*, João Esteves é autor de diversos artigos dedicados às lutas feministas durante a Primeira República

⁵ Cf. Paulo Guinote, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, I volume, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997

⁶ Cf. Cecília Barreira, *História das Nossas Avós – Retrato da Burguesia em Lisboa (1890-1930)*, Lisboa, Colecção Sociedade & Quotidiano, Edições Colibri, Janeiro de 1994

⁷ Cf. Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Junho de 1994

⁸ Cf. *Catálogo da Exposição Bibliográfica sobre a Mulher*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão da Condição Feminina, 1983; Maria Regina A. Tavares da Silva, "História no Feminismo: os Movimentos Feministas em Portugal" in *História de Portugal*, dirigida por João Medina, vol. XV, s.l., Ediclube, 1993, pp. 282-297; *A Mulher – Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999 e *Feminismo em Portugal na Voz das Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão da Condição Feminina, 1982

Contributos importantes para a divulgação destes estudos e para a dinâmica do debate em torno da condição feminina em Portugal têm sido também alguns colóquios e seminários, que realizam com alguma regularidade desde meados da década de 90. Destes, destacamos, por exemplo, o colóquio subordinado ao tema “Uma filosofia e o feminismo”, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Novembro de 1998, o terceiro encontro da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres, no Porto, em Abril de 2000, intitulado “Fazer a História das Mulheres”, ou, mais recentemente, o seminário evocativo do I Congresso Feminista e de Educação em Portugal, realizado em Maio deste ano, em Lisboa, e promovido por um conjunto de organizações ligadas à investigação histórica sobre as mulheres.

Para melhor compreensão do objecto em estudo, decidimos estruturar o trabalho em três grandes capítulos. No primeiro, traçamos um breve historial do movimento feminista internacional e da génese e desenvolvimento das ideias feministas em Portugal. Começamos por tentar delimitar no tempo a origem do termo «feminismo» e o contexto em que surgiram as primeiras associações feministas. Partimos, em seguida, para a dissecação das principais problemáticas associadas a este novo movimento social, como sejam a exigência de melhores condições de trabalho para a mulher operária e a reivindicação do direito ao voto, acompanhando sempre as lutas travadas em vários países dos continentes europeu e americano. Acompanhamos esse processo revolucionário até à Primeira Guerra Mundial, período durante o qual as lutas feministas foram suspensas. Não porque as reivindicações tenham sido satisfeitas, mas porque as mulheres foram também chamadas a participar na defesa da pátria, quer prestando auxílio aos militares feridos e aos refugiados, quer substituindo a mão-de-obra masculina nos vários sectores de actividade. No entanto, uma vez terminado o conflito, a mulher viu-se obrigada a regressar ao espaço doméstico e a retomar a sua luta pela melhoria da condição feminina.

Ainda neste primeiro capítulo, esboçamos uma pequena história da primeira vaga do feminismo em Portugal, desde o aparecimento das primeiras ideias a favor da emancipação da mulher, nos finais do século XIX, ao surgimento das primeiras organizações feministas, no alvor do século XX, e da sua ligação à maçonaria e ao Partido Republicano Português. Seguimos o trajecto das principais agremiações, dos projectos que levaram a cabo e dos que ficaram por concretizar, por falta de meios e de apoios, das acções que realizaram em conjunto, dos principais pontos de divergência e das sucessivas cisões, que não permitiram que o movimento feminista em Portugal

tivesse a mesma expressão que em outros países. Terminamos com um breve relato do que aconteceu nos dois congressos feministas e de educação realizados durante a década de 20 pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

No segundo capítulo, descrevemos de uma forma sucinta as várias fases da vida das mulheres burguesas e do povo (a infância, a maioridade, o casamento, a maternidade), de que forma eram criadas, como viviam e de que forma desempenhavam os papéis que lhes estavam socialmente atribuídos, de que modo se movimentavam no espaço doméstico e no espaço público. Tentamos ainda perceber a importância que os manuais de civilidade e de etiqueta tinham na normalização de comportamentos e na definição do que era ou não socialmente aceitável.

O terceiro capítulo trata das principais reivindicações apresentadas pelas feministas aos homens da República e das respostas que estes lhes deram. Para facilitar a leitura, decidimos dividi-los em três subcapítulos, dedicados aos direitos cívicos, económicos e políticos. No primeiro, recuamos ao tempo da Monarquia Constitucional, altura em que se elaborou o primeiro Código Civil e tiveram lugar os primeiros debates sobre a questão do divórcio. Acompanhamos, em seguida, a aprovação da Lei do Divórcio e das Leis da Família, pouco tempo depois da revolução do 5 de Outubro, enunciando as alterações que estas representaram na condição feminina. Neste subcapítulo, tratamos ainda do modelo educativo destinado às mulheres do povo e da burguesia, quais as principais críticas feitas pelas feministas e quais as principais preocupações e mudanças introduzidas pelos republicanos.

A progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho é o tema do segundo subcapítulo, subordinado aos direitos económicos. De que forma o patronato, os operários e a sociedade em geral encaravam a actividade profissional da mulher, que entraves lhes eram colocados pela lei, como os tentaram ultrapassar, são algumas das questões abordadas. Finalizamos com uma breve incursão pelo tema da prostituição, apresentando os principais argumentos a favor e contra a sua regulamentação.

Terminamos este trabalho com a questão do sufrágio feminino, aquela que acabou por ser a principal frustração das feministas portuguesas. Apesar das várias promessas e da insistência constante das organizações feministas, o direito das mulheres poderem votar ou ser eleitas nunca foi consagrado em lei durante a Primeira República.

Gostaríamos ainda de destacar os documentos apresentados em anexo, nos quais descrevemos de forma sucinta a vida dos principais nomes ligados à luta pela emancipação feminina no período estudado e um pequeno resumo das actividades

desenvolvidas pelas principais organizações feministas portuguesas, bem como os respectivos estatutos.

I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1 – A origem do termo «feminismo»

A origem do termo «feminismo» está ainda por determinar, embora Karen Offen¹ defenda que não terá surgido antes de 1870, propagando-se um pouco por todo o mundo de forma lenta e desigual. A primeira mulher a auto-proclamar-se feminista foi Hubertine Auclert, advogada francesa, defensora do voto das mulheres, nas páginas do periódico *A Cidadã* (1882)². Desde então, a palavra começou a ser usada correntemente, sobretudo após o primeiro Congresso Feminista, realizado em Paris, em Maio de 1892, sob a direcção de Eugénie Potonié-Pierre e das suas companheiras do grupo *Solidariedade*. Rapidamente, a palavra «feminismo» entrou no vocabulário corrente e começou a ser utilizado em contraposição a «masculinismo», termo que se pode igualar ao actual «machismo».

Por alturas de 1894/95, as palavras «feminismo» e «feminista» começaram a surgir na Grã-Bretanha e, mesmo antes do final da década, chegaram à Bélgica, Espanha, Itália, Rússia e ao território grego sob dominação alemã. Já no virar do século, começaram a ser palavras recorrentes no outro lado do Atlântico, nomeadamente em Cuba, na Argentina e nos Estados Unidos da América.

As primeiras feministas defendiam não a igualdade dos sexos, mas um tratamento igualitário tendo em conta as diferenças das mulheres, numa primeira fase, em termos morais e intelectuais e, posteriormente, a igualdade de oportunidades (no ensino, no mercado de trabalho, nos direitos civis e políticos).

Em alguns países, nomeadamente, em Inglaterra e em França, as acções de propaganda promovidas pelos grupos feministas atingiram proporções de violência extrema, que em nada condiziam com o estereótipo de mulher. Não eram raras as vozes que caracterizavam as líderes do movimento como mulheres histéricas e fisicamente

¹ Karen Offen, *European Feminisms (1700 – 1950) – A Political History*, California, Stanford University Press, 2000, p. 19

² Um dos mais importantes meios de propaganda dos ideais feministas, além das manifestações e intervenções públicas, foi a imprensa, principalmente, a escrita e dirigida em exclusivo às mulheres. As primeiras publicações feministas surgem em meados do século XVIII, em França, Alemanha e Itália. Na sequência directa das transformações operadas pela revolução francesa, surge, em 1791, *L'Athenée des Dames*, o primeiro periódico feminista francês, que, devido à política editorial escolhida, é compulsivamente encerrado em 1809 pelo imperador. O primeiro jornal exclusivamente composto, administrado e distribuído por mulheres surge em 1896. Intitulava-se *La Fronde* e foi fundado por Marguerite Durant, actriz da Comédie Française, cronista de *Le Figaro*. O projecto, porém, teria pouca duração, tendo o jornal sido extinto em 1905, depois de a sua editora, ao perceber que o voto iria ser concedido às mulheres, encetar uma campanha pela elegibilidade das mesmas.

pouco atraentes, mesmo um pouco masculinizadas, por quem nenhum homem alguma vez se iria interessar. Chegaram mesmo a ser apelidadas de semi-homens.

2 – O início do movimento feminista internacional...

A primeira vaga do feminismo surge em meados do século XIX, como consequência da industrialização. As mudanças sociais e económicas sentidas nos países mais industrializados, por efeito do aumento do número de mulheres que trabalhava fora de casa, serviram de impulso ao movimento feminista. Com a melhoria das condições de vida, muitas mulheres deixaram de encarar o casamento como uma obrigação, optando por ficar solteiras. Aos poucos, o casamento deixou de ser a única forma de sobrevivência económica para as mulheres³.

A Declaração dos Direitos da Mulher, aprovada no dia 20 de Julho de 1848, durante uma convenção feminista realizada na capela de Wesleyan, em Seneca Falls, Nova Iorque, Estados Unidos da América, marca um ponto de viragem no então emergente movimento feminista internacional. O encontro, promovido por Sara e Angélica Grimke, Lucrécia Mett e Elizabeth Cady Staton⁴, realizou-se depois de um grupo de mulheres ter sido proibido de participar no Congresso Anti-Esclavagista de Londres⁵. Nele participaram 260 mulheres e 40 homens, que aprovaram um manifesto intitulado *Declaração de Sentimentos*, baseada na Declaração de Independência dos Estados Unidos. O documento começava com a seguinte frase: “Acreditamos que estas verdades são evidentes: que todos os homens e mulheres foram criados iguais”⁶.

³ No início do século XX, por exemplo, cerca de 70,08% das mulheres britânicas, com idades entre os 20 e os 45 anos, tinham um trabalho remunerado. Cf. «O Desenvolvimento do Movimento Sufragista: O Triunfo do Sufragismo (1870 – 1939)» in www.7mares.terravista.pt/videoescolar/sufragismo.htm – site da Mediateca da Escola Secundária José Cardoso Pires

⁴ Elizabeth Cady Staton (1815 – 1902) – Feminista norte-americana, foi uma fervorosa defensora do direito de voto da mulher. Em 1848, organizou em sua casa um encontro de mulheres do qual resultou aquele que é considerado o primeiro congresso feminista do mundo, que se realizou em Nova Iorque.

⁵ Algumas associações e/ou manifestações feministas surgiram como resposta a atitudes discriminatórias para com as mulheres. Em 1890, por exemplo, surgiu nos Estados Unidos a Sociedade Nacional das Filhas da Revolução Americana como forma de protesto quanto ao facto de as mulheres não poderem integrar a organização «Filhos da Revolução Americana». Fundada em Washington D.C., o objectivo da associação era reunir as descendentes dos militares e as mulheres que tivessem prestado um serviço patriótico durante a luta armada. No ano seguinte, porém, algumas das suas principais dirigentes desentenderam-se, tendo então sido fundada, em Nova Iorque, as «Filhas da Revolução».

⁶ Cf. www.7mares.terravista.pt/videoescolar/sufragismo.htm - site da Mediateca da Escola Secundária José Cardoso Pires

Esta, contudo, não foi a primeira manifestação pública de denúncia do estatuto de tutelada da mulher. Já no século XVIII, em plena Revolução Francesa, uma defensora da emancipação da mulher havia proposto a aprovação de um documento idêntico. Marie Gouze (que ficou célebre com o nome de Olympe de Gouges⁷), filha de um açougueiro do Sul de França, entregou à rainha Maria Antonieta, em Setembro de 1791, uma *Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã*, na qual defendia que a mulher nascia livre e com os mesmos direitos que o homem, exortando as suas companheiras a libertarem-se do jugo masculino e a reivindicarem esses mesmos direitos. Olympe de Gouges tecia ainda fortes críticas à Constituição, aprovada pela Assembleia Nacional nesse mesmo ano, por esta não conceder o direito de voto às mulheres. Como sublinhava, para a nova lei fundamental do país, cidadãos eram apenas os homens com mais de 25 anos de idade e só estes tinham direito ao voto, contrariando, assim, um dos princípios base da Revolução Francesa, o da igualdade.

Numa tentativa de provar que as mulheres eram tão capazes quanto os homens, Olympe de Gouges dedicou-se à escrita de panfletos, folhetos e peças abolicionistas e feministas para o teatro e entrou em rota de colisão com Robespierre. Acabou por ser acusada de traição à pátria e condenada à morte, em 1793, por decapitação. As suas palavras, no entanto, imortalizaram-se. O célebre princípio de que se a mulher tinha o direito de subir ao patíbulo, deveria também ter direito de subir ao pódio (artigo 10º da *Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã*) seria adoptado como lema do movimento feminista que se desenvolveu a partir de meados do século XIX.

Apesar das críticas tecidas por Olympe de Gouges, a Constituição francesa de 1791 constituiu uma primeira tentativa de colocar os cidadãos de ambos os sexos em igualdade de circunstâncias perante a lei. As mulheres passaram a ser admitidas como testemunhas nos registos civis, a poder contrair livremente obrigações e a aceder à partilha dos bens comuns ao casal. O primeiro projecto de Código Civil, apresentado por Cambacérès dois anos mais tarde, reconhecia à mãe os mesmos direitos que ao pai no que dizia respeito à autoridade sobre os filhos.

⁷ Olympe de Gouges (1748 – 1793) – Nasceu em Mautauban, mas muito nova foi viver para Paris. Casou aos 15 anos, com um homem muito mais velho, de apelido Aubry. Escritora e dramaturga, durante o período revolucionário tornou-se um fervorosa republicana, dedicando-se à escrita de panfletos e de manifestos. Morreu na guilhotina, em 1793.

Em 1792, em Inglaterra, Mary Wollstonecraft⁸ publica o livro *Em Defesa dos Direitos das Mulheres (Vindications of the Rights of Women)*, com o qual defende a equiparação de direitos entre homens e mulheres, o direito ao ensino e o fim da submissão feminina à autoridade masculina. É, sem dúvida, um dos poucos escritos datados de antes do século XIX que se podem considerar manifestos feministas.

Com a entrada no século XIX, começam a surgir protestos colectivos, protagonizados principalmente por grupos de operárias que se queixavam das condições de trabalho e da carestia de vida. À medida que a industrialização se foi expandindo, expandiu-se nas mesmas proporções o número de mulheres que passou a trabalhar nas fábricas e nas oficinas, embora nem sempre nas mais dignas condições. O elevado número de horas de trabalho, diárias e semanais, deixava-lhes pouco tempo livre para se ocuparem da casa e da família. Tempo para elas próprias era algo impensável, nessa altura, e só em casos extremamente graves faltavam ao trabalho por motivo de doença. Os salários eram bem mais baixos do que os dos homens, mesmo quando desempenhavam as mesmas funções, mas por mais parcos que fossem, eram um contributo importante para aumentar o rendimento familiar. Muitas das operárias eram alvo de assédio sexual por parte dos seus superiores hierárquicos. Algumas, acabavam por cair em desgraça e ir engrossar as longas listas de mulheres prostitutas.

São estas as reclamações que estão na base da revolta das mulheres, que começam a organizar-se em associações de classe exclusivamente femininas, que representavam um verdadeiro desafio à denominação masculina. A primeira associação trabalhista de mulheres surgiu nos Estados Unidos da América, no estado de Massachusetts, em 1844. Nesse ano, as operárias têxteis fundaram a Lowell Female Labor Reform Association e exigiram as 10 horas de trabalho semanais⁹.

Numa segunda fase, começam a surgir as agremiações feministas, que congregam mulheres operárias e da burguesia, e cuja atenção se vai centrar quase

⁸ Mary Wollstonecraft (1759 – 1799) – Filha de uma irlandesa e de um empresário na área da manufatura, em Spitalfields (Inglaterra), Mary Wollstonecraft recebeu uma educação bastante rigorosa. Em 1778, com 19 anos, abandona o lar paterno e vai viver com um negociante rico e viúvo, em Bath. Dois anos mais tarde, vê-se forçada a regressar a casa dos pais, para cuidar da mãe, que caíra na cama doente. Entre 1778 e 1788, trabalhou como professora e numa editora. Visitou Paris em 1794 e casou, em 1797, com W. Goldwin, um pioneiro do movimento anarquista. Morreu em 1799, ao dar à luz a filha, que mais tarde casou com o poeta Shelley.

⁹ Com o início do século XX, surgem cada vez mais associações profissionais exclusivamente femininas, como a Associação Internacional de Mulheres Polícias (1912), a Associação Nacional de Mulheres Médicas (1912) ou a Federação das Professoras. (1916).

exclusivamente na questão do voto, razão pela qual, nesta primeira vaga, o movimento é muitas vezes designado de sufragista, como veremos adiante.

O dia 8 de Março de 1857 é outro dos marcos mais importantes na história desse movimento feminista internacional que começava a despertar. Cansadas da discriminação de que eram alvo nos locais de trabalho e exigindo a redução do número de horas diárias de labor, de 14 para 12, e o direito à licença de maternidade, as operárias das fábricas de vestuário e têxteis de Nova Iorque promoveram aquela que seria a primeira greve feminina no mundo, acompanhada por uma marcha pela cidade. A paralisação, no entanto, terminou de forma trágica. Por razões nunca devidamente esclarecidas, um forte incêndio deflagrou na fábrica têxtil Cotton, onde as trabalhadoras se tinham refugiado da polícia, que as perseguira de forma violenta, segundo os relatos da época, causando a morte a 129 mulheres.

Em 1908, milhares de mulheres voltaram a desfilar pelas ruas de Nova Iorque, reivindicando as mesmas medidas, bem como o direito ao voto. As principais palavras de ordem eram «*pão*» e «*rosas*», significando o pão a estabilidade económica e as rosas, a qualidade de vida. Nesse ano, o Partido Socialista norte-americano cria o Comité Nacional de Mulheres, cujo primeiro acto foi o de declarar o último domingo de Fevereiro como sendo o Dia Nacional da Mulher. As primeiras celebrações ocorreram a 23 de Fevereiro do ano seguinte, encabeçadas pelo Partido Socialista, e coroaram-se de grande êxito. Em 1910, as comemorações contaram com a participação em massa das operárias das fábricas de tecido de Nova Iorque, que se encontravam em greve. Calcula-se que dos 30 mil grevistas, 80% eram mulheres. A paralisação durou três meses, tendo terminado apenas no dia 15 de Fevereiro, véspera do Dia Nacional da Mulher.

Nesse mesmo ano, durante o Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, realizado em Copenhaga, sob proposta da dirigente do Partido Social-democrata alemão, Clara Zetkin¹⁰, o dia 8 de Março é instituído como o Dia da Mulher, em homenagem a todas as operárias que lutavam pela aplicação de medidas que traduzissem melhores condições de trabalho e pela instituição do sufrágio feminino. A proposta foi aprovada por mais de 100 mulheres (incluindo as três primeiras eleitas para o Parlamento finlandês) oriundas de 17 países. No ano seguinte, na sequência deste

¹⁰ Clara Zetkin (1857 – 1933) – Professora primária e política alemã, aderiu ao Partido Social-Democrata, dirigindo, a partir de 1892, o jornal oficial do SPD. Em 1920, representou o Partido Comunista no Reichstag, fixando-se, mais tarde, na Rússia (1923 – 1927).

encontro, realizaram-se diversas manifestações, que reuniram milhares de pessoas nas ruas da Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça.

Contudo, seria necessário esperar até 1921 para que a data fosse adoptada universalmente como Dia Internacional da Mulher (que ainda hoje se assinala), o que aconteceu durante a Conferência das Mulheres Comunistas, realizada em Moscovo. Até então, o Dia da Mulher não tinha uma data uniforme. A Rússia, por exemplo, assinalou essa data no dia 3 de Março de 1913, enquanto que em França tal sucedeu a 9 de Março de 1914 e nos Estados Unidos, a 19 de Março do mesmo ano.

Os encontros internacionais que se começaram a organizar a partir do virar do século representaram uma nova etapa na luta das mulheres pela sua emancipação, marcando o início de um verdadeiro movimento internacional coeso. Um movimento que começou a desenhar-se a partir da conferência do Conselho Internacional das Mulheres (CIM), em Londres, em 1899, e, principalmente, da Conferência de Berlim, realizado cinco anos mais tarde. Até então, alguns historiadores falam apenas na existência de “feminismos nacionais”, correntes com preocupações muito particulares e modos de actuação muito próprios, com resultados divergentes e tempos de obtenção de reivindicações também dispares, mas com a fundação do CIM, o movimento tende a consolidar-se. É curioso notar que após o final da Primeira Guerra Mundial o fenómeno voltará a repetir-se, quando as mulheres dos países perdedores se recusam a tomar parte dos projectos promovidos pelas organizações internacionais.

Fundado em 1888, em Washington (EUA), o CIM rapidamente se fez representar em diversas nações com a criação de Conselhos Nacionais¹¹. No documento que institui a sua fundação pode ler-se: “Nós, mulheres de todas as nações, crendo sinceramente que o bem da humanidade progredirá com a unidade de pensamento, de simpatias e de fins, e que um movimento organizado da vontade das mulheres trará o maior benefício à família e ao Estado, unimo-nos numa confederação de trabalhadoras para promover, na sociedade, nos costumes e nas leis, a aplicação do divino preceito - «Faz aos outros o que quiseses que os outros te façam a ti»”¹².

¹¹ O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas foi fundado em 1914 e sobreviveu até 1947, ano em que foi dissolvido por ordem de Salazar. Foi a agremiação feminista portuguesa que mais tempo durou.

¹² Citado in Cañel, *Comentários à Vida*, Lisboa Parceria António Maria Pereira, 1900, p. 85

2.1 – A reivindicação do voto

A questão do sufrágio esteve sempre no centro das manifestações públicas promovidas pelas mulheres, quer individualmente, quer integradas num grupo organizado. A possibilidade de poderem participar nos actos electivos, cujo objectivo é a escolha de representantes da sociedade nos órgãos máximos de poder, era encarada como um instrumento poderosíssimo na conquista de um lugar de destaque na sociedade. Talvez por isso, a concessão do voto às mulheres tenha sempre gerado fortes anticorpos no seio dos órgãos de decisão, sobretudo nos países mais conservadores e onde a influência da Igreja Católica mais se fazia sentir.

Em Inglaterra, datam de 1832 as primeiras manifestações sufragistas, com a aprovação da *Reform Bill*. No texto, é utilizada a palavra «*person*» (pessoa) em vez de «*male*» (homem), de forma a “criar novas categorias de eleitores no sufrágio censitário”¹³. Em teoria, tal significava que as mulheres também poderiam votar. Três anos mais tarde, na legislação que define o regime eleitoral dos conselheiros municipais fala-se em «*males*» (homens), afastando, desta forma, as mulheres daquele acto eleitoral. Em 1850, uma associação feminista de Shettfield envia à Câmara dos Comuns uma primeira petição exigindo a legalização do sufrágio feminino.

Foi, porém, a partir da década de 60 que se intensificaram os protestos, na sequência da publicação da obra *A Sujeição das Mulheres* (1869), de John Stuart Mill. No livro, considerado uma espécie de bíblia para as feministas da primeira vaga, o filósofo e economista critica a discriminação a que a mulher estava sujeita, quer por força do quadro legal vigente, quer em consequência dos costumes arraigados na consciência colectiva. Com a publicação desta obra, multiplicaram-se as petições a reivindicar o voto das mulheres. Aproveitando o facto de ser membro da Câmara dos Comuns, lugar que ocupou entre 1865 e 1868, Stuart Mill tentou colocar a questão da igualdade cívica e política das mulheres no centro das discussões. Em 1867, durante o processo de reforma eleitoral, conseguiu que fosse obtida uma votação muito elevada a favor do sufrágio feminino, embora o resultado não tenha permitido a sua aprovação.

À medida que o século avançava, e um pouco por toda a Europa, foram surgindo protestos em defesa dos direitos políticos das mulheres. Em 1872, a sufragista francesa

¹³ Arnaud-Duc, «As contradições do direito», in *História das Mulheres no Ocidente – Século XIX*, 4º volume, dir. George Duby e Michelle Perrot, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 101

Julie-Victoire Daubié¹⁴ promoveu uma petição exigindo o direito de voto para as solteiras e as viúvas. Mas quando a Assembleia Nacional Francesa debateu a lei eleitoral, dois anos mais tarde, os deputados ignoraram essas pretensões. Daubié morreu nesse ano, deixando o movimento sufragista francês sem líder até ao surgimento da já citada Hubertine Auclert, em 1878.

Naquele mesmo ano de 1872, a Associação Internacional de Mulheres aproveitou a revisão da Constituição suíça para lembrar ao governo que a maioria da população do país era constituída por mulheres. Por isso, e quanto mais não fosse, mereciam igual tratamento que os homens em termos de direitos políticos. Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos, principalmente por Julie Van May Von Rued e Marie Goegg, a Suíça continuou a não aprovar o sufrágio feminino.

Contudo, as primeiras acções colectivas de reivindicação de direitos políticos para as mulheres realizaram-se nos Estados Unidos da América, a partir de finais do século XIX, lideradas pela Associação Nacional Americana pelo Sufrágio da Mulher, fundada em 1890. Numa primeira fase, a estratégia das sufragistas era a obtenção do voto feminino nos diversos estados, de modo a forçar uma alteração na Constituição norte-americana, o que veio a verificar-se de uma forma regular a partir de 1869, ano em que é outorgado o voto feminino no Wyoming. No entanto, seria necessário meio século de reivindicações para que o sufrágio feminino fosse consagrado em lei. Em 1920, com a aprovação da XIX Emenda, o texto da Constituição passa a referir que “o direito dos cidadãos dos Estados Unidos ao voto não será negado nem limitado pelos Estados Unidos ou por qualquer estado por razões de sexo”¹⁵.

Foi em Inglaterra, no entanto, que o movimento sufragista adquiriu maior visibilidade pública, graças à União Social e Política das Mulheres, criada em 1903 por Emmeline Pankhursts. Entre 1906 e 1914, esta associação conseguiu mobilizar milhares de mulheres, maioritariamente pertencentes à classe operária, embora a classe burguesa estivesse também representada. Muitas das acções de protesto levadas a cabo ficaram marcadas por grande violência, criando uma cisão no seio das sufragistas, entre «pacifistas» e «suffragettes».

¹⁴ Julie-Victoire Daubié (1824 – 1874) – Foi a primeira mulher francesa a quem foram concedidos os graus de bacharelato e de licenciatura em Letras. Foi professora e escritora. Escreveu, entre outros, *Acerca do Progresso no Ensino Primário*; *A Mulher Pobre no Século XIX* (1859) e *A Emancipação da Mulher* (1872).

¹⁵ www.7mares.terraviva.pt/videoescolar/sufragismo.htm - Mediateca da Escola Secundária José Cardoso Pires

As sufragistas mais moderadas eram encabeçadas por Millicent Garret Fawcett e agrupavam-se na União Nacional de Sociedades de Sufrágio Feminino. Em 1914, a agremiação reunia já cerca de 100 mil membros e centrava toda a sua acção em propaganda política, promovendo comícios e campanhas de sensibilização, sempre dentro dos limites da lei. O objectivo era demonstrar que as mulheres conseguiriam reformas sem violência, “sem matar gente nem invadir edifícios, ou sem fazer as outras coisas estúpidas que os homens sempre fizeram quando quiseram alterar as leis”. Por isso, sofreram uma “grande decepção” quando verificaram que algumas mulheres enveredavam pelo mesmo caminho. “Sofremos uma decepção nesta ambição, mas podemos, no entanto, ter o consolo de a violência registada não ter sido excessiva e que as mais ferozes das sufragistas estão mais preparadas para sofrer do que para causar sofrimento”¹⁶, escrevia, em 1912, Millicent Garret Fawcett.

Nem sempre, porém, foi assim. As «*suffragettes*», da União Social e Política das Mulheres, foram bastante radicais na sua luta. Lançavam bombas incendiárias, partiam vidros de janelas, cortavam a palavra aos oradores nas assembleias, deixavam-se prender em grupo e inscreviam palavras de ordem nos passeios e nas paredes. As seguintes palavras de Emmeline Pankhurst são bem esclarecedoras da posição das «*suffragettes*»: “Caros senhores, as vossas leis não nos incomodam. Nós colocamos a liberdade e a dignidade da mulher acima de todas essas considerações e vamos continuar esta guerra tal como o fizemos no passado; mas não seremos responsáveis pelas propriedades que venhamos a sacrificar, ou pelo prejuízo que as propriedades venham a sofrer em resultado disso. O culpado será unicamente o Governo que, apesar de admitir que as nossas petições são justas, continua a negar-se a satisfazê-las”¹⁷.

Algumas das acções promovidas tiveram consequências trágicas para as suas protagonistas. Em 1913, por exemplo, Emily Wilding Davidson e as suas seguidoras tentaram incendiar a agência postal da rua do Parlamento e agredir o ministro Lloyd George. Emily acabaria presa, cumprindo pena numa prisão de Manchester. Uma vez em liberdade, retomou a sua luta em defesa do sufrágio feminino. Durante uma prova hípica realizada em Epson, Emily lança-se sob as patas do cavalo do rei de Inglaterra, morrendo espezinhada. Ficou, no entanto, sempre a dúvida de que se tenha tratado de um mero acidente ou de um suicídio.

¹⁶ Millicent Garret Fawcett (1912) citada in www.7mares.terraviva.pt/videoescolar/sufragismo.htm - mediateca da Escola Secundária José Cardoso Pires

¹⁷ Emmeline Pankhursts, *A Minha Própria História*, 1914 citada em *idibem*

Registaram-se, também, diversas greves de fome na prisão, entre as sufragistas mais radicais, o que obrigou a administração dos estabelecimentos prisionais a tomar sérias medidas para evitar que estas acções tivessem graves consequências para a saúde das suas protagonistas, ordenando que estas fossem alimentadas à força. Esta atitude inflamou ainda mais os protestos das sufragistas, tendo o Governo respondido com uma lei, que ficou conhecida como "*Lei do Rato e do Gato*", segundo a qual as mulheres (os "ratos") seriam libertadas apenas quando o seu estado de saúde melhorasse. Mas uma vez libertadas voltavam às manifestações e tornavam a ser detidas.

Apesar destas atitudes radicais, as inglesas tiveram que esperar até 1918 para verem aprovado o sufrágio feminino. Nesse ano, é concedido o direito de voto às mulheres com mais de 30 anos. Dez anos mais tarde, a idade desce para os 21. Nesta altura, as mulheres podiam também ser eleitas.

Independentemente de todas estas lutas, seriam os países mais novos a legalizarem primeiro o sufrágio feminino. Em 1893, a Nova Zelândia torna-se no primeiro país do mundo a conceder o voto às mulheres, uma decisão que deu novo alento às sufragistas inglesas e norte-americanas. A concessão do direito de voto à mulher começou por ser uma realidade nas jovens democracias, a começar pelo estado de Wyoming, nos Estados Unidos da América (1869), Nova Zelândia (1893) e Austrália (1901). Na Europa, o processo foi bem mais lento e controverso. Apenas a Islândia (1882), a Dinamarca (1883), a Finlândia (1907) e a Noruega (1913) estabeleceram o sufrágio feminino antes da I Grande Guerra, embora em Portugal a médica Carolina Beatriz Ângelo tenha conseguido participar nas eleições de 1911, recorrendo à letra da lei.

Em 1904, é fundada a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino, cujo propósito era, como dizia o nome, obter o direito de voto para as mulheres. Segundo João Esteves¹⁸, em 1911, esta organização, sediada em Amesterdão, contava já com a filiação de 19 países, nos quais não se contavam Portugal, nem Espanha.

A Primeira Guerra Mundial surgiu, como em outras áreas, como a oportunidade de ouro para as mulheres conquistarem os tão desejados direitos políticos. Durante o conflito, na Inglaterra chegou a aventar-se a hipótese de as familiares mais directas (mulher, filha, mãe) dos mobilizados poderem exercer o direito de voto em sua substituição, mas a proposta não foi aceite. Também em França, as sufragistas

¹⁸ João Esteves, *A Liga Republicana...*, p. 166

aproveitaram o momento histórico para tentar obter proveitos políticos. Ainda mal a guerra tinha começado e a União Francesa para o Sufrágio das Mulheres lançava já uma petição de apoio à proposta de Dussaussoy-Buisson, que, caso tivesse sido aceite, permitiria às francesas serem eleitoras nas municipais de 1916.

Apesar destas tentativas frustradas, a verdade é que, uma vez terminado o confronto, diversas nações legalizaram o sufrágio feminino, nomeadamente, a Inglaterra, a Áustria e a Alemanha, logo em 1918. Com o fim do conflito, vários países resultantes do desmoronamento dos grandes impérios (Alemanha, Áustria, Checoslováquia e Polónia) adoptaram reformas sociais bastante progressistas, sem que tivessem existido movimentações feministas. Noutros países, como a Jugoslávia, Grécia e Bulgária, pelo contrário, o peso da tradição foi bastante mais forte, não tendo havido qualquer alteração legislativa quanto à condição da mulher.

À medida que o sufrágio feminino se torna uma realidade, inicia-se a segunda fase do processo de entrada das mulheres no mundo da política. Começam a surgir os primeiros casos de mulheres nomeadas ou eleitas para cargos partidários e políticos, um processo bem menos moroso e mais pacífico. Em 1916, por exemplo, é eleita a primeira mulher para o Congresso dos Estados Unidos da América e, em 1924, a primeira governadora, no estado do Wyoming. Mas muitos outros casos se verificaram, como se pode ver no quadro a seguir apresentado.

Quadro I

Datas mais marcantes do processo de conquista de direitos políticos pelas mulheres

Ano	País	Alteração legislativa
1869	Estados Unidos	O Wyoming é o primeiro estado a outorgar o sufrágio feminino
	Inglaterra	As mulheres conquistam o direito de votar em eleições municipais
1870	Estados Unidos	É concedido o direito de voto às mulheres no estado do Utah
1882	Islândia	As mulheres tornam-se eleitoras municipais
1883	Dinamarca	As mulheres são autorizadas a votar nas eleições

		municipais
1893	Nova Zelândia	É o primeiro país do mundo a instituir o sufrágio feminino universal
	Estados Unidos	No estado do Colorado, as mulheres conquistam o direito de voto
1896	Estados Unidos	É instituído o sufrágio feminino em Idaho
1901	Austrália	Concedido o direito de voto às mulheres
1902	Islândia	As mulheres podem ser eleitas para qualquer cargo político
1906	Finlândia	Pela primeira vez na Europa, um país concede o direito de voto às mulheres, embora apenas em eleições locais
1909	Suécia	As mulheres tornam-se elegíveis
1910	Estados Unidos	O estado de Washington aprova o sufrágio feminino
	Dinamarca	Instituído o sufrágio feminino universal
1911	Portugal	Aproveitando um vazio legal, a médica Carolina Beatriz Ângelo torna-se na primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto
1912	Estados Unidos	Três estados – Orégão, Arizona e Kansas - instituem o sufrágio feminino
1913	Noruega	As mulheres conquistam o direito de voto em eleições locais
1914	Estados Unidos	Nevada e Montana aprovam o sufrágio feminino
1915	Dinamarca	Autorizada a elegibilidade parlamentar das mulheres
	Islândia	Outorgado o sufrágio feminino para as mulheres com mais de 40 anos
1916	Estados Unidos	É eleita, em Montana, a primeira mulher para o congresso, Jeanette Rankin
1917	Rússia	Com a revolução de Outubro, é outorgado o direito de voto a todas as mulheres
	Holanda	É aprovado o sufrágio feminino universal

	Estados Unidos	O estado de Nova Iorque aprova o sufrágio feminino
1918	Inglaterra	Concedido o direito de voto às mulheres maiores de 30 anos
	Áustria	É legalizado o sufrágio feminino universal e a elegibilidade para todas as mulheres com mais de 20 anos na Legislatura Federal do Estado
	Alemanha	As mulheres podem votar e ser eleitas na Assembleia Nacional, nas Dietas e Municipalidades a partir dos 20 anos
	Canadá	As mulheres conquistam o direito ao voto e a elegibilidade federal em todas as províncias, excepto no Novo-Brunswick e na ilha do Príncipe Eduardo
	Estados Unidos	Outorgado o direito de voto às mulheres nos estados de Dakota do Sul, Michigan e Oklahoma
1919	Suécia	É outorgado o direito de voto feminino
1920	Estados Unidos	Com a 19ª emenda à Constituição, é legalizado o sufrágio feminino no país
	Islândia	Instituído o sufrágio feminino universal
1922	Irlanda	É aprovado o direito de voto das mulheres
1923	Canadá	Mary Ellen Smith é eleita ministra da guerra
	Checoslováquia e Polónia	É outorgado o sufrágio feminino
1924	Estados Unidos	É eleita a primeira governadora, no Wyoming
	Inglaterra	M. Bonfield é nomeada subsecretária de Estado
	Dinamarca	Nina Bang é nomeada ministra da Instrução Pública
	Suécia	As mulheres adquirem capacidade total no plano político

Em 1920, três mulheres participaram na assembleia da Sociedade das Nações, em Genève. Kristine Bonnevie, professora norueguesa, e Anna Bugge Wickseell,

Apesar de ser cada vez maior o número de países onde o sufrágio feminino era já uma realidade, as dúvidas quanto à sua utilidade persistiam. Não se questionava se a concessão do direito de voto às mulheres era ou não uma questão de justiça, mas sim de que forma este poderia contribuir para a consolidação dos diferentes regimes políticos ou de que forma poderia beneficiar cada um dos partidos que se submetiam a sufrágio. O facto de a mulher continuar a submeter-se às disposições do marido, mesmo em assuntos tão sensíveis como o voto, fazia com que as vozes mais reaccionárias utilizassem esse argumento contra o sufrágio feminino. Em *O Voto das Mulheres*¹⁹, Barthelemy, um assumido feminista inglês, conclui, depois de analisar a ida das mulheres às urnas, que a regra era que estas votassem como os maridos. O que significava que o voto da mulher não representava uma “força imparcial purificadora do sufrágio”, mas apenas um reforço numérico do sentido de voto dos homens.

Frequentemente, vinham também a público escândalos políticos envolvendo mulheres, sobretudo nos Estados Unidos da América. Relatavam-se casos de mulheres que aceitavam subornos em dinheiro para votar em determinadas forças políticas e outros, em que eram elas próprias a corromper terceiros. Não sendo estas situações exclusivas do sexo feminino, Barthelemy dizia que estes exemplos provavam que, do ponto de vista eleitoral, as mulheres não eram piores do que os homens. Eram, até, “talvez um pouco melhores”.

Com o passar do tempo, a participação activa das mulheres na política dos respectivos países foi-se banalizando, começando a surgir, inclusive, partidos políticos exclusivamente femininos, como o Partido das Mulheres Pacifistas (1914, EUA) ou o Partido Nacional das Mulheres, fundado em 1916, em Inglaterra.

2.2 – Primeira Guerra Mundial: a grande oportunidade das mulheres?

O primeiro conflito mundial surge aos olhos das feministas como a oportunidade de ouro para provar aos mais cépticos que as mulheres eram capazes de conduzir os negócios da família e os da Nação tão bem (ou até melhor) do que os homens. Enquanto durou a guerra, as associações feministas suspenderam a sua luta, pararam as

¹⁹ Barthelemy, *O Voto das Mulheres*, Paris, 1920 citado em Gregório Maranhão, *Tres Ensayos Sobre la Vida Sexual: Sexo, Trabajo e Deporte; Maternidad y Feminismo; Education Sexual e Diferenciacion Sexual*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1926, p. 151 e 154/155

reivindicações (embora, sempre que possível, as recordassem), e apelaram à união em torno de uma outra causa: o auxílio às vítimas e a defesa dos interesses do seu país. Tomaram o lugar que os homens deixaram vagos nos campos, nas oficinas, nas fábricas, nas lojas e nos escritórios, embora Françoise Trébaud afirme que “a mobilização da mão-de-obra feminina” foi, “lenta e tardia”²⁰, devido a uma certa resistência cultural, e na maior parte dos casos, só solicitada quando não existia mais nenhuma alternativa. As mulheres ocuparam-se também dos cuidados médicos aos soldados feridos e aos refugiados, quer em território nacional, quer nos países ocupados. É em França que o recurso à mão-de-obra feminina é mais visível, com a mobilização de mais de 7,7 milhões de trabalhadoras.

Devido à escassez de mão-de-obra, sobretudo qualificada, os salários aumentaram muitas vezes para o dobro e em especial na indústria do armamento. Milhares de mulheres aproveitaram esta oportunidade única e abandonaram as suas antigas profissões. Na Alemanha, por exemplo, este fenómeno levou a que houvesse uma crise no sector das criadas, um trabalho mal remunerado e que sujeitava muitas mulheres ao assédio e à violência dos patrões. Pela primeira vez, as mulheres tinham acesso a profissões que até então lhes tinham estado vedadas, por preconceitos sexistas, e viam-se numa situação de autonomia financeira.

Foi também com a I Guerra Mundial que as mulheres derrubaram um dos últimos redutos masculinos: as forças armadas. As primeiras mulheres a integrarem corpos militarizados foram as inglesas, na Primavera de 1917, com a criação do Women's Army Auxiliary Corps (WAAC), um projecto de Katherine Furse, uma das mais activas feministas britânicas. Cerca de ano e meio depois de ter sido constituído, o WAAC mobiliza já perto de 40 mil mulheres, 8.500 das quais no estrangeiro. Mais tarde, foram criadas estruturas idênticas para a Força Aérea e para a Marinha. Embora estas mulheres-soldados não tivessem funções militares (não combatiam), eram enviadas para as frentes de guerra como cozinheiras, empregadas de escritório ou mecânicas, libertando, desta forma, combatentes que até então se ocupavam dessas tarefas. Antes, em Junho de 1915, a Marquesa de Londonderry havia já fundado a Women's Legion (Legião das Mulheres), tendo, no entanto, tido o cuidado de esclarecer que não se tratava de um exército de mulheres.

²⁰ Françoise Trébaud, «O triunfo da divisão sexual» in *História das Mulheres – Século XX*, 5º volume, dir. de Georges Duby e Michelle Perrot, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 38

Em França, as mulheres vão também conquistando lugares nas estruturas militares, sobretudo, a partir de finais de 1916, altura em que são abertas as portas dos quartéis e se iniciam as admissões para funções administrativas no Ministério da Guerra, embora os seus horários de entrada e de saída fossem diferentes dos dos homens e tivesse sido criado um corpo especial de inspectoras. Na Sérvia e na Rússia, a situação era bem diferente. As mulheres integravam os exércitos em igualdade de circunstâncias com os homens, combatendo também nas frentes de guerra. Aliás, o batalhão feminino da morte, da Rússia, ficou célebre nos anais da Primeira Grande Guerra.

Apesar desta abertura dos organismos militares à presença feminina num período tão conturbado como foi o da Primeira Grande Guerra, essas mulheres não foram poupadas a críticas, tendo mesmo sido “acusadas de desonrar o uniforme do rei, banhado com o sangue dos soldados, de renegar o seu sexo e de «macaquear» os homens numa paródia de mau gosto; fortemente suspeitas também de imoralidade, se não de homossexualidade”²¹.

Elas, porém, não baixaram os braços e continuaram o seu trabalho, muito para além do próprio conflito. Uma vez terminada a guerra, as feministas continuaram a desdobrar-se em iniciativas de apoio às vítimas da guerra, das mais diversas formas. Até mesmo apelando às suas companheiras para que, em nome dos “sentimentos patrióticos”, se oferecessem para casar com os mutilados, de modo a estes não ficarem “privados das alegrias do lar”²².

Com este emergir do sexo feminino no tecido social e económico de cada país esperava-se que o movimento feminista internacional ganhasse novo fôlego, com o fim do conflito, mas tal não sucedeu. De acordo com Françoise Trébaud, a guerra mais não foi do que um pequeno interregno dessa já longa luta pela emancipação económica da mulher, “um parêntese antes do retorno à normalidade, um teatro de sombras em que as mulheres só aparentemente desempenhavam os papéis principais. Mais do que isso, a guerra teria bloqueado o movimento de emancipação que se esboçava em toda a Europa no início do século XX e que se encarnava numa nova mulher (*new woman*) económica e sexualmente independente e num poderoso movimento feminista, tão igualitarista como imaginativo”²³.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 44

²² *O Informador das Senhoras*, Março de 1919

²³ Françoise Trébaud, *ob. cit.*, p. 33

Com o fim da guerra, as feministas dos países beligerantes, em especial dos perdedores, denunciavam as alianças internacionais e começam a apelar às mulheres para que se unam em torno da pátria, dando, assim, origem àquilo que Françoise Trébaud apelida de «nacional-feminismo»²⁴.

Para Joaquim Vieira²⁵, a mudança mais visível no pós-Primeira Guerra Mundial, no que diz respeito à condição feminina, verificou-se ao nível do traje. Em Portugal, como no resto da Europa, a mulher, sobretudo das cidades, adopta peças de roupa e acessórios mais simples e práticos, como que libertando-se simbolicamente dos séculos de aprisionamento a que esteve sujeita. Muitos dos modelos adoptados são inspirados em criações do francês Paul Poiret. Os espartilhos, que durante largo tempo foram o símbolo-mor dessa sujeição, são substituídos por peças mais elegantes e flexíveis ou mesmo pelo soutien. As saias tornam-se cada vez mais curtas e justas e são vestidas, quase sempre, em conjunto com um casaco. Mesmo antes da viragem para a década de 20, várias mulheres atreviam-se já a mostrar o tornozelo em público, o que para as senhoras mais velhas e conservadoras constituía um verdadeiro escândalo. Começam também a usar calças, embora fosse necessário passarem vários anos até que o seu uso se generalizasse. Os próprios penteados e adornos simplificam-se.

Os padrões de beleza feminina também se modificam. A mulher com uma silhueta esguia e fisicamente proporcional torna-se um modelo, relegando para segundo lugar as mulheres anafadas.

3 - ... e as primeiras movimentações em Portugal

Embora com algum atraso temporal em relação a outros países ocidentais e, principalmente, em relação às nações anglo-saxónicas, em Portugal, as primeiras manifestações públicas de defesa dos direitos da mulher começaram a ganhar alguma expressão após a primeira metade do século XIX. Embora Dejanirah Couto-Poutache²⁶ situe as primeiras ideias feministas nos anos 20 desse século, com a vitória do liberalismo, a verdade é que, por essa altura, as poucas portuguesas que erguiam a voz

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 69

²⁵ Joaquim Vieira, *Portugal Século XX – Crónica em Imagens – 1910/1926*, Lisboa, Círculo de Leitores, Abril de 1999

²⁶ Dejanirah Couto-Poutache, *Les Origines du Féminisme au Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1982, p. 449

para contestar o estatuto da mulher tinham um discurso pouco reivindicativo e uma posição ainda bastante conservadora sobre o que deveria ser a participação destas na vida política, económica e social do país. Apesar de a sua luta se prender com a promoção das ideias socialistas, que propugnavam a igualdade de todos os cidadãos perante a lei - mulheres incluídas -, no que dizia respeito ao sexo feminino, consideravam que as mulheres deveriam limitar-se a ser boas mães, boas esposas e boas donas de casa.

Por esta altura, não existia ainda uma consciência de grupo. As poucas manifestações públicas de descontentamento que se registaram eram promovidas pelas mulheres operárias, insatisfeitas com as deficientes condições de trabalho a que estavam sujeitas, com a discriminação sexual que se verificava aquando da distribuição de tarefas e com a desigualdade salarial. A paridade entre sexos no mercado de trabalho era um assunto debatido somente pelas mulheres das classes baixas, que trabalhavam fora de casa, mais por uma necessidade de sobrevivência económica do que por uma questão de ideologia. É também graças a estas que começam a surgir em Portugal os primeiros agrupamentos constituídos exclusivamente por membros femininos. Afastadas das associações de defesa das classes profissionais às quais pertenciam, decidem unir-se e criar as suas próprias agremiações, de modo a ganharem expressão pública e a fortalecerem a sua causa.

As mulheres burguesas preocupavam-se, sobretudo, com as questões relacionadas com os direitos sociais e políticos, relegando os direitos económicos para um segundo plano. Ao contrário do que sucedeu noutros países, em Portugal, as feministas poucos contactos tiveram com o operariado, embora nas suas manifestações públicas fizessem quase sempre referência às condições de trabalho da mulher operária. Essa aparente preocupação, contudo, nunca teve efeitos muito práticos, nem mesmo depois de fundada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. O facto de o operariado feminino estar reunido nas suas próprias associações foi razão mais do que suficiente para que o núcleo duro do feminismo não desse demasiada importância aos seus problemas, como facilmente se comprova pelas actas das reuniões da Liga.

Num desses encontros, realizado a 5 de Maio de 1911, Ilda Jorge propôs às suas camaradas que a Liga se preocupasse com o trabalho das costureiras, “fazendo toda a propaganda a fim de que lhes sejam diminuídas as horas de trabalho, que as extenua e

Num desses encontros, realizado a 5 de Maio de 1911, Ilda Jorge propôs às suas camaradas que a Liga se preocupasse com o trabalho das costureiras, “fazendo toda a propaganda a fim de que lhes sejam diminuídas as horas de trabalho, que as extenua e tuberculiza”²⁷. O desafio, no entanto, não teve qualquer seguimento, por algumas das sócias entenderem que “as costureiras, tendo a sua associação de classe perfeitamente organizada” poderiam melindrar-se com o facto de a Liga “invadir atribuições que são exclusivamente da sua competência”²⁸.

Foi, contudo, graças a esta reduzida elite burguesa (constituída basicamente por escritoras, professoras, educadoras e médicas) que o país começou a despertar aos poucos para a causa feminista. Nesta fase ainda embrionária do movimento português, limitavam-se a denunciar o estatuto da mulher tutelada - fruto do quadro legal, mas também da cultura do país - e as fraquezas do sexo feminino (principalmente, a baixa taxa de escolaridade e a demissão quanto aos seus direitos e deveres de cidadãs), através de textos em jornais generalistas ou em publicações especializadas. Só numa segunda fase, que coincide de certa forma com o intensificar da propaganda republicana, apresentam as suas reivindicações junto dos poderes políticos.

Uma das vozes que nesta fase embrionária mais se dedicou à denúncia dos males que afectavam a mulher portuguesa foi a de Carolina Michælis de Vasconcellos. Em seis artigos publicados em *O Primeiro de Janeiro*²⁹, entre os dias 11 e 18 de Setembro de 1902, a escritora esboça um retrato físico e psicológico pouco dignificante da mulher portuguesa, uma mulher que colocava “o recato e a maleabilidade, a dedicação e a fé acima do saber e do exercício do pensamento e da vontade”, conservando-se “inacessivelmente longe do tumular dos negócios e da conquista da glória, da ânsia, das honras e dos lucros”³⁰ e alheada do emergente movimento feminista.

As causas, comuns às suas irmãs espanholas, que também padeciam do mesmo mal, encontravam-se num catolicismo profundamente enraizado na consciência colectiva de ambos os povos - português e espanhol -, que funcionava como obstáculo à entrada das ideias libertárias, e em níveis de analfabetismo extremamente elevados. Urgia, por isso, “fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância e

²⁷ Cf. «Expediente da Liga» in *A Mulher e a Criança*, nº 2, Maio de 1909, p. 14

²⁸ Cf. «Expediente da Liga - uma reunião animadíssima» in *A Mulher e a Criança*, nº 23, Abril de 1911, p. 11

²⁹ Os artigos foram compilados num único livro precisamente cem anos após a sua publicação: Carolina Michælis, *O Movimento Feminista em Portugal*, 1ª edição, Paio Pires, Editorial Seis-Filetes, Lda (Fradique), Setembro de 2002

³⁰ Carolina Michælis, *ob. cit.*, p. 31

pregar-lhes o evangelho do trabalho”. “A questão feminista, na península ibérica” mais não era do que “uma simples questão de instrução”³².

Outras vozes críticas, como a de Ana de Castro Osório, fizeram-se também sentir. O seu livro intitulado *Às Mulheres Portuguesas*, editado pelo Grupo Português de Estudos Feministas, em 1905, é considerado um dos primeiros manifestos do então emergente movimento feminista português. Com esta obra, Ana de Castro Osório tenta despertar a consciência das suas compatriotas para a longa luta que se travava a nível mundial e para a necessidade de se unirem em torno da libertação da mulher. Mesmo que continuassem a ser alvo dos risos e de palavras de escárnio dos homens, que não entendiam ainda o feminismo. “Ser feminista não é querer as mulheres insexuais, umas masculinas de caricatura, como alguns cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana”³³, explicava Ana de Castro Osório, que confessava uns anos mais tarde, nas páginas de *A Capital*: “[tornámo-nos feminista] desde o momento em que abrindo os olhos à luz da razão compreendemos a injustiça pavorosa que nos arredava de toda a legítima compensação ao nosso trabalho, ao nosso estudo, à nossa inteligência, pela simples razão de que o acaso nos fizera nascer mulher em vez de homem”³⁴.

De facto, esta era uma ideia muito comum no seio daqueles que não partilhavam os ideais feministas, para quem o lugar das mulheres continuava a ser em casa, a cuidar da família. Como referia Olga de Moraes Sarmiento da Silveira³⁵, “o ser-se *feminista* (itálico no original), em Portugal, é uma coisa que aterra e que afugenta os homens da nossa sociedade... Parte-se da ideia errada que a mulher que defende a sua causa, que trate desse problema social, de si muito complexo, que essa criatura deve ser uma desequilibrada, que há-de usar um chapéu *connotier* (itálico no original), bengala e colarinho”.

Porém, nem todas as que se apresentavam como defensoras da mulher partilhavam dos ideais do feminismo e muito menos do modo de actuar das que se intitulavam feministas, como era o caso de Emília de Sousa Costa, que acusava as feministas – “meia dúzia de mulheres irreflectidas ou doentiamente arrebatadas” – pelo

³² *Idem, ibidem*, pp. 25/26

³³ Ana de Castro Osório, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora, 1905, p. 24

³⁴ *Idem*, «A Razão de Ser do Feminismo» in *A Capital*, 7 de Fevereiro de 1911, p. 2

³⁵ Olga de Moraes Sarmiento da Silveira, *Problema Feminista*, Lisboa, Tipografia de Francisco Luís Gonçalves, 1906, pp. 8/9

“atraso moral e intelectual”³⁶ da mulher portuguesa, ou mesmo de Maria Veleda. Esta divergência de opiniões resultava de diferentes posições ideológicas, uma vez que as activistas tanto se encontravam no lado do republicanismo como do monarquismo, dando origem a vários tipos de feminismo e a alguns debates bastante interessantes.

Um dos mais polémicos, disputado em 1906 nas páginas do *Vanguarda*, pôs em confronto Maria Veleda e Virgínia Quaresma. A troca de palavras começou em Julho, após a publicação de uma carta de Maria Veleda, em que esta se insurgia contra a orientação seguida pelo «Jornal da Mulher», uma nova secção que o jornal *O Mundo* começou a editar nesse mesmo mês. Virgínia Quaresma insurgiu-se contra o tom das críticas e acusou aquela professora de ser uma pseudo-feminista e de desdenhar “de todas as mulheres que pela inteligência, pelo estudo e pelo trabalho querem adquirir do cérebro da civilização a justa redenção que devem ter nos espíritos dos povos e no seio das sociedades”³⁷, leia-se, das sócias da Liga Portuguesa da Paz. Em resposta, Maria Veleda nega que alguma vez tenha querido hostilizar a Liga, a sua presidente, Olga Morais Sarmiento da Silveira, ou a sua secretária, Virgínia Quaresma, recusando-se a responder a “bagatelas”³⁸. O tom das acusações e contra-acusações atingiu um tal nível, que chegou mesmo às críticas pessoais, com Virgínia Quaresma a afirmar que a sua interlocutora não tinha capacidade para “discutir e argumentar” e que recorria apenas a “palavras acasteladas à laia de espantosos fogos de artifício que só servem para explorar a boa fé dos ingénuos”³⁹.

Foi Maria Veleda quem pôs um fim à discussão, numa carta aberta dirigida ao director da *Vanguarda*, em que demonstra o seu “desprazer” pelo facto de Virgínia Quaresma continuar a utilizar as páginas do jornal para a atacar, e informando-o que não está disposta a responder aos “epítetos injuriosos” com os quais tem sido brindada. “Tudo quanto não é útil é inútil: e tudo quanto é inútil, deve banir-se. Assim, prefiro retirar-me da arena vencida, mas não convencida. E – vencida – porque não sei combater com armas desiguais – porque não quero nem sei injuriar”⁴⁰, concluía.

Uns meses antes, no mesmo periódico, um outro texto de Maria Veleda tinha já suscitado fortes críticas por parte de Fernão Botto Machado. No artigo intitulado

³⁶ Emília de Sousa Costa, *A Mulher no Lar – A Arte de Viver Com Economia*, 3ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d., p. 73

³⁷ Cf. Virgínia Quaresma, «As pseudo-feministas» in *Vanguarda*, 29 de Julho de 1906, p. 2

³⁸ Cf. Maria Veleda, «Bagatelas...» in *Vanguarda*, 30 de Julho de 1906, p. 2

³⁹ Cf. Virgínia Quaresma, «Ainda as pseudo-feministas» in *Vanguarda*, 6 de Agosto de 1906, p.2

⁴⁰ Cf. Maria Veleda, «Carta aberta» in *Vanguarda*, 10 de Agosto de 1906, p. 2

*Emancipadas*⁴¹, Maria Veleda explicava que não combatia “pelo ideal doentio da mulher «emancipada» - como quem diz - da mulher exageradamente iconoclasta, desorientada por uma aspiração sem freios revolucionária até ao supremo ridículo”. “Não quero, não suporto a mulher livre, a mulher que frequenta os cafés e os botequins, que faz da rua o centro das suas operações de estratégia emancipadora”, sublinhava.

Como resposta, Fernão Botto Machado, um dos republicanos mais activos da luta contra a subjugação da mulher portuguesa, responde nas páginas do mesmo jornal que se a mulher emancipadora “representa um perigo, por ser um cataclismo”, então o melhor seria que ela continuasse na “situação deprimente que a brutalidade do macho marcou ao seu destino social”. E lamentava que “a mulher, ela própria, acha[sse] que a sua emancipação é um perigo, um cataclismo”⁴².

Cinco dias mais tarde, em novo artigo, Maria Veleda reafirma a sua posição. “A mulher emancipada é, por via de regra, mulher masculinizada. É mulher que se recusa a ser mãe, e portanto é um ser inútil para a humanidade, como tudo quanto se nos apresenta estéril”⁴³. Acrescenta que a escravidão em que a mulher se encontrava se deve à deficiente educação recebida da mãe e que, por isso, a emancipação feminina passava apenas pela melhoria da instrução, de modo a que “cada mãe faça do seu filho um socialista, um apóstolo, um gladiador”.

Com o alvor do século XX, as questões feministas ganharam já visibilidade pública, assistindo-se a um intensificar da acção por parte das mulheres mais esclarecidas. Como salienta João Esteves⁴⁴, entre 1906 e 1908, verifica-se um conjunto de situações que contribuem para a causa, como sejam a fundação da secção feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906), a fundação do Grupo de Estudos Feministas (1907) ou a participação de uma delegação de mulheres no Congresso Nacional do Livre Pensamento (1908). Ainda segundo o mesmo autor, nessa fase existiam cerca de duas mil mulheres inscritas em associações feministas, embora o seu recenseamento esteja ainda por fazer. A propagação de ideias pacifistas, nomeadamente através da já referida secção feminista da Liga Portuguesa da Paz ou do comité português de “La Paix et le Désarmement par les Femmes”, também contribuiu para a consolidação do movimento feminista em Portugal. É curioso, no entanto, notar que uns anos mais tarde, algumas

⁴¹ Cf. *Idem*, «Emancipadas» in *Vanguarda*, 2 de Março de 1906, p. 1

⁴² Cf. «O problema feminista – VI» in *Vanguarda*, 3 de Março de 1906, p. 1

⁴³ Cf. «Misoginismo» in *Vanguarda*, 8 de Maio de 1906, p. 1

⁴⁴ João Esteves, «Os primórdios do feminismo em Portugal: A 1ª década do século XX» in *Revista Penélope – Fazer e Desfazer a História*, nº 25, 2001, p. 88/89

das principais representantes destas agremiações tomariam uma posição contrária aos princípios de pacificação, ao apoiarem a participação de Portugal na I Guerra Mundial.

3.1 - A importância da maçonaria

Embora vários autores se recusem a aceitar que o movimento feminista português se consolidou graças ao impulso dado pela Maçonaria e pelos republicanos, a verdade é que, nesta primeira fase, as duas instituições foram de extrema importância na promoção dos ideais feministas.

Entre 1904 e 1908, período durante o qual se intensificaram os ataques ao regime monárquico, são admitidas na Maçonaria quatro dos mais proeminentes nomes da corrente feminista portuguesa - Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Maria Veleda e Carolina Beatriz Ângelo -, na sequência de um projecto que o Grande Oriente Lusitano Unidos⁴⁵ (G.O.L.U) pretendia desenvolver, com vista à eliminação de todas as formas de discriminação social no seio da instituição. A primeira mulher a ser iniciada, nesta segunda vaga⁴⁶, foi Adelaide Cabete, no dia 1 de Março de 1907, na Loja Humanidade, seguindo-se Ana de Castro Osório, a 13 de Maio do mesmo ano.

Contudo, alguns membros da sociedade maçónica sentiram-se incomodados com esta invasão pacífica do sexo feminino, por considerarem que constituía uma violação daquilo que vinha sendo a tradição e pelo facto de em países como a França, a Alemanha ou a Espanha as mulheres ainda não fazerem parte da maçonaria. Insurgindo-se contra esta posição, Ana de Castro Osório lembra que “o espírito maçónico não deve estar sujeito ao critério sexual, mas ser a imagem de uma futura sociedade profundamente justa e humanista, sem recuar perante as questões de interesse comum, pondo de parte ideias mesquinhas e velharias sem significação. [...] O serviço da mulher na maçonaria portuguesa, como em geral em todos os movimentos sociais, deve apreciar-se mais sob o ponto de vista moral do que verdadeiramente pela concretização de factos materiais, que não podemos realizar por deficiência de número, por defeito de educação cheia de preconceitos, que é difícil vencer, até pelos espíritos mais desejosos

⁴⁵ Designação da maçonaria portuguesa, adoptada após a unificação dos diversos agrupamentos, em 1869

⁴⁶ A primeira loja de adopção (loja feminina criada na dependência de uma loja masculina) surgiu a 29 de Dezembro de 1881. Antes, consta que Andrade Corvo tentou persuadir a viscondessa de Juromenha a entrar na maçonaria, embora sem sucesso (Cf. Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Veja, s.d., pp. 47/48)

de libertação, preconceitos que os homens são os mais interessados em manter, embora teoricamente os combatam”⁴⁷.

Com a implantação da República, aumentou o número de adesões, incluindo, de mulheres. De acordo com João José Alves Dias⁴⁸, seis meses antes da Revolução do 5 de Outubro, o número de membros ascendia a 2844. Meio ano depois, chegava já aos 3192. Entre Janeiro e Março de 1911, entraram para a Maçonaria seis mulheres:

- Antónia de Melo Zêa Bermudes, natural de Lisboa, 44 anos, doméstica;
- Maria da Conceição Damas Vrazão, natural de Elvas, 36 anos, dentista;
- Maria Joaquina Lopes Nogueira, natural de Elvas, 32 anos, doméstica;
- Antónia Lopes da Silva, natural de Lisboa, 19 anos, estudante;
- Claudina Câmara d’Almeida, natural de Pará, 39 anos, doméstica;
- Berta Leónia d’Araújo Couto Vilar Coelho, natural de Lisboa, 30 anos, preceptora.

A integração das mulheres numa instituição extramente fechada, como é a maçonaria, fê-las acreditar que, uma vez instaurada a República, naturalmente lhes seriam concedidos os mesmos direitos cívicos e políticos reconhecidos aos homens. Uma expectativa legítima uma vez que muitos dos líderes republicanos eram influentes maçónicos. Rapidamente, porém, as feministas se desiludiram e se sentiram traídas.

Esta prática, no entanto, em nada confirmava os resultados de um inquérito levado a cabo, em 1914, por Ana de Castro Osório, sobre a influência da mulher no momento histórico que estavam a atravessar e na maçonaria portuguesa. O inquérito consistia num conjunto de cinco perguntas, que a seguir transcrevemos:

«1º - Foi útil ou inútil para o triunfo da causa democrática a entrada da mulher portuguesa na Maçonaria e consequentemente no movimento político-social, que nos trouxe a República?

2º - Sendo a Maçonaria uma associação que tem por ideal o triunfo da livre consciência, o progresso das ideias e a solidariedade universal, deve ou não, chamar a si, como obreiras igualadas e nobilitadas as mulheres?

3º - Sendo o ideal dos mais libertados e conscientes espíritos a Humanidade Una, caminhando para o triunfo da razão e da inteligência, sem que o sexo seja a odiosa barreira que a uns faz senhores e a outros escravos dos preconceitos sociais; e sendo a

⁴⁷ Ana de Castro Osório, *Resposta a uma Consulta*, Lisboa, Papelaria e Tipografia Assis, 1914, p. 10/11

⁴⁸ João José Alves Dias, “A República e a Maçonaria: o Recrutamento Maçónico na Eclosão da Primeira República”, separata de *Nova História*, Lisboa, 1984, p. 33

Maçonaria o facho luminoso que tem precedido sempre as mais nobres conquistas da humanidade, é ou não justo que a mulher entre nessa corporação como irmã respeitada e igualada?

4º - Tendo a Maçonaria como fim a beneficiência e a instrução pode o concurso da mulher ser dispensado por ela?

5º - E entrando a Mulher na Maçonaria deve aceitar o papel de menor adoptada que lhe dão nas lojas de adopção ou deve preferir a Maçonaria Irregular desde que na regular lhe não garantem igualdade de direitos?⁴⁹»

À consulta responderam 19 influentes personalidades da vida política e maçónica portuguesa: Afonso Costa, Luz de Almeida, José Pinheiro de Melo, França Borges, José Nunes da Mata, Borges Grainha, António Teles Palhinhos, Lino da Silva, Jerónimo Osório de Castro, Manuela Calvet de Magalhães, João Zea Bermudes, José Cardoso Gonçalves, Francisco Bernardino Cardoso, Severo Portela, António Augusto de Veiga e Sousa, António Joaquim Ribeiro, Gil Eanes, Alfredo Cruz Nascimento e Manuel Ventura de Araújo. Todos se manifestaram favoráveis à integração da mulher na maçonaria, embora nem sempre as suas palavras coincidissem com as suas práticas. O caso de Afonso Costa é o mais paradigmático. Depois de ter apelidado as mulheres de “inconscientes” e de lhes ter recusado o direito de voto, respondeu que o trabalho desenvolvido pelo sexo feminino em prol da República foi “útil” e que elas “deveriam ser chamadas à maçonaria”.

3.2 – A primeira aliança: a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

O primeiro evento feminista realizado em Portugal ocorreu no dia 18 de Maio de 1906, na Sociedade de Geografia, em Lisboa, e serviu para assinalar a Conferência de Haia. Tratou-se de uma sessão promovida pela Liga Portuguesa da Paz, uma “agremiação feminina constituída toda por senhoras que têm na aristocracia do talento e do trabalho lugares em evidência e que se acham ligadas pelo mesmo núcleo de solidariedade e pela mesma comunhão de ideais”⁵⁰. De acordo com a imprensa da época, o espectáculo “inteiramente novo [...] para Portugal, despertou justificadíssimo interesse não só para os que aplaudem o movimento feminista, como para os simples

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 51/52

⁵⁰ Cf. Virgínia Quaresma, «Feminismo» in *Vanguarda*, 28 de Maio de 1906, p. 2

curiosos”⁵¹. A sessão teve início pelas 21 horas, tendo sido presidida por Olga Morais Sarmiento da Silveira, que foi secretariada por Emília Patacho e Domitila de Carvalho.

Este foi, sem dúvida, um passo importante na afirmação de um movimento que começava já a desenhar-se, embora de uma forma muito lenta. Como reconhecia Virgínia Quaresma, até ao momento, ouviam-se apenas “gritos isolados, energias dispersas, convicções muito particularmente pessoais e que depois de afirmadas, se desmentem, muitas vezes, em palavras ou em factos, para transigir com o convencionalismo conservador da época e do meio”⁵².

Como aconteceu a nível internacional, também em Portugal a defesa da causa feminista passou por duas fases. A primeira, iniciada em finais do século XIX e que se prolongou até 1907/1908, caracteriza-se por ser um período mais de acompanhamento das mudanças operadas a nível mundial e de esclarecimento da opinião pública portuguesa sobre o feminismo e as questões ligadas aos direitos e deveres da mulher, através de artigos na imprensa ou nos salões que existiam um pouco por toda a cidade de Lisboa. Numa segunda etapa, as ideólogas feministas, conscientes já do número de mulheres sensibilizadas para a causa, sentiram necessidade de se agruparem em associações, de modo a poderem corporizar mais facilmente as suas reivindicações.

A primeira tentativa de união ocorreu em 1907, quando Ana de Castro Osório fundou o Grupo Português de Estudos Feministas, um projecto bastante efémero, desenvolvido já no período áureo da propaganda republicana e muito virado, sobretudo, para a mulher burguesa. A sua principal missão era explicar às portuguesas o significado da palavra «feminista» e pô-las a par das iniciativas que se promoviam a nível internacional, para que saísse da posição de tutelada.

Seguiu-se-lhe a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), fundada em 1909, aquela que foi a “primeira organização que, em Portugal, procurou conciliar a intervenção política com reivindicações feministas”⁵³, embora tenha permanecido sempre muito dependente do Partido Republicano Português (PRP). A ideia de criar uma associação do género surgiu em 1908, na sequência de um desafio lançado por António José de Almeida, então deputado republicano por Lisboa, a Ana de Castro Osório. A 25 de Agosto, é endereçado o convite a todas as senhoras que desejassem fazer parte da nova associação para participarem numa reunião preparatória, a qual foi

⁵¹ Cf. «Pela Paz» in *Vanguarda*, 19 de Maio de 1906, p. 1

⁵² Cf. Virgínia Quaresma, «Feminismo» in *ibidem*, 28 de Maio de 1906, p. 2

⁵³ João Gomes Esteves, *A Liga Republicana*..., p. 15

apadrinhada por António José de Almeida, Bernardino Machado, membro do Directório do PRP, e pelo jornalista Magalhães Lima. Após um ano de intenso trabalho, é finalmente realizada a primeira grande Assembleia Geral, a 27 de Fevereiro de 1909, na qual são eleitos os corpos sociais e aprovados estatutos provisórios⁵⁴. Segundo o artigo 1º, a missão da LRMP era a de “orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora, tornando-a um indivíduo autónomo e consciente, pois só um novo regímen liberto de preconceitos poderá trazer à sociedade portuguesa a consciência e responsabilidade do povo livre e altivo; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente à mulher e à criança”⁵⁵.

Em Maio do mesmo ano, Ana de Castro Osório, enquanto presidente da agremiação, é convidada para estar presente na sessão de encerramento do Congresso Republicano, realizado em Setúbal. Este apoio por parte dos republicanos na fundação de um agrupamento exclusivamente feminino não era inocente. Até então, tinham já sido dirigidos vários convites às mulheres para discursarem em sessões realizadas nos Centros Republicanos e para secretariarem comícios.

É a própria Ana de Castro Osório, no discurso pronunciado na reunião preparatória da Liga⁵⁶, quem admite que sem o convite dos “três nomes superiores do partido republicano” dificilmente seria possível o aparecimento de uma associação do género em Portugal. A mulher portuguesa vivia ainda “apertada nas malhas dobradas dos costumes mouriscos, [...] que mal t[inha] espaço para respirar dentro da tirania mansa, que exerc[ia] a família, a sociedade e os costumes sobre a sua tão simpática individualidade”, precisando, por isso, que o homem lhe mostrasse qual o caminho a seguir para sair desse “cativeiro”.

Como nota João Esteves, o movimento feminista português não se desenvolveu “somente a reboque do republicanismo e da maçonaria”⁵⁷, mas o seu fortalecimento deveu-se, em grande parte, a estes dois apoios. Aliás, Maçonaria, Partido Republicano e

⁵⁴ Estes primeiros estatutos foram publicados no número de Abril de 1909 da revista *A Mulher e a Criança*. Os estatutos definitivos, muito mais abrangentes, foram aprovados nas assembleias gerais realizadas em 24 de Julho e 4 de Agosto de 1910, tendo sido publicitados no número 15 da mesma revista (ver anexo).

⁵⁵ «Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas» in *A Mulher e a Criança*, nº 1, Abril de 1909, p. 11

⁵⁶ *Ibidem*, p. 1

⁵⁷ João Esteves, “O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XX (1896-1947)” in *A Mulher na História*, Actas dos Colóquios sobre a Temática da Mulher – 1999/2000, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2001, p. 242

feministas partilhavam uma mesma linha ideológica, a secularização do Estado e a democratização e laicização da sociedade. Há ainda que ter em conta as relações familiares que existiam entre várias sócias da Liga e dirigentes republicanos, com influência em Lisboa e nas províncias, como era o caso de Bernardino Machado, cuja mulher e filhas se associaram a este projecto.

Esta dependência da LRMP face ao Partido Republicano não era vista com bons olhos pelas feministas estrangeiras, que não entendiam “que interesse tinham as mulheres portuguesas em formar uma liga política se era certo, se em toda a parte se sabia bem, que os direitos das mulheres nada têm com as formas de governo e que na monarquia como na república elas se podiam reivindicar...”⁵⁸. A direcção da Liga não partilhava desta opinião, respondendo que só a República poderia garantir às portuguesas “o direito de terem esperança em dias melhores”. “Como mulheres e como feministas, estamos certas que só os homens que trabalham pela República nos darão as leis mais urgentemente necessárias para a dignificação do nosso sexo”⁵⁹, argumentavam.

Esta posição da Liga levanta-nos uma dúvida: se a instauração da República não se tivesse verificado em 1910, ficariam as feministas eternamente à espera da mudança de regime ou sentir-se-iam pressionadas, quanto mais não fosse pelos movimentos internacionais e pelas conquistas entretanto obtidas pelas mulheres noutros países, a mudarem de estratégia e a empenharem-se numa verdadeira luta pela sua emancipação? O facto de associações como o Grupo de Estudos Feministas ou a Associação de Propaganda Feminista terem tido uma existência efémera ter-se-á ficado a dever também a essa falta de apoio por parte dos dirigentes republicanos?

3.3 – Das primeiras vitórias às primeiras desilusões

Nos primeiros anos de existência da LRMP, assistimos a uma associação pouco reivindicativa, limitando-se, na maioria dos casos, a propagandear aquele que era o ideal de mulher dos estadistas republicanos. Um ideal que atribuía à mulher um papel restrito à esfera privada, afastando-a por completo dos negócios públicos. Defendiam a

⁵⁸ «A obra da LRMP» in *O Radical*, 6 de Novembro de 1910, p. 3 citado in Esteves, João Gomes, *Ob. cit.*, p. 37

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 37

melhoria da educação que lhe era ministrada, mas sempre com o intuito de a dotar dos conhecimentos necessários que lhe permitissem desempenhar de uma forma mais cabal a função que lhe estava atribuída. É curioso notar, por exemplo, que as feministas defendiam uma equiparação de direitos nas chamadas leis da família, mas não se mostravam dispostas a abdicar de nenhum dos seus exclusivos quanto aos cuidados diários com os filhos. Em nenhum manifesto se encontram apelos para que o homem ajudasse as suas companheiras nos cuidados diários com os filhos, a alimentá-los, a dar-lhes banho ou a vesti-los. Não apelavam à partilha das tarefas domésticas e mesmo o ensino da puericultura, ministrado em alguns institutos, era apenas dirigido às raparigas.

Esta posição não parecia afectar de sobremodo as feministas, como se pode verificar pelas palavras a seguir transcritas do editorial da revista *A Mulher e a Criança*: “[...] A obra da Liga tem sido orientar a Mulher, levá-la para o seu resgate, trabalhar pela educação e protecção da criança. E assim temos cumprido, afigura-se-nos, a missão que os homens republicanos esperavam e esperam de nós”⁶⁰.

Nos primeiros meses da República, as relações entre feministas e dirigentes políticos foram as mais cordiais. Apesar de ansiosas pela aprovação de leis que concedessem direitos às mulheres e lhes permitissem melhorar as condições de vida, as feministas optaram por reivindicar o mínimo possível, de modo a não dificultar a missão da República. Os primeiros proveitos foram colhidos logo no mês a seguir à instauração do novo regime, com a aprovação da Lei do Divórcio, que entre outras medidas, equipara o adultério feminino ao masculino. Em Dezembro, são publicadas as chamadas Leis da Família, que instauram o casamento civil e introduzem algumas alterações quanto à tutela dos filhos, por exemplo.

Com a viragem do ano e o aproximar das primeiras eleições, surgem as primeiras divergências no seio da Liga, provocada por posições diferentes quanto aos objectivos e às estratégias que a associação deveria adoptar. Estes diferendos, frequentes ao longo de toda a República, foram um dos factores que mais contribuíram para a derrota da luta feminista em Portugal. Logo em 1911, ocorre a primeira cisão, com a saída de Ana de Castro Osório e das suas apoiantes (entre as quais, Carolina Beatriz Ângelo e Rita Dantas Machado). Enquanto as dissidentes consideravam que a questão do sufrágio deveria ser a preocupação principal das feministas, as sócias que continuaram na Liga, entre as quais Maria Veleda, que na altura conseguira já um lugar

⁶⁰ Cf. «Expediente da Liga» in *A Mulher e a Criança*, nº 11, Abril de 1910, p.1

de relevo, defendiam que as atenções se deveriam concentrar na luta pela independência económica, por considerar que esta era a única forma de a mulher se emancipar verdadeiramente.

Pouco tempo depois de saírem da Liga, em Maio desse ano, Ana de Castro Osório e as suas companheiras fundaram a Associação de Propaganda Feminista, cujos principais objectivos, de acordo com os estatutos, era “fazer a propaganda sufragista”, “promover por todos os meios ao seu alcance a educação e instrução feminina” e “vigiar e estudar as leis sob o ponto de vista feminino”, entre outros. Apenas as mulheres que soubessem ler e escrever poderiam ser sócias da agremiação, o que não se compreende, tendo em conta a luta travada contra os vários tipos de discriminação e os diversos apelos, nomeadamente de Ana de Castro Osório, à participação dos homens na causa feminista. Aliás, no editorial publicado no primeiro número da revista *A Mulher e a Criança*, o órgão oficial da associação, escrevia-se que o homem era “considerado um amigo e, socialmente, um igual, um equivalente; nunca um adversário”⁶¹.

A revista tinha como finalidade “defender, pela palavra escrita, os ideais de progresso social, económico e político das mulheres”, alertando para o facto de que não se pretendia “trocar o poderio social do homem pelo poderio da mulher”, mas “unicamente de instituir o *poderio humano* (itálico no original), isto é, a participação tanto do homem como da mulher em todos os campos de actividade, conforme as aptidões intelectuais de cada indivíduo”⁶².

Apesar desta cisão, a Liga manteve a sua actividade, sempre com o apoio do PRP. Aliás, Maria Veleda foi convidada a participar no congresso republicano realizado em Novembro desse mesmo ano de 1911, durante o qual foi aprovada por aclamação uma moção que dizia: “a assembleia dá o seu incondicional apoio a todas as reivindicações feministas, tendo como principal objectivo a educação da mulher e a sua emancipação civil e política”⁶³. Sabemos, no entanto, que pelo menos em termos políticos, esse “incondicional apoio” nunca chegaria, uma vez que o sufrágio feminino nunca chegou a ser outorgado.

⁶¹ Cf. «Orientação e fins da nossa revista» in *A Mulher e a Criança*, nº 1, Junho de 1912, p. 1

⁶² *Ibidem*, p. 1

⁶³ «Congresso do Partido Republicano» in *A Madrugada*, nº 4, 30 de Novembro de 1911, p. 2 citado em João Esteves, *A Liga Republicana...*, p. 43

Antes, a 17 de Setembro de 1911, tinha tido lugar em Vila Franca de Xira o primeiro comício feminista realizado em Portugal⁶³. Promovido pela LRMP, foi apadrinhado pelo presidente da Câmara Municipal, tendo discursado Amélia de Moura, Filipa de Oliveira, Maria Adelaide Costa, Mariana da Assunção da Silva e Maria Veleda, todas militantes daquela agremiação. As oradoras abordaram assuntos tão diversos como o clericalismo e a sua responsabilidade no atraso moral e cultural da mulher, a condição de vida das operárias portuguesas e a questão da instrução. O comício foi organizado no ginásio local, tendo sido assistido, de acordo com os relatos da época, por cerca de 500 pessoas. A maioria dos participantes deslocou-se a Vila Franca no vapor *Lusitano*, que partiu do Cais do Sodré pelas sete horas da manhã. No regresso, houve ainda tempo para uma breve paragem em Alhandra, onde os excursionistas foram recebidos pelo povo e por representantes das forças políticas e sociais locais.

Enquanto isso, a Associação de Propaganda Feminista procurava angariar apoios em vários sectores da sociedade e obter algumas vitórias. A primeira ocorreu pouco tempo depois da sua fundação, com o voto de Carolina Beatriz Ângelo. Apesar de o Código Eleitoral ser omissivo quanto ao sufrágio feminino (o texto falava em «cidadãos portugueses» não especificando o sexo), o pedido de inscrição do nome da médica nos cadernos de recenseamento levantou algumas dúvidas, tendo o caso sido remetido para o gabinete do ministro do Interior, António José de Almeida, que indeferiu o pedido. Não satisfeita, Carolina Beatriz Ângelo recorre aos tribunais, tendo a decisão, proferida em Abril de 1911, sido favorável às suas pretensões. A médica pôde, assim, inscrever-se no recenseamento e participar nas eleições de Maio, tendo sido a primeira mulher da Península Ibérica a exercer o direito de voto. O acontecimento foi prontamente aproveitado pelas feministas, em particular, pelas sócias da APF, e pelos próprios governantes, que aproveitaram a revisão da lei eleitoral de 1913 para alterar o texto. À expressão «cidadãos portugueses» juntou-se uma outra - «do sexo masculino»⁶⁴ -, que impedia a participação das mulheres em qualquer acto eleitoral⁶⁵.

A notícia do voto de Carolina Beatriz Ângelo correu mundo, granjeando sucesso para a associação, mas continuou a faltar-lhe apoios a nível interno. Após a revisão do

⁶³ Cf. «Um comício em Vila Franca – A propaganda da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas» in *O Mundo*, 18 de Setembro de 1911

⁶⁴ *Código Eleitoral*, Imprensa Nacional de Lisboa, 3ª edição, 1913, p. 3

⁶⁵ Adiante, no capítulo sobre os direitos políticos, pp. 152/154, desenvolveremos mais pormenorizadamente este acontecimento.

cúpulas dirigentes dos partidos republicanos. Apesar da influência e do prestígio de Ana de Castro Osório, a associação nunca conseguiu, ao contrário da Liga, o apoio das mais importantes figuras do republicanismo e teve bastante dificuldade em conseguir propaganda na imprensa. Aliás, a resposta que a direcção do jornal *O Mundo* dá, em 1913, a uma carta da vice-presidente da APF, que procurava explicar as diferenças entre esta associação e a LRMP, é bem elucidativa: “não conhecemos a Associação de Propaganda Feminista em Portugal”⁶⁶.

Em 1914 surge o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a associação feminista que mais tempo conseguiu manter-se em actividade, tendo, inclusive, conseguido sobreviver durante o Estado Novo, até ser compulsivamente encerrada em 1947. Surgiu como uma ramificação do Conselho Internacional das Mulheres, pelas mãos de Adelaide Cabete. Dela podiam fazer parte “todas as senhoras e colectividades femininas de Portugal [...] qualquer que seja a classe social a que pertençam qualquer que seja a sua fé política ou credo religioso”, pois o seu fim era “trabalhar pelo melhoramento civil, económico da mulher em particular e da humanidade em geral, absolutamente afastada da luta das paixões”⁶⁷.

Um ano mais tarde, ocorrem novas divergências no seio da Liga. Nomes importantes da LRMP, como Maria Veleda, Lenia Loyo Pequito, Aurora Ravasini ou Margarida Lima, abandonam esta agremiação e fundam a Associação Feminina de Propaganda Democrática (AFPD), numa clara aproximação ao partido de Afonso Costa. Na origem desta segunda cisão estavam, novamente, divergências relacionadas com a orientação que deveria ser dada à Liga. Enquanto as sócias dissidentes defendiam que a associação deveria tornar-se mais partidária, as restantes consideravam que a função da LRMP era a de defender os interesses das mulheres, independentemente do partido que estivesse no governo. Esta aproximação a Afonso Costa deveu-se à actuação do estadista enquanto ministro da Justiça, altura em que aprovou leis importantes como a do Divórcio, as da Família e de Protecção dos Filhos, entre outras.

Esta saída regular de sócias para outras agremiações acabou por enfraquecer a Liga, que nos últimos anos de existência viu a sua actividade e o apoio por parte das figuras republicanas drasticamente reduzidos. Muitas das suas pretensões nunca

⁶⁶ João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português*, 1ª edição, Lisboa, Colecção Documentos, Editorial Bizâncio, Novembro de 1998, p. 15

⁶⁷ Cf. César Oldemiro, «Feminismo. O que é e o que pretende o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas segundo informações da activa propagandista D. Adelaide Cabete» in *O Mundo*, 2 de Maio de 1914, p. 3

chegaram a ser debatidas a nível parlamentar ou do Governo, nem mereceram uma posição pública, e apenas alguns poucos, como Magalhães Lima ou Bernardino Machado, mantiveram a sua intenção de ajudar a Liga a desenvolver os seus projectos.

Apesar do sentimento de traição que sentiam em relação ao regime (e em especial, em relação a algumas figuras, como António José de Almeida, que acabou por dissociar-se das reivindicações feministas), estas mulheres nunca deixaram de se empenhar na defesa da República, como sucedeu aquando das incursões monárquicas do Norte do país, em 1911 e 1912, e com a ditadura de Pimenta de Castro, em 1915, e da Nação, quando eclodiu a I Guerra Mundial⁶⁸. Como nota João Esteves, nunca esteve em causa a justiça do regime, mas apenas a camaradagem e a solidariedade de algumas personalidades, que no início mostraram aquilo que parecia ser o seu incondicional apoio à causa feminista.

Esta segunda ruptura no seio da Liga acontece em Setembro de 1915, com a demissão de Maria Veleda, Ana Maria Gonçalves Dias (Conselho Fiscal), Aurora Ravasini (1ª vogal da Direcção), Florinda Rosa do Carmo (2ª vogal da Direcção), Lenia Loyo Pequito (1ª secretária da Direcção), Lucinda Crisóstomo (2ª secretária da Direcção) e Maria Augusta Ravasini (Conselho Fiscal) dos cargos que ocupavam.

Depois de ter dirigido fortes críticas a Ana de Castro Osório, por esta ter fundado a Associação de Propaganda Feminista, Maria Veleda acaba por tomar uma decisão idêntica, embora lamentando estas dissensões, “que redundam quase sempre em enfraquecimento dos grupos, sobretudo num país como o nosso, em que as mulheres pouco se dão ao trabalho de pensar pela cabeça delas”. Acrescenta, contudo, que “a divisão da Liga era inevitável”⁶⁹.

A AFPD funcionaria provisoriamente na Rua São João da Mata, nº 34 – 3º, em Lisboa, embora grande parte das reuniões se tenham realizado no Centro Republicano Democrático, instalado na Rua Ivens. A associação acabaria por ser extinta a 22 de Junho de 1916. Em reunião dos corpos gerentes considerou-se que “na sua actual conjuntura, quando o interesse da Pátria estão superiores a divisões de republicanos, baseadas no desencontro das ideias, devem as mulheres ser o braço de união que

⁶⁸ As líderes feministas apoiaram, desde o início, o envio de tropas para a Flandres, por considerarem que a vitória da Alemanha seria um atentado contra a liberdade e a levaria à perda das colónias. Como dizia Maria Veleda, “estar ao lado dos alemães ou proclamar a neutralidade é ser cobarde e servil”. (Cf. Maria Veleda, «Uma data gloriosa – 5 de Outubro» in *A Madrugada*, 31 de Outubro de 1914, p. citado em João Esteves, *A Liga Republicana...*, p. 50)

⁶⁹ Citado em João Esteves, “A Fidelidade das Mulheres Republicanas a Afonso Costa: AFPD (1915 – 1916)” in *Leituras*, Revista da Biblioteca Nacional, nº 3, Outubro de 1998, p. 121

aproxime todas as verdadeiras patriotas, abstendo-se por completo de fazer política partidária, e dedicando-se inteiramente à defesa da Pátria e da República”⁷⁰.

3.4 – Do enfraquecimento ao rejuvenescimento da década de 20

À semelhança do que aconteceu em todos os países directa ou indirectamente envolvidos na I Guerra Mundial, também em Portugal a reivindicação feminista praticamente desapareceu enquanto durou o conflito. A defesa dos interesses nacionais e o apoio ao corpo de militares enviado para o teatro de guerra e às respectivas famílias tornaram-se mais importantes do que qualquer guerra entre associações feministas ou qualquer reivindicação de carácter exclusivamente feminista.

Neste período, foi particularmente importante a acção da Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), criada em 1916 por Elzira Machado Dantas, para dar apoio aos militares mobilizados e às suas famílias. Apoio esse prestado por um conjunto de sócias que recebeu da parte de médicos especialistas formação, prática e teórica, em enfermagem, colocando mais tarde os seus conhecimentos ao serviço do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, sedado na Quinta do Palácio de Arroios, em Lisboa. Instituíram-se dotes às órfãs de guerra, aproveitando a obra criada pelo Crédito Predial, sob a forma de rendas vitalícias.

Só podiam ser sócias efectivas da CMP “mulheres portuguesas de qualquer idade”. No entanto, e ao contrário do que acontecia com a Associação de Propaganda Feminista, esta agremiação estava aberta ao apoio de “todas as demais pessoas de ambos os sexos, de qualquer nacionalidade, e ainda as colectividades legalmente constituídas”⁷¹, que poderiam inscrever-se como sócios auxiliares. A Cruzada era definida como “uma instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitem por motivo do estado de guerra com a Alemanha”, cuja acção se faria sentir “em todo o território da República Portuguesa e ainda em território estrangeiro”⁷². Além da presidente, vice-presidente, secretárias e tesoureira, a CMP seria constituída por nove comissões, orientadas para os mais diversos assuntos, desde a propaganda à angariação de donativos e à assistência dos

⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 123/124

⁷¹ *Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

⁷² *Idem*

militares mobilizados e das suas famílias. Por forma a facilitar o trabalho daquelas, seriam criados núcleos nas províncias.

Contudo, apesar de todas estas ambições, nem todos os projectos foram postos em prática. A falta de verbas com que a CMP se debatia e a falta de apoio por parte do Estado obrigou as dirigentes a colocarem de parte, por exemplo, a criação de uma Hospedaria dos Repatriados, nas cidades de Lisboa e Porto, um abrigo onde aqueles que não tinham família ou posses para suportar uma casa pudessem recolher-se até conseguirem reorganizar as suas vidas. Também o chamado Casal dos Órfãos de Guerra, pequenos aglomerados urbanísticos de usufruto inalienável aos órfãos que o conflito gerou, nunca passou do plano das ideias, pelos mesmos motivos.

A falta de apoio por parte do regime e a fraca mobilização das mulheres foram sempre os dois factores que mais contribuíram para um movimento feminista pouco mobilizador e pouco activo. De facto, a capacidade reivindicativa das várias associações feministas foi sempre deficiente, como reconhecia o presidente da República, António José de Almeida, em 1924, durante a sessão inaugural do primeiro Congresso Feminista e de Educação: “As reivindicações das mulheres portuguesas são justas e, perante o que se passa lá fora, é bem modesto o programa das feministas portuguesas”⁷³.

A viragem para a década de 20 marca o início de uma nova fase do movimento feminista em Portugal, passando-se de um feminismo pacifista e republicano para um feminismo mais aguerrido e mais distante de qualquer partido político. Nesta altura, existe apenas uma agremiação, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que se consolida quer interna, quer externamente, com as suas sócias a marcarem presença em diversos encontros internacionais.

Por esta altura, algumas das feministas que mais se debateram pela emancipação da mulher portuguesa, como Ana de Castro Osório ou Maria Veleda, afastam-se destas lutas, dando lugar a nomes como o de Elina Guimarães, Aurora Teixeira de Castro ou o de Adelaide Cabete, cuja acção ganha mais visibilidade ao assumir a presidência do CNMP. Ao contrário do que sucedia até então, a maioria das sócias desta agremiação pertenciam à alta burguesia urbana, sendo que muitas delas eram licenciadas em letras, direito ou medicina. Prova de que o ensino superior era cada vez mais procurado pelo sexo feminino e que o mercado de trabalho deixava, aos poucos, de ser tão discricionário para com as mulheres.

⁷³ Cf. «Discursos» in *Alma Feminina*, nº 5 e 8, Agosto de 1924

3.5 – Os Congressos Feministas e de Educação

Se dúvidas existissem sobre o projecto do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas ou sobre a sua capacidade de mobilização, a realização de dois congressos feministas e de educação (1924 e 1928) facilmente as dissipou. Em ambos os casos, registou-se uma grande participação de homens e mulheres, que debateram problemáticas tão diversas como a educação, a venda de bebidas alcoólicas a menores, a prostituição e a situação da mulher trabalhadora. O encontro possibilitou a reunião entre as feministas e os governantes da época, provando que ambas as partes partilhavam preocupações e objectivos. De criticar apenas, como destaca Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, o facto de não serem abordados os problemas relacionados com a mulher operária e camponesa, sujeitas às maiores desigualdades em termos salariais e de condições de trabalho.

O primeiro congresso realizou-se entre os dias 4 e 19 de Maio de 1924, na Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa. Além de se apresentar como palco de discussões, o encontro serviu também para comemorar o 10º ano do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, na altura, a única associação feminista existente no país. A comissão organizadora foi composta por Adelaide Cabete, Aurora de Castro e Gouveia, Angélica Porto, Domingas Lazary Amaral, Albertina Gambôa, Laura Corte Real, Maria O'Neill, Deolinda Lopes Vieira, Vitória Pais Madeira, Elisa Lisa, Arnaldo Brazão e João Teixeira Simões. Foram apresentadas 24 comunicações, 16 das quais de mulheres, dedicados aos mais diversos assuntos de direito, educação, assistência, higiene e política.

No discurso de abertura, Adelaide Cabete, presidente da CNMP e da Comissão Organizadora, salientou “o bom acolhimento” que a ideia de promover um congresso deste tipo teve junto do sexo masculino, acrescentando que “a maior parte dos homens de hoje já não receiam que a mulher se torne menos feminina por ser feminista. Ele vê que a mulher à medida que se interessa pelas questões de ordem social, vai esclarecendo a sua inteligência, vai disciplinando o seu espírito, vai aperfeiçoando a sua própria individualidade, tornando-se assim um elemento de valor positivo, um ser consciente e portanto com maior direito ao título de mãe e esposa”. E lembrou, uma vez mais que as feministas portuguesas não desejavam usurpar ao homem aquilo que por direito lhe pertence”, mas sim colocar-se “ao seu lado como auxiliares e cooperadoras, exercendo aquela actividade política e social que a ambos os sexos pertence” e caminhar, assim, “para a perfectibilidade humana, ideal que todo o ser consciente e bom deve

ambicionar”⁷⁴. “Os anti-feministas que temos encontrado são na verdade elementos que receiam que a mulher os suplante, são espíritos inferiores e fracos, enquanto que aqueles que não receiam a competência da mulher, estão aqui a nosso lado, na imprensa, na política, etc., são aqueles que, confiando na sua inteligência e saber, nos ajudam a quebrar as algemas que apertam os nossos pulsos de mulher escravizada por leis feitas pelos homens”⁷⁵, concluiu Adelaide Cabete.

Embora reconhecendo a importância da participação da mulher na vida económica, social e política dos respectivos países, o presidente da República, António José de Almeida, fez questão de lembrar aos presentes que “Portugal é um país à parte, com uma raça muito sua, uma índole definida e costumes absolutamente diversos”. Como que a justificar a demora na adopção de determinadas medidas legislativas, o chefe de Estado frisou que “as reformas têm de ser subordinadas ao espírito da nossa nacionalidade” e que “a grande jornada do feminismo” deveria acomodar-se “no limite dos moldes portugueses”⁷⁶.

Apesar desta aparente normalidade, o congresso ficou marcado por uma grande polémica, em torno de duas comunicações, apresentadas por Calado Rodrigues e Boavida Portugal, intituladas “Tentativa de Conciliação das Aspirações Feministas Com a Necessidade de Defesa da Família e da Sociedade” e “Liga de Defesa dos Direitos Feministas”, respectivamente. Nos textos, os autores consideravam não haver razões para a realização de um congresso feminista a não ser que fosse “para imitar o estrangeiro”⁷⁷. “Em Portugal, não existe o que se possa chamar uma questão feminista. Não existe um declarado conflito entre as bases jurídicas nacionais e os direitos especialmente atribuídos à mulher portuguesa”⁷⁸. Por isso, perguntavam: “Quererá este Congresso atingir os direitos políticos?” Se assim fosse, não entendiam o porquê, uma vez que “a vida social da mulher não padece de falta de direitos políticos”⁷⁹.

Embora considerasse que “a mulher não é inferior ao homem, nem pelo que respeita a forças físicas nem pelo que respeita a forças intelectuais”⁸⁰, Calado Rodrigues

⁷⁴ Cf. Arnaldo Brasão, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925, p. 25

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 28

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 44

⁷⁷ Boavida Portugal, “Liga de Defesa dos Direitos Femininos” in Boavida Portugal e Calado Rodrigues, *Duas Teses Queimadas – Notas e Comentários a um Caso Escandaloso*, Lisboa, Livraria Central, 1924, p. 7

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 7

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 8/9

⁸⁰ Calado Rodrigues, “Tentativa de Conciliação das Aspirações Feministas com as Necessidades de Defesa da Família e da Sociedade”, *ibidem*, p. 16

Embora considerasse que “a mulher não é inferior ao homem, nem pelo que respeita a forças físicas nem pelo que respeita a forças intelectuais”⁸⁰, Calado Rodrigues considerava que a entrada da mulher na política iria criar novos motivos de discórdia familiar e roubar-lhe tempo aos afazeres domésticos, destruindo, assim, “o ambiente de paz, de serenidade, de ordem, de disciplina, sem o qual não pode haver lar feliz”⁸¹.

As teses foram recusadas pela comissão organizadora do congresso “por estarem redigidas em termos pouco correctos”⁸², como, por exemplo, “a mulher é a fêmea do homem”, explicou, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, Adelaide Cabete. Reagindo de forma indignada ao facto de os dois visados se queixarem, também, do dinheiro que gastaram na impressão das teses, Cabete respondeu estar pronta a “restituir-lhes a importância” e a “distribui-las pelas congressistas para acenderem o fogão com elas”. “Veja como os homens têm pouca coragem”, acrescentou: “Todas as congressistas mandaram imprimir as teses à sua custa e ainda não se queixaram”⁸³.

Face ao sucesso deste primeiro congresso feminista, várias vozes, entre as quais a de Arnaldo Brazão, desafiaram as organizadoras a “repetir estas assembleias para que novos factores ingress[am] no movimento social intenso da hora que passa”⁸⁴. O que se veio a verificar quatro anos mais tarde. O segundo Congresso Feminista e de Educação, também realizado em Lisboa, em Junho de 1928, teve igual sucesso, tendo sido debatidas praticamente as mesmas questões. Afinal, pouco ou nada se tinha avançado, em termos legislativos, quanto ao estatuto da mulher. Questões como a do voto, a da autorização do marido para poder exercer uma actividade profissional ou a problemática das mulheres prostitutas continuavam actuais e sem as respostas desejadas.

4 – Existiu um movimento feminista em Portugal?

Antes de respondermos a esta questão, comecemos por definir aquilo que consideramos ser o feminismo, socorrendo-nos, para isso, das palavras de Maria de

⁸⁰ Calado Rodrigues, “Tentativa de Conciliação das Aspirações Feministas com as Necessidades de Defesa da Família e da Sociedade”, *ibidem*, p. 16

⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 18

⁸² “Entrevista com a sr^a D. Adelaide Cabete” in *Diário de Lisboa*, de 9 de Maio de 1924 in *ibidem*, p. 25

⁸³ *Idem, ibidem*

⁸⁴ Arnaldo Brazão, *Homenagem às Reladoras de Teses do Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Lisboa, s.e., 1925

própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo – e só por esta razão – seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social”⁸⁵.

Ao contrário do que aconteceu em muitos outros países, onde as movimentações das feministas tiveram grande expressão pública, em Portugal, as iniciativas das defensoras dos direitos das mulheres pautaram-se por acções mais comedidas. Preferiram sempre o poder persuasivo da palavra, escrita e falada, às manifestações de rua ou a formas de protesto mais agressivas, como as que se verificaram, por exemplo, em Inglaterra. As próprias feministas portuguesas reconheciam que não tinham o mesmo “temperamento e o verbo dos propagandistas arrebatados e brilhantes”, mas, acrescentavam, também não tinham “os seus desfalecimentos e desânimos”⁸⁶.

As diversas organizações feministas que foram surgindo ao longo da década de 10 estiveram sempre de algum modo comprometidas com o Governo ou com um qualquer partido político, apesar de, na maior parte dos casos, as suas líderes ou os próprios estatutos alegarem imparcialidade e independência partidárias. A verdade é que sem esse apoio, dificilmente as associações feministas conseguiam sobreviver ou pôr em prática os seus projectos. Quase sempre por dificuldades financeiras. No entanto, nunca desistiram da denúncia da condição de tutelada da mulher e de reivindicar leis que lhe permitissem exercer a sua cidadania em pleno.

Por todas as razões acima expostas, discordamos de Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, quando afirma que “não há, e muito provavelmente nunca houve, feministas portuguesas”⁸⁷. É certo que em Portugal não se registaram marchas reivindicativas nas ruas e que o número de mulheres mobilizadas para esta causa foi sempre muito reduzido (mesmo para o universo populacional feminino português) e pertencentes maioritariamente à burguesia, mas houve, de facto, feministas e um movimento feminista em Portugal durante a Primeira República.

⁸⁵ Citado em Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira, *Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Género – Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*, dissertação para o doutoramento em Psicologia Social e das Organizações, Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1996, p. 150

⁸⁶ Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra – Aos Soldados e às Mulheres do Meu País*, 2ª edição, Lisboa, Ventura e Companhia Editores, 1918, p. 67

⁸⁷ Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *Mulheres Para Além do Seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, Março de 1995, p. 11

II - CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLÓGICA

1 - Nascer criança, crescer mulher

Haveria diferença em nascer-se rapaz ou rapariga nos inícios do século XX, em Portugal? Certamente que sim. Desde a mais tenra infância que uns e outros eram moldados para no futuro desempenharem os papéis que socialmente lhes estavam destinados há muitas centenas de anos, papéis esses muito distintos entre si. Salvo raríssimas exceções, os rapazes eram educados para serem racionais e fisicamente fortes, preparados para exercerem uma profissão e ocuparem-se dos negócios públicos e dos da família. As meninas, por seu turno, eram vistas como seres frágeis e emocionais, que cresciam a desejar apenas um bom casamento, que lhes garantisse um determinado estatuto social e fortuna. Aquelas que por opção decidissem ficar solteiras, tal como as divorciadas, eram colocadas à margem pela sociedade, por não se encaixarem em nenhuma das categorias consideradas socialmente aceites.

Desde muito novas, imitando os comportamentos da mãe ou das irmãs mais velhas, as jovens aprendiam como ser boas donas de casa e como cuidar dos filhos. Os ensinamentos, transmitidos quase sempre por via oral, careciam muitas vezes de uma base científica e quase nunca tocavam assuntos de grande importância, como a sexualidade ou a afectividade, temas ainda tabus tanto em casa como na escola. Esses ensinamentos eram transmitidos de geração em geração, quase nunca questionados, e incutiam muitas vezes nas jovens ideias erróneas sobre a vida. Perpetuavam mitos, verdades “inquestionáveis”, que aos poucos foram sendo postas em causa pelas novas gerações. As meninas aprendiam também a obedecer ao pai e aos irmãos mais velhos, a nunca discutir as decisões dos adultos fossem elas quais fossem e a guardar para si as suas opiniões, a não ser que estas lhes fossem solicitadas.

Devido ao tipo de educação ministrada às raparigas e às apertadas regras sociais que lhes eram impostas é possível falar numa linguagem própria do sexo feminino, em alguns pontos bastante divergente da utilizada pelos homens, como nota João da Silva Correia em *A Linguagem da Mulher em Relação à do Homem*. Neste estudo, e recorrendo a exemplos práticos, o autor destaca as especificidades linguísticas e comportamentais próprias de cada um dos sexos, fruto de uma herança histórica, mas também das diferenças físicas e intelectuais de ambos os géneros. De acordo com o autor, “o léxico da mulher é rico em vocábulos do domínio da vida do lar [...] enquanto

é pobre em termos de vida extra-doméstica”¹. A mulher recorre também mais aos auxiliares de linguagem, como o suspiro, o gemido ou o pranto, e aos gestos religiosos ou supersticiosos. O jogo fisionómico é também “mais activo no sexo feminino: os olhos e lábios têm na mulher mobilidade e expressão que não têm geralmente no homem. E o beijo e o abraço a cada passo substituem, ou pelo menos, acompanham nela, as fórmulas usuais de cumprimento ou saudação, e são repetidos no mesmo dia, pelas mesmas pessoas, a cada encontro e a cada despedida”².

Ao contrário dos rapazes, as raparigas eram educadas para circularem no espaço doméstico e apenas as do povo se viam na contingência de terem de trabalhar fora de casa, de modo a contribuírem para o sustento da família. Como nota Elzira Machado Rosa, nos primeiros decénios do século XX assistia-se a uma situação de dupla discriminação feminina: a da diferença de estatuto entre homens e mulheres da mesma classe e a diferença de condição feminina dos grupos burguês e popular. Em ambos os casos, “a mulher ocupa o centro do quotidiano familiar. Mas enquanto a primeira desliza para o mundo exterior saboreando a festa e o lazer, a segunda procura, fora de casa, apenas a subsistência”³.

Existindo estas diferenças de condição entre mulheres de classes distintas, comecemos por analisar como era educada a rapariga burguesa, o que era esperado dela pela sociedade, de que forma se comportava e ocupava os seus dias. A sua educação estava, na maioria dos casos, atribuída a uma mestre estrangeira ou, então, a jovem era matriculada num colégio privado, religioso ou não, de modo a não se misturar com as raparigas das classes mais baixas e a não adquirir os seus maus hábitos e comportamentos. Desde muito cedo que se encontrava sujeita ao olhar inquisidor, quer dos pais, quer dos professores, quer da sociedade no geral. O controlo social era bastante apertado, uma vez que qualquer comportamento menos próprio por parte da menina colocava em causa não só a sua honra, mas também a de toda a família.

Além dos ensinamentos transmitidos pelas familiares mais velhas (mães, irmãs, avós, tias) ou pelas professoras, muito do que a jovem burguesa aprendia encontrava-se publicado em jornais, revistas e livros especializados, que explicavam o que era esperado da mulher em cada uma das fases da sua vida, o que era ou não moralmente

¹ João da Silva Correia, *A Linguagem da Mulher em Relação à do Homem*, Lisboa, Oficina Tipográfica da Escola Normal Primária de Lisboa, 1927, p. 12

² *Idem, ibidem*, p. 5

³ Elzira Machado Rosa, *Bernardino Machado – Alice Pestana e a Educação da Mulher nos Fins do Século XIX*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, n.º 27, Comissão da Condição Feminina, 1989, p. 57

aceite e forneciam conselhos sobre os mais diversos assuntos relacionados com a família, a casa e o convívio social. “Os manuais de civilidade inscrevem-se num discurso pedagógico e moralizador que muito frequentemente apaga as normas de enunciação, tendendo a erigir-se num discurso universal e absoluto. [...] O discurso de civilidade obedece primeiro que tudo a hierarquias entre superiores e subordinados, bons e maus, cumpridores e infractores. É raro que numa frase não venha explicitado o termo verdadeiro e categórico”⁴, explica Cecília Barreira.

Embora algumas destas publicações e manuais de etiqueta e civilidade fizessem questão de frisar que se dirigiam a todas as portuguesas, a verdade é que o seu público eram sobretudo as mulheres das classes economicamente mais favorecidas, não só por serem aquelas que poderiam despender algum dinheiro na sua compra, mas também por serem aquelas que estavam melhor preparadas para as ler, uma vez que a taxa de analfabetismo era superior nas classes mais baixas. Eram também aquelas que tinham maior disponibilidade de tempo, visto que os seus dias eram quase inteiramente dedicados ao ócio. “Arrastando uma vida puramente vegetativa e fictícia, não tendo ideais nem sentindo necessidade de os ter, conserva-se, regra geral, indiferente a tudo que não seja o meio artificial em que a criaram”⁵.

A jovem deveria limitar-se a contemplar o mundo dos adultos e a aprender com o que observava. Só poderia intrometer-se quando fosse solicitada ou em caso de urgência. Até ser apresentada à sociedade, a jovem não participava nas festas ou recepções oferecidas pelos pais. Convivia apenas com os íntimos da família e nunca ia a casa estranhas. A partir dos 15/16 anos, começavam a ser admitidas nos jantares de amizade ou de pequena gala. Poderia já receber as visitas, juntamente com sua mãe, sendo que só deveria apresentar-se na sala quando fosse chamada. Nunca deveria receber um homem em sua casa quando estivesse sozinha, excepto se se tratasse de um idoso e amigo íntimo da família.

A jovem era, desde muito cedo, preparada para entrar no jogo das aparências que se jogava no palco social. Aprendia a controlar as suas emoções em público, a não se relacionar intimamente com desconhecidos, a mostrar-se serviçais. A linguagem corporal merecia atenções especiais. Sendo o gesto a corporização dos sentimentos e

⁴ Cecília Barreira, *História das Nossas Avós – Retrato da Burguesia em Lisboa*, Colecção Sociedade & Quotidiano, Edições Colibri, 1994, p. 49

⁵ *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, Ano I, nº 2, Maio de 1915, pp. 18/19

dos estados da alma, pertencentes ao domínio do íntimo, deveria ser comedido. O corpo deveria ter uma postura sóbria em qualquer circunstância.

Na rua, a menina deveria caminhar direita e sem baixar os olhos, nem abanar os braços, não sendo permitido voltar-se para observar melhor um objecto ou uma pessoa, nem dar grande atenção às vitrinas. O passo deveria ser regulado pelo da pessoa que a acompanhasse, da qual nunca deveria separar-se. Não deveria falar com estranhos e caso encontrasse alguém conhecido, deveria cumprimentá-lo discretamente, com uma leve inclinação de cabeça e um leve sorriso. Se se tratasse de uma pessoa das suas relações pessoais, poderia cumprimentá-la com um aperto de mão e caso fosse um familiar, com um beijo na face, embora algumas das fiéis seguidoras das regras de etiqueta e bons costumes defendessem que o beijo em público deveria ser abolido. “Como todas as manifestações do sentimento, o beijo deve ser discreto e deve trocar-se apenas na intimidade”⁶. Condenavam-se igualmente os modos quase masculinos, como os gestos bruscos e uma linguagem familiar, que muitas raparigas começavam a adoptar, fruto de uma maior abertura na convivência entre rapazes e raparigas. “Não cuidem que os seus camaradas masculinos as achem mais encantadoras pelo facto de haverem adoptado as suas maneiras e a sua linguagem”⁷, alertava a Condessa de Gencé.

2 – A entrada na vida pública

A rapariga era apresentada à sociedade normalmente entre os 16 e os 18 anos, idade a partir da qual poderia ser pedida em casamento. Ou seja, a jovem transitava naturalmente de casa dos pais para a casa do marido, cingindo-se quase exclusivamente ao espaço doméstico. O número de mulheres que se movia no palco social, cultural ou artístico era bastante reduzido, para já não falar ao nível político, económico e desportivo. Eram também raras as mulheres burguesas cujas preocupações iam além das actividades mundanas, como ir às compras, à modista ou passear pelos principais locais públicos, para serem vistas pelos outros. Actividades a que se dedicavam desde muito novas, situação que muito preocupava os médicos.

⁶ Condessa de Gencé, *Guia Mundano das Meninas Casadoiras*, Lisboa, Guimarães & C^a. – Editores, 1912, p. 12

⁷ *Idem, ibidem*, p. 15

Costa Sacadura, Inspector-Geral da Sanidade Escolar, alertava, em 1912, para o facto de “a maior parte das doenças que se manifestam na época da puberdade [terem] a sua origem nas infracções repetidas às leis da higiene geral”. E exemplificava: “a clorose, as anemias graves, as afecções nervosas poderiam ser largamente evitadas por cuidados preventivos”. De acordo com o mesmo técnico, “as horas que dev[iam] ser consagradas ao repouso, nem sempre [eram] bem empregadas; algumas raparigas [eram votadas] a uma cultura musical intensiva, por vezes até na ausência de disposições naturais; outras [iam] com as mães fazer visitas, percorr[ia]m as lojas, assist[ia]m prematuramente a bailes e soirées, [iam] ao teatro, visita[va]m exposições de moda, com grave prejuízo da sua saúde. E quando o médico consultado por pequenas doenças, precursoras de perturbações mais graves, reclama[va] um pouco de repouso e alguns instantes para duches, passeios higiénicos, ginástica ou jogos ao ar livre, os seus conselhos [eram] bem mal acolhidos”⁸.

Na maioria dos casos, a apresentação à sociedade era feita na casa dos pais, de modo a que a jovem se sentisse mais à vontade nesse primeiro momento da nova etapa da sua vida. Deveria apresentar-se “nem demasiado acanhada, para não parecer desastrada, nem demasiado desembaraçada, para não passar por arrogante”⁹. A partir dessa altura, a jovem “tem direito às homenagens e está exposta à crítica”¹⁰, poderia então frequentar os bailes e as festas para os quais era convidada, mas deveria fazer-se acompanhar sempre por um familiar ou uma criada. Não deveria, contudo, esquecer-se que a vida não era só festas e passeios. “Para as meninas, o facto de entrar na sociedade não significa que devam interromper os seus estudos: não é aos dezoito nem aos dezasseis, nem aos vinte anos que uma rapariga se embrulha na sua sabedoria para não aprender mais nada; isso levaria ao entorpecimento das faculdades naturais e a um retrocesso à ignorância. Devem portanto frequentar os cursos ao seu alcance. A vida intelectual de uma grande cidade é demasiado activa para que uma rapariga, com algumas horas livres, não descubra aqui ou acolá uma lição ou uma conferência que lhe seja útil ouvir”¹¹.

Muitas vezes, era nos bailes que as jovens tinham o primeiro contacto com elementos do sexo oposto que não fossem seus familiares ou amigos íntimos da família.

⁸ S. C. da Costa Sacadura, *A Idade da Puberdade na Mulher em Portugal*, Lisboa, Tipografia Mendonça, 1912, p. 14

⁹ Condessa de Gencé, *ob. cit.*, p. 95

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 89

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 32

Nestes locais de encontro público, trocavam-se os primeiros olhares e as primeiras confidências com os jovens da mesma idade, descobriam-se as primeiras paixões. Não raras vezes, iniciavam-se as primeiras relações amorosas, a princípio, disfarçadamente, embora dificilmente fosse possível esconder esses sentimentos do olhar social. “De todos os lados as observam. As pessoas presentes estão estudando os seus rostos, a cor das suas faces e até o brilho dos seus olhares”¹². No caso das classes mais baixas, esses encontros davam-se nas festas populares ou nos bailes da aldeia. Embora, neste caso, as jovens não estivessem sujeitas a um conjunto de regras sociais tão restrito como as jovens burguesas, deveriam igualmente ter em atenção ao seu comportamento, para não serem alvo das conversas de bairro ou da aldeia, pois o controlo social era igualmente apertado.

Ditavam as regras de etiqueta que a jovem falasse imediatamente a sua mãe, se um rapaz lhe confessasse que a amava e a queria para esposa. Se um mancebo concluísse que pretendia unir a sua vida à de uma menina, deveria comunicar as suas intenções a seus pais, a um amigo mais velho ou a alguém da sua confiança. Nunca deveria dirigir um pedido de casamento directamente à jovem eleita. Caberia ao confidente pôr-se em contacto com um amigo íntimo da família da rapariga a fim de informá-lo dos desejos do jovem e combinar um encontro entre o casal para discutir todos os pormenores. Antes, porém, os dois intermediários informar-se-iam sobre a fortuna, a posição social e a genealogia das duas famílias, para apurar de que forma o casamento poderia, ou não, ser vantajoso e discutir as questões relacionadas com o negócio matrimonial. Se o casamento ficasse acertado, seguir-se-ia um conjunto de cerimoniais – apresentação oficial do noivo, festa dos esposais, etc. - até à chegada do grande dia. O casamento era, muitas vezes, encarado como a única forma de ascensão social e económica. Embora nos inícios do século XX, as famílias tivessem já em conta os sentimentos dos jovens, tal não significava que não tentassem obter para si benefícios vários, através de disposições pré-matrimoniais negociadas pelos pais e/ou amigos íntimos das duas famílias.

Iniciar um namoro e, mais tarde, decidir pelo casamento, não era uma decisão fácil para nenhum dos jovens, que se viam assaltados por uma série de dúvidas. Não se pense, contudo, que esse tipo de decisão era mais difícil para as raparigas do que para os rapazes. As dúvidas quanto a uma relação a dois não eram apanágio apenas do sexo

¹² *Idem, ibidem*, p. 100

feminino, embora os rapazes tivessem mais experiência do campo sexual e na vivência a dois. De uma forma jocosa e num tom nem sempre abonatório para as mulheres, Luís d'Oliveira Guimarães, em *A Arte de Conhecer Mulheres*, fala-nos das incertezas e dos medos que os homens também sentiam antes de decidiram entrar numa relação amorosa, principalmente quando a eleita era uma “menina da moda de Lisboa”, pois esta era “muito mais falsa do que a sua irmã ingénua e tranquila que povoa[va] os quatro cantos floridos de Portugal”. O autor defende que um “balanço moral da mulher” a quem o homem decidisse entregar a felicidade e o dinheiro era imprescindível para evitar “desastres conjugais e desilusões amorosas”. Aconselhava, por isso, os pretendentes que indagassem das “preferências íntimas” delas, que apurassem quantos namorados tiveram antes dele, por que motivo a relação não durou e se “os conheceu na penumbra de algum cinema da moda”¹³.

A relação entre o jovem casal era permanentemente vigiada, quer pelos seus familiares mais directos, quer pela sociedade em geral. Mesmo nas relações de intimidade, existia um conjunto de regras de conduta que deveriam ser escrupulosamente cumpridas, sob pena de manchar a honra de ambas as famílias. O beijo na presença de outra pessoa era condenável. Os noivos deveriam tratar-se com toda a deferência. A jovem nunca deveria sair à rua acompanhada apenas pelo seu noivo. Sempre que fosse necessário, a menina deveria fazer-se acompanhar também por um parente masculino. Também não era permitido que uma rapariga, estando noiva, frequentasse reuniões mundanas sem o seu noivo, pois deveria evitar situações que dessem azo ao encontro com outros rapazes, o que era moralmente condenável.

Passada a primeira fase de encantamento, e uma vez oficializado o namoro, esse período era aproveitado pelos jovens para se conhecerem melhor. Era um tempo especialmente importante para as raparigas, uma vez que eram obrigadas a disfarçar sempre os seus sentimentos e opiniões. “[...] já que os nossos costumes, ou demasiadamente prudentes, ou demasiadamente hipócritas, não permitem que uma menina, antes do casamento, seja outra coisa, além de um autómato, um ser incaracterístico e nulo, que responde *sim* ou *não* (itálicos no original), fazendo-se muito corada; escondendo tudo o que lhe deixaram adivinhar; ocultando tudo o que é e que sente; já que os nossos costumes nos dão como resultantes essa criatura enigmática, que amanhã será mulher, mas na qual se não podem adivinhar sequer os mais essenciais

¹³ Luís d'Oliveira Guimarães, *Arte de Conhecer Mulheres*, Lisboa, Lusitânia Editora Limitada, 1923, pp. 15/16

lineamentos do carácter futuro – aproveitem os noivos o primeiro tempo da sua encantadora e perturbante intimidade, não para se *iludirem* (itálico no original) um ao outro, acerca das próprias qualidades, mas para se entenderem, se aperceberem, se desculparem, se combinarem moralmente melhor”¹⁴.

3 – A vida a dois

Embora a educação feminina tivesse como fim preparar a jovem para se tornar num dona de casa competente, na maior parte dos casos, ela chegava ao casamento sem saber minimamente o que a esperava ou o que dela era esperado, o que não raras vezes lhe causava dissabores de vária ordem. Como escrevia Maria Amália Vaz de Carvalho, “diz-se geralmente que sendo esse o destino da mulher, são para ela de fácil compreensão os deveres que esse destino lhe impõe, e no entanto quem atentar conscienciosamente nas complexas aptidões que tais deveres exigem, verá que poucas mulheres os entendem e poucas os executam”¹⁵. O testemunho de Virgínia de Almeida e Castro, que a seguir transcrevemos, é também ele bastante elucidativo: “A nossa educação é muito descurada nestes pontos e sei por mim a falta que esta lacuna representa para o desempenho regular das nossas obrigações. Nos meus primeiros anos de casada encontrava-me continuamente em frente de problemas dos quais nem reconhecia a gravidade ou que me desesperavam por não lhe achar solução. E só à custa da experiência por vezes paga bem caro e à força de um estudo tardio e por isso mesmo tanto mais penoso, consegui equilibrar-me e aprender as coisas que deveriam ter crescido naturalmente desde a infância no meu cérebro como o conhecimento das línguas maternas e as primeiras noções de aritmética”¹⁶. Nem todas, porém, tinham disponibilidade económica ou de tempo, ou mesmo força de espírito, para, já adultas e casadas, muitas vezes com filhos a cargo, se dedicarem aos estudos.

Para essas, as revistas femininas e as secções da imprensa generalista dedicadas à mulher desdobravam-se em conselhos e recomendações às mães e às jovens casadoiras. Era imprescindível saberem como lavar e passajar a roupa e fazer pequenas

¹⁴ Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cartas a uma Noiva*, Lisboa, Tavares Cardoso e Irmão, 1891, pp. 12/13

¹⁵ Maria Amália Vaz de Carvalho, *A Arte de Viver na Sociedade*, Lisboa, Parceria Maria Pereira, 1920, p. 37

¹⁶ Virgínia de Castro e Almeida, *Como devemos criar e educar os nossos filhos*, Lisboa, Livraria Clássica Editores, 1908, p. 64

reparações domésticas, conhecer receitas caseiras para aplicar em feridas ou curar indisposições e, sobretudo, receitas gastronómicas. No caso das burguesas, estes conhecimentos, mesmo que apenas teóricos, eram úteis para poderem melhor dar ordens ao pessoal doméstico.

Nos manuais de etiqueta e de civilidade encontravam-se também dicas sobre como tornar a vida sexual mais atractiva ou como manter o marido sempre apaixonado. Era dada especial atenção à higiene corporal, à forma de vestir e de lidar com o marido, conselhos que tanto se dirigiam à burguesa como à mulher do povo. Embora as primeiras dessem especial atenção às roupas e aos acessórios, tentando imitar sempre que possível os modelos vindos de Paris, nem sempre se apresentavam elegantes aos homens, muitas vezes devido a uma higiene deficiente ou ao uso de peças de roupa inadequadas. “Uma elegante de hoje, depois de despida, apresenta aos nossos olhos verdadeiros horrores, que ofendem profundamente a estética e a plástica. As costas e o ventre estão cheios de vergões avermelhados pela compressão das barbas do espartilho, as pernas deformadas pelo aperto das ligas, os sovacos denegridos pela transpiração que não pode vaporizar-se, queima a epiderme, os pés defeituosos e rijos pelo cabedal das botas ou sapatos, e muitas vezes sujos pelo uso das meias pretas, a mais incomensurável das porcarias inventadas para nosso uso”¹⁷, relatava a Condessa de Til. E explicava: “Desde crianças, os rapazes de hoje acostumam-se a ver como as mulheres calçam bem, em que altura melhor prendem as ligas, como são enfeitadas as camisas e as saias, como se alindam os cabelos, como se excita a voluptuosidade, numa palavra enfim, como a mulher pode proceder para captar a paixão e os sentidos do homem. Casados com uma ingénua vergonhosa e inábil, cheia de simplicidades banais e muito convencida de que o marido, por ser marido, tem de a aceitar e tolerar, com todas as suas prosaicas exhibições, enfastiam-se, desertam do lar doméstico, e vão procurar fora dele esses excitamentos e aperitivos que lhe faltam, tornando assim desventurada uma união que se realizara sob os melhores auspícios”¹⁸.

A mulher do povo não era diferente. Sem dinheiro para comprar as melhores roupas e os melhores perfumes, sem tempo para se arranjar, ocupada que estava sempre a cuidar da casa e dos filhos ou a trabalhar no campo ou na fábrica, e com o corpo deformado pelas consecutivas gravidezes, a mulher das classes socialmente mais baixas também não pautava pela elegância e pelo bom gosto. “Era de ver aquelas fortes fêmeas

¹⁷ Condessa de Til, *ob. cit.*, pp. 51/52

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 59/60

do campo, altas, espadaúdas, tismadas, peles soalheiras, de mãos enormes e pés descomunais, descalças, com os cabelos pulverulentos e desgrenhados coçando-se continuamente pelo prurido que os parasitas lhes causavam no coiro cabeludo, desdentadas, sem elegância, sem gosto, aborrecidas do moirejar da vida, berrando todo o dia com as vizinhas e os filhos [...]”. Os domingos e os dias de festa popular eram as únicas alturas em que a mulher do povo mudava de traje, tirava dos guarda-jóias os poucos acessórios que tinha e algumas colocavam um pouco de maquilhagem no rosto. “Nas festas e romarias essas mulheres caprichavam em se apresentarem garridas, limpas, apetitosas e tentadoras, e algumas assim eram, na força da mocidade, saudáveis. Formosas e gentis; mas passada a festa, guardadas as saias de roda, as meias brancas arrendadas, as chinelas de polimento, os lenços de cores vistosas e as arrecadas de oiro, elas aí ficavam de novo sujas, toscas, mal cheirosas, incompatíveis para sensibilizarem o gosto apurado de um homem fino [...]”¹⁹.

Às dúvidas e incertezas relativas à gestão do lar, acresciam os medos próprios de quem desconhecia o que era uma relação íntima entre um homem e uma mulher. Chegar virgem ao casamento continuava a ser uma obrigação, não por imposição legal, mas fruto ainda da influência da moral católica. O mesmo, porém, não sucedia com os homens, de quem era esperado que iniciassem a sua vida sexual bastante cedo e, normalmente, recorrendo a prostitutas. Não era, por isso, de estranhar que quando chegasse ao casamento o corpo da mulher e a arte do amor já não fossem desconhecidos para ele. Em contrapartida, o conhecimento que a maior parte das raparigas possuía sobre o seu corpo, o corpo masculino, a sexualidade e a afectividade, era quase inexistente e não raras vezes resultado de informações que não correspondiam verdadeiramente à realidade, partilhadas, na maior parte dos casos, em surdina entre amigas igualmente solteiras e inexperientes nos jogos amorosos.

A noite de núpcias era, sem dúvida, o momento mais aguardado pelas jovens noivas, que ansiavam por essa comunhão física e espiritual dos corpos com nervosismo e ansiedade, um misto de desejo, de pudor e de medo, para descobrir, no fim, que “não há nada mais simples no mundo”²⁰, como contava Maria à sua amiga Nini, depois de ter passado a primeira noite de amor com o marido, Miguel. A própria reconhecia que após esse primeiro momento sentia-se “mais alegre, mais feliz, mais bem disposta”.

¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 27/28

²⁰ Luís d'Oliveira Guimarães, *ob. cit.*, p. 50

Não eram, aliás, raros os casos relatados de mulheres cujo carácter se modificava profundamente após o casamento. O exemplo de Alzira era apenas um de entre muitos. “Melancólica, pensativa, triste e poética, sofrendo de congestões nos ovários, ataques histéricos, delíquios, sonolência e inapetência, Alzira estava magra e olheirenta, aborrecida e irritável até que se casou. Em seis meses o seu estado moral e físico sofreu uma completa transformação. Tornou-se alegre, expansiva, divertida, meiga, filosófica quase, engordou, as faces, antes desmaiadas, coloriam-se-lhe do mais lindo rosado, comia admiravelmente, dormia com a mais natural regularidade e se continuava a ter olheiras a culpa era do marido, que, tão voluptuoso como ela, lhe concedia os mais delicados e excitantes prazeres, que sempre deixam perceber por esse estigma os efeitos da sua intensidade”²¹.

Relatos como este não raras vezes eram utilizados por aqueles que desdenhavam das feministas, mulheres fisicamente feias, intelectualmente desinteressantes, frustradas, infelizes no amor, que não conseguiam arranjar marido. As manifestações feministas mais não eram do que “uma forma inquietante de histeria que em certas mulheres – designadamente nas mulheres feias – reveste o aspecto da exibição política”²².

Devido aos efeitos que o amor e a vida a dois tinham na saúde física e mental da mulher, algumas vozes defendiam que as viúvas deveriam casar se assim o pretendessem e as vezes que o desejassem. “A viuvez é uma situação cruel para a mulher que subitamente se vê forçada a suspender uma função natural, que a natureza pede com maior império que à solteira para quem o tormento da carne não passa de um vago desejo, cuja verdadeira causa desconhece e cuja satisfação não pode procurar com tanto empenho”²³.

À semelhança do que acontecia em todos os outros momentos da vida, também nos momentos íntimos da vida do casal era esperado que os desejos e fantasias do marido se sobrepusessem aos da mulher, que deveria ter não um papel passivo, mas de subserviência. A mulher não deveria sentir qualquer pudor em desnudar-se à frente do marido, nem em pedir-lhe que a relação sexual ocorresse num quarto escuro. Apenas durante a primeira relação sexual, quando a mulher é ainda virgem, o marido poderia perdoar algum tipo de pudor e de hesitação. Recomendava-se mesmo que nessas alturas

²¹ Condessa de Til, *O que as noivas devem saber – Livro de Filosofia Prática*, 3ª edição, Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1910, p. 12

²² Luís d'Oliveira Guimarães, *ob. cit.*, p. 107

²³ Luiz A. Boulrier, *Higiene dos Prazeres do Amor*, Lisboa, Livraria Central Gomes de Carvalho, Editor, 1902, p. 57

ele fosse “delicado e cauteloso” de modo a que a mulher “não entende[sse] logo desde a primeira noite que casou com um egoísta que procura gozar sem proporcionar prazeres”²⁴. Recomendava-se, contudo, que o marido se abstinhasse de determinadas práticas sexuais com a legítima mulher, como beijar “partes que o pudor manda conservar cobertas”, ou introduzir a língua na boca ou o morder com os dentes a sua língua, actos considerados menos próprios por ter “um ligeiro perfume de depravação” e poder “ser o contágio de sérias enfermidades”²⁵.

No caso de a mulher manter os seus apetites sexuais durante a gravidez, deveria copular de costas voltadas para o marido, de modo a evitar a compressão do ventre e evitar que o companheiro olhasse directamente para o seu corpo deformado. Aconselhava-se, porém, a abstinência sexual a partir dos quatro meses de gestação para evitar a deformação do feto. Acreditava-se que “muitas crianças nascem defeituosas, com as cabeças achatadas de um lado e às vezes um ombro mais deprimido do que o outro, em consequência da pressão que os pais, nervosos e excessivos, exerceram sobre o ventre da mulher no momento harmónico do prazer”²⁶.

Os jogos de poder que se disputavam nos momentos de maior intimidade prolongavam-se a todos os momentos da vida do casal. A mulher casada deveria subjugar-se sempre aos desejos do marido. Deveria guardar para si as suas opiniões quando estas entrassem em confronto com as do marido, de modo a não quebrar a harmonia conjugal, e nunca o deveria contradizer ou desautorizar, principalmente na presença de estranhos. Deveria saber dominar a sua impulsividade, se esta fizesse parte do seu carácter, para nunca perder a razão e poder defender-se ou à sua família sempre que tal fosse necessário. “Uma mulher de opiniões muito acentuadas, de génio muito decidido e muito intransigente, arreigada às próprias ideias, incapaz de entrar nos gostos e nas predilecções das pessoas com quem conviver, não admitindo salvação fora do grémio em que se conservar incomunicável e impenetrável às impressões alheias, não poderá ser nunca um centro de sociabilidade agradável ou de felicidade doméstica”²⁷.

O fim primeiro e último do casamento deveria ser o da procriação. Embora o papel de mãe devesse ser natural à mulher, a verdade é que a portuguesa estava mal preparada para essa missão. Ser mãe não significava apenas carregar o filho no ventre

²⁴ Luís G. Salazar, *Noite de Núpcias. Estudo sobre a Virgindade*, Lisboa, Livraria Central Gomes de Carvalho, Editor, 1903, p. 62

²⁵ Luís Boulter, *ob. cit.*, p. 88

²⁶ Condessa de Til, *ob. cit.*, pp. 174/175

²⁷ Maria Amália Vaz de Carvalho, *ob. cit.*, p. 48

durante nove meses e pari-lo. Ser mãe era ser a protectora e a educadora principal do filho até que este estivesse em condições de se emancipar da tutela dos pais. Mas como poderia educar quem não era educado? Quem poderia preparar um novo ser para se integrar plenamente no mundo se ela própria continuava afastada desse mesmo mundo?

Tendo a seu cargo os cidadãos do amanhã, a mulher tinha a grande responsabilidade de inculcar nos filhos o amor à Pátria e ao povo a que pertenciam, contribuindo, assim, para a continuidade histórica que caracterizava Portugal. Como sublinhava Ana de Castro Osório, “a mulher portuguesa, mais do que nenhuma outra, tem conservado o amor à sua pátria e o respeito à sua raça, só assim se explicando, que um país de tão diminuta população e tão forte corrente emigradora, consiga viver independente durante oito séculos de história, na sua maior parte dispersiva, isto é, conquistadora e colonizadora”²⁸.

Dada essa falta de preparação, algumas feministas defendiam a criação de cursos especiais, vocacionados para o ensino da puericultura. A médica Adelaide Cabete foi uma das principais defensoras deste projecto, tendo, inclusive, sido propulsora de alguns desses cursos. Outro dos alvos das críticas das feministas era o hábito que as mulheres da burguesia adquiriram de entregar os filhos ao cuidado de uma ama, muitas vezes recusando-se mesmo a amamentá-los, para não estragar ainda mais o corpo, já martirizado pela gravidez. Esta lógica mercenária, segundo a qual o dinheiro tudo poderia comprar, inclusive, a felicidade e o bem-estar dos filhos, só poderia acabar no dia em que a mulher tomasse verdadeira consciência da importância do seu papel como educadora. O que só poderia alterar-se com uma mudança no tipo de educação que lhe era ministrada. “[...] é necessário ensinar às crianças: a brincar com as bonecas como uma pequenina mamã, que deve fazer os vestidos e o enxovalito com elegância e graça; ensiná-las a ter ordem e asseio, a olhar pelos seus *bonitos* [itálico no original] com o carinho com que mais tarde deverão olhar pela sua família”²⁹.

Este era, sem dúvida, um dos assuntos mais abordados pelas feministas. Era necessário quebrar o círculo de transmissão de conhecimentos que se perpetuava ao longo de gerações. Era necessário que a mulher fosse melhor preparada para entrar na vida adulta, para encarar o casamento não como “o momento de triunfo ansiosamente esperado para entrajá o cobiçado vestido de noiva, o enxoval, a casa posta, as criadas

²⁸ Ana de Castro Osório, *A Influência da Mãe na Raça Portuguesa*, Lisboa, Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1916, p.9

²⁹ Ana de Castro Osório, *As Mães Devem Amamentar Seus Filhos – O Bem da Pátria*, Setúbal, s.e., Setembro de 1901, p. 7

suas, tudo isso que faz morder de inveja as amigas mais íntimas”³⁰, mas como uma das mais importantes etapas da sua vida.

³⁰ *Idem, ibidem*

III – AS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS

1 - DIREITOS CIVIS

A – Família, Casamento e Divórcio

Não sendo uma bandeira exclusiva, nem tão pouco prioritária, das feministas (as primeiras teses divorcistas apareceram, em Portugal, muito antes do surgimento do frágil movimento feminista português), a legalização do divórcio acabou por constituir mais um ponto a favor da luta pela emancipação da mulher. A sua instituição, em 1910, constituiu não só mais uma forma de os líderes do novo regime marcarem posição perante a Igreja Católica no que dizia respeito à vida privada dos cidadãos e à organização do Estado, mas também um sinal de que estariam atentos e interessados em modificar os direitos civis das mulheres. À Lei do Divórcio seguiu-se um conjunto de novos diplomas legais, respeitantes ao casamento e à família, que também contribuíram para uma melhoria do estatuto social da mulher, se bem que esta continuasse a enfrentar o olhar persecutório de uma sociedade pouco dada a mudanças desta natureza e que mantinha uma visão tradicionalista quanto ao papel que o sexo feminino deveria desempenhar na comunidade e na família.

Curiosamente, num país profundamente católico e fervorosamente adepto da legalização das uniões amorosas, como era o caso do Portugal de então, a mulher casada era a que possuía menos direitos legais. De todos os estados civis, o de casada era aquele que concedia menos liberdades e direitos ao sexo feminino. A mulher solteira e maior de idade podia decidir da sua vida sem ter que justificar-se a quem quer que fosse. Chegando aos 21 anos¹, era livre de escolher o local da sua residência, de administrar os seus bens e rendimentos e de contrair casamento sem ter que solicitar autorização aos pais ou aos tutores legais. O mesmo não sucedia com a mulher casada, obrigada a adoptar um comportamento passivo quanto às decisões do marido em matéria de administração de bens (próprios ou comuns), de educação dos filhos ou de escolha do local de residência, por exemplo.

¹ Em caso de divórcio dos pais ou se se tratassem de antigas expostas ou abandonadas tornavam-se maiores de idade aos 18 anos. O mesmo acontecia em relação aos rapazes.

1 – O primeiro Código Civil português

Remontam à segunda metade do século XIX, com o início da discussão do primeiro Código Civil português, as primeiras tentativas de afastar a Igreja Católica da vida privada dos cidadãos, embora de uma forma ainda bastante tímida e, por vezes, contraditória. A versão inicial do documento, da autoria do visconde António Luiz de Seabra², então juiz da Relação do Porto, que começou a ser discutida pela Comissão Revisora³ a 9 de Março de 1860, previa duas formas de celebração do casamento: uma para os católicos (art. 1115º), obrigatoriamente, de acordo com os preceitos da Igreja, e outra para os não católicos (art. 1125º), sendo apenas exigida, neste caso, a celebração do casamento civil. A cerimónia religiosa era opcional. Porquê esta diferença? Defendia o autor que sendo Portugal um país maioritariamente católico, que desde sempre se havia regido pelos princípios da Igreja nesta matéria, “a secularização absoluta [...] não só seria na hipótese uma gravíssima impendência, mas ainda mesmo em tese [...] um erro indesculpável”⁴. E questionava: “Como poderíamos aceitar uma doutrina que tende a despojar o casamento da santidade que o enobrece?”⁵

A tese mereceu a pronta discordância de Alexandre Herculano, um dos revisores, que embora compreendendo a lógica dos argumentos apresentados, recordava que estes constituíam uma clara violação de um dos princípios básicos do constitucionalismo – a liberdade de consciências. Por isso, propunha que, a par do casamento religioso, se consagrasse em lei a obrigatoriedade do casamento civil para todos os casais, mesmo para os católicos, e o reconhecimento das diferentes celebrações religiosas, que não católicas, de modo a que cada um pudesse escolher a forma de celebração que melhor incorporasse as suas crenças. Herculano referia-se aos não católicos (ateus ou não), que desta forma veriam os seus contratos matrimoniais reconhecidos e regulados pelas leis civis.

A estas premissas, Augusto Neves Santos Carneiro, bacharel em Teologia, acrescentava que a sociedade via o homem como um ser social e não um ser religioso e que a Igreja não podia incluir nos registos paroquiais os casamentos que não fossem celebrados de acordo com os seus preceitos. O que significava que um largo conjunto de

² António Luiz de Seabra foi encarregado de elaborar o primeiro Código Civil português por decreto de 8 de Agosto de 1850. Na mesma altura, foi nomeada uma comissão de professores da Faculdade de Direito com quem discutiu, no ano seguinte, os trabalhos preparatórios.

³ A comissão era composta por quatro lentes da Faculdade de Direito: Vicente Ferrer Neto Paiva, Manuel António Coelho da Rocha, Joaquim José Paes da Silva e Domingos José de Sousa Magalhães.

⁴ Luiz de Seabra, *Duas Palavras sobre o Casamento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, pp. 16/17

⁵ *Idem, ibidem*, p. 18

contratos matrimoniais acabava por não ter existência legal. Ganhava, assim, força a ideia de criação de um registo civil, independente do registo eclesiástico e com um modelo de funcionamento próprio.

Fruto deste amplo debate de ideias, que se prolongou por sete longos anos, com avanços e recuos, o Código Civil acabou por ser aprovado a 1 de Julho de 1867, tendo entrado em vigor no continente e ilhas adjacentes no ano seguinte, e nas possessões ultramarinas, em 1870. O Código contemplava duas formas de casamento. Os fiéis da Igreja Católica casar-se-iam de acordo com as leis canónicas, enquanto os não católicos contrairiam casamento de acordo com o estabelecido na lei civil (art. 1057º). Neste último caso, poderiam os noivos celebrar uma cerimónia de acordo com as suas crenças religiosas, mas para que o casamento tivesse efeitos civis, era obrigatória a realização de uma escritura pública na qual constassem as estipulações matrimoniais. O casamento era encarado como um contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente, com o fim de estabelecer entre os contraentes uma comunhão perpétua de vida física e moral e constituírem legitimamente família (art. 1056º).

Apesar desta aparente harmonia legislativa, o primeiro Código Civil encerra em si algumas hesitações e contradições, como ressalva José Dias Ferreira⁶ no seu *Código Civil Português Anotado*. Ao contrário do que sucedeu em outros códigos civis, nomeadamente, no francês, em Portugal manteve-se a obrigatoriedade do casamento religioso para os católicos nacionais (art. 1057º), como que proibindo-os de se casarem civilmente, embora o casamento civil celebrado entre católicos não fosse considerado nulo (arts. 1081º e 1090º). Por outro lado, o facto de o oficial do registo civil que presidisse à cerimónia ser obrigado a ler aos nubentes os artigos 1056º e 1057º (que definem o que é o casamento e estipulam que o casamento católico é para os católicos e o civil para os não católicos, respectivamente), poderia funcionar como uma espécie de coacção para os católicos que quisessem casar-se apenas pelo civil. Foi esta a forma, de acordo com José Dias Ferreira, de o legislador “transigir entre as opiniões políticas avançadas e os sentimentos da maior parte do povo português”⁷, não se comprometendo exclusivamente com nenhuma das partes.

Independentemente de todas estas contradições, este primeiro Código Civil introduziu importantes alterações no quadro legislativo português no que diz respeito ao

⁶ José Dias Ferreira, *Código Civil Português Anotado*, vol. II, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1894, p. X

⁷ *Idem*, *ibidem*, pp. 290/291

casamento. Antes de mais, ao distinguir entre contrato e sacramento, possibilitava a celebração de casamentos de acordo com as leis civis, não impondo taxativamente a obrigatoriedade de uma cerimónia religiosa. Esta secularização do matrimónio era, na altura, considerada uma das maiores conquistas das modernas liberdades políticas. Por outro lado, a introdução da figura da separação de pessoas e bens, ou só de bens, embora personificasse aquilo que Virgílio Lopes⁸ designa por divórcio imperfeito, permitia ao cônjuge desavindos a possibilidade de não viverem no mesmo domicílio, embora continuassem a ter as mesmas obrigações um para com o outro e não pudessem contrair novo casamento. Caso decidissem partilhar o dia-a-dia com outra pessoa, viveriam em regime de concubinato, o que para a mulher poderia ser bastante penalizador do ponto de vista social.

Os cônjuges eram obrigados a viver na mesma casa, a socorrer-se e a ajudar-se mutuamente e a guardar fidelidade conjugal (art. 1184º). O marido tinha como obrigação primeira defender a pessoa e os bens da mulher e esta o de obedecer às ordens do marido (art. 1185º) e o de viver na mesma casa que este⁹. A mulher não podia publicar os seus escritos sem autorização do marido, embora pudesse recorrer da decisão por via judicial (art. 1187º) caso a considerasse infundada. Na base desta premissa está o facto de o legislador temer que a mulher, ao dedicar-se a uma carreira literária (ou mesmo científica ou artística), descursasse as suas obrigações como esposa e como mãe, os seus papéis principais na família e na sociedade. A mulher também não podia estar em juízo sem autorização do marido, excepto nas situações em que fosse ré¹⁰, em caso de conflito com o marido, de defesa dos seus direitos próprios e exclusivos ou dos direitos e deveres inerentes ao poder paternal referentes aos filhos legítimos ou aos naturais, que tivesse tido de outro homem que não o marido (art. 1192º).

Ainda no que diz respeito especificamente à mulher, o Código Civil, em nome da harmonia e da perpetuidade da relação conjugal, não lhe permitia exercer a maior parte dos seus direitos civis sem autorização do marido, uma vez que este era o chefe da família e, consequentemente, o responsável pela administração dos bens do casal (excepção apenas para os casos de propriedade ou de alienação de bens imóveis).

⁸ Virgílio Lopes, *Divórcio em Portugal*, Editorial Aster, Lisboa, 1978, pp. 20/21

⁹ Excepção apenas nos casos em que o marido pretendesse fixar residência no estrangeiro. Neste caso, a mulher apenas era obrigada a acompanhá-lo se houvesse uma sentença judicial nesse sentido. Caso contrário, estar-se-ia perante uma expatriação forçada.

¹⁰ A lei colocava também algumas restrições ao marido nesta matéria. O homem não podia estar em juízo por causa de questões de propriedade sem autorização da mulher (art. 1191º).

Também em relação aos filhos, a autoridade da mãe era bastante limitada. Se não houvesse acordo quanto à concessão de licença para casamento dos filhos menores, prevalecia sempre a opinião do pai (art. 1061º), uma vez que, sendo o chefe de família, cabia-lhe dirigir e representar os filhos menores (art. 138º). Em caso de segundas núpcias, a mulher perdia igualmente o direito de autorizar o casamento, bem como o de administrar os bens dos filhos, passando a ser esta uma responsabilidade do conselho de família. Com esta reserva pretendia-se salvaguardar os direitos dos menores da influência do padrasto, uma vez que, na altura, o casamento de uma viúva era visto como uma quebra dos laços afectivos que a ligavam aos filhos nascidos durante o primeiro matrimónio. Havia, contudo, quem discordasse destas restrições¹¹, uma vez que a mulher viúva não ficava inibida do poder maternal pelo simples facto de voltar a casar e continuava a ter o poder de emancipar os filhos.

Aliás, em termos de administração de bens, a supremacia masculina manteve-se, em praticamente todas as situações, mesmo durante o período republicano, como veremos mais adiante. De acordo com o artigo 1117º do Código Civil, o domínio e a posse dos bens comuns pertencia a ambos os cônjuges, mas a administração dos bens do casal, mesmo dos bens próprios da mulher, era um privilégio do marido. Excepção feita nos casos em que o marido se encontrava impedido ou ausente, ou nos casos em que este, através de procuração, decidisse transferir para a mulher a administração dos bens, especificando os poderes desta. Continuava, no entanto, a prevalecer a vontade do homem, uma vez que a mulher não poderia gerir esses mesmos bens conforme melhor lhe aprouvesse e a procuração poderia ser revogada a qualquer momento pelo seu autor, sem necessidade de justificações. Em caso de revogação, o marido apenas era obrigado a reparar os prejuízos que a sua decisão provocasse a terceiros.

Nem através de convenção antenupcial a mulher podia privar o marido da administração dos bens comuns ao casal, nem este podia renunciar a este direito, uma vez que a lei o impunha. Apenas era permitido à mulher “reservar para si o direito de receber, a título de alfinetes, uma parte dos rendimentos de seus bens, e dispor dela livremente contando que não exced[esse] a terça parte dos ditos rendimentos líquidos” (art. 1104º). Esta era uma faculdade à qual recorriam sobretudo as mulheres das classes económicas mais elevadas, as únicas com rendimentos suficientes para poderem exigir essa espécie de mesada.

¹¹ José Dias Ferreira, *ob. cit.*, p. 305

A mulher não podia, igualmente, contrair dívidas sem autorização do marido, a não ser que este estivesse ausente ou impedido, mas apenas nos casos em que não era possível esperar pela sua chegada ou pela cessação do impedimento (art. 1116º). Quis o legislador com estas disposições contribuir para a harmonia familiar, uma vez que a mulher devia obediência ao marido. Uma obrigação que poderia ser posta em causa, caso à mulher fosse conferida também a faculdade de administrar os bens do casal.

Existiam, contudo, pequenas diferenças quanto a esta matéria, caso os nubentes se casassem sob um outro regime¹², que não o da comunhão de bens (ou costume do reino), a mais usual na época. No caso do regime de separação de bens ou de simples comunhão de adquiridos, podia a mulher dispor de todos os seus bens móveis, excepto os capitais a juros, e de um terço dos seus rendimentos (art. 1128º). Quanto aos bens imóveis, aos capitais a juros e às restantes duas partes dos seus rendimentos, podia dispor deles com autorização do marido ou através de sentença judicial.

Mesmo no caso do regime dotal, o marido podia administrar livremente os bens móveis, excepto se na convenção antenupcial ficasse acordado o contrário (art. 1148º), sendo responsável pelo seu valor. Os bens imóveis não eram alienáveis, a não ser nos casos previstos na lei (art. 1049º), a saber: para dotar e estabelecer os filhos comuns, sendo necessário o consentimento de ambos os cônjuges; para prover aos alimentos da família, se não houvesse outra forma de o fazer; para pagamento de dívidas da mulher, ou de quem a dotou, anteriores ao casamento, se constassem de documento autêntico ou autenticado, e não pudessem ser pagas por outros bens; para reparação indispensável de outros bens dotais; se fossem por natureza inseparáveis de bens não dotais; por troca de outros bens de valor igual ou maior, ficando o ditos bens subrogados em lugar dos alheados; e, por fim, nos casos de expropriação por utilidade pública. A alienação não era legal sem autorização judicial e a venda tinha que ser feita obrigatoriamente em hasta pública. Caso a alienação dos bens imobiliários dotais não respeitasse os requisitos estipulados na lei, a mulher podia reivindicá-los, quer durante a constância do matrimónio, quer após a sua dissolução ou depois da separação, mesmo que tivesse consentido na alienação (art. 1150º).

¹² O Código Civil previa quatro tipos de acordo pré-nupcial referente à posse e administração dos bens, bastando que os nubentes procedam à celebração do contrato através de escritura pública: 1º costume do reino; 2º simples comunhão de adquiridos; 3º separação dos bens; 4º regime dotal. Contudo, a lei não era rígida nesta matéria. Os nubentes poderiam optar pelas disposições de cada um destes regimes que melhor os satisfizesse ou mesmo estipular livremente as cláusulas do acordo pré-nupcial (salvas as restrições previstas na lei), desde que fosse celebrada escritura pública.

De todas as convenções antenupciais esta é, talvez, aquela que mais beneficia a mulher, em termos de sobrevivência económica. A lei permitia que no contrato de regime dotal os esposos acordassem que os rendimentos resultantes dos bens não dotais da mulher, adquiridos antes ou durante o casamento, pudessem reverter todos a favor desta (art. 1153º). Uma vez dissolvido o matrimónio, ou em caso de separação de bens, o dote seria restituído à mulher, ou aos seus herdeiros, bem como todos os outros bens a que tivessem direito (art. 1156º). Excepto se os referidos bens se perdessem por acidente, ao qual eram alheios o marido e os herdeiros deste (art. 1157º).

Independentemente do regime sob o qual fosse casada, em caso de separação com base no adultério, a mulher perdia o direito à separação de bens, podendo apenas exigir a pensão de alimentos. Excepto se conseguisse provar em tribunal que na altura em que cometeu a traição, existiam razões para requerer a separação contra o marido.

Embora a legislação tivesse preceitos que beneficiavam o sexo feminino, seriam poucas as mulheres que invocavam esses direitos. A elevada taxa de analfabetismo, da qual decorria logicamente um desconhecimento da lei, o elevado número de casamentos acordado entre as famílias dos noivos, a pressão social que obrigava as mulheres a não questionarem as decisões do homem (independentemente de serem casados) e o medo de desafiar a autoridade pública eram algumas das causas dessa realidade, que se foi modificando muito lentamente.

2 – A campanha divorcista

Com o debate em torno do casamento civil inicia-se um outro, bastante mais polémico e muito mais prolongado no tempo, que se prendia com a legalização do divórcio. Se a aceitação do casamento civil acabou por ser pacífica, o mesmo não se pode dizer quanto à legalização do divórcio. Mesmo muitos dos mais conservadores defendiam que uma vez instituído o casamento civil, o divórcio era uma inevitabilidade. “(...) lei que proclamando o casamento civil não permitir desde logo o divórcio, é uma lei sem senso comum porque os contratos devem-se poder desfazer, como se fazem pela vontade bilateral¹³”, propugnava D. António da Costa, aquando da discussão do projecto de Código Civil.

¹³ D. António Costa, *O Casamento Civil Perante os Princípios*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1866, pp. 4/5

O Código Civil apenas permitia a separação de pessoas ou de bens¹⁴, e somente em casos muito particulares, como o do adultério da mulher, o adultério do marido (se houvesse escândalo público, completo desamparo da mulher ou se a amante residisse no lar conjugal), a condenação do cônjuge a pena perpétua ou a existência de situações de sevícias ou injúrias graves (art. 1204º). Estas razões só eram válidas, porém, para os casamentos civis, uma vez que a Igreja Católica não reconhecia a separação de pessoas em situação alguma, mas apenas a sua anulação em casos muito concretos. Tendo em conta que a maioria da população portuguesa era católica, e como tal, pressionada a celebrar o casamento de acordo com as leis canónicas, só podia haver dissolução do matrimónio em caso de morte de um dos cônjuges ou da existência de alguns dos motivos invocados em qualquer tipo de contrato (dolo, coacção, erro, etc.).

Longe de ser esquecida, após a aprovação do Código Civil, a questão do divórcio foi alvo de inúmeros estudos nos anos subsequentes. Menos de duas décadas depois, em *A Família*, Teixeira Bastos defendia que o divórcio era “a melhor garantia do aperfeiçoamento da família, tanto do ponto de vista da felicidade doméstica, como sob o ponto de vista de perpetuidade (enquanto instituição social)”¹⁵.

A 1 de Março de 1900, Duarte Gustavo Roboredo de Sampaio e Mello, advogado e deputado pelo Partido Progressista, lembrava aos seus colegas que “o divórcio exist[ia] já quase na totalidade dos países do mundo civilizado”, muitos dos quais tinham como religião oficial o catolicismo, não fazendo, por isso, sentido que em Portugal se continuasse a proibir aos casais desavindos a dissolução judicial do casamento, negando-lhes, assim, uma oportunidade de refazerem as suas vidas. Para o deputado, esse vazio legal constituía uma “violência às consciências e modo de pensar e sentir dos outros cidadãos não católicos” e contrariava a “orientação de tolerância” expressa no Código Civil, que admitia “ao lado do casamento católico, o casamento civil”. Roboredo de Sampaio e Mello argumentava ainda que o divórcio permitiria consolidar a harmonia familiar e melhorar o ambiente em que os filhos eram criados. Isto porque, uma vez divorciados, os pais poderiam contrair novo matrimónio e ter uma

¹⁴ A separação de pessoas era obrigatoriamente acompanhada pela separação de bens. A única excepção ocorria nos casos em que a separação era requerida pelo marido com fundamento na traição da mulher. Segundo explica José Dias Ferreira no seu *Código Civil Português Anotado*, a entrega “à mulher separada por adultério da administração dos bens, que ela não exercia na constância da sociedade conjugal, seria premiar a acção mais infamante que a mulher pode praticar, e animá-la à extravagância e à devassidão”. (p. 452).

¹⁵ Teixeira Bastos, *A Família*, Magalhães & Moniz, Porto, 1884, p.

vida “mais regular e moralisadora para os seus filhos do que a mancebia, para a qual a inflexibilidade da lei da simples separação os impel[ia] fatalmente”¹⁶.

As razões apresentadas por Roboredo de Sampaio e Mello não foram, contudo, suficientemente convincentes junto dos restantes deputados, nem mesmo dos próprios colegas de partido, e nem o ministro da Justiça, José de Alpoim, demonstrou a mínima intenção em analisar o assunto com mais cuidado e demora, motivos pelos quais o debate parlamentar em torno desta proposta acabou por não ter quaisquer consequências em termos legislativos.

Apesar desta derrota, Roboredo de Sampaio e Mello não desistiu de continuar a publicitar as suas ideias e, em 1906, publica um livro, *Família e Casamento*, onde lembra que a família “não é (...) uma instituição homogénea e simples”, uma vez que toma “formas diversas, segundos os países, os climas, as ideias, religiões e as necessidades de ordem pública”¹⁷. O autor defendia uma vez mais que o casamento não era uma instituição divina, mas sim humana, um contrato criado pelo Homem como forma de nobilitar a sociedade familiar. Além disso, acrescentava, longe iam os tempos em que o casamento tinha como única finalidade “consagrar a propriedade do homem sobre uma, ou muitas mulheres”. Em muitos países, “já se reconhec[ia] que a mulher dev[ia] ter (...) a plena liberdade de se unir só ao homem que f[osse] da sua escolha e afeição e que ela ama[sse], e a de se libertar dele pelo divórcio, pelo menos, quando o seu amor não [fosse] correspondido e se v[isse] na triste situação de vítima de um homem egoísta e brutal”¹⁸.

Nestes últimos anos de vigência da monarquia, assiste-se a um intensificar do debate pró e contra a legalização do divórcio, quer através de artigos nos jornais, da publicação de livros ou da apresentação de novas propostas de projectos de lei na Câmara dos Deputados. Em 1908 Alberto Bramão, em *Casamento e Divórcio*, acrescenta mais uma forte razão para que fosse autorizado o rompimento do vínculo conjugal: a dignificação social da mulher. “A falta de divórcio”, explicava o autor, “a quem vai ferir não é ao homem, criatura astuta que soube fazer as leis à sua imagem e semelhança, mas à mulher e aos filhos. Defender o divórcio é trabalhar para a reivindicação da equivalência da mulher perante a lei e a sociedade”. E acrescentava: “Duas almas ligadas pelo amor vivem num ambiente infinito de felicidade; amarradas

¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, nº 28, sessão de 5 de Março de 1900

¹⁷ Duarte Roboredo, *Família e Divórcio*, Livraria Clássica Editora – A. M. Teixeira & C^a, Lisboa, 1906, p. 47

¹⁸ *Idem, idem*, p. 227

pelo ódio ou pelo desprezo, sofrem numa galé, sendo uma grilheta da outra. O divórcio evita tragédias e crimes conjugais, infanticídios e abortamentos”¹⁹.

De acordo com alguns autores²⁰, na impossibilidade de terminarem com a infelicidade conjugal de uma outra forma, muitos homens e mulheres²¹ recorriam ao assassinio do cônjuge ou então (mais frequente) suicidavam-se. Se no primeiro caso, corriam um enorme risco de serem descobertos e, por consequência, condenados a penas severas (sobretudo as mulheres), no segundo, além de terminarem com a própria vida, sujeitavam a família à vergonha (no caso dos cristãos), uma vez que os corpos dos suicidas não podiam ser enterrados em solos considerados sagrados. Em França, por exemplo, os seus cadáveres podiam ser arrastados pelas ruas, ser expostos pendurados pelos pés e de seguida enterrados em túmulos não identificados, ou queimados e as cinzas lançadas ao vento.

Em resposta ao livro de Alberto Bramão, João Mascarenhas de Mello publica, pouco tempo depois, *Contra o Divórcio*, onde defende que a decisão de contrair casamento não devia ser tomada de ânimo leve pelos noivos, mas sim, ser devidamente ponderada e tomada em consciência, para não correrem o risco de mais tarde virem a arrepender-se. O divórcio era, por isso, desnecessário, uma vez que mais não fazia do que preconizar “a concubinação à sombra da lei” e a “voluptuosidade”. Nem mesmo em caso de traição, o autor admitia o rompimento do vínculo conjugal. “(...) se o homem é um lúbrico vicioso, um fauno insaciável, mais facilmente lhe perdoará a esposa uma ou outra infidelidade, continuando a possuir o seu homem, do que ver-se lançada ao eterno desdém de um humilhante divórcio, trocada por outra que terá os mesmos direitos sobre esse homem, que lhe receberá os mesmos carinhos e honras, que será a mãe dos seus filhos, legalmente, legitimamente”²², alegava.

Ainda em 1908, Luiz de Mesquita (que mais tarde seria o autor do projecto de deu origem à primeira Lei do Divórcio) participa numa série de conferências a favor da

¹⁹ Alberto Bramão, *Casamento e Divórcio*, Livraria Central de Gomes de Carvalho Editor, Lisboa, 1908

²⁰ Roderick Phillips, *Desfazer o Nó: Breve História do Divórcio*, Coleção Pequena História, Terramar, Lisboa, 1991, pp. 133/135

²¹ É curioso notar que só as mulheres casadas que queriam ver-se livre dos maridos tinham uma santa padroeira, Santa Gilgefortis (Santa Uncumber, em Inglaterra, ou Santa Livrade, em França). De acordo com Roderick Phillips, Wilgefortis, filha de um rei de Portugal, foi obrigada a casar-se com o rei da Sicília. Para evitar o casamento, Wilgefortis pediu a Deus que a transformasse numa mulher feia, o que veio a verificar-se, ao crescer-lhe barba e bigode. Quando viu o seu aspecto, o rei da Sicília recusou casar-se com a princesa. Como castigo, o rei mandou crucificá-la. Enquanto se encontrava na cruz, Wilgefortis rezou para que todas as mulheres que recordassem o seu sofrimento pudessem ser libertadas de todas as incumbências matrimoniais. Cf. Roderick Phillips, *idem*, pp. 135/136

²² João Mascarenhas de Mello, *Contra o divórcio – resposta ao livro «Casamento e Divórcio» do sr. D. Alberto Bramão*, Livraria Central de Gomes de Carvalho editor, Lisboa, 1908, p. 12

legalização do divórcio. Em termos sintéticos, o autor criticava “a dormente indiferença, se não o hostil desdém, com que se tem votado ao silêncio e ao desprezo a generosa iniciativa dessas tentativas” de legalização do divórcio. A “complacência de uns” e a feroz oposição de outros” eram responsáveis pela “culposa manutenção” desse “erro gravíssimo” do casamento indissolúvel transformado em dogma pela Igreja Católica. Eram ainda alvo das mais duras críticas aqueles cujos “cuidados e actividades” estavam ao serviço do “interesse politiquês da satisfação de ambições pessoais ou do saque do tesouro público”, não restando, por isso, tempo ou oportunidade para discutir os “graves problemas sociais, a moralidade e regeneração da grande família nacional”²³

Neste mesmo ano de 1908, no I Congresso Nacional do Livre Pensamento, organizado pela Associação do Registo Civil, em Lisboa, um dos temas em discussão foi, precisamente, o das instituições familiares e a sua regulamentação. Entre outras medidas, os participantes defenderam a legalização do divórcio, a absoluta liberdade para investigar a paternidade e/ou a maternidade de uma criança e, na falta de testamento, a repartição da herança em igualdade de circunstâncias entre filhos legítimos e ilegítimos²⁴.

Também na imprensa se assistiu a um amplo e curioso desfiar de teorias pró e contra a legalização do divórcio. Um dos debates mais interessantes foi o que opôs Raúl Proença a Ana de Castro Osório. Num artigo publicado no *República*, a 25 de Agosto de 1908, Proença começou por apontar farpas àqueles que, em nome da moral, se apresentam contra o divórcio, apesar de manterem as suas amantes. Para ele, o divórcio era condição essencial para a felicidade conjugal, uma vez que permitia aos cônjuges insatisfeitos desatar o nó que os unia e procurar uma relação que melhor os satisfizesse²⁵. No ano seguinte, porém, embora não pondo em causa a necessidade de legalização do divórcio em Portugal, não deixa de sublinhar que este poderia não ser benéfico para a mulher. Em novo artigo editado no mesmo diário, em 1909, Raul Proença alegava que o divórcio, embora permitisse às mulheres resgatar-se da tutoria do

²³ Luiz de Mesquita, *A Família e o Divórcio: Estudo Sociológico*, Magalhães & Moniz, Lda - Editores, Porto, 1908, pp. 28/29

²⁴ Luís Vaz, *Clericais e Livres-Pensadores – o Grande Confronto (1895-1937)*, 1ª edição, Edição Grémio Lusitano, Lisboa, Novembro de 2002, p. 47

²⁵ Em novo artigo publicado na *Alma Nacional*, a 11 de Agosto de 1910, Raúl Proença escreverá: “O amor só é amor quando é livre, e tudo o mais é violência, é crime, é sacrifício – não é direito, como dizem”. O mesmo autor defende que a mulher é livre de abandonar o marido, assim como é livre de o escolher. Citado em António Reis, *Raúl Proença – Biografia de um Intelectual Político Republicano*, volume I, dissertação de doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 97

marido, iria criar-lhes dificuldades em sobreviver emocional, social e mesmo economicamente. Isto porque, de acordo com o autor, a “consciência pública” ainda não se encontrava preparada para aceitar de bom grado mulheres divorciadas no seu seio.

Raúl Proença argumentava ainda que dificilmente a mulher divorciada conseguiria refazer o lar, devido à inevitabilidade da presença da memória do primeiro marido na consciência do segundo, sobretudo nos momentos de maior intimidade e quando existissem filhos do primeiro casamento a viver com o casal. A esta, Proença acrescentava uma outra certeza “cientificamente fundada”: a de os filhos nascidos no interior do segundo casamento se poderem assemelhar fisicamente ao primeiro companheiro da mulher.

Embora não claramente admitido, este tipo de posição traduz um certo preconceito em aceitar que uma mulher pudesse rejeitar o marido e procurar a felicidade junto de um outro homem. A ideia de que a mulher mais não era uma propriedade do marido, da qual tomou posse ainda virgem, na maioria dos casos, estava bastante enraizada na consciência colectiva e mesmo algumas mentes ditas mais abertas e liberais tinham uma certa dificuldade em encarar a mulher como um ser semelhante ao homem. Ana de Castro Osório considerava estas atitudes fruto do ciúme. “O ciúme é um sentimento inferior, um sentimento animal e indigno”, escrevia, acrescentando: “Se o homem, depois de tantos séculos de luta para conquistar uma consciência superior, se conserva assim sob o domínio do instinto irracional, não vale a pena, francamente, caminhar e continuar a lutar pela conquista do ideal de justiça, a que aspiramos”²⁶.

A esperança das defensoras dos direitos da mulher, que a esta altura já tinham adoptado a questão do divórcio como uma das suas bandeiras²⁷, residia cada vez mais na mudança de regime, como em tantas outras matérias. Razão pela qual, pouco tempo depois de instaurada a República, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas enviou uma representação ao Governo Provisório, a reclamar a urgente elaboração de uma lei do divórcio “para moralisar a sociedade portuguesa, hipócrita e dissoluta como [eram] todas aquelas em que o espírito reacionarista domina[va]”. O divórcio era a lei “mais urgente” que os cidadãos “de todas as profissões e crenças”²⁸ reivindicavam.

²⁶ Ana de Castro Osório, *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa, 1911, p. 134

²⁷ A partir de meados do século XIX, as feministas da maior parte dos países ocidentais tornam-se nas mais fervorosas adversárias do casamento, sobretudo quando encarado como uma instituição divina. Na viragem para o século XX, a união livre tornou-se numa das principais reivindicações dos movimentos feministas.

²⁸ Ana de Castro Osório, *ob. cit.*, p. 158

Reclamavam ainda a “revisão imediata” do Código Civil, “essa velha legislação eivada do férreo espírito romano, que de modo algum corresponde às aspirações e ideais da sociedade em que vivemos”²⁹, nomeadamente, os artigos que obrigam a mulher a prestar obediência ao marido e os que a afastam da administração dos bens do casal.

3 - Finalmente, o divórcio

Contudo, seria efectivamente necessária a mudança de forma de governo para haver alguns progressos nesta questão. Nunca a monarquia, sobretudo a portuguesa, demasiado dependente dos preceitos da Igreja Católica, poderia permitir a legalização do divórcio, pois, como afirmava Ana de Castro Osório, “bulir com o casamento seria bulir com os padres e com o beatério triunfantes e, principalmente, com a beatíssima rainha Amélia”³⁰. A República, sendo por inerência um regime laico, apresentava-se como a única forma de alterar esta realidade, como veio a suceder. Menos de um mês depois da sua implantação seria aprovado o decreto-lei de 3 de Novembro de 1910, vulgarmente conhecido por Lei do Divórcio, um dos diplomas mais avançados da época por contemplar fundamentos para o divórcio não previstos em mais nenhum outro país³¹. Nem mesmo a França, berço do liberalismo e uma das primeiras nações a legalizar o divórcio, possuía legislação tão progressista nesta matéria.

Mais do que a instituição do casamento civil para todos os casais (independentemente de professarem ou não a religião católica), a legalização do divórcio representou uma profunda alteração na estrutura social, ao possibilitar o rompimento do vínculo conjugal na sua totalidade e a constituição de novas unidades familiares. A família deixou, definitivamente, de ser encarada como uma instituição de origem divina, fechada sobre si própria, para se transformar numa entidade puramente humana, sujeita às leis e aos humores dos homens e não dos deuses.

²⁹ «Representação entregue ao governo provisório da República pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», *A Mulher e a Criança*, Ano II, nº 18, Novembro de 1910

³⁰ *Ibidem*, p. 8

³¹ Como exemplo, refira-se o ponto 3º do artigo 4º da Lei do divórcio portuguesa: “A condenação definitiva de um dos cônjuges a qualquer das penas maiores fixas dos artigos 55º e 57º do Código Penal”. Nos países em que a condenação de um dos esposos a pena de prisão é motivo para divórcio, como sejam os casos da Holanda e da Hungria, a pena só é tida em conta se for aplicada depois do matrimónio. O vício inveterado do jogo de fortuna ou azar (ponto 9º) e as doenças contagiosas reconhecidas como incuráveis, ou as doenças incuráveis que importem aberração sexual (ponto 10º) são também razões apenas previstas na legislação portuguesa (Cf. Abílio Mesquita, *O Divórcio e a Medicina: Erros e Crimes da Lei do Divórcio Portuguesa*, Porto, A. Figueirinhas, 1924, pp. 25/29).

Luiz de Mesquita, autor do projecto que deu origem à nova lei, justifica a sua proposta explicando que já era tempo de pôr fim “a esse feroz e monstruoso absurdo da indissolubilidade do matrimónio que, sendo unicamente produto de fanático desvairamento religioso, constitui uma calamidade e uma vergonhosa afronta à natureza, à ciência, ao progresso, à liberdade individual e ao bem público”³², uma vez que o casamento mais não era do que “um contrato entre duas pessoas de sexo diferente, cujas cláusulas essenciais qualquer delas pod[ia] infringir, tornando, por isso, a sua subsistência uma afronta, uma vergonha, um impossível, um crime ou um suicídio moral”³³.

De facto, uma das principais alterações da Lei do Casamento (publicada a 25 de Dezembro desse mesmo ano na sequência da Lei do Divórcio) prendia-se com a definição de casamento. Ao contrário do estabelecido no Código Civil de 1867, o casamento deixou de ser considerado um vínculo perpétuo e indissolúvel para passar a ser um contrato civil entre duas pessoas de sexo diferente, podendo qualquer uma delas denunciá-lo, caso se verifique alguma das razões previstas na lei. Ou seja, o casamento deixava de existir não apenas quando ocorresse a morte de um dos cônjuges mas também quando um juiz concedesse o divórcio ao casal (art. 1º). Mais ainda: era expressamente “proibido estipular restrição à faculdade de divórcio, renunciar a ele ou impor-lhe qualquer penalidade em convenções ante-nupciais, disposições testamentárias ou doações” (art. 54º). O princípio da igualdade de direitos e deveres dos esposos era outra das novidades deste diploma, se bem que em alguns pontos, como no da administração dos bens ou no da educação dos filhos, por exemplo, a supremacia do homem se mantivesse.

Ao contrário do que afirma Rui Cascão, é nossa opinião que a legalização do divórcio em Portugal, naquela época, não esteve relacionada com a “progressiva substituição da propriedade pelo sentimento (...) como laço fundamental entre os cônjuges”³⁴, mas sim com aquilo a que Fernando Catroga chama “revolução laica”³⁵, ou seja, a consolidação de um Estado não confessional, o afastamento da Igreja Católica da vida privada dos cidadãos e a construção de uma sociedade mais justa. É preciso não

³² Luiz de Mesquita, *Projecto de Lei do Divórcio em Portugal*, Guimarães & Companhia – Editores, Lisboa, 1910, pp. 8/9

³³ *Idem, ibidem*, p. 10

³⁴ Rui Cascão, «Família e Divórcio na Primeira República», separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985, p. 6

³⁵ Fernando Catroga, «A laicização do casamento e o feminismo republicano», separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra, 20 a 2 de Março de 1985, p. 12

esquecer que foi nos países onde o catolicismo estava mais enraizado (Portugal, Espanha e Itália) que se verificaram as maiores dificuldades em aceitar a legalização do divórcio. Além disso, de acordo com a lei portuguesa, um casamento realizado contra a vontade de um dos cônjuges era considerado nulo. Como lembrava Duarte Roboredo, longe iam os tempos “em que o casamento não tinha outro fim senão consagrar a propriedade do homem sobre uma, ou muitas mulheres”³⁶.

É verdade que nessa época a maioria dos casamentos realizava-se tendo em atenção os sentimentos que os nubentes nutriam entre si e não tanto os interesses das famílias, mas em termos legais, essas questões não se colocavam de uma forma tão linear. Prova disso é o facto de a lei definir taxativamente em que circunstâncias poderia ser requerido o divórcio litigioso, não contemplando, por exemplo, o simples facto de o elemento do casal que pretendesse a dissolução da sociedade conjugal já não partilhar com o outro o mesmo projecto de vida. O que, em termos teóricos, significava que o cônjuge que se sentisse insatisfeito com o casamento poderia ver-se obrigado a viver essa união contra a sua própria vontade ou então a recorrer a subterfúgios que configurassem uma qualquer das causas previstas na legislação, uma vez que a separação de pessoas e bens permitia aos esposos viverem em domicílios diferentes, mas obrigava-os a respeitar as obrigações conjugais e não permitia que contraissem novo casamento.

Se o divórcio litigioso não fosse autorizado pelo juiz, o cônjuge que o requereu só podia voltar a fazê-lo passados dois anos, a não ser que apresentasse um fundamento diferente para o mesmo.

Com o divórcio por mútuo consentimento, os trâmites eram diferentes, sendo, neste caso, exigido que os cônjuges estivessem casados há pelo menos dois anos e que ambos tivessem pelo menos 25 anos de idade (art. 35º). O objectivo do legislador era dar ao casal tempo suficiente para se conhecer e perceber se, de facto, não reunia condições para manter a união. Também por este motivo, o divórcio definitivo só era concedido passado um ano de intentada a acção. Enquanto esse prazo não expirava, os cônjuges continuavam a ter os mesmos direitos e obrigações, excepto o de viverem no mesmo domicílio. A administração dos bens do casal permanecia uma competência do marido, embora a mulher pudesse requerer o arrolamento dos bens mobiliários e pedir

³⁶ Duarte Roboredo, *ob. cit.*, p. 227

alimentos provisórios. Findo o ano, se os cônjuges mantivessem o desejo de se separarem, o juiz concedia-lhes, então, o divórcio definitivo.

3.1 – Causas para o divórcio

A lei é clara em matéria de fundamentos para o divórcio, iguais para ambos os sexos, ao contrário do que sucedia com o regime de separação de pessoas e bens consagrado no Código Civil de 1867. A dissolução judicial do casamento, quando não existisse concordância entre o casal, só poderia ser decretada se fosse provada a existência de adultério da parte de qualquer um dos cônjuges; de sevícias e injúrias graves; de loucura e condenação definitiva do marido ou da mulher a pena maior (art. 4º). Este último só poderia ser invocado se o cônjuge que o solicitasse não tivesse sido também condenado como co-autor ou cúmplice do mesmo crime. Existindo um qualquer destes fundamentos, que configuravam faltas às promessas feitas aquando da celebração do casamento (nomeadamente, a da fidelidade sexual e a do respeito para com o outro), a acção de divórcio poderia ser interposta em tribunal a partir do primeiro dia de vida em comum. O divórcio poderia ainda ser requerido em caso de abandono completo do domicílio por mais de um ano ou de ausência, sem notícias, por tempo não inferior a três anos.

O mesmo sucedia com a separação de pessoas e bens, que continuava presente na lei, no seu Capítulo IV. Se, passados cinco anos de transitada em julgado a sentença autorizando essa separação, não houvesse reconciliação, qualquer um dos esposos poderia pedir ao tribunal que a convertesse em divórcio, sendo este, para efeitos legais, equiparado ao divórcio litigioso.

Em termos de fundamentos para o divórcio, houve um verdadeiro salto quantitativo. O Código Civil de 1867 definia apenas quatro causas para a separação de pessoas e bens: a traição da mulher; o adultério do marido, mas apenas quando se registasse escândalo público; o completo desamparo da esposa ou a existência de concubina teúda e manteúda no domicílio conjugal; a condenação de um dos elementos do casal a pena perpétua; e, finalmente, as sevícias e injúrias graves. O facto de a nova lei contemplar um leque muito maior de fundamentos para o divórcio (nomeadamente, a equiparação do adultério masculino ao feminino e o abandono do lar por um período superior a um ano), permitiu a muitos casais, que já estavam separados de facto há

vários anos, verem efectivamente desfeitos os laços matrimoniais, podendo construir outras unidades familiares. Como consequência, muitos casais que viviam em regime de concubinato puderam legalizar a sua relação e, assim, deixarem de ser criticados, ou mesmo ostracizados, pelos sectores mais conservadores da sociedade.

Exemplos destes não faltaram na imprensa assim que as primeiras decisões judiciais foram conhecidas. Logo em Janeiro de 1911, o diário *República* contava a história de Adelaide de Sousa Alvim de Zevedo, na altura com 66 anos, e de José António Gomes Caedo, um ano mais velho, que haviam casado “ainda novos e fortes”, mas que rapidamente chegaram à conclusão que não suportavam a vida em comum, “indo cada um para seu lado”, uma vez que “outro caminho não se lhes oferecia”. Quarenta e dois anos depois, “o juiz fez-lhes a vontade (...), quebrando definitivamente os laços que ainda os uniam, dando-lhes, enfim, a almejada liberdade que o casamento lhes leva[r]a”³⁷.

De facto, muitas das sentenças de divórcio decididas nos primeiros anos da República referiam-se a casais que já não viviam juntos há longo tempo, o que prova que nem sempre os mais velhos são quem mais reticências colocam às mudanças legislativas e culturais. De acordo com Rui Cascão, 17,8% dos divorciados nos anos de 1911/1912 estavam separados de facto há mais de 10 anos. A principal causa do divórcio eram as sevícias e as injúrias graves, com 27,7%. Seguiam-se o adultério da mulher e o abandono completo do lar por um período superior de três anos, com uma percentagem de 17,1 cada, o adultério masculino, com 14,8%, e a ausência por tempo não inferior a quatro anos, com 4,2%³⁸.

Em termos absolutos, o adultério (masculino e feminino) aparece no início da lista da razões invocadas para a dissolução do casamento, com uma percentagem de 31,9. Esta é uma matéria que nos merece alguma atenção, uma vez que a equiparação do adultério do marido ao da mulher, bem como das penas aplicadas a ambos sempre que se estivesse perante uma situação deste tipo, constituiu, sem dúvida, uma das maiores vitórias da mulher portuguesa. O adultério masculino sempre foi menos criticado socialmente do que o feminino. A adúltera sempre foi alvo de más-línguas e de severas críticas, em especial, se tivesse filhos, pois isso significava obrigar o marido a aceitar

³⁷ *República*, n.º 6, Lisboa, 18 de Janeiro de 1911

³⁸ Cf. Rui Cascão, *ob. cit.*, pp. 9/10. O autor chegou a estes números a partir do estudo de 473 sentenças de divórcio publicadas no Diário do Governo, conforme estipulava o artigo 19.º do decreto de 3 de Novembro de 1910. As sentenças analisadas diziam apenas respeito a casos relativos ao Porto, às cidades da província, às vilas e às zonas rurais, uma vez que as decisões emanadas das varas de Lisboa raramente mencionavam as causas do divórcio

filhos que não eram seus. É preciso sublinhar também que, mesmo quando consentido ou perdoado, o adultério continuava a constituir fundamento para o divórcio, embora só fosse punível se ocorresse durante a vida em comum dos cônjuges. Afinal, ambos os elementos do casal juraram fidelidade aquando da realização do matrimónio.

Em matéria de causas para o divórcio, a legislação portuguesa era, de todas as legislações dos países latinos, a mais complexa, resultado, de acordo com alguns, do facto de ter sido elaborada num momento de grande agitação política. O mesmo se havia passado quando à primeira lei do divórcio decretada em França, ainda no rescaldo da revolução de 1789.

Algumas dessas causas, nomeadamente as relacionadas com o estado de saúde dos cônjuges, foram alvo de fortes críticas por parte de médicos. Abílio Mesquita, em *O Divórcio e a Medicina: Erros e Crimes da Lei do Divórcio Portuguesa*, traça um quadro negro quanto às consequências que determinadas alegações poderiam ter no bem-estar físico e psicológico do cônjuge denunciado. Como exemplo, aponta o caso da loucura incurável, as doenças contagiosas e as aberrações sexuais, que muitas vezes não afectam a convivência conjugal e outras tantas apresentam cura, depois do prazo estipulado pela lei. Por essa razão, o autor explica que “ [...] o prognóstico de incurabilidade em Psiquiatria – embora seja o que mais probabilidades apresenta de firmeza, é sujeito a erros, como de resto todos os prognósticos no estado actual da Medicina que não admite a palavra infalível”³⁹.

Abílio Mesquita defende, por isso, que “para que uma determinada afecção mental seja causa de divórcio é preciso atender à incurabilidade, à continuidade, à duração, à impossibilidade de vida em comum, à descendência como medida de defesa social, à existência conhecida ou oculta antes do casamento, às causas determinantes em plena vida matrimonial”⁴⁰.

Na sequência do Lei do Divórcio foram também introduzidas algumas alterações no Código Penal em relação à punição dos adúlteros. Até então, e de acordo com o Código Penal de 1886, a mulher que traísse o marido era punida com dois a oito anos de prisão ou com o degredo temporário (art. 401º), enquanto que o homem estava sujeito apenas a uma multa de três meses a três anos (art. 404º), sendo que para a pena mais alta ser aplicada teria de ser provada a existência de manceba teúda e manteúda no domicílio

³⁹ Abílio Mesquita, *O Divórcio e a Medicina: Erros e Crimes da Lei do Divórcio Portuguesa*, Porto, A. Figueirinhas, 1924, p. 42

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p. 64

conjugal. Caso contrário, nem sequer era penalizado judicialmente, uma vez que, aos olhos da lei, podia manter uma relação amorosa com uma mulher que vivesse na mesma localidade. Ou seja, até à Primeira República, o marido atraído podia requerer a separação em qualquer circunstância, enquanto a mulher só tinha essa possibilidade se o parceiro mantivesse a amante na habitação do casal. A lei de 1886 condenava o marido que matasse a mulher por a ter surpreendido em flagrante adultério apenas a um desterro de seis meses para fora da comarca (art. 372º). A partir de 1910, tanto a mulher como o marido que cometessem adultério, bem com o co-réu, poderiam ser condenados até dois anos de prisão (art. 61º). O parágrafo primeiro do artigo 461º, que declarava lícita a violação de correspondência da mulher por parte do marido, também foi revogado.

Foi também alterado o único ponto do artigo 1210º do Código Civil, segundo o qual a mulher adúltera não teria direito à separação de bens, uma vez que, até então, só existia dissolução do casamento por morte de um dos cônjuges. Com a legalização do divórcio, esta premissa foi revogada, mantendo-se válido, em caso de adultério e para efeitos da partilha dos bens do casal, o regime em que o casamento fosse contraído.

Há muito que esta igualdade de penas era reivindicada não só pelas mulheres, mas também por alguns juristas. Já no longínquo ano de 1877, Luiz Garrido, num discurso proferido na Associação dos Advogados de Lisboa, defendia que “em quanto as leis estatuírem penas para os adúlteros, é justo que a falta do marido seja punida, pelo menos, tão rigorosamente como a da mulher”⁴¹.

As justificações até então invocadas pelo legislador para condenar de forma diferenciada o adultério do marido e o da mulher eram, sobretudo, de carácter moral e prendiam-se com as consequências que um e outro teriam na reputação de cada um dos membros do casal e na própria relação conjugal. A mulher infiel poderia introduzir na família um filho que não pertencia ao marido (o que não acontecia tão raramente quanto isso) e, mais grave do que este facto, levantar dúvidas quanto à paternidade dos filhos nascidos no interior do casamento. A situação inversa já era socialmente tolerável, diríamos mesmo, aceite, uma vez que os filhos nascidos de uma relação extra-conjugal masculina constituíam mais uma prova de virilidade do marido.

Em caso de adultério, a única forma de conservar o matrimónio seria o perdão da falta, algo extremamente difícil para o homem de aceitar, pois colidia com o seu orgulho masculino e contrariava aquilo que a sociedade esperava de um marido traído. Como tão

⁴¹ Luiz Garrido, *Do Adultério do Marido*, Typographia Christóvão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1877, p. 18

bem definia Ana de Castro Osório⁴², “o homem português [tinha] um medo excessivo do ridículo e um pavor exagerado da opinião do vizinho, horrorizando-se, principalmente, com a ideia de que alguém o possa supor inferiorizado perante o ser dependente, fraco e mesquinho que [era] a mulher, na opinião da maioria”. E o que era a traição amorosa senão uma afronta ao poder marital, uma forma de a mulher demonstrar que era capaz de se esquivar à submissão do marido e de escolher um outro homem que melhor lhe satisfizesse os caprichos económicos, sentimentais ou simplesmente sexuais? O contrário, o perdão da mulher em caso de adultério do companheiro, era mais fácil de acontecer, pois cabia-lhe como obrigação, enquanto ser subalterno e submisso, perdoar e esquecer facilmente as traições do parceiro.

As justificações para a existência de adultério eram também diversas. Era opinião comum que o homem, dada a sua natural condição física e sexual, diremos mesmo, de educação, tinha muito mais dificuldades em cumprir com as suas obrigações conjugais do que a mulher. Motivos pelos quais o adultério cometido por este beneficiava sempre dessas atenuantes aos olhos da sociedade. A mulher, por seu lado, era educada para reprimir a sua sexualidade, sendo muitas vezes acusada de ser desprovida de desejo sexual. Vivia, por isso, para amar e ser amada, e na maioria dos casos só traía quando o marido a não acarinhasse e esquecesse todas as juras de amor feitas durante o namoro ou, como acontecia muitas vezes, quando ele próprio a traía. E se mais vezes o não fazia era com medo de uma gravidez indesejada ou de ser agredida pelo companheiro, uma atitude perfeitamente justificada e até considerada justa e adequada aos olhos da comunidade.

Os métodos anticoncepcionais da altura era pouco fiáveis e alguns comportavam riscos para a saúde da mulher. Além disso, eram condenados pela Igreja Católica e ainda não eram encarados como uma forma de a mulher ter controlo sobre o seu próprio corpo, mas apenas como um meio de evitar que as condições de vida se degradassem, uma vez que mais filhos significavam mais despesas. O aborto⁴³, ou desmancho, como último recurso, não era raro, embora tenhamos encontrado muito poucas referências a esta matéria na literatura ou imprensa feminista e generalista. O que pode significar que continuavam a existir assuntos da vida íntima dos cidadãos sobre os quais a Igreja Católica ainda exercia algum poder, mesmo que de forma não publicamente declarada.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 54

⁴³ O primeiro país a legalizar a prática do aborto foi a Rússia, depois da revolução de Outubro de 1917.

Apenas a literatura e as publicações científicas abordavam esta temática, mas exclusivamente sob o ponto de vista médico e nunca moral ou social.

Embora possa não ser de todo representativo da posição que as feministas portuguesas tinham em relação ao aborto, o texto que Guida assina, em 1915, no *Boletim Oficial da Cruzada das Mulheres Portuguesas*⁴⁴, sobre o aborto e a Primeira Guerra Mundial, lança algumas luzes sobre a matéria. O artigo aborda a problemática das mulheres francesas que engravidaram em consequência das violações de que foram vítima por parte dos soldados alemães, durante a ocupação do território. Começando por dizer que muitas vezes são a favor do aborto, nestas situações específicas, de forma a exterminar quaisquer vestígios da raça germânica, acaba por acrescentar que a maior parte, nas quais ela se inclui, é totalmente contra essa solução, uma vez que o aborto só deverá ser utilizado em caso de perigo de vida da parturiente. “A nosso ver não há argumentos, quer do ponto de vista do Direito, quer do ponto de vista da Moral que justifiquem o aborto. Nem o de salvação pública é admissível”, conclui.

A infidelidade feminina era tema recorrente da literatura, como acontece no romance de René Emery, *A Bíblia do Amor*, que narra a história de Simone, uma mulher casada que cai nas teias do adultério quando o marido começa a esquecer que “o amor de todos os dias é tão indispensável (...) como o ar, a luz e o pão. Vem então a aventura, a busca de felicidade, através dos perigos, as angústias, os terrores...”. Para a autora, “o adultério não é uma farça, um deboche, um roçar de epidermes. É, as mais das vezes, uma revolta de corações mortificados e exaltados, uma elevação apaixonada para a esperança e o amor, depois da queda na rotina e gemonias do casamento moderno...”⁴⁵

3.1.1 – Um exemplo de divórcio litigioso

Nem tudo eram facilidades em matéria de divórcio, sobretudo quando este partia de uma vontade da mulher. Ou porque, de facto, a sociedade portuguesa não estava ainda preparada para conceder essa liberdade à mulher (mesmo quando estivessem em causa situações de maus tratos, físicos ou psicológicos, por parte do companheiro), ou porque esta, devido à elevada taxa de analfabetismo que grassava no sexo feminino,

⁴⁴ Guida, «O Aborto Como Consequência da Guerra» in *Boletim Oficial da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, nº 3, Agosto de 1915, pp. 33/34

⁴⁵ René Emery, *A Bíblia do Amor. O Amor. O Casamento. O Adultério (romance)*, Typographia Lusitana Editora, Lisboa, 1908, pp. 5/6

desconhecia a lei ou os trâmites que eram necessários para intentar esse tipo de acção judicial. Havia ainda casos de maridos, que não concordando com o pedido de divórcio pelos mais variados motivos, tentavam impedir a mulher de o concretizar ou de o levar até ao fim, recorrendo aos mais diversos meios. Muitas vezes, com o apoio da família desta ou da comunidade em que estavam inseridos. O caso que relatamos a seguir é bem exemplificativo de como uma acção de divórcio poderia ser bastante conflituosa, embora não seja nossa intenção a de julgar os actos de cada uma das partes envolvidas, mas somente o de relatar o desenrolar do processo que, em 1920, opôs Maria Adelaide Coelho ao seu marido, Alfredo Carneiro da Cunha, então director do *Diário de Notícias*⁴⁶, com base nos livros que ambos publicaram.

A história conta-se rapidamente. Cansada de um casamento arranjado por conveniência e que há muito deixara de lhe proporcionar prazer e bem-estar, segundo a própria, Maria Adelaide Coelho enamorou-se por Manuel, um jovem beirão, motorista da família. Ao descobrir esta relação, o marido demite o empregado, mas os dois amantes continuam a encontrar-se. A situação, no entanto, torna-se insustentável e Maria Adelaide, que se via obrigada a mentir à família e aos conhecidos, decide partir com Manuel para Santa Comba Dão, terra de sua mãe, a 13 de Novembro de 1918, sem informar ninguém do seu paradeiro. Só nove dias após a fuga, e apenas devido aos anúncios entretanto publicados na imprensa, Maria Adelaide decide escrever ao marido, dizendo-lhe que não queria ser encontrada e para a considerar morta.

Perante uma traição consumada e assumida, Alfredo da Cunha poderia ter intentado uma acção de divórcio contra a mulher, mas não o fez. O mesmo acontecia com Maria Adelaide, que só o fez muito mais tarde. Em vez disso, preferiu, inicialmente, manter-se escondida, mas não durante muito tempo. Com a ajuda do filho de ambos e de alguns amigos da família, Alfredo da Cunha encontra-lhes o paradeiro e consegue internar a mulher no Hospital do Conde de Ferreira, no Porto, alegando que esta padecia de uma espécie de alienação, que a “obrigava” a afastar-se daqueles que lhe eram mais queridos e a ter atitudes “menos dignas” de uma senhora. Aqui reside o principal ponto da discórdia entre o casal.

Maria Adelaide nega que alguma vez tivesse tido uma doença do foro mental, muito menos que se encontrasse numa situação de tal debilidade que carecesse

⁴⁶ Cf. Maria Adelaide Coelho da Cunha, *Doida não! Documentação Psicológica e Jurídica*, Tipografia Fonseca, Porto, 1920; Alfredo da Cunha, *Infelizmente louca!*, Tipografia da empresa Diário de Notícias, Lisboa, 1920; e Maria Adelaide Coelho, *Doida Não e Não!*, colecção das cartas publicadas no jornal *A Capital* (com aditamentos) Tipografia da Penitenciária, Lisboa, 1923

internamento num manicómio, acusando o marido de injúrias graves, por mantê-la sob coação no Hospital do Conde de Ferreira recorrendo a exames médicos falsos, alguns dos quais assinados por figuras proeminentes da medicina portuguesa, como são o caso de Egas Moniz, Sobral Cid e Júlio de Matos. Após uma fuga mal sucedida (durante a qual esteve refugiada na casa da mãe de Manuel, numa aldeia de Castro Daire) e de um segundo internamento, Maria Adelaide entra com a acção de divórcio no tribunal em 1920, ou seja, cerca de dois anos depois de ter abandonado a família com o amante.

Marido e mulher enfrentam, assim, uma disputa judicial e outra pública, uma vez que ambos fazem questão de dar à estampa as suas versões do caso, esgrimindo argumentos, por um lado, e destruindo outros, por outro. Não foi possível encontrar o desfecho deste caso, no entanto, independentemente da verdade que lhe subjaz, consideramo-lo uma boa ilustração de como uma (aparente) simples acção de divórcio pode colocar em forte confronto duas pessoas que durante tantos anos tiveram uma vida em comum e constituíram família.

3.2 – *Depois do divórcio*

Uma vez livres dos laços matrimoniais, os divorciados poderiam voltar a casar-se pelo civil, depois de cumprido o prazo estipulado pela lei: seis meses para o homem e um ano para a mulher (art. 55º). Este é um ponto em que a discriminação de sexos se manteve, tendo sido, na época, criticado por algumas figuras ligadas ao direito. O objectivo do legislador ao estabelecer prazos diferenciados foi o de proteger os filhos concebidos durante a fase final do casamento. A decisão foi tomada tendo em conta a possibilidade de a mulher poder estar grávida do ex-marido, o que poderia levantar dúvidas em relação à paternidade do filho se esta contraísse novo matrimónio logo após o divórcio. Havia, no entanto, advogados que considerava esta cautela “extravagante” uma vez que “ao fim de seis meses não h[averia] mulher fecundada 180 dias antes, que p[udesse] ocultar, pelo menos ao marido, o seu estado”⁴⁷. Esta premissa não era válida em caso de abandono completo do lar por tempo superior a três anos, de ausência do cônjuge por mais de quatro anos sem que dele houvesse notícias, de separação de facto,

⁴⁷ J. Garcia de Lima, *Manual do Processo de Divórcio*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, s.d., pp. 22/23

livremente consentida por 10 anos consecutivos ou quando a sentença de divórcio fosse decretada cinco anos depois de autorizada judicialmente a separação de pessoas e bens.

Após o divórcio, a mulher voltaria a usar os nomes de solteira, sob pena de incorrer num crime de desobediência (art. 19º).

Se, em termos gerais, a lei concedia a ambos os cônjuges os mesmos direitos, situações havia em que a esposa era beneficiada. Exemplo disso era o facto de a mulher que abandonasse o lar enquanto a acção de divórcio estivesse a decorrer poder exigir que o marido a recebesse de novo em casa, enquanto que o marido não a podia obrigar a regressar se não fosse essa a sua vontade. Para tal, a mulher teria de informar o tribunal da sua vontade em deixar de viver no domicílio conjugal, sob pena de o marido poder argumentar que abandonou o lar. Isto porque à luz da legislação, e uma vez que o divórcio ainda não era válido, a mulher continuava obrigada a residir com o marido.

3.3 – A lenta transformação das mentalidades

Apesar de, em termos legislativos, o país caminhar para a (quase) plena democratização nesta matéria, a verdade é que a evolução da mentalidade colectiva foi bastante mais lenta. Os sectores mais conservadores continuavam a defender que a legalização do divórcio atentava contra a moral e os bons costumes e significava o fim da família, considerada a célula-base da sociedade, tornando-se prejudicial, sobretudo, para a mulher, que poderia ver-se sozinha de um momento para o outro, sem ninguém que a amparasse numa hora de maior aflição e sem qualquer meio de subsistência. Argumentos apoiados no facto de as taxas de alfabetização e de empregabilidade do sexo feminino serem bastante baixas e, por isso, a mulher continuar economicamente dependente do marido ou do tutor (pai, irmão mais velho ou outro). A aposta na formação profissional e na mão-de-obra feminina era, também por esta razão, urgente.

Para as feministas, a solução passaria por uma forte aposta na educação da mulher e pelo fim da discriminação a que esta ainda estava sujeita no mercado de trabalho, quer em termos do tipo de funções que lhe eram atribuídas, quer em termos salariais. Ana de Castro Osório acrescenta um outro motivo: o facto de até então o Código Civil ser penalizador para a mulher. “Se o casamento [fosse] feito, como deve de ser, entre duas criaturas conscientes, ambas independentes, ambas capazes de trabalhar, ou se a fortuna individual de cada um fica[r] garantida pela lei, se o dinheiro

da mulher ou o produto do seu trabalho lhe pertencer e não continuar como agora, (...) a dissolução do casamento não trará embaraço nenhum”⁴⁸.

De facto, se a maioria dos artigos do Código Civil que promoviam uma situação de desigualdade entre cônjuges foi revogada pelas leis do divórcio e da família, tal não sucedeu com aqueles que diziam respeito à administração dos bens da família. Neste caso, a supremacia do homem manteve-se, como veremos mais adiante.

As próprias mulheres sentiam algum constrangimento em enveredar por esse caminho, fruto da educação que ainda lhes era ministrada, sobretudo em casa, e do olhar reprovador da sociedade. A maioria não estava preparada para romper com uma moral que as obrigava a ser subservientes para com o marido, mesmo quando o casamento se havia tornado insustentável. Veja-se o caso de Maria, a personagem de um dos contos de Júlio Dantas, em *Mulheres de Hoje, Mulheres de Ontem*⁴⁹, que deseja muito separar-se do marido e deixar de estar sujeita aos seus desejos e ao contágio da doença de que este padece, mas que acaba por continuar a seu lado porque assim havia sido educada. Atente-se às suas palavras: “O meu instinto de mulher, a bondade natural do meu sexo, todos os lugares comuns da minha educação moral, diziam-me que o meu lugar era ali, à cabeceira de meu marido, como uma enfermeira, como uma mãe, como uma irmã”.

Este episódio é ilustrativo do muito que ainda havia a fazer em termos de propaganda feminista e de educação da mulher. Não bastava a aprovação de diplomas legais que lhes permitissem, pelo menos, em teoria, tomar as suas opções pessoais em assuntos como o casamento, o divórcio ou os filhos. Era necessário sensibilizá-las para estas questões, esclarecê-las e apoiá-las (juridicamente e não só) sempre que tal fosse necessário.

3.5 – No resto da Europa

Como em muitas outras áreas, também no caso da laicização do casamento e da instituição do divórcio, a França foi pioneira. A revolução de 1790 pôs definitivamente termo à intromissão da Igreja Católica na vida privada dos cidadãos, substituindo-a pelo Estado. Com a Constituição de 1791, o casamento passou a ser considerado um contrato

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 112

⁴⁹ Júlio Dantas, *Mulheres de Hoje, Mulheres de Ontem, Para Kate Ler*, 2ª edição, Livraria Chardron, Porto, 1917, pp. 33/34

civil estabelecido de livre vontade entre duas pessoas de sexo diferente. Logo, deveria poder ser denunciado. Após um amplo debate na sociedade civil (onde os argumentos a favor do divórcio invocavam a felicidade dos cônjuges, a libertação das mulheres do despotismo dos maridos e liberdade de consciência no caso dos protestantes e judeus, cuja religião não proibia o rompimento do vínculo conjugal), o divórcio foi estabelecido a 2 de Setembro de 1792.

Em caso de litígio, o divórcio poderia ser requerido se fosse comprovada a demência de um dos elementos do casal; em caso de condenação de um dos cônjuges a penas severas ou infamantes; de crimes, sevícias ou injúrias graves de um para com o outro; de desregramento notório de costumes; de abandono durante cinco anos; a emigração⁵⁰ e de demência. Nestes casos, o divórcio era imediatamente concedido. Em caso de mútuo acordo, o divórcio só era possível passados quatro meses de intentada acção. Era ainda permitido aos casais divorciarem-se «por incompatibilidade de humor e de carácter», após seis meses de tentativa de reconciliação. Em qualquer dos casos, os ex-cônjuges só poderiam contrair segundas núpcias um ano depois da decisão judicial. O divórcio poderia ainda ser requerido por “demência, loucura ou furor do outro”, causa que foi excluída em 1804.

Consequência da introdução do divórcio na lei francesa foi a legalização deste na Bélgica, então província de França, em 1804. Mesmo depois da passagem do território para a posse da coroa holandesa e mais tarde, por volta da década de 30, durante a luta pela manutenção da independência, mantiveram-se os mesmos preceitos.

Na Alemanha, o divórcio foi sendo introduzido gradualmente. Até 1876, só era permitido pelo direito territorial, no principado prussiano e nos restantes estados que por ele se regiam. Nos outros, a dissolução do casamento consumado só era admitida pela morte de um dos cônjuges. Apenas em 1875, com a aprovação da lei do império de 6 de Fevereiro, o casamento civil e o divórcio passaram a vigorar em todo o território.

A disparidade de legislação nesta matéria deu origem a um novo fenómeno social: as migrações por motivo de divórcio. Vários casais aproveitavam as leis mais permissivas para pôr fim a um casamento que se tornara insuportável, indo viver para outro país. Conscientes deste fenómeno, os diferentes governos foram progressivamente harmonizando as respectivas legislações. Assistiu-se também à assinatura de

⁵⁰ Lyn Hunt, “A Revolução Francesa e a Vida Privada” in *História da Vida Privada – da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Edições Afrontamento, Porto, 1990, p. 37

convenções inter-jurisdicionais que definiam em que moldes o divórcio concedido numa determinada jurisdição seria reconhecido noutra.

Um dos acordos mais abrangentes foi estabelecido em 1902, em Haia, entre 12 nações europeias (Alemanha, Espanha, França, Áustria, Hungria, Itália, Portugal, Suíça, Suécia, Noruega, Luxemburgo e Roménia), válido mesmo que apenas um dos litigantes fosse natural de um dos Estados contratantes. A Convenção de Haia estipulava que as acções de separação de pessoas ou de divórcio só poderiam ser intentadas quando a legislação do país de origem dos cônjuges e a do país onde estes estivessem domiciliados coincidissem na forma e no conteúdo. Em caso de abandono do lar conjugal por um dos elementos do casal ou de mudança de domicílio após a acção ter sido interposta, esta poderia ser intentada na jurisdição referente ao último domicílio em comum. Uma vez decretada a separação de pessoas ou o divórcio, e de ambos os cônjuges terem sido notificados da decisão judicial, estes seriam reconhecidos em qualquer parte do mundo.

4 - Análise das estatísticas

Como já foi referido, um dos argumentos mais invocados pelos oponentes ao divórcio prendia-se com o temor de que a sua legalização despoletasse uma onda de pedidos de acção em tribunal, atentando, desta forma, contra o casamento enquanto instituição estruturante da sociedade. A análise dos dados disponíveis quanto ao número de casamentos celebrados durante a Primeira República e o número de divórcios decretados nesse mesmo período não nos permitem, contudo, sustentar ou desmontar esta premissa, por serem insuficientes. Embora instituído em 1910, o divórcio só foi considerado um fenómeno social digno de registo a partir de 1917, pelo que não dispomos de dados fiáveis quanto ao número de casamentos dissolvidos antes dessa data. Além de que, por isso só, não seriam fundamento suficiente, por existir todo um conjunto de factores de ordem social, económica e até política que influenciaram as estatísticas respeitantes a essas duas variáveis. O período da I Guerra Mundial é um bom exemplo de como factores exógenos ao casamento influíram na vitalidade deste. A progressiva perda de influência da religião (no caso de Portugal, a católica) na privacidade dos cidadãos, os efeitos do movimento feminista na alteração de

mentalidades, o crescente número de mulheres que trabalha fora de casa e as crescentes expectativas em relação ao casamento são outros tantos factores.

Quadro II
Casamentos, divórcios e ilegitimidades em Portugal (Continente e Ilhas)⁵¹

Anos	Casamentos	Divórcios	Nados legítimos	Nados ilegítimos
1910	38 931	-	166 352	20 601
1911	41 235	-	X	X
1912	44 126	-	X	X
1913	35 057	-	169 527	24 379
1914	36 548	-	164 116	24 363
1915	35 885	-	170 681	24 544
1916	35 896	-	168 072	24 708
1917	33 426	365	163 808	24 583
1918	30 236	311	156 133	22 554
1919	46 959	443	144 889	21 273
1920	53 024	561	175 634	27 274
1921	51 213	501	171 101	25 914
1922	50 043	588	178 286	25 441
1923	49 104	632	181 305	25 867
1924	46 242	555	181 558	25 882
1925	45 550	568	182 476	25 958
1926	47 903	477	X	X
Totais	721 378	5 001	2 373 938	343 341

- Dados inexistentes

x Dados não apurados

Entre 1914 e 1918, o número de casamentos celebrados sofreu uma quebra na ordem dos 17%, para voltar a crescer a partir desse ano. A razão é simples: a mobilização dos homens para a guerra, numa primeira fase, e a morte de alguns dos

⁵¹ Quadro adaptado de Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal – Análise Social e Demográfica – Século XX*, 1ª edição, Editorial Estampa, Lisboa, Novembro de 1996, p. 129

militares, posteriormente. Se alguns casais optavam por contrair casamento antes da ida dos ~~homens~~ para conflito, para assim as mulheres poderem usufruir das regalias concedidas pelo Estado às viúvas e aos órfãos de guerra, muitos outros preferiam esperar pelo desfecho do conflito, temendo as consequências, quer físicas, quer psicológicas, que poderiam resultar de uma longa separação. Consequências responsáveis por muitos dos divórcios registados após o fim da guerra.

Embora não tenhamos dados que nos permitam analisar a oscilação do número de divórcios antes de 1917, os números disponíveis demonstram que há um claro aumento entre o ano de 1918 e o de 1923. Muitos casais não resistiram ao longo período de afastamento a que foram obrigados enquanto durou o primeiro conflito mundial, recorrendo ao divórcio assim que a guerra terminou. Um fenómeno comum à maioria dos países ocidentais e que se fez sentir sobretudo em França, Inglaterra, Estados Unidos da América e Alemanha. Além de se perderem os laços afectivos, em muitos dos casos, a emancipação conquistada pela mulher durante o tempo que o marido esteve ausente (principalmente, devido ao facto de muitas delas terem começado a trabalhar fora de casa, substituindo o homem nas empresas e nas fábricas) também funcionou como factor de afastamento entre os cônjuges.

A estes, acrescenta-se um outro motivo. O facto de as novas gerações terem uma outra visão do casamento e do divórcio. Cada vez mais, as uniões regiam-se pelas motivações (quaisquer que estas fossem) dos cônjuges e não por aquilo que a consciência colectiva defendia como sendo o moralmente correcto. Deste novo fenómeno sociológico davam conta inúmeros artigos publicados na imprensa. Falava-se, novamente, em casamentos por conveniência, não como os de antigamente, acordados entre as famílias sem que a opinião dos noivos fosse tida em conta, mas como forma de satisfazer um qualquer interesse dos elementos do casal que não os do amor. Razão pela qual as uniões dificilmente resultavam. “Hoje casam-se e passado um ano, quando nós os julgávamos ainda unidos, vivem já cada um para seu lado, indiferentes, a caminho do divórcio. O maior número de casamentos modernos, são de interesse mútuo, rápidos, instantâneos”, dava conta um articulista do ABC, em 1921⁵².

A guerra foi igualmente responsável pela quebra da taxa de natalidade, quer a referente aos filhos legítimos, quer aos ilegítimos. No primeiro caso, essa *tendência* começou a inverter-se a partir de 1920. Em relação aos filhos ilegítimos, o número de

⁵² Luís de Córdova, “Os casamentos modernos” in ABC, ano II, nº 89, 23 de Março de 1922, p. 10

nascimentos voltou a aumentar também a partir de 1920, mantendo-se mais ao menos constantes até ao final da Primeira República.

Segundo alguns teóricos, a taxa de nascimentos ilegítimos era factor suficiente para aferir a situação moral de uma população, mas outros, como Bento Carqueja, rejeitavam esta premissa. Edward Shorter defende, por seu turno, que o número de “nascimentos ilegítimos e as gravidezes pré-conjugais fornecem-nos os dados mais fidedignos para determinar a incidência do sexo antes do casamento”, apesar de que “nem todas as mulheres que são sexualmente activas antes do casamento têm filhos”⁵³.

A todas as razões já apontadas, o jornal *O Comércio do Porto* acrescentava, em 1910, na sequência da publicação das Leis da Família, uma outra, de ordem económico-financeira. “No nosso país, o chefe de família sofre encargos pesadíssimos que, não poucas vezes, o fazem arrepender-se de ser pai e esposo, e o levam a repudiar o estado natural do homem, que é o da vida doméstica e da procriação legítima”⁵⁴.

Quadro III
Casamentos dissolvidos por divórcio (distritos)⁵⁵

Distritos	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
Aveiro	19	13	41	50	26	17	46	25	24	21
Braga	4	3	7	19	23	20	30	14	16	12
Bragança	-	3	1	4	-	4	1	7	5	4
C Branco	5	1	-	4	2	10	9	-	4	3
Coimbra	17	21	24	36	25	22	36	22	23	17
Évora	3	3	10	14	5	7	5	4	2	4
Faro	12	11	13	19	11	16	18	17	14	19
Guarda	20	6	7	9	10	13	13	12	9	11
Leiria	7	1	26	23	5	23	10	13	17	11
Portalegre	7	3	5	2	3	5	10	8	1	3
Santarém	6	-	25	23	7	6	10	12	16	11
Viseu	13	7	5	14	11	14	16	22	18	20
Lisboa	133	141	172	200	227	241	254	230	246	223
Porto	97	85	57	77	95	118	127	127	111	79

⁵³ Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna – Séculos XVIII – XX*, Lisboa, Terramar, 1995, p. 90

⁵⁴ Cf. «A Família» in *O Comércio do Porto*, 28 de Dezembro de 1910, p. 1

⁵⁵ Tabela retirada de Pedro Delgado, *ob. cit.*, pp. 131/132

Beja	4	2	11	16	1	4	4	3	5	7
V. Castelo	2	3	10	21	12	7	21	16	10	6
V. Real	6	-	7	13	16	10	3	3	11	5

Interessante é também a análise da evolução do número de divórcio por distritos, no mesmo período. Lisboa e Porto encabeçam a lista, seguidos de Coimbra, Aveiro e Faro, embora a grande distância. Em comum, estes distritos têm o facto de se situarem no litoral. Nos primeiros dois casos, além de serem as cidades onde se concentrava maior número de habitantes, foram também os principais centros de debate em torno da causa divorcista. Não sendo, por isso, de estranhar, que aqui se tenha registado o maior número de casos de dissolução legal do casamento. Nos distritos do interior, sobretudo do Norte, o número de divórcios é bastante baixo, devido, por um lado, ao facto de a população também ser menor, e, por isso, realizarem-se menos casamentos, e, por outro, a um catolicismo bastante enraizado, que impedia os casais desavindos de se separarem.

5 - As Leis da Família

Na sequência da legalização do divórcio, o Governo Provisório fez aprovar, um mês e meio depois, outros dois diplomas legislativos, vulgarmente conhecidos por Leis da Família, que determinavam o casamento civil como o único válido perante o Estado e estipulavam um conjunto de determinações de protecção aos filhos. Ambos foram publicados a 25 de Dezembro, uma data carregada de extremo simbolismo para os cristãos, pois é o dia em que estes celebram o nascimento de Cristo. A escolha do dia não foi inocente. Tratou-se de mais uma forma de o legislador republicano marcar a sua posição laica, embora não anti-religião. Os casais que desejassem unir-se de acordo com os preceitos da religião que comungavam poderiam continuar a fazê-lo. No entanto, para que fossem considerados marido e mulher aos olhos do legislador republicano, deveriam, primeiro, contrair casamento seguindo as regras estabelecidas pelo Código Civil. Os sacerdotes de qualquer religião só podiam celebrar uma cerimónia de casamento depois de apresentado o boletim do Registo Civil, que comprovava o casamento civil.

O novo diploma legal reiterava o casamento como um contrato puramente civil, estabelecido entre duas pessoas de sexo diferente que desejassem constituir legitimamente família. Embora se partisse do princípio de que se tratava de um contrato perpétuo, este poderia ser dissolvido nos moldes definidos pelo decreto-lei de 3 de Novembro de 1910 (Lei do Divórcio), anteriormente aprovado. Poderiam contrair casamento civil os maiores de 18 anos, no caso dos homens, e os maiores de 16, no caso das mulheres⁵⁶, mas apenas se houvesse o consentimento dos pais, daqueles que legalmente os representavam ou do conselho de família, caso os nubentes não fossem maiores de 21 anos ou emancipados. Se os pais não estivessem de acordo quanto à licença para o casamento, o impasse seria ultrapassado por decisão de um juiz, tomada depois de este ouvir os cônjuges na presença de dois homens bons.

Existiam algumas excepções neste campo. Em caso de sedução, e se essa fosse a vontade expressa pela rapariga e sua família, o agressor poderia optar por casar com ela em vez de cumprir pena de prisão. Isto porque, caso se provasse em tribunal a violação de uma menor de 18 anos, que fosse virgem, o réu poderia ser condenado a uma pena entre dois a oito anos de prisão maior e a indemnizar a vítima. Ou, então, a contrair casamento. Em caso de sedução, o casamento era permitido a partir dos 14 anos, caso se tratasse de uma rapariga, ou dos 16, no caso dos rapazes.

Em relação aos viúvos, a lei portuguesa proibia novo casamento apenas em caso de condenação por homicídio, não colocando qualquer limitação quanto ao número de núpcias contraídas. No caso da Rússia e da Grécia, por exemplo, em 1916, os cônjuges sobreviventes poderiam casar-se apenas mais três vezes. Quanto ao tempo de espera que os viúvos deveriam aguardar até contrair novo casamento, em Portugal, era de um ano para as mulheres e de seis meses para os homens.

É sobretudo no campo da definição da sociedade conjugal, da caracterização dos direitos e deveres de ambos os cônjuges, estabelecidos no capítulo V da referida lei, que melhor se identificam os resquícios de uma visão tradicional, masculina, da família e dos papéis que cabe a cada um dos elementos no seio desta. Embora o diploma estabeleça que os esposos devam “socorrer-se e ajudar-se reciprocamente” (art. 38º), não deixa, contudo, de especificar que cabe “ao marido, especialmente, a obrigação de defender a pessoas e os bens da mulher e dos filhos, e à mulher, principalmente, o governo doméstico e uma assistência moral tendente a fortalecer e aperfeiçoar a unidade

⁵⁶ O Código Civil de 1867 permitia o casamento aos maiores de 14 anos, no caso dos rapazes, e de 12 anos, no caso das raparigas.

familiar” (art. 39º). A mulher era obrigada a adoptar a residência do marido, excepto no caso de este querer mudar-se para as colónias ou para o estrangeiro sem o seu acordo. Em caso de discordância, a decisão final seria tomada por um juiz (art. 40º). Esta obrigatoriedade cessava quando os esposos estivessem judicialmente separados de pessoas e bens ou quando o marido fosse condenado ao degredo e a mulher não o acompanhasse para o lugar do cumprimento da pena.

No caso de a mulher casar com um cidadão estrangeiro, assumia obrigatoriamente a sua nacionalidade, ficando, desta forma, sujeita à legislação do país de origem do cônjuge, de acordo com o Código Civil. Este era um preceituado comum a vários países e bastante criticado pelas feministas e seus correligionários. No primeiro Congresso Feminista e de Educação, em 1924, Jaime Gouveia defendia que a mulher só deveria perder a nacionalidade “se no acto do casamento fizer a declaração formal de que opta pela nacionalidade do marido”. Mesmo nestas circunstâncias, deveria “poder recuperar a nacionalidade de origem, se enviuvar ou divorciar-se ou separar-se de pessoas e bens, mediante simples declaração”. E para os casos de conflitos de lei, deveriam “ser adoptadas normas de direito internacional que traduzem o princípio equitativo da concordância das leis pessoais”⁵⁷.

O problema da nacionalidade da mulher casada tornou-se particularmente sensível durante a Primeira Guerra Mundial, quando se assistiu à “expulsão de muitas centenas de milhares de mulheres que, vítimas das disposições tirânicas de naturalização forçada, tiveram de abandonar o lugar onde nasceram, os pais que enternecidamente adoravam e a família a que estavam ligadas pelos doces laços do coração”⁵⁸, salientava ainda o mesmo autor.

Como consequência desta “monstruosidade”, alguns países alteraram a sua legislação. Nos Estados Unidos da América, a mulher passou a assumir a nacionalidade do marido apenas quando expressava esse desejo no acto do casamento. Os filhos teriam nacionalidade americana sempre que pelo menos um dos cônjuges também a tivesse. Na Inglaterra, França e Holanda, legislou-se no mesmo sentido.

⁵⁷ Arnaldo Brazão, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925, p. 121

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 122

5.1 – Regimes matrimoniais

Embora as Leis do Divórcio e da Família contribuíssem para uma certa emancipação social e económica da mulher, havia ainda alguns aspectos essenciais que as feministas consideravam de urgente revisão. Nomeadamente, os que respeitavam aos regimes matrimoniais (comunhão geral de bens, separação absoluta de bens, regime dotal ou comunhão de adquiridos). Neste aspecto, o Código Civil fazia algumas distinções entre os cônjuges, sujeitando, de uma forma geral, a mulher à tutela do marido e mantendo-a numa posição de subalterna, mesmo que a sua riqueza fosse superior à do parceiro, o que não acontecia no Código Civil anterior, datado de 1867.

Em qualquer dos regimes matrimoniais, o homem poderia dispor livremente dos bens mobiliários do casal, incluindo os dotais, sendo apenas permitido às mulheres casadas em regime de separação absoluta de bens a alienação, sem autorização do marido, dos seus bens mobiliários, separados da comunhão, e da terça parte dos seus rendimentos. Os restantes dois terços, bem como os capitais postos a juros, só poderiam ser utilizados mediante autorização do marido. A única excepção prendia-se com os bens imobiliários, que só poderiam ser alienados com a concordância de ambos.

Nos restantes casos, em termos gerais, a administração dos bens do casal era uma responsabilidade absoluta do homem, o que significa que este poderia exigir legalmente à companheira que lhe entregasse o salário por completo ou mesmo cobrá-lo pessoalmente e gastá-lo a seu bel-prazer, uma vez que a lei não conferia à mulher qualquer direito de reclamação. Apenas com o divórcio a mulher passava a ter plena liberdade para administrar os bens que lhe coubessem.

No primeiro Congresso Feminista português, realizado em 1924, Aurora de Castro e Gouveia lembrava que “em face da (...) legislação, um marido pod[ia] opor-se a que sua mulher, embora modista, compr[asse] os artefactos próprios da sua profissão; que a sua mulher, médica, compr[asse] os instrumentos de cirurgia necessários; que a sua mulher, lavadeira, compr[asse] o sabão e o cloreto para a lavagem da roupa! Em face da (...) lei o marido t[inha] o direito de intervir na compra dos vestidos da sua mulher, e só por aquisição sua é que ela compr[va] os vestidos que mais lhe agrada[vam]!”⁵⁹. Por isso, defendia como único regime legal o da separação absoluta de

⁵⁹ Aurora de Castro e Gouveia, *Reivindicações Políticas da Mulher Portuguesa – Situação da Mulher Casada nas Relações Matrimoniais dos Bens do Casal*, Conselho Nacional da Mulher Portuguesa, Tipografia Casa Garret, Lisboa, s.d., p. 50

bens, o “único que satisfaz[ia] cabalmente às aspirações das feministas e o único que cab[ia] nos moldes dos princípios da justiça”⁶⁰.

No ano anterior, a 23 de Julho, o então ministro da Justiça, Abranches Ferrão, apresentou uma proposta de lei que alterava as disposições do Código Civil quanto aos regimes matrimoniais, que não teve seguimento.

5.2 – Testamento e doações

A impossibilidade de a mulher poder dispor livremente dos bens do casal ou dos seus próprios bens (móveis ou imóveis) acarretava igualmente consequências ao nível dos testamentos e das doações, visto que uma das principais premissas na base das quais se apoiam estes dois tipos de negócios jurídicos está, precisamente, no facto de o testador ou doador serem os únicos com responsabilidade sobre os bens em causa. O Código Civil, porém, impunha limitações à capacidade legal dos cônjuges poderem gerir o património comum ou próprio, sobretudo, no caso das mulheres.

Para melhor percebermos o que está em causa, comecemos por definir cada um destes negócios jurídicos. O testamento é o documento através do qual determinada pessoa estipula o destino dos seus pertences após a sua morte. É um acto pessoal, que não pode ser feito por procuração nem ao sabor dos interesses de terceiros, e revogável⁶¹, apenas válido depois da morte do seu autor. A doação, pelo contrário, é um acto irrevogável, que produz efeitos imediatos e estabelece uma relação de direitos/obrigações apenas entre duas pessoas. Consiste na transferência de parte ou da totalidade dos bens do doador, ainda em vida, para terceiros.

No caso das pessoas casadas, o Código Civil de 1911 impõe algumas restrições na capacidade jurídica de ambos os cônjuges no que respeita à disposição dos bens próprios e comuns, principalmente, no caso dos bens imobiliários. O marido só poderia alienar os bens imobiliários comuns ao casal com a outorga da mulher e se estivesse em juízo por causa de questões de propriedade ou posse destes bens (art. 1191º). A capacidade da mulher era ainda mais limitada, uma vez que esta não poderia estar em

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 49

⁶¹ As disposições dos testamentos podem ser alteradas pelo seu autor as vezes que este desejar, excepto em alguns casos, como o da perfilhação. De acordo com o § 2º do artigo 23º do decreto lei nº 2, da 25 de Dezembro de 1910, se um ou os dois pais forem inábeis para proceder à perfilhação, por virtude de casamento ainda não dissolvido, “poderá também ser feita a perfilhação em testamento cerrado, aprovado antes ou depois do nascimento do filho, e nessa parte irrevogável”.

juízo sem autorização do marido (art. 1192º), nem administrar os seus próprios bens (art. 1187º). Caso doasse os bens (móveis ou imóveis, próprios ou comuns) sem autorização do marido, o negócio poderia ser anulado a pedido de qualquer das pessoas interessadas (marido ou herdeiros e representantes) (art. 1200º). A situação era um pouco diferente no caso dos bens mobiliários. O homem poderia dispor livremente dos bens comuns ao casal, embora tal não fosse permitido à mulher (art. 1193º). Mais ainda: o marido tinha autoridade para gerir como bem entendesse os bens móveis próprios da mulher, uma vez que estes eram considerados propriedade comum aos cônjuges, mas o mesmo não acontecia com a mulher (art. 1118º).

No que diz respeito aos testamentos, a situação não era muito diferente para a mulher. Aplicava-se a mesma lógica quanto à posse dos bens próprios e comuns ao casal. Também neste caso, vamos cingir-nos apenas às questões relacionadas com o casamento. O cônjuge sobrevivente só podia herdar quando não houvesse descendentes, ascendentes, irmãos e descendentes destes, excepto se estivessem judicialmente separados de pessoas e bens por sua responsabilidade. Em caso de adultério, o cônjuge prevaricador não podia testar a favor da pessoa com quem havia traído, no caso de o adultério ter sido provado judicialmente antes da morte do testador.

O pai podia, em testamento, indicar uma ou mais pessoas que aconselhassem a mãe viúva em determinadas situações ou naquelas em que estivesse em causa a gestão dos bens dos filhos. Excepto se, na altura da sua morte, estivesse inibido do poder paternal. Neste caso, o conselheiro podia ser nomeado pela mãe, embora, no caso de a escolha cair sobre o segundo marido, esta ficasse dependente da aprovação do conselho de família, composto por cinco parentes próximos do menor (três da linha paterna e dois da linha materna), residentes dentro dos limites da jurisdição do juiz do inventário⁶².

A mulher (qualquer que fosse o seu estado civil) não podia ser testemunha em testamento e só podia ser testamenteira (pessoa encarregue de fazer cumprir o testamento, no todo ou em parte), no caso de ser casada, com autorização do marido. Salvo se se encontrassem judicialmente separados de pessoas e bens ou no caso de ser casada em regime de separação de bens, se obtivesse autorização judicial.

⁶² J. Garcia de Lima, *Manual dos Testamentos*, Biblioteca de Educação Nacional, Lisboa, 1915 (?)

5.3 – Poder paternal ou poder parental?

Não deixa de ser curioso notar que, apesar de a República apregoar a importância da mulher enquanto mãe e de, para muitos, esta ser a sua principal vocação social, a lei a sujeite às disposições do marido em quase tudo o que diz respeito à educação e ao projecto de vida dos filhos legítimos⁶³. Uma discriminação considerada “lamentável” por Elina Guimarães, que, no livro *O Poder Maternal*, defende que ambos os pais deveriam ter a mesma responsabilidade quanto aos filhos, criticando o facto de “uma função social importante (...) como a maternidade [ter] tido sempre uma regulamentação jurídica deficientíssima, ao passo que problemas de muito menor monta mereceram a tratadistas e legisladores a mais municiosa das atenções”⁶⁴. Embora o não refira explicitamente, Elina Guimarães mostra-se defensora daquilo a que hoje vulgarmente se designa por poder parental, o mesmo é dizer, direitos e deveres iguais para ambos os pais no que diz respeito aos filhos legítimos.

Também Ana de Castro Osório em *A Mulher no Casamento e no Divórcio* se insurge contra essa “flagrante injustiça, que tem dado causa a não poucos dramas de família”. E denuncia: “A administração dos bens dos filhos menores, herdados ou adquiridos pelo trabalho próprio (salvo os adquiridos pelas armas, letras ou artes liberais), pertence ao pai e pertencer-lhe-á sempre, mesmo que passe a segundas núpcias em caso de viuvez, ao contrário do que sucede à mãe, que perde logo por esse facto o usufruto e a administração que adquiriu com o falecimento do marido. O pai tem a faculdade de ainda depois de morto guardar e pesar na vontade e na vida da mãe, impondo-lhes um ou mais *conselheiros* (itálico no original) da sua confiança, que, em caso de desobediência aos seus preceitos educativos ou administrativos, podem vir tirar-lhe esse direito perante o juiz, com provas e testemunhas que todos sabem como facilmente se forjam”⁶⁵.

Neste como noutros casos, a Lei da Protecção dos Filhos perpetuava ainda uma noção tradicional dos papéis que cabiam a cada um dos cônjuges no seio da família e da sociedade. Somente em casos de ausência do pai (quando este estivesse emigrado, em serviço no exterior do país ou mobilizado para uma guerra), de loucura ou de um qualquer outro impedimento é que o poder parental passava a ser um exclusivo da mãe.

⁶³ Eram considerado legítimos os filhos nascidos dentro de matrimónio legitimamente contraído, passados cento e oitenta dias depois da celebração deste ou nos trezentos dias subsequentes ao divórcio ou à separação dos esposos, judicialmente decretada (artigo 1º).

⁶⁴ Elina Guimarães, *O Poder Maternal*, Livraria Moraes, Lisboa, s.d., p. 11

⁶⁵ Ana de Castro Osório, *ob. cit.*, p. 30

No primeiro caso, porém, a liberdade de actuação era muito limitada, uma vez que a mulher continuava obrigada a seguir os ditames do marido no respeitante à educação dos filhos.

Como sublinhava Luiz de Mesquita em *Filiação e Parentesco. Matriarcado e Patriarcado* nessa época, o patriarcado era ainda a pedra basilar do direito civil e da organização da família em todos os povos cultos. Se, numa primeira fase, essa supremacia do poder paternal se apresentava como uma consequência lógica do direito de propriedade que o homem tinha sobre a mulher (sendo dono da mulher, sê-lo-ia também dos filhos com ela gerados), mais tarde, com o evoluir das teorias científicas sobre a procriação e a definição do papel do homem no processo de fecundação, esse poder passou a ser justificado pelo facto de ser o homem “a única força germinativa e a mulher apenas o receptáculo”. “O reconhecimento da paternidade pela acção masculina na fecundação trouxeram uma nova e imperfeita concepção do fenómeno germinativo. (...) O homem fez-se assim, pela força social, pela religião e pela natureza, o chefe, o centro, a única autoridade e a única energia vital da família; nele se concentraria toda a existência doméstica, religiosa, política e social; por ele se estabeleceriam a filiação e parentesco”. Contudo, para Luiz de Mesquita, “o amor paternal não é mais do que o desdobramento do amor sexual: o homem estremece no filho, ainda e só, a mulher amada, que lho deu. A paternidade em si não é mais do que uma manifestação, embora elevada, generosa e nobre, do orgulho masculino e do egoísmo”⁶⁶.

Em caso de divórcio litigioso, os filhos menores eram entregues ao cônjuge a favor de quem tenha sido proferido o divórcio, excepto se nenhum dos elementos do casal reunisse condições para os manter. Nesta situação, ficavam à guarda de terceiros, de preferência, de familiares directos de um ou do outro lado da família (art. 21º). Os pais continuavam a ter as mesmas obrigações para com os filhos, nomeadamente, a de concorrer para a sua alimentação em proporção dos seus rendimentos e bens próprios, excepto se deles fossem interditos pelo juiz. Tinham ainda direito a vigiar e a superintender a sua educação, de visitá-los e de recebê-los em sua casa (art. 22º, 24º e 25º). Contudo, enquanto o processo de divórcio estivesse a decorrer, a autoridade parental continuava a ser um exclusivo do homem, que os poderia obrigar a viver consigo. Caso não concordasse, a mulher poderia requerer ao tribunal que os filhos lhe fossem legalmente confiados até haver uma decisão definitiva quanto ao divórcio. Se

⁶⁶ Luiz de Mesquita, *Filiação e Parentesco. Matriarcado e Patriarcado*, Magalhães & Moniz, Lda Editores, Porto, 1909, pp. 8/16

não tivesse meios financeiros suficientes para suportar as despesas decorrentes da sua educação, alimentação ou outros, poderia solicitar ao tribunal que obrigasse o marido a contribuir para as mesmas.

Em termos gerais, nenhuma criança poderia ser registada como ilegítima, mesmo se a causa do divórcio fosse a infidelidade da mulher ou mesmo que o marido negasse a paternidade (art. 162º do Código do Registo Civil). Havia, contudo, várias excepções e nem sempre as crianças nascidas durante a vigência do casamento eram declaradas legítimas. Nos casos em que se provasse que o marido esteve fisicamente impossibilitado de coabitar com a mulher nos primeiros cento e vinte e um dias, ou mais, dos trezentos que precederam o nascimento; em que ficasse provada a impotência do marido, excluindo a que resultava da velhice, ou nas situações em que o nascimento se verificava antes de 180 dias depois de celebrado o casamento, a criança era considerada ilegítima. Eram também consideradas ilegítimas as crianças nascidas de matrimónio não oficialmente reconhecido; as que nascessem antes do casamento e não tivesse resultado de cópula mantida entre os elementos do casal, ou passados 300 dias da dissolução do casamento ou da separação dos cônjuges judicialmente reconhecida. Uma criança poderia igualmente ser declarada ilegítima se o marido não consentisse que a mesma ficasse registada como sendo sua filha no assento de nascimento.

Segundo os dados disponíveis (ver quadro), o número de nados ilegítimos teve um aumento constante entre 1910 e 1916, para descer nos dois anos seguintes e voltar a subir a partir de 1920. Não foi possível apurar as causas subjacentes a estas variações.

Todos os filhos ilegítimos, à excepção dos incestuosos, podiam ser perfilhados por ambos os pais, de comum acordo, ou por qualquer um deles separadamente, através de escritura ou acto público celebrados antes ou depois do nascimento. Neste último caso, a perfilhação poderia também ser feita através de testamento anterior ou posterior ao nascimento da criança, sendo essa disposição irrevogável (art. 23º e 24º das Leis da Família).

Os filhos de pais divorciados adquiriam a maioridade aos 18 anos e não aos 21 (art. 60º).

Em caso de morte do pai, os direitos da mulher continuavam bastante restritos. De acordo com o Código Civil, a tutela legítima dos menores pertencia aos parentes mais próximos, pela seguinte ordem: avô paterno, avô materno; ascendentes em linha recta, preferindo sempre o paterno em igualdade de grau; irmãos varões, sendo preferidos os germanos aos consanguíneos, estes ao uterinos e em cada uma destas

classes, os emancipados; irmãos do pai ou da mãe, preferindo sempre os da linha paterna, excepto sendo menos idóneos. Se houvesse vários parentes, no mesmo grau e igualmente idóneos, a tutela dos menores seria exercida por cada um deles por períodos de três anos. Em qualquer dos casos, a tutela legítima carecia sempre da aprovação do conselho de família.

5.3.1 – A investigação da paternidade ou maternidade ilegítimas

O Código Civil proibia a investigação da paternidade (salvo algumas excepções), mas autorizava, em qualquer circunstância, a investigação da maternidade ilegítima (artigos 130º e 131º, respectivamente), o que era considerado pelas feministas e por alguns profissionais do direito uma verdadeira discriminação sexual.

Segundo as Leis da Família, a paternidade ilegítima só poderia ser apurada se existisse um documento assinado pelo pretenso pai, em que este assumisse expressamente a sua paternidade; se o filho se achasse em posse de estado; no caso de estupro violento ou de rapto, coincidindo a época do nascimento com a época do facto criminoso; ou se houvesse sedução praticada com abuso de autoridade ou de confiança, ou com promessa de casamento, coincidindo a época do nascimento com a época da sedução (art. 34º).

Em termos gerais, a investigação da paternidade ou maternidade ilegítimas só poderia ter início estando o pretenso pai ou mãe ainda vivos ou, então, dentro do ano posterior à sua morte. Excepto se os pais morressem durante a menoridade ou demência dos filhos ou se o filho obtivesse um documento escrito e assinado pelos pais, em que estes assumiam a sua paternidade. No primeiro caso, o filho tinha o direito de intentar a acção de investigação antes de decorridos quatro anos da sua emancipação ou maioridade ou do restabelecimento da sua razão. No segundo caso, poderia propor a acção em qualquer altura, desde que obtivesse o referido documento, mas somente se este tivesse sido conseguido dentro dos seis meses que precederam a reposição da demanda (art. 37º).

Ainda de acordo com as Leis da Família, a acção de investigação de paternidade ilegítima poderia também ser proposta, ainda antes do nascimento do filho, pela mãe grávida, em nome dele, contanto que conseguisse provar a gravidez. Nesse caso, a acção perdia validade se o filho não nascesse com vida e figura humana ou se a respectiva

certidão não fosse junta aos autos dentro do prazo de trinta dias a contar do nascimento (art. 38º).

Se ambos os pais fossem hábeis para contrair matrimónio nos primeiros cento e vinte dias dos trezentos que precedessem o nascimento do filho, a acção de investigação poderia ser intentada contra ambos conjuntamente (art. 39º).

5.3.2 – Os direitos das mães de filhos ilegítimos

Embora, por vezes, a investigação da paternidade ilegítima fosse extremamente difícil, como vimos no ponto anterior, a lei impunha determinadas obrigações ao homem sobre o qual recaíam as suspeitas. O alegado pai era obrigado a arcar com as despesas decorrentes da gravidez e do parto e com os prejuízos que a mulher pobre pudesse ter com o nascimento do filho, nomeadamente, a perda de salário ou de honorários resultantes do seu trabalho. O homem teria também que lhe prestar alimentos, independentemente do referido anteriormente, desde o momento em que a gravidez se manifestasse e se assim a mulher o solicitasse em tribunal. Esta última obrigação cessava apenas se se provasse que a mulher mantinha relações sexuais com outro(s) homem(ns) durante os nove meses de gravidez ou que tinha uma notória má conduta, se bem que continuasse a prevalecer em relação à criança.

Esta era, contudo, uma disposição contestada por vários juristas, pois facilmente era possível arranjar quem testemunhasse a favor da má conduta de uma mulher e, desta forma, livrar-se de uma investigação de paternidade ilegítima. Como criticava o advogado Cláudio Olímpio Dias Antunes, numa sustentação de embargos, “nem ao menos se limita ou contorna essa estranha e ilegal exigência quanto a reputações, ao período legal da concepção... De forma que todos aqueles que queiram defender-se de uma investigação de paternidade ilegítima, têm um caminho a seguir, uma porta aberta: é dizer mal da mãe de A ou arranjar dois ou mais *maldizentes* que lhe *mordam* (itálicos no original) na reputação”⁶⁷.

⁶⁷ Cláudio Olímpio Dias Antunes, *Uma investigação de paternidade ilegítima, provada, mas não reconhecida – sustentação de embargos*, Revista Cível, nº 38354, Supremo Tribunal de Justiça, Tipografia Palhares, Lisboa, 1919, p. 7

Independentemente destas disposições, a mulher estuprada ou violada continuava a ter o direito de ser dotada pelo seu agressor, caso este não aceitasse casar com ela, como determinavam os artigos 2391º do Código Civil e 400º do Código Penal.

B – Educação e Instrução

1 –O novo modelo educativo

Esta foi, sem dúvida, uma das principais preocupações dos republicanos quando chegaram ao poder. Em 1911, Portugal era um país maioritariamente rural (60% da população activa trabalhava no sector primário) e a taxa de analfabetismo situava-se na ordem dos 75,1%¹. As primeiras medidas para mudar este estado de coisas consistiram não na reformulação das actividades pedagógicas, mas no afastamento daqueles que eram considerados os três principais entraves ao desenvolvimento do ensino: a presença de Ordens Religiosas no ensino, a doutrinação católica nas escolas e as praxes e privilégios da Universidade de Coimbra². A ânsia em afastar estes inimigos verifica-se na rapidez com que foram publicadas as leis referentes a cada uma destas áreas, a primeira das quais foi promulgada logo no dia 8 de Outubro.

O diploma de 22 de Outubro de 1910, por sua vez, proíbe o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias. Com este diploma pretendia-se “satisfazer ao espírito liberal e às aspirações dos sentimentos republicanos da Nação Portuguesa, uma vez que “o ensino dos dogmas é incompatível com o pensamento pedagógico que deve regular a instrução educativa das escolas primárias”³. Em sua substituição é introduzida a disciplina de educação cívica, no âmbito da qual o professor incutiria nas crianças os valores da República, o amor à pátria, à família, ao trabalho e à liberdade. Esta não foi, porém, uma decisão que tenha colhido consenso entre os vários quadrantes políticos e sociais. Na altura, assistiu-se a um amplo debate entre os chamados clericais (que defendiam a continuação do ensino religioso católico) e os anti-clericais, por um lado, e entre os partidários da escola neutra e os da escola laica.

Além da laicização do ensino, previa-se também o alargamento da rede escolar (sobretudo primária) a todas as freguesias do país e o aumento da obrigatoriedade escolar⁴, o que estava longe de acontecer. No final da República, o número de

¹ Cf. A. Madeira Barbara, *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal (da Reforma Pombalina à Primeira República)*, Lisboa, Textos de Ciência da Educação 2, Assírio & Alvim, 1979, p. 82

² Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, 3ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 659

³ Citado em *idem, ibidem*, pp. 660/661

⁴ Alguns pedagogos, como Cäiel e Agostinho de Campos, consideravam que o aumento da frequência escolar por parte das crianças não deveria decorrer de uma imposição legal. “[...] estabelecer o ensino obrigatório por meio de leis coercitivas e feras, a criança vai para a escola como recruta para a fileira, de corda ao pescoço...”. Cf. Cäiel, *Comentários à Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900, p. 6

estabelecimentos de ensino estava muito aquém das necessidades do país⁵ e a obrigatoriedade escolar nunca chegou a ser uma realidade, uma vez que as crianças que vivessem a mais de dois quilómetros de uma escola estavam dispensadas de a frequentar. Tendo em conta que as maiores carências ao nível de estabelecimentos de ensino se faziam sentir nas zonas do interior, isto significa que uma larga maioria de crianças em idade escolar continuava a não frequentar o ensino. A esta, acrescentam-se outras razões para a baixa taxa de frequência escolar, como a falta de transporte, a utilização de mão-de-obra infantil no campo e na indústria e a relutância de certos casais em enviarem os filhos à escola. Em relação a esta última, P. Joaquim da Silva defendia que “[...] a melhor herança de um filho pobre é a da educação libertária e moral, com que poderão ganhar a vida honrada e honestamente, uma vez que seja industrioso e não indolente. Os pais devem, portanto, fazer qualquer sacrifício para ensinarem os filhos, e deixá-los em condições de poderem remediar com o seu trabalho a falta de bens que não lhes podem largar”⁶.

Assim que o novo regime foi instaurado, formou-se uma comissão com o objectivo de preparar a reforma do ensino, integrada, entre outros, por João de Barros e João de Deus Ramos. O projecto que resultou deste trabalho propunha a divisão do ensino primário em três graus – infantil, médio e superior –, gratuitos e de frequência obrigatória, a transformação das escolas normais e de habilitação do magistério primário em escolas primárias superiores e a criação de três escolas inteiramente novas em Lisboa, Porto e Coimbra.

No entanto, a reforma do ensino, instituída pelo decreto de 29 de Março de 1911, pelas mãos do ministro do Interior, António José de Almeida, acabaria por levar pouco em conta essas propostas. O ensino infantil acabou por ser autonomizado do ensino primário. Destinava-se a crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 4 e os 7 anos, e não entre os 3 e os 6 anos, como defendia a comissão. Era gratuito, mas também facultativo. O ensino primário compreendia três graus – elementar, complementar e superior –, destinados a menores com idades entre os 7 e os 14 anos, sendo que apenas o primeiro era de frequência obrigatória. O primeiro grau tinha uma

⁵ Em 1915, por exemplo, existiam em Portugal 6559 escolas primárias para um universo de 670.192 crianças com idades entre os 8 e os 12 anos. O que significa que cada estabelecimento de ensino receberia, caso todas elas frequentassem a escola, cerca de 100 alunos. “Não sendo conveniente que uma escola tenha matrícula superior a 50 ou 60 alunos, segue-se que seriam necessárias 12.000 escolas para a população escolar [...]”. Cf. P. Joaquim da Silva Tavares, “O Analfabetismo em Portugal”, separata da *Brotéria*, vol. XVI, fascículos III, IV e V, Braga, 1918, pp. 154/155.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 161

duração de três anos e era obrigatório para todas as crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, excepto para as que residissem a mais de dois quilómetros de qualquer escola, oficial ou particular gratuita. O ensino complementar tinha a duração de apenas dois anos, não era de frequência obrigatória e deveria ser frequentado por crianças a partir dos 10 anos. Embora criado em 1911, nunca saiu do papel. Quando ao último nível, o superior, durava três anos e poderia ser frequentado por crianças a partir dos 12 anos, desde que tivessem sido aprovadas no exame do ensino complementar.

O ensino secundário liceal foi o que menos atenção mereceu por parte dos teóricos do regime, apesar de vários pedagogos e intelectuais ressaltarem a sua importância na formação das novas elites dirigentes. De facto, apesar de logo em 1911 ter sido nomeada uma comissão encarregada de organizar o projecto de reforma deste grau de ensino, somente seis anos mais tarde esta estaria concluída, não sem antes ter sido empossada uma segunda comissão, em 1915. Segundo a reforma de 1918, o ensino secundário liceal tinha como fim o de “ministrar os elementos de uma cultura geral e habilitar para os estudos superiores, promovendo para isso a aquisição de um determinado conjunto de conhecimentos, o progressivo desenvolvimento intelectual do espírito, o desenvolvimento normal do corpo e a educação do sentimento e da vontade”⁷.

A rede de estabelecimentos deste grau de ensino sofreu poucas alterações, continuando a existir duas categorias de liceus – os centrais e os nacionais. Os primeiros existiam apenas em Lisboa, Porto e Coimbra e eram os únicos a oferecer o curso complementar. Os segundos totalizavam 21 (17 no continente e quatro nos arquipélagos), instalados em cada capital de distrito administrativo. Existiam ainda mais dois, em Lamego e Amarante, explorados pelas respectivas Câmaras Municipais.

O referido decreto de 29 de Março de 1911 oficializa ainda as escolas móveis⁸, determinando a sua criação nas freguesias onde, por um qualquer motivo, não fosse possível a instalação de escolas fixas (art. 28º). Deveriam funcionar durante 10 meses consecutivos, considerado o tempo mínimo necessário para se ministrarem e consolidarem os primeiros ensinamentos, uma vez que a maior parte dos alunos trabalhava e, por isso, dispunha de pouco tempo livre extra-escola para se dedicar aos

⁷ Maria Oliveira S. da Cunha, *O Ensino Secundário Liceal na Primeira República*, www.ipv.pt/millennium/Millennium26/26_27.htm

⁸ As escolas móveis foram criadas a 18 de Maio de 1882, por Casimiro Freire, que adaptou o método de João de Deus. O objectivo era levar o ensino das letras a todos os locais, para reduzir a taxa nacional de analfabetismo. Dado o seu sucesso, o governo da República acabou por também promover a sua divulgação.

estudos. Nas Escolas Móveis Oficiais aprenderiam a ler, a escrever e a efectuar os cálculos matemáticos mais simples. Aprenderiam ainda o sistema métrico, rudimentos de geografia e um pouco da história do país, além de frequentarem aulas de educação cívica e moral.

Apesar de criadas em 1911, só em 1913 se reuniram as condições necessárias à sua implantação no terreno, com o Decreto de 12 de Outubro. Nesse ano, foram criadas 257 escolas móveis no continente e nas ilhas exclusivamente dedicadas a adultos, a primeira das quais em Leça da Palmeira, que funcionou, no primeiro ano, com 100 alunos. No ano lectivo seguinte, 1914/1915, funcionaram 336, com um total de 18.260 alunos matriculados. Para evitar que a falta de professores pudesse perturbar o seu bom funcionamento, nesse mesmo ano, por decreto de 25 de Outubro, foi autorizada a nomeação de “qualquer estudante de diferentes estabelecimentos de ensino do Estado” para esse cargo. No primeiro ano, o número de inscrições, de ambos os sexos, ascendeu a cerca de 13 mil, média que se manteve até ao final da sua existência. O sucesso desta aposta do Estado acabou por ditar a falência das escolas móveis particulares, que acabariam em 1921. Nas 487 missões que promoveram participaram 28.941 pessoas, 12.727 foram apuradas.

De modo a alargar este modelo de ensino, em 1914, o Parlamento criou também os cursos móveis. Enquanto as escolas funcionavam em locais onde não existiam estabelecimentos de ensino fixos, os cursos eram ministrados nas escolas ordinárias, pelos mesmos professores, que com um aumento de ordenado de 15\$00 mensais ensinavam os adultos à noite⁹.

Em 1916, através do decreto nº 2909, de 20 de Dezembro, prevê-se a organização de escolas móveis especiais para o sexo feminino, o que nunca se concretizou.

Apesar do êxito, as escolas móveis não seriam suficientes para reduzir a elevada taxa de analfabetismo, principalmente das faixas etárias mais elevadas. Ocupados com os seus trabalhos diários, no campo ou nas fábricas, os adultos dispunham de pouco tempo livre para se dedicarem aos estudos de forma regular e persistente. A situação das mulheres, sobretudo daquelas que trabalhavam fora de casa, era ainda mais complexa, uma vez que após terminadas as tarefas profissionais, tinham que se dedicar à arrumação da casa e ao cuidado dos filhos e do marido. Talvez por este conjunto de

⁹ P. Joaquim da Silva Tavares, *ob. cit.*, p. 154

razões, as Escolas Móveis Oficiais foram sobretudo frequentadas pela camada da população em idade escolar.

Seria, por isso, necessário que às escolas móveis se juntassem mais uns quantos projectos educacionais que permitissem atacar o problema do atraso cultural nas suas diversas vertentes. No diploma acima citado, decretou-se que as câmaras municipais deveriam criar “cursos nocturnos, missões escolares, cursos dominicais e outros análogos, para extinção do analfabetismo, em ambos os sexos, naquelas localidades onde as circunstâncias o exigirem” (art. 34º).

Investindo fortemente na instrução e da educação, principalmente das classes economicamente menos favorecidas, os republicanos esperavam colocar Portugal no trilho do progresso, resgatando-o do atraso cultural em que se encontrava e que o afastava progressivamente dos países europeus mais desenvolvidos. Era necessário criar condições para que surgisse um novo tipo de cidadão e uma nova elite de dirigentes, mais conscientes dos seus direitos e deveres cívicos e políticos, mais conhecedores do mundo – sempre em constante mudança – e capazes de romper com os valores do antigo regime, responsáveis, em grande parte, pelo atraso do país. Era nesta próxima geração que a actual elite dirigente depositava as suas maiores esperanças, mas para que essa ruptura política e social se efectivasse seria necessário que o sistema educativo republicano se demarcasse do sistema monárquico.

A escola, entendida aqui no seu sentido lato, não era encarada apenas como um local de pura difusão e consolidação de conhecimentos, mas também de preparação dos alunos para o mercado de trabalho, para que pudessem participar activamente no desenvolvimento económico do país. Razão pela qual, além da preocupação com os currículos escolares, a formação dos professores e as condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, alguns pedagogos, principalmente a seguir à Primeira Guerra Mundial, começaram a dar especial atenção à orientação profissional dos jovens. Na Universidade Popular Portuguesa chegou, inclusive, a ser projectada, em 1922, a criação de um instituto de orientação profissional, onde os encarregados de educação e os alunos podiam, com a ajuda de técnicos especializados, averiguar qual a profissão que melhor se adequava às características físicas, psicológicas, emocionais e intelectuais de cada um dos educandos.

Num texto publicado em Março de 1922 na revista *Educação Popular*, Faria de Vasconcelos alertava para os perigos que resultavam da escolha de uma carreira profissional baseada no acaso, na ignorância e no empirismo, como acontecia até então.

Muitas vezes, a escolha dos jovens era feita apenas na altura em que tinha de decidir o seu futuro profissional, sob pressão, de acordo com a tradição familiar ou seguindo os ditames da moda. “Hoje quase todos os rapazes querem ser ou mecânicos ou comerciantes. Tenho ouvido falar em Lisboa da plethora das escolas comerciais e da despopulação das escolas industriais e técnicas. Os «meninos» desejam todos ser «novos-ricos», levam em si grandes «sonhos dourados». Para as raparigas o ideal é serem empregadas de escritório. Acabou a moda dos padres e dos doutores, que foi um flagelo¹⁰.

As expectativas criadas em torno da reforma da educação acabaram por sair goradas. Apesar de as taxas de analfabetismo terem diminuído relativamente às verificadas no tempo da monarquia constitucional, os números ficaram sempre muito longe do pretendido. Um facto preocupante se tivermos em conta, por exemplo, que o direito de voto só poderia ser exercido pelos cidadãos que soubessem ler e escrever¹¹. Para a República, os iletrados não tinham capacidade para analisar as várias propostas políticas apresentadas a sufrágio nem a actuação dos governos, eram desprovidos de consciência política e, por isso, não poderiam ser chamados às urnas.

A um período de grande esperança seguiu-se um outro, de profunda frustração. Das muitas promessas, poucas foram as concretizadas e ainda menos as que deram os resultados pretendidos. O permanente endividamento do Estado não permitiu grandes investimentos na construção de novas escolas nem na melhoria dos salários dos professores, que por receberem baixos vencimentos não se sentiam motivados para se entregar totalmente à profissão. O aparecimento de várias escolas privadas, com ou sem fins lucrativos, que poderiam ajudar a combater o analfabetismo, também não surtiram efeito. Dada a fragilidade económica da maioria das famílias, muitas optavam por não enviar os filhos à escola, uma vez que estes eram importantes para aumentar o rendimento do agregado familiar. A grande aposta do regime republicano acabava por tornar-se numa das suas maiores derrotas.

¹⁰ Faria de Vasconcelos, “Orientação Profissional” in *Educação Popular*, Lisboa, nº 1 e 2, Fevereiro de Março de 1922, pp. 1/2

¹¹ Apenas durante o Governo de Sidónio Pais foi permitido o voto a todos os cidadãos do sexo masculino, maiores de 21 anos, independentemente de saberem ler e escrever.

2 – A educação das mulheres

A educação da mulher constituiu, desde o início, uma das principais áreas de preocupação das feministas. Conscientes de que sem uma educação completa e orientada para a vida real a mulher dificilmente seria capaz de exercer os seus direitos políticos e civis, nem de se emancipar economicamente, as feministas propugnavam pela promoção da instrução da mulher. Defendiam a criação de incentivos para que as crianças e jovens que frequentassem a escola, principalmente as oriundas das famílias mais carenciadas, e eram a favor da coeducação, o único modelo de educação capaz de formar homens e mulheres preparados em iguais circunstâncias para as lutas da vida.

A República, porém, nunca soube responder a esta reivindicação, apesar de também ela constituir uma promessa dos republicanos. A instrução de rapazes e raparigas continuou a fazer-se em escolas separadas e só em casos excepcionais, como quando o número de alunos era de tal forma reduzido que não justificava a criação de uma escola para cada um dos sexos, era permitida a coeducação. Para Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, “só uma fortíssima limitação financeira é que pode explicar a manutenção simultânea do regime de separação dos sexos e a coeducação. Levar por diante um princípio moral implicaria que o Estado quase duplicasse o parque escolar – teria de haver um liceu feminino em cada capital de distrito – e passar a ter despesas correntes de quase o dobro. Impossível”¹²

Era no recato do lar, longe do convívio com as outras crianças, que as meninas burguesas iniciavam a sua educação, normalmente sob o olhar atento da mãe, da ama ou de uma preceptora, esta, quase sempre de nacionalidade francesa, inglesa ou alemã. Até aos finais da década de 10, esta continuava a ser a principal escolha da média e alta burguesia para as suas filhas. Só mais tarde, com a consolidação do ensino secundário liceal feminino, a educação doméstica começa a perder importância. Mesmo assim, continua, durante largos anos, a ser a opção de uma elite social muito restrita, que não confiava nos métodos do ensino oficial e que continuava a defender que o lugar da mulher era em casa, afastada dos assuntos públicos. Apenas por necessidade, deveria a mulher aprender uma arte e dedicar-se a uma profissão, de preferência ligada às artes.

A função da educação feminina não deveria ser a de tornar a mulher numa sábia, mas sim a de a dotar com os conhecimentos necessários para poder desempenhar os

¹² Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, *O Governo de Si Mesmo – Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, dissertação de doutoramento em Ciências da Educação (História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 805

papéis sociais que lhe estavam destinados (filha, esposa, mãe) e, sobretudo, formar as elites dirigentes do amanhã. Aliás, algumas das vozes que se levantavam contra a alteração dos modelos educativos dirigidos à mulher argumentavam que um aumento do conhecimento por parte desta a afastaria do lar e das suas obrigações domésticas. O alcance de uma outra visão do mundo levaria a mulher a interessar-se por outras actividades que não as que tradicionalmente lhe estavam atribuídas, entrando em concorrência directa com o homem. Mas, por enquanto, “[...] a mulher, entre nós, como toda a criatura sem educação, é retrógrada e timorata com os seus pavores e ideias velhas no espírito das gerações, que assim se tornam, sem dar por isso, cobardes para as rasgadas iniciativas do futuro, presas ao passado pelo sentimento do medo que lhes incutiram, com o leite, as crendices maternais”¹³.

A escolha de mestras estrangeiras não era bem aceite por certas intelectuais, como Elina Guimarães ou Agostinho de Campos, por considerarem que estas desnacionalizavam o ensino. Este último afirmava: “Desgraçado país aquele que, em plena Europa e em pleno século XX, não teve ainda tempo ou jeito de organizar com a prata da casa um serviço tão simples e tão necessário”¹⁴. A verdade, porém, é que o recurso a preceptoras estrangeiras tinha as suas vantagens para a educação intelectual e cultural das jovens. Permitia o contacto, embora indirecto, com outras realidades, outras formas de sentir, de pensar e de agir, através da leitura de jornais e de revistas estrangeiros, e das mais variadas formas de expressão artística, abrindo os horizontes às raparigas portuguesas. Moldava-se, desta forma, uma nova geração, mais conhecedora das transformações sociais, políticas, económicas e culturais que se faziam sentir um pouco por toda a Europa e Estados Unidos da América, mais consciente da sua própria condição e do seu papel na sociedade e na família. Muitas destas raparigas tornaram-se mais tarde adeptas dos ideais feministas. Mais um motivo pelo qual as feministas defendiam uma educação da mulher. Sem uma população feminina esclarecida não seria possível engrossar e fortalecer o movimento feminista.

Além dos ensinamentos básicos relacionados com a orientação dos serviços e a gestão da casa, era importante para as jovens a aprendizagem de línguas estrangeiras (normalmente, inglês e francês), saber tocar piano, executar alguns trabalhos manuais (sobretudo, bordados) e saber comportar-se em público, matérias essenciais para que as

¹³ Ana de Castro Osório, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora, 1905, pp. 193/194

¹⁴ Agostinho de Campos, *Casa de Pais, Escola de Filhos*, 3ª edição, Rio de Janeiro/Lisboa, Francisco Alves/Livraria Ferin, 1917, p. 189

meninas de família fossem reconhecidas em sociedade. Educavam-se as meninas para os jogos de aparência que se jogavam nos salões de chás, nos teatros e nas soirées, mas não para os verdadeiros assuntos da vida.

Havia uma completa falta de educação sexual, assunto que normalmente era abordado quando apareciam as primeiras regras e de uma forma muito simplista e pudica. Normalmente, essa abordagem era feita pela mãe, também ela pouco preparada para iniciar a filha nessas matérias. “Julga-se dever educar as crianças numa ignorância completa e sistemática da origem da vida. Em especial as meninas, futuras mães, pouco ou nada sabem de puericultura e, o que talvez ainda seja pior, estão inteiramente desprevenidas contra os manejos dos sedutores e outros perigos igualmente temerosos”¹⁵, alertava, em 1917, o pedagogo José Pedro da Cunha.

No mesmo sentido iam as preocupações de Adelaide Cabete, cujo trabalho de final de curso tratava da questão do ensino da puericultura e da mulher grávida. “O papel que o estudo da puericultura representa no ensino doméstico é de tanta importância que julgo um crime de lesa sociedade deixar casar uma menina sem a verificação prévia de que ela se ache habilitada a cuidar a sua prole”¹⁶, criticava a médica. Adelaide Cabete foi, aliás, a grande impulsionadora do ensino da puericultura em Portugal, tendo ministrado, durante mais de 15 anos, esta disciplina no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, em Odivelas, com bastante sucesso.

Nas classes socialmente mais baixas, a educação das meninas era igualmente feita em casa, mas num ambiente completamente diferente. A mãe continuava a ser o modelo principal, mas não havia amas nem preceptoras estrangeiras. Quanto muito, uma tia mais velha ou a avó, que transmitiam de forma oral o que tinham aprendido na experiência da vida às gerações mais novas. Desde muito cedo, as meninas começavam a imitar as mães no desempenho das suas tarefas domésticas e, quando mais crescidas, ocupavam-se dos irmãos mais novos. Raramente iam à escola, mas quando o faziam, eram muitas vezes obrigadas a frequentar os estabelecimentos de ensino masculinos, por falta de escolas exclusivamente femininas. Ao contrário das meninas burguesas, as meninas do povo conviviam com outras crianças, suas familiares ou vizinhas. Caso vivessem no campo, aprendiam também como trabalhá-lo e os ciclos da vida, com a passagem das estações e os rituais da agricultura.

¹⁵ Pedro José da Cunha, “Liceus Femininos”, separata da *Revista de Educação Geral e Técnica*, Lisboa, Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1917, p. 4

¹⁶ Adelaide Cabete, *O Ensino Doméstico em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1923, p. 5

Este contacto directo com a natureza era uma das principais lacunas do ensino urbano, como denunciava Agostinho de Campos. A criança da cidade era educada longe do campo, sem um contacto directo com a natureza, a sua lógica e as suas regras. Confinadas a um espaço puramente urbano, o primeiro contacto com a vida era feito através dos livros, de gravuras e das conversas com os adultos, entre as quatro paredes da casa ou da escola. “Tal é a lei e o espírito de uma instrução primária tão diferente e tão distante da vida, como catálogo de sementes e de frutas difere da horta e do pomar”, criticava, para logo em seguida acrescentar: “Aos dez anos, exame, isto é, ilusão, mentira, papel, carimbo oficial, comédia monstruosidade”¹⁷.

As duras palavras de Agostinho de Campos levam-nos a deduzir que a reforma da instrução primária levada a cabo em 1913 não estivesse a ser aplicada na sua totalidade. Pelo menos, no que se refere aos métodos pedagógicos, uma vez que o decreto que corporiza essa reforma impunha a realização de excursões, visitas de estudo, passeios pedagógicos e a colheita e coleccionismo de espécimes, que seriam utilizados nas disciplinas dedicadas às ciências naturais. Pretendia-se com este modelo que a criança não tivesse um estudo puramente escolástico, mas que tomasse contacto com o meio envolvente nas suas mais variadas vertentes.

É a partir do último quartel do século XIX que se consolida o ensino feminino, principalmente no seio das famílias burguesas, uma vez que os agregados familiares das classes mais baixas continuavam a depender do complemento salarial proveniente do trabalho da mulher. Especificamente para estas, começavam a aparecer, também por essa altura, cursos técnico-profissionais, decorrentes da consciência de que o desenvolvimento económico do país dependia também da formação que os agentes do aparelho produtivo poderiam receber. Em relação às restantes, como já foi referido, interessava torná-las na formadora por excelência dos futuros cidadãos.

Pelo que acabámos de expor, partilhamos da tese de Maria Teresa Valente Pinto¹⁸, de que o investimento na educação da mulher não decorreu da assumpção de um direito natural desta, mas sim da necessidade do colectivo de a modelar de acordo com o papel social que lhe atribuía. Mesmo a aposta na profissionalização da mão-de-obra feminina, particularmente sentida durante a Primeira Guerra Mundial, se deveu mais à necessidade de manter os mesmos níveis de qualidade e de quantidade de

¹⁷ Agostinho de Campos, *ob. cit.*, p. 39

¹⁸ Maria Teresa Valente Pinto, *O Ensino Técnico Industrial Feminino em Finais do Século XIX: a Escola Damião de Goês em Alenquer*, dissertação de mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, p. 18

produção do que à concepção de que a mulher trabalhadora tinha o direito de ver os seus conhecimentos aprofundados.

Também como salienta Maria José de La Fuente¹⁹, a preocupação com a educação feminina não pode ser associada à problemática do feminismo, uma vez que muitos dos defensores da primeira não eram partidários da segunda. Vejam-se os casos de Carolina Michêlis de Vasconcelos ou de Maria Amália Vaz de Carvalho, para quem a educação da mulher foi um tema sempre recorrente nos seus escritos, mas para quem as lutas feministas nada ou pouco diziam.

2.1 - Os primeiros passos

A primeira tentativa estatal de impulsionar a instrução feminina ocorreu em 1870, com o decreto de 3 de Agosto, da autoria do ministério de D. António da Costa, que cria, em Lisboa, de um Instituto de Educação para o Sexo Feminino. O objectivo era congregar numa única administração os recolhimentos do Calvário, Rua da Rosa, do Grilo, do Lázaro Leitão, do Passadiço e do Amparo, dirigidos a jovens oriundas de famílias carenciadas²⁰. Pretendia-se com este projecto chegar às camadas socialmente mais baixas, habitualmente menos sensibilizadas para o problema da educação feminina. Além de se preparar a jovem para ser mãe e dona de casa, era-lhe também oferecida alguma formação profissional, que poderia ser-lhe útil quando tentasse entrar mais tarde no mercado de trabalho.

Durante quase duas décadas, não se legislou mais sobre esta matéria. Só em 1888, com a publicação da carta de lei de 9 de Agosto, assinada por José Luciano de Castro, o Estado mostra novamente preocupação com a educação feminina. Com a nova lei, propunha-se a criação de “institutos destinados exclusivamente ao ensino secundário feminino” em Lisboa, Porto e Coimbra por parte do Estado, embora pudessem ocorrer parcerias com as câmaras municipais, associações de beneficência ou as Juntas Gerais dos distritos. O curso proposto era dirigido a raparigas com idade igual ou superior a 12 anos e teria a duração de quatro anos. Em cada um dos anos eram ministradas seis

¹⁹ Maria José de La Fuente, *O Ensino Secundário Feminino – Os primeiros 20 anos da escola Maria Pia*, dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX em Portugal, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 7

²⁰ Cecília Barreira, *História das Nossas Avós – Retrato da Burguesia em Lisboa (1890 – 1930)*, 2ª edição, s.l., colecção Sociedade & Quotidiano, Edições Colibri, Janeiro de 1994, p. 39

disciplinas obrigatórias, às quais se acrescentariam mais quatro extra-curriculares (desenho, labores, canto e ginástica). A carta de lei acabou regulamentada apenas dois anos mais tarde, a 6 de Março de 1890, por António de Serpa Pimentel.

O projecto, no entanto, acabou por nunca sair do papel. Com a subida de Dias Ferreira ao poder, dois anos depois da regulamentação da lei, é retirada a dotação orçamental destinada à criação destes estabelecimentos de ensino, através de um decreto datado de 3 de Março. Neste podia ler-se que “para os institutos de ensino secundário do sexo feminino, que ainda não foram aceites pela opinião pública e podem dispensar-se por agora, não vale a pena manter na tabela a verba respectiva de 13.500\$000 réis”²¹. A redacção do decreto é bem explícita quanto à posição dos poderes políticos em relação a esta matéria. Num período de grandes carências económico-financeiras, a educação feminina não era, de todo, uma prioridade para o Estado.

A decisão, porém, provocou um forte debate público, entre aqueles que concordavam com a posição do governo e os que defendiam um verdadeiro investimento na educação da mulher. Para os primeiros, bastava à mulher saber ler, escrever e contar, uma vez que as suas preocupações se deveriam restringir aos assuntos domésticos. Para os segundos, a falta de uma política educativa virada para o sexo feminino constituía uma das principais razões pelas quais o país se encontrava num estado de subdesenvolvimento cultural, quando comparado com outras nações, como a Alemanha, a França ou a Itália.

Com este retrocesso, o país continuava a contar apenas com um estabelecimento de ensino secundário feminino público, a Escola Maria Pia, criada a 4 de Setembro de 1884 pela Câmara Municipal de Lisboa, e inaugurada no dia 10 de Junho do ano seguinte. Funcionava no segundo piso do edifício da Escola Central nº 5, no Largo do Contador Mor, à Graça. Eram apenas aceites meninas com os 12 anos de idade completos, que frequentavam um curso geral, de três anos, e um dos quatro cursos especiais (escrituração comercial, tipografia, telegrafia eléctrica e labores), além do inglês e do francês.

No decreto que institui a escola pode ler-se: “Sem dúvida que a principal missão do liceu é criar mulheres instruídas e ilustradas suficientemente para poderem sem humilhação do seu próprio espírito comparecer na sociedade culta, conviver com as pessoas ilustradas, ensinar os seus filhos, fazer a escrituração da sua casa ou a do

²¹ Manuel Borges Grainha, *Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1905, p. 321

comércio dos seus, compreender os livros e a conversação dos principais idiomas da Europa, sobre a posse de prendas próprias do sexo ou lavoures delicados, que ou são recursos de modesta e honrada indústria para o granjeio da vida ou recreio agradável para horas feriadadas e entretenimento de ócios”²².

São 45 as alunas que se inscrevem no primeiro ano de funcionamento, mas apenas 26 terminam com aproveitamento esse primeiro ano. As desistências deveram-se ao facto de a escola estar localizada numa zona de difícil acesso e de os encarregados de educação se aperceberem de que o curso não habilitava as jovens para o exercício do magistério primário, que desde há pouco tempo poderia ser exercido por mulheres. De acordo com Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, a escola não era frequentada pela mulher burguesa, mas por “raparigas sem grandes recursos financeiros e sem grandes perspectivas ou aspirações de os ver melhorados por um bom casamento”²³.

Quatro anos mais tarde, são dados os primeiros passos para instalar no Mosteiro de São Dionísio, em Odivelas, um instituto privado que albergasse órfãs de oficiais portugueses. O projecto ganharia corpo dois anos mais tarde, altura em que o convento passou a designar-se por Instituto D. Afonso. No instituto, as jovens recebiam instrução primária, secundária e profissional, ficando, aqui sim, habilitadas para o magistério primário, curso de telegrafistas e curso de carteira (contabilista). Eram ainda ministradas aulas de francês e de inglês e labores, ensino doméstico e religioso, estes últimos indispensáveis para a formação das futuras mães e donas de casa. Em 1908, o modelo pedagógico foi actualizado, prevendo-se então a criação de laboratórios, de um museu de história natural, de um jardim botânico e salas para projecções luminosas e conferências.

2.2 – O ensino liceal secundário feminino: O liceu D. Maria Pia

O primeiro liceu feminino acabaria por ser criado pelo decreto de 31 de Janeiro de 1906, pelo ministro Eduardo José Coelho. Na prática, tratou-se apenas de elevar ao estatuto de liceu a escola Maria Pia, que preparava as alunas para o ensino secundário

²² Decreto de 31 de Janeiro de 1906 citado em Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, 3ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 645/646

²³ Rosmarie Nolasco-Wank Lamas, *Mulher Para Além do Seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, Março de 1995, p. 59

através da realização de exames nos liceus masculinos. Dava-se assim resposta a uma procura crescente deste grau de ensino pelas jovens e resolvia-se o problema da co-educação, que continuava a não ser muito bem aceite pela maioria da sociedade.

O liceu oferecia um curso geral, que tinha a duração de quatro anos e era composto por sete disciplinas: Moral, Direito Moral e Religioso, Português, Francês, História e Geografia, Ciências Físico-Naturais e Matemática, disciplinas às quais no último ano se acrescentavam as de Pedagogia, Higiene e Economia Doméstica.

O modelo adoptado não era do agrado geral. Manuel Borges Grainha, por exemplo, considerava que o ensino ministrado não tinha “um cunho verdadeiramente prático e utilitário para a vida doméstica e profissional das educandas”, além de que o Estado não reconhecia os diplomas de aprovação “como válidos para qualquer função civil”²⁴. Esta discriminação negativa fazia com que fossem poucas as alunas que terminavam o respectivo curso. Por não haver alternativa a esta escola, muitas famílias burguesas optavam por inscrever as suas filhas em colégios de freiras²⁵ ou particulares, em qualquer dos casos, soluções verdadeiramente dispendiosas, principalmente tendo em conta que o ensino ministrado era pouco sólido e pouco útil.

O recurso ao ensino particular tinha como objectivo evitar que as meninas de família convivessem com as raparigas do povo, cujos hábitos e costumes podiam conspurcá-las. Estes estabelecimentos de ensino, porém, não estavam isentos de críticas. Tratavam-se, na maioria dos casos, de escolas instaladas em edifícios austeros, sem espaço ao ar livre onde as crianças pudessem brincar ou praticar exercício físico, de regras demasiado rígidas, onde saltar, rir e cantar eram práticas interditas. Os alunos não eram mais do que “pequeninos mártires” fechados em casas onde lhes era proibido “saltar e folgar, sem sol, sem alegria e sem higiene”²⁶.

Em 1911, o liceu Maria Pia é transferido para o Palácio Valadares, no Largo do Carmo, para responder ao aumento da procura. Mesmo assim, as novas instalações continuam a ser exíguas, pelo que as alunas são divididas em dois turnos. Sendo um liceu nacional, as alunas que pretendessem seguir os estudos teriam que frequentar o curso complementar nos liceus centrais masculinos, problema apenas resolvido em 1917, altura em que a escola passa a designar-se Liceu Central Almeida Garrett.

²⁴ Manuel Borges Grainha, *Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1905, pp. 322/333

²⁵ Após a instauração da República, os conventos e as instituições religiosas de ensino são todos encerrados.

²⁶ Ana de Castro Osório, «Crianças no colégio» in *Sociedade Futura*, 15 de Agosto de 1902, pp. 3/4

Em 1915, é criado anexo ao Liceu Maria Pia um curso especial de educação feminina, que permitia às jovens a formação em matérias teóricas e em conhecimentos considerados úteis para a vida na família e na sociedade. Tinha a duração de cinco anos e funcionava em paralelo com o de instrução secundária, sendo a sua frequência obrigatória até ao terceiro ano para as alunas do ensino secundário. Além das disciplinas do curso geral, do plano de estudos faziam parte disciplinas como Economia Doméstica, Química Doméstica, Puericultura e Culinária, entre outras. Uma vez terminado o curso, as alunas que o desejassem poderiam candidatar-se à Escola de Belas Artes e à Escola de Música. O curso foi extinto em 1918, pelo decreto nº 4597, de 12 de Junho.

Nesse mesmo ano de 1915, é fundada a Associação Escolar do Liceu Maria Pia, que entregava material escolar, fornecia lanches e almoços e pagava propinas às sócias mais carenciadas.

Com a reforma de 1918, o ensino liceal feminino sofre algumas modificações. As secções femininas dos liceus de Coimbra e do Porto são autonomizadas, oferecendo o curso geral. No antigo Liceu Maria Pia são criados dois cursos complementares, de Letras e de Ciências, uma antiga reivindicação do corpo docente. Os programas de estudo são semelhantes aos dos liceus masculinos, embora com algumas diferenças. A disciplina de ginástica consistia, sobretudo, em jogos e danças; a de canto coral incluía lições de piano e a de trabalhos manuais compreendia costura, labores e arte aplicada. Ou seja, a instrução ministrada à mulher continuava a ser virada para os papéis sociais que tradicionalmente lhe eram atribuídos e não para o mercado de trabalho no qual aos poucos começava a integrar.

A educação física começava a ser uma disciplina corrente nas escolas femininas, defendida por educadores e feministas, que assim tentavam combater a ideia errada de que o exercício físico e o desporto apenas poderiam ser praticados pelo sexo masculino. Como frisava Helena de Aragão, “a experiência demonstrou iniludivelmente que a cultura física do organismo é um factor de revigoração das raças em decadência moral, porque a sua acção simultânea sobre o corpo e sobre o espírito, influi beneficentemente sobre o carácter do indivíduo”²⁷.

No início da década de 20, eram já várias as mulheres que se interessavam pelos desportos e pelo culto do corpo. À medida que a mulher se ia libertando dos seus encargos tradicionais, os seus interesses iam-se diversificando. “As condições de vida

²⁷ Helena de Aragão, “A Influência da Educação Física no Carácter da Mulher”, in *Revista de Educação Física*, nº 3, Maio de 1921

para as mulheres são hoje bem diferentes das que lhe eram oferecidas nas eras passadas em que esses preconceitos ditaram leis, portanto, a educação de carácter feminino deve assentar sobre bases mais sólidas e racionais, mais consentâneas com as modernas exigências da existência, uma vez que a objectividade da sua acção se amplifica e define, como educadora, orientadora e lutadora²⁸.

Em 1928, urge um segundo liceu feminino em Lisboa, o D. Filipa de Lencastre, para responder a uma procura cada vez mais crescente deste grau de ensino por parte das raparigas, fruto de uma opinião pública cada vez mais esclarecida e defensora da educação da mulher. Este novo estabelecimento liceal serviu ainda para aliviar as já saturadas instalações do Maria Amália Vaz de Carvalho, que ainda funcionava no Palácio Valadares, no Largo do Carmo. No ano lectivo anterior, 1927/1928, este liceu recebera 383 alunas.

Na maioria dos casos, e particularmente no das jovens burguesas, a frequência do ensino secundário não significava obrigatoriamente que estivessem a pensar seguir os estudos e muito menos que se preparavam para exercer uma profissão. Tentavam simplesmente aprofundar alguns conhecimentos e diversificar outros, de modo a poderem entabular conversa com qualquer interlocutor nos diversos eventos sociais que frequentavam. A fortuna de família ou o dote, garantias suficientes para um casamento proveitoso, asseguravam-lhes um futuro estável e desafogado, pelo que não sentiam necessidade de pensar em exercer uma qualquer actividade profissional.

As alterações introduzidas ao longo da Primeira República no ensino secundário liceal feminino tiveram como efeito, a médio prazo, o aumento da população feminina que frequentava este grau de ensino. Em 1910, existiam apenas 924 alunas (11,2%), número que em 1916 tinha já subido para 2720 (25,2%). No final do regime, o número de jovens que frequentava este grau de ensino era já de 2852 (24%)²⁹.

O aumento da escolaridade feminina conduziu não só a um reposicionamento sócio-profissional da mulher, mas também a uma maior mobilização na luta pela defesa da igualdade de direitos entre sexos. Basta comparar o número de mulheres mobilizadas em torno desta causa no início da República e aquelas que abraçaram o projecto do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, já próximo do virar da década de 20. A

²⁸ *Idem, ibidem*

²⁹ Maria Helena S. de Oliveira Cunha, *O Ensino Secundário Liceal na 1ª República*, www.ipv.pt/millennium/Millennium26/26_27.htm

maioria das sócias desta agremiação possuía uma licenciatura ou um curso técnico-profissional.

2.3 – O último bastião masculino: a universidade

A primeira mulher a frequentar o ensino universitário em Portugal foi Domitília Hormizinda Miranda de Carvalho, que no ano lectivo de 1891/1892 se inscreveu em Matemática na Universidade de Coimbra³⁰. Durante cinco anos, Domitília de Carvalho foi a única aluna das faculdades portuguesas. No ano lectivo de 1896/1897, juntaram-se-lhe mais duas mulheres: Maria do Carmo Teixeira Marques e Sofia Júlia Dias³¹. Aliás, na maioria dos países europeus, a admissão de mulheres no ensino superior tornou-se uma realidade apenas a partir da segunda metade do século XIX. As faculdades francesas e suíças foram as primeiras a permitir o acesso do sexo feminino aos seus cursos, logo em 1864³².

Ainda no tempo da Monarquia, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra abriu, também, as suas portas ao sexo feminino. Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha foi a primeira a matricular-se, no ano lectivo de 1910/1911, tendo concluído o curso de Direito em apenas três anos, graças ao Decreto de 23 de Outubro de 1910, que instituiu os “cursos livres” (os alunos não eram obrigados a frequentar as aulas e podiam elaborar o seu próprio plano de estudos). Simultaneamente, frequentou algumas cadeiras da recém-criada Faculdade de Letras e assistiu a algumas disciplinas da Escola Industrial Brotero.

O número de mulheres a frequentar o ensino superior foi crescendo gradualmente ao longo dos anos, sofrendo um aumento exponencial no ano lectivo de 1915/1916. Não podemos, no entanto, deixar de sublinhar quão ínfima era a taxa de inscrições de mulheres nas universidades portuguesas quando comparada com o universo total de alunos. Ao longo dos 16 anos em que vigorou a República, esse valor nunca atingiu 0,5%, como se pode observar no quadro abaixo apresentado.

³⁰ Antes, já várias mulheres haviam frequentado as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, a Escola Politécnica de Lisboa, a Academia Politécnica do Porto, entre outras.

³¹ Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *A Mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987, p. 11

³² A primeira mulher licenciada do mundo foi Elizabeth Blackwell que, em 1849, recebeu o diploma da Faculdade de Medicina do Geneva College, nos Estados Unidos da América. Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a História...*, p. 35

Quadro IV

Relação do número de mulheres no universo de alunos que frequentaram a Universidade de Coimbra durante a Primeira República

Anos lectivos	Número de alunos	Mulheres	Percentagem %
1910/1911	X	8	x
1911/1912	1246	5	0,004
1912/1913	1246	11	0,008
1913/1914	1344	17	0,012
1914/1915	1360	24	0,017
1915/1916	1565	50	0,031
1916/1917	1273	58	0,045
1917/1918	1198	70	0,058
1918/1919	1166	74	0,063
1919/1920	1095	78	0,071
1920/1921	1155	84	0,072
1921/1922	1150	66	0,057
1922/1923	X	75	x
1923/1924	X	76	x
1924/1925	X	95	x
1925/1926	X	105	x

x – Dados não apurados

Na origem desta realidade estará, por um lado, o facto de a maioria das jovens não pensar em tirar um curso superior e seguir uma carreira e, por outro, o reduzido número de estabelecimentos de ensino secundário abertos ao sexo feminino.

A abertura deste último bastião de domínio masculino verificou-se igualmente ao nível do corpo docente. Pouco mais de meio ano após a instauração do novo regime, a 21 de Junho de 1911, Carolina Michäelis de Vasconcelos foi nomeada professora de Filologia Germânica da Faculdade de Letras de Lisboa. Cargo que não chegou a ocupar, uma vez que por decreto datado de 9 de Dezembro desse mesmo ano foi colocada «em comissão» na Faculdade de Letras, mas desta vez da Universidade de Coimbra. Apesar de a profissão de professora ter sido desde sempre considerada das mais adequadas ao

sexo feminino (por ser uma função muito semelhante à função de mãe), houve alguma resistência à entrada da mulher no corpo docente das universidades portuguesas.

2.4 - As escolas profissionais femininas

As preocupações quanto ao ensino técnico-profissional da mulher surgiram no último quartel do século XIX, altura em que a sociedade começava a despertar para o problema da educação feminina e em que se assiste a uma entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho, fruto da progressiva industrialização do país. Até então, as mulheres nunca tinham sido proibidas, quer na lei, quer na prática do funcionamento dos estabelecimentos escolares, de frequentar este grau de ensino, mas a sua participação era praticamente nula. Ainda não havia uma consciência colectiva de como era importante fornecer à mulher trabalhadora não só as ferramentas concretas necessárias ao desempenho das suas tarefas, mas também os ensinamentos teóricos com os quais realizaria de uma forma mais perfeita e eficiente essa mesma função.

Como já foi referido, é somente em 1870 que surge, pela primeira vez a ideia de criar um estabelecimento de ensino profissional exclusivamente feminino, pelas mãos do então ministro da Instrução, D. António da Costa. Tratava-se do Instituto para a Educação do Sexo Feminino, destinado a raparigas carenciadas e no qual eram ministradas instrução primária e secundária tipo profissional, mas a pouca afluência de alunas acabou por ditar o seu insucesso e a escola acabou por encerrar.

No ano lectivo de 1884/85, inicia-se o ensino para ambos os sexos nas escolas industriais e de desenho. As raparigas, contudo, eram quase sempre encaminhadas para o ramo ornamental, por ser aquele que melhor se compatibilizava com as actividades próprias do sexo feminino. A isso também se devia muito o facto de a maior parte da mão-de-obra feminina ser empregue na indústria têxtil, pensando-se, desta forma, prepará-la melhor para o mercado profissional.

Com o decreto de 14 de Dezembro de 1897, os cursos industriais deixam de poder ser frequentados por mulheres, ficando estas limitadas aos cursos de labores e de renda, criados em algumas escolas do país. Com este fechar das portas, questiona-se a necessidade de haver um ensino técnico-profissional dirigido a cada um dos sexos.

A educação profissional das mulheres chegou a ser alvo de vários estudos académicos, nomeadamente, por parte de Alice Pestana³³ que, em 1893, visitou alguns estabelecimentos de ensino profissional para raparigas, em França, país onde o acesso das mulheres a carreiras ligadas ao comércio e à indústria era já uma realidade. O objectivo era conhecer os modelos adoptados no estrangeiro. Em termos gerais, os cursos de ensino técnico estavam divididos em três graus, ministrados em outros tantos anos, durante os quais as alunas tomavam contacto não só com os mais diversos conhecimentos científicos e artísticos, mas também com os ensinamentos referentes às actividades caseiras. Eram frequentadas por raparigas com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos e, embora fossem gratuitos, muitas das alunas tinham direito a uma pensão para ajuda na compra do fato ou para o almoço. Este modelo, porém, nunca chegou a ser aplicado ou sequer adaptado à realidade portuguesa, devido em parte à falta de sensibilidade por parte dos poderes políticos para com esta questão e a uma situação financeira instável e deficitária que não permitia demasiados gastos em áreas como esta.

Esta foi, no entanto, uma preocupação constantemente publicitada nos escritos femininos. Mesmo aquelas que não se auto-intitulavam feministas, como Carolina Michäelis de Vasconcellos ou Maria Amália Vaz de Carvalho, elegeram a questão da educação da mulher como uma das suas principais preocupações. Não é, por isso, de estranhar que algumas associações feministas tenham dado particular atenção ao assunto, chegando mesmo a lançar cursos ou escolas profissionais dirigidas às sócias ou às mulheres mais carenciadas.

Em 1918, por exemplo, a Cruzada das Mulheres Portuguesas inaugura, em Alcobaça, a sua primeira Escola Agrícola Feminina, tendo sido escolhida para presidente da comissão executiva Elisa Dias de Freitas Rodrigues, tesoureira da agremiação. No ano seguinte, foi aprovado um projecto de criação de uma escola de caseiros exclusivamente destinada a órfãos de militares mortos na Primeira Guerra Mundial. Denominada Escola Profissional de Agricultura do Distrito de Lisboa³⁴, funcionaria em Paiã (Odivelas) e seria frequentada pelos filhos e filhas dos militares mortos ou estropiados nos campos de batalha, com idades entre os 10 e os 16 anos, tendo prioridade os habitantes do distrito de Lisboa e os descendentes directos de operários rurais. Ser-lhes-ia ministrada instrução primária agrícola e ensinada a

³³ Alice Pestana, *Relatório de uma Visita de Estudo a Estabelecimentos de Ensino Profissional do Sexo Feminino no Estrangeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893

³⁴ *Bases Orgânicas e Regulamentares da Escola Profissional da Junta Geral do Distrito de Lisboa – Paiã – Odivelas*, Lisboa, Imprensa Africana de António Tibério de Carvalho, 1919

aplicação prática dos diferentes ramos de agricultura, especialmente às pequenas indústrias agrícolas e aos trabalhos de natureza essencialmente caseira.

Tendo em conta que a situação financeira das escolas de instrução agrícola não era desafogada e que os investimentos no sector do ensino eram habitualmente parcos, Alberto Vellozo de Araújo, um especialista em ciências agronómicas, defendia a adaptação dos asilos femininos e das escolas de protecção infantil em escolas domésticas-agrícolas, evitando-se, assim, a necessidade de construção de novos edifícios³⁵.

O aparecimento destes cursos técnicos abriu um leque, embora ainda não muito vasto, de novas saídas profissionais às mulheres, permitindo-lhes optar por outra carreira que não a do professorado primário, “há muitos anos direcção quase única, onde dezena delas não encontram colocação nem fortuna, ou porque já o número destas mestras seja superior ao das escolas, ou enfim porque nada há mais ingrato, mais triste, mais violento, mais desgraçado, do que o desempenho maquinal, mercenário de uma missão para que não há nem disposição natural, nem gosto adquirido por cultura superior, nem sequer talvez a mera competência técnica”³⁶.

Embora as saídas profissionais tradicionais se mantivessem como principais escolhas, nomeadamente as ligadas às actividades rurais, havia uma preocupação crescente com a formação da mulher camponesa, que trabalhava a terra da forma como sempre viu fazer, sem a menor formação técnica ou científica. Esta era uma matéria particularmente sensível aos engenheiros agrónomos, para quem a exploração da terra era “uma das mais complexas ciências” que exigia “conhecimentos vastos de assuntos diversos”³⁷.

³⁵ Alberto Vellozo de Araújo, *O Ensino Feminino Agrícola: Remodelação e Adaptação de Alguns Estabelecimentos de Caridade Infantil para Escolas Doméstico-Agrícolas*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1923, pp. 27/28

³⁶ Alice Pestana, *ob. cit.*, p. 37

³⁷ Alberto Vellozo de Araújo, *ob. cit.*, p. 18

2 – DIREITOS ECONÓMICOS

A questão de fundo de todo o processo de emancipação da mulher residia na sua sobrevivência económica. Atingindo a independência económica (através do fruto do seu trabalho ou da administração da fortuna individual), a mulher deixaria de “aceitar o *casamento arrumação*, o *casamento arrimo*, o *casamento emprego ou aposentação* (itálico no original)”¹. A mulher poderia ficar solteira, se fosse esse o seu desejo, ou, em caso de viuvez, manter este estado civil, sem se preocupar em contrair novo casamento apenas para que os seus problemas económicos ficassem resolvidos. Não era, contudo, essa a opinião de muitos portugueses. “A mulher só lhe apraz [ao homem] como objecto de prazer ou escrava dos seus desejos, e para a conservar assim, nessa dependência que lhe quer fazer convencer que é soberania, sujeita-se a tudo, até aguentar-se com todo o trabalho para que ela não crie hábitos de independência, vendo-se apta para ganhar a sua vida, sentindo-se senhora das suas economias”², criticava Ana de Castro Osório.

Não era fácil, porém, ultrapassar as atitudes discriminatórias muitas vezes tidas por parte das entidades empregadoras. Inicialmente, houve uma certa resistência em empregar mão-de-obra feminina em determinados sectores de actividade e só quando o patronato se apercebeu de que podia ter a mesma produção a custos mais baixos, recorrendo ao trabalho da mulher, começou a contratá-la. Se no sector privado essa resistência se fez sentir até bastante tarde, no funcionalismo público ela ocorreu até 1911, ano em que as primeiras mulheres foram aceites na Junta de Crédito Público.

Além dos preconceitos sexistas, segundo os quais as mulheres eram menos capazes de desempenhar determinadas funções, as próprias leis colocavam determinados limites à entrada do sexo feminino no mercado de trabalho. De acordo com o Código Civil, a mulher não podia obrigar-se sem autorização do marido, o mesmo é dizer que não podia exercer qualquer acto profissional sem o consentimento do cônjuge, “situação tão absurda como incómoda”³. As únicas excepções prendiam-se com a mulher comerciante, que necessitava apenas de uma única autorização do marido (art. 1194º do Código Civil e art. 16º do Código Comercial), e das autoras e advogadas, que não precisavam de todo do consentimento do cônjuge. Isto significava que “em

¹ Ana de Castro Osório, *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, Guimarães & Cª Editores, Lisboa, 1911, p. 138/139

² *Idem*, *As Mulheres Portuguesas*, pp. 241/242

³ Cf. Elina Guimarães, “Da situação da mulher profissional no casamento” in *Alma Feminina*, ano XII, nº 2, Março e Abril de 1928, p. 23

que não precisavam de todo do consentimento do cônjuge. Isto significava que “em rigor, a médica não pode visitar um cliente, a professora prometer uma lição, a costureira aceitar uma encomenda, a industrial contratar ou despedir operários, ou comprar fornecimento, sem autorização dos respectivos cônjuges”⁴.

A entrada da mulher no mercado de trabalho está intimamente ligado ao processo de industrialização. O recurso à produção pelas máquinas tornou o processo produtivo mais simples e menos pesado, exigindo menos força muscular. A mão-de-obra feminina era, por isso, suficiente para desempenhar as tarefas até aí exclusivas do homem, com a vantagem de ser muito mais barata. Essa entrada, contudo, só aparentemente contribuiu para a sua emancipação económica, sobretudo, quando casada. Segundo o Código Civil, o marido podia dispor livremente do salário da companheira, podendo mesmo cobrá-lo pessoalmente junto da entidade empregadora e gastá-lo da forma que entendesse, sem apresentar qualquer justificação. “Neste ponto, a lei abandona a mulher à sua própria desventura, consentindo que ela – quantas vezes! – alimente com o suor do seu rosto a vida corrupta e dissipadora do marido em prejuízo seu e da educação dos filhos”⁵, criticavam as feministas. E se esta disposição podia até ser aceitável numa altura em que eram poucas as mulheres que trabalhavam fora de casa, o mesmo não acontecia numa altura em que “o número de mulheres operárias triplicou, que o exercício das profissões liberais não está vedado ao sexo feminino, que as repartições públicas franquearam as suas portas à mulher portuguesa”⁶.

O recurso à mão-de-obra feminina, principalmente nas unidades fabris, fez com que os homens sentissem os seus postos de trabalho ameaçados, mas este argumento facilmente era desmontado pelas feministas. “Tem-se dito, e à primeira vista assim parece, que a concorrência da mulher, no trabalho, viria a desvalorizar-se o do homem e cremos estar aqui o motivo porque ele, em geral, a olha de soslaio. Todavia tal não sucede, pois que o aumento consecutivo da produção, barateando os produtos, facultando a posse de várias comodidades, alarga o consumo, criando assim novos hábitos e novas necessidades”⁷, defendia Olga de Moraes Sarmiento da Silveira.

Os argumentos, contudo, não convenciam quem via os seus postos de trabalho ameaçados pela entrada da mulher no mundo laboral. Não eram raros os relatos, na

⁴ *Idem, ibidem*

⁵ Cf. Aurora de Castro e Gouveia, “Reivindicações Feministas – Garantia do Salário da Mulher Casada”, in *Alma Feminina*, Ano V, nº 5 e 6, Junho de 1921, p. 23

⁶ *Idem, ibidem*

⁷ Olga de Moraes Sarmiento da Silveira, *Problema Feminista*, Lisboa, Tipografia Francisco Luís Gonçalves, 1906, p. 23

imprensa operária, sobre fábricas que substituíam a mão-de-obra masculina pela feminina, pagando-lhes salários mais baixos. Havia, inclusive, operários que defendiam a igualdade de salários, não porque considerassem tal justo, mas porque acreditavam que dessa forma essa “desgraçada concorrência”⁸ acabaria.

Além de as mulheres serem muitas vezes mais eficientes e produtivas que os seus colegas masculinos (sobretudo em tarefas que requeriam maior concentração e habilidade manual), recebiam vencimentos bem mais baixos. Não eram raros os casos de operárias vítimas de assédio sexual por parte dos seus superiores hierárquicos, que as iludiam com a promessa de melhores salários. Muitas delas, como veremos mais adiante, acabavam por cair no mundo da prostituição, o que levava as vozes mais conservadoras a utilizar este facto como argumento contra a inclusão da mulher no mercado de trabalho. Para tentar ultrapassar esta situação pouco dignificante, em 1900, Caíel⁹ propõe a criação de uma Liga do Trabalho Feminino Português, que teria como missão “o desenvolvimento das indústrias que, remuneradoramente, a mulher do nosso povo pudesse exercer sem o ominoso trabalho do lar”¹⁰, que nunca se concretizou.

O trabalho domiciliário era o que melhor se adequava com o princípio da domesticidade, pois permitia conciliar o papel de mãe e de esposa com o exercício de uma actividade produtiva mercantilizada. Neste caso, a mão-de-obra era também mais barata. Por outro lado, a mulher ficava resguardada de qualquer atentado ao pudor ou assédio sexual a que muitas operárias estavam sujeitas nas fábricas e nas oficinas. Existia legislação laboral que protegia a mulher destas situações, mas na prática, os mecanismos de protecção raramente eram accionados, devido à falta de fiscalização e de denúncia por parte das vítimas às autoridades competentes nesta matéria. A maior parte das denúncias era feita nas páginas da imprensa operária. De acordo com os relatos, os superiores hierárquicos olhavam para as mulheres como “máquinas humanas” e “carne de prazer”, substituindo-as regularmente “uma vez porque já conseguiram os seus intentos de bestas-feras, outras porque elas dignamente recusaram as infames propostas”¹¹. Neste último caso, eram vítimas de chantagem ou, não raras

⁸ Cf. *O Corticeiro*, Lisboa, 14 de Dezembro de 1912 in Maria Filomena Mónica, *A Formação da Classe Operária Portuguesa – Antologia da Imprensa Operária (1850 – 1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1912, p. 61

⁹ Pseudónimo de Alice Pestana

¹⁰ Caíel, *Comentários à Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1908, p. 83

¹¹ *O Operário Mobiliário*, 1 de Maio de 1914 citado in José Henriques Dias, “Mulheres no Movimento Operário nos Alvores da Primeira República”, *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, nº 3, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, ano 2000, p. 61

vezes, despedidas. Sem trabalho, e consequentemente, sem meio de sustento, muitas delas acabavam por dedicar-se à prostituição.

Ana de Castro Osório foi uma das mais acérrimas defensoras da indústria caseira. No Congresso Municipalista de Évora, realizado em 1915, referiu-se a este sector da economia nos seguintes moldes: “Há indústrias ricas que não podem sair do trabalho feminino caseiro da classe média sob pena de desaparecerem, como tem sucedido a muitas e principalmente às rendas em algumas localidades como Setúbal, onde a grande indústria de conservas de peixe, levando a mulher do povo para o maior ganho das fábricas, tira-as da indústria pobresmas artísticas, das rendas de bilros”¹².

Não era só o assédio sexual que preocupava as feministas, mas também o excesso de trabalho a que a mulher estava sujeita. Chegada a casa, depois de passar entre 10 a 12 horas por dia nas oficinas ou nas fábricas (quando não fazia serão), a mulher tinha ainda que se dedicar às tarefas domésticas. O que significa que pouco ou nenhum tempo livre lhe restava para as actividades que mais lhe davam prazer. “Quando extenuada regressa a casa, não é como deveria ser para gozar as poucas horas que lhe são destinadas ao seu descanso; urge que ela vá preparar, ainda, a comida para si e para a família, que lave a roupa, e que, embora por uma forma muito superficial, trate do arranjo doméstico. Acordada na madrugada seguinte, ei-la pronta a continuar a triste lida quotidiana”, descrevia Maria Clara Correia Alves nas páginas de *Alma Feminina*¹³.

As lutas operárias

O aumento do nível de escolaridade feminina permitiu às mulheres não só um reposicionamento sócio-profissional, mas também um intensificar da capacidade reivindicativa. Já em 1902, Carolina Michaëlis de Vasconcelos notava que as operárias fabris dos meios urbanos lutavam pelos seus direitos em conjunto com os homens, embora a liberdade jurídica e política de cada um dos sexos fosse bem diferente. Muitas vezes, as mulheres operárias se solidarizaram com as lutas dos homens, mas raramente o contrário sucedia. O caso da fábrica Symigton, no concelho de Almada, é ilustrativo do que acabámos de referir. Em 1910, os trabalhadores desta corticeira revoltaram-se

¹² Ana de Castro Osório, p. 58

¹³ Cf. Maria Clara Correia Alves, “A Mulher na Fábrica”, in *Alma Feminina*, ano 1, nº 12, Dezembro de 1917, p. 135/136

contra um regulamento que os proibia de assobiar, conversar e fumar, tendo de imediato recebido o apoio das mulheres. A imprensa da época não hesita mesmo em afirmar que “se não fosse a temeridade deste punhado de mulheres, os homens não teriam saído vitoriosos da peleja travada contra o regulamento”¹⁴. No entanto, quando estas, mais tarde, reclamaram por melhores salários, viram-se abandonadas pelos seus companheiros, que chegaram a aplaudir o facto de o proprietário da fábrica ter despedido as operárias, substituindo-as por rapazes.

Além desta falta de solidariedade por parte dos colegas, a mulher operária via-se na contingência de ter de lutar pelos seus direitos sozinha. Apesar de partilharem algumas preocupações, o movimento operário feminino nunca se associou ao movimento feminista. Ambos tinham as suas próprias associações e os seus próprios métodos reivindicativos. Enquanto as operárias tinham um sentido muito mais prático da vida diária, e, por isso, reivindicavam as suas exigências recorrendo às greves ou às manifestações de rua, as mulheres burguesas limitavam-se a apresentar representações ao governo, a publicar textos na imprensa ou a participar em acções de esclarecimento quase sempre dirigidos a audiências muito restritas.

Em Março de 1911, as operárias das fábricas de conserva de Setúbal promovem uma greve contra a exploração a que estavam sujeitas, uma atitude que mereceu fortes críticas por parte de uma das mais acérrimas defensoras dos direitos das mulheres, Ana de Castro Osório. Argumentava esta feminista que a greve era “extemporânea e injusta”, por ter decorrido pouco mais de meio ano desde que a República entrou em vigor no país. Considerava, por isso, que qualquer greve que naquela altura fosse promovida eram “suspeitas de manejos reaccionários, [...] estimuladas e aproveitadas pelos que nutr[ia]m ódio à República, que ainda nem sequer [tinha tido] tempo de se tornar suspeita de trair o seu programa”¹⁵.

Outro sinal do descontentamento social era visível nos recursos apresentados aos Tribunais de Árbitros e Avindores, os Tribunais do Trabalho da época, cuja competência se cingia aos contratos individuais de trabalho. Em 1910, por exemplo,

¹⁴ «Na fábrica Symigton; exploração de Mulheres» in *O Corticeiro*, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1910, citado por Maria Filomena Mónica, *ob. cit.*, p. 142

¹⁵ Ana de Castro Osório, *As Operárias das Fábricas de Setúbal e a Greve – Resposta de Ana de Castro Osório ao Germinal*, Setúbal, Editora Sociedade Proprietária do Jornal O Radical, 1911, pp. 9/10

foram conseguidas 100 conciliações entre entidade empregadora e trabalhadores, 36 das quais diziam respeito a casos envolvendo empregadas domésticas¹⁶.

Trabalho igual, salário... diferente

A igualdade de tratamento em termos salariais foi, sem dúvida, uma das principais lutas da mulher trabalhadora. Além de, em termos gerais, auferir vencimentos mais baixos do que o homem, mesmo quando ambos desempenhavam a mesma função existia essa discriminação. “É absurdo, por exemplo, que uma pobre mulher, executando trabalho igual ao do homem, e com maior dispêndio de forças, porque a educação física que tem vindo recebendo pelos tempos fora a torna mais fraca do que ele [...], é absurdo [...] que a mulher executando trabalho igual ao do homem, receba apenas, quando não recebe menos, um terço do salário que ele vence. É absurdo e desumano”¹⁷, denunciava Maria Veleda, numa conferência realizada em Vendas Novas, a convite das operárias corticeiras.

O que se passava nas fábricas de conserva de peixe de Setúbal é sintomático da situação laboral precária em que as mulheres viviam. Em 1913, por exemplo, o salário médio diário das operárias era de 205 réis (excluindo os domingos). Tendo em conta que trabalhavam, em média, cinco horas diárias, significa que recebiam 40 réis por cada hora de trabalho. Se a situação em si já é preocupante, mais se agrava se tivermos em conta que muitas vezes essas mulheres eram obrigadas a permanecer o dia inteiro na fábrica à espera da chegada do peixe, sem com isso receberem mais, além de também não serem raros os dias e noites em que tinham de trabalhar várias horas seguidas, prejudicando, desta forma, a sua vida familiar¹⁸.

Na indústria corticeira, a situação não era diferente. De acordo com um inquérito de 1910, o salário médio diário dos homens rondava os 600 réis, enquanto que o das mulheres e o dos aprendizes oscilava entre os 150 e os 200 réis. “Esse salário, repartido

¹⁶ Cf. Paz Olegário, *Empregadas Domésticas, Mulheres em Luta – Para a História do Serviço Doméstico em Portugal – Das Origens ao Fascismo*, Coleção «Movimento Operário», Coimbra, Edições Base, s.d., pp. 41/42

¹⁷ Maria Veleda, *A Conquista – Discursos e Conferências*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1909, p. 112/113

¹⁸ Cf. Maria da Conceição Quintas, Soledade Brites Chagas e Élio Almada Contreiras, *Greves. Sindicalismo. Setúbal – 1910/1913*, Lisboa, Edições da Associação Distrital de Setúbal, 1981, p. 27

pela alimentação e renda de casa, levava a uma vida de difícil equilíbrio do orçamento familiar, sobretudo nas famílias com grande número de filhos”¹⁹

Esta diferença salarial, associada à carestia de vida, provocou diversas greves e manifestações operárias de rua. “ [...] por mais valor intelectual que tenham [as mulheres], se não dispuserem de fortuna pessoal ou família que as sustentem, têm de se deixar morrer de fome ou sem tratamento nas suas doenças, porque ninguém se lembra de lhes recompensar condignamente os seus serviços”²⁰.

O direito à maternidade

As mulheres, sobretudo das classes sócio-económicas mais desfavorecidas, não se podiam dar ao luxo de parar de trabalhar durante o tempo de gravidez, apesar de muitas vezes colocarem a sua vida e a do bebé em risco. Havia profissões cujo exercício constituíam verdadeiros perigos para a saúde da grávida e do feto, “quer por causa das intoxicações que elas produzem (intoxicações pelo chumbo, sulfureto de carbono, mercúrio, tabaco, etc.), quer pelo traumatismo uterino que ocasionam, como acontece com as costureiras, pelo uso da máquina de costura; essas profissões devem ser abandonadas, temporariamente, durante o tempo de gravidez”²¹, defendiam alguns clínicos. Alguns estudos médicos demonstravam mesmo que as mulheres que trabalhavam durante a gravidez, principalmente nos últimos meses, tinham bebés mais pequenos do que aquelas que descansavam. Recomendavam, por isso, o repouso nos últimos dois ou três meses de gestação. O tema foi, aliás, abordado por Adelaide Cabete no seu trabalho de final de curso.

Nem sempre, porém, esse descanso era possível, uma vez que o salário da mulher, apesar de bastante baixo, era imprescindível para compor o orçamento do agregado familiar. Não só porque o vencimento do marido não era muito elevado, mas também porque muitas vezes este gastava-o nas tavernas, no fumo ou noutros vícios. Já para não referir as viúvas e divorciadas, cujas pensões alimentares eram também

¹⁹ José Henrique Dias, «Mulheres no Movimento Operário nos Alvores da Primeira República» in *Faces de Eva – Estudos sobre as Mulheres*, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, nº 3, 2000, p. 67

²⁰ Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra*, p. 43

²¹ Maria Carolina Ramos, *Gravidez e Maternidade. Preceitos de Higiene Maternal e Infantil a Observar Antes, Durante e Depois do Parto*, Lisboa, Enciclopédia Popular Ilustrada, Secção Editorial de *O Século*, s.d.

pequenas e atribuídas sempre tarde, e as mulheres abandonadas com filhos pequenos, que não tinham outra forma de prover ao seu sustento senão trabalhando.

A legislação sobre esta matéria previa a existência de um médico nas fábricas, que deveria acompanhar o evoluir da gravidez e recomendar a moderação do trabalho – aconselhando a que as operárias grávidas trabalhassem sentadas e evitassem esforços físicos – ou mesmo a sua cessação. Medidas que não agradavam de todo aos patrões, que desta forma se viam obrigados a manter, pelo mesmo preço, operárias que produziam muito menos e a alterar o normal funcionamento das fábricas e das oficinas. As trabalhadoras tornavam-se de tal forma onerosas que na maior parte das vezes eram dispensadas ao mínimo sinal de gravidez, uma vez que o patronato não era obrigado a assegurar-lhes o posto de trabalho nestas circunstâncias.

Sem emprego, as mulheres viam-se numa situação financeira ainda mais instável e preocupante, tendo em conta os encargos que uma gravidez comporta. Caso ainda mais grave quando não se tratava do primeiro filho. Esta situação arrastou-se até à ditadura militar. Em 1928, Elina Guimarães chamava a atenção, durante o segundo Congresso Feminista e de Educação, para a necessidade de a legislação estipular “expressamente que a gravidez em si, como as modificações ou suspensões de trabalho dela resultantes, não pudessem ser nunca causa da ruptura de um contrato industrial ou comercial”²².

As mães trabalhadoras enfrentavam um outro problema, o de onde e com quem deixar os filhos pequenos. Muitas vezes estes ficavam entregues aos cuidados de uma filha mais velha (que assim se via impedida de prosseguir os estudos) ou de uma outra familiar ou vizinha. O decreto de 14 de Abril de 1891, que continuou em vigor durante a República, instituía a criação de creches a menos de 300 metros das fábricas que empregassem pelo menos 50 mulheres, mas eram poucas as que existiam. Estas creches serviriam também de sala para amamentação²³ para as operárias ou para as amas que criassem os seus filhos. Quase 20 anos depois, com o decreto nº 5636, de 10 de Maio de 1919, define-se que as sócias parturientes das mutualidades tinham direito a

²² Cf. Elina Guimarães, «Protecção à Mulher Trabalhadora» in *Alma Feminina*, nº 2, Março de Abril de 1928, p. 4

²³ Os médicos defendiam que o leite materno era o melhor alimento para os bebés, pelo que a amamentação era uma prática a incentivar. Muitos condenavam o recurso às amas-de-lei, devido ao perigo que estas poderiam representar para a saúde das crianças. .. Ana de Castro Osório acrescentava mais um motivo para se criticar a “ama mercenária”: “E é assim, substituindo a mãe – a ama natural – pela ama mercenária, que inconscientemente se vai abastardando a raça, desmoralizando o povo, tirando todo o merecimento à divina missão de mãe: criar e educar os seus filhos”. (Ana de Castro Osório, *As Mulheres Devem Amamentar os Seus Filhos*, p. 8)

hospitalização ou a socorros médicos, farmacêuticos e aos subsídios pecuniários normais durante o tempo em que estivessem impossibilitadas de trabalhar, que nunca seria inferior a dois meses.

As feministas atribuíam responsabilidades nesta matéria também às Câmaras Municipais, às quais exigiam a criação das suas próprias creches, pelo menos uma em cada freguesia, nas cidades mais populosas, destinadas às mulheres que trabalhavam sozinhas ou às que não trabalhavam sempre no mesmo estabelecimento.

O reposicionamento sócio-profissional

À medida que a taxa de escolarização feminina aumentou, assistiu-se a um alargamento do leque de escolhas profissionais e a uma transferência da mão-de-obra feminina dos sectores primário e secundário para o terciário (comércio e serviços). Em Portugal, essa alteração foi muito mais lenta do que no resto da Europa, devido a um elevado número de mulheres analfabetas e aos altos índices de ruralidade, bem como a uma certa resistência por parte do patronato masculino em contratar mão-de-obra feminina para certos sectores de actividade, como denunciava Ana de Castro Osório no seguinte relato: “Poderás ser operária numa fábrica embora com um trabalho extenuante, ser estafeta, guiar os bois, trabalhar no campo, engomar durante um dia inteiro, esfregar as casas... e até fazer as correntes de ferro que a Inglaterra exporta aos milhares para amarrar os navios – como o lemos num jornal estrangeiro, - tudo menos entrar numa Academia, subir à tribuna, ocupar a cátedra, dirigir uma repartição ou trabalhar sequer como empregada... Quer dizer, bem vistas as coisas nós afinal é que somos o sexo forte, visto que só não é regateado o direito ao trabalho quando é pesado, quando é brutal, quando necessita força e resistência física”²⁴.

Mas em 16 anos de vigência da República é notória alguma mudança quantitativa e qualitativa. O próprio mercado de trabalho acabou também por acompanhar a mudança social que se fez sentir, ao abrir as portas de outros sectores que não os tradicionais à mão-de-obra feminina. O próprio Estado se adaptou a essa nova realidade, a das mulheres com graus de instrução cada vez mais elevados, e permitiu que estas integrassem os seus próprios serviços, alterando mesmo alguma legislação que

²⁴ Ana de Castro Osório, «A Razão de Ser do Feminismo», in *A Capital*, 7 de Fevereiro de 1911, p. 2

proibia ao sexo feminino exercer determinadas actividades. A título meramente exemplificativo destacaremos apenas a entrada da mulher na advocacia.

Durante anos, a mulher tentou combater a ideia de que era inferior e menos capaz do que o homem e provar que o sexo não influía no desempenho de um determinado cargo, mas sim o tipo de educação que lhe era ministrada. Daí a tónica na questão da instrução, que deveria ser cada vez mais dirigida às novas exigências sociais e laborais e não se restringir aos conhecimentos necessários para a mulher desempenhar da melhor maneira as funções de mãe e de esposa, como acontecia até então.

“Sabemos muito bem qual a educação recebida pelas meninas que se prezam: umas noções do francês necessário para decifrar os figurinos franceses, um pouco de piano para fazer vista e a pragmática enfatuada das salas. E isto sucede não só em Lisboa, mas em Portugal inteiro. Lancemos um olhar sobre a província e informemo-nos da educação recebida, não pelas raparigas do campo, nem por aquelas que se entregam a trabalhos grosseiros, porque essas não receberam educação alguma, o que não admira visto não possuírem os meios necessários para isso. Não nos detenhamos também nas que têm fortuna, essas não precisam de trabalhar, aprenderam no colégio ou receberam da professora particular [...] uma educação completamente falsa, e vivem tranquilamente porque o dote é a garantia de um casamento proveitoso. E não cometamos o erro de lhes falar em prepararem-se para exercer uma profissão; julgá-las-ão gracejando. Mas, ocupemo-nos das outras, das que não têm fortuna nem se empregam em trabalhos grosseiros, das filhas dos empregados públicos, por exemplo: essas porque se não habilitarão a manter a existência independente? É isto que elas acham vergonhoso! Pretendem imitar as que são ricas, e mais tarde quase sempre se arrependem do desprezo com que encararam a instrução e o trabalho”²⁵.

Com a criação de escolas técnico-profissionais, o professorado primário deixou de ser a única saída profissional ao alcance das mulheres com determinado nível de instrução, o que em muito contribuiu para o aperfeiçoamento do corpo docente. Com a diversificação de carreiras ao alcance do sexo feminino, apenas aquelas que sentiam verdadeira vocação para ministrar aulas optavam pelo professorado.

Existia também a preocupação em profissionalizar determinadas actividades, como o serviço doméstico, que ganhou bastante importância social e económica com o aparecimento da classe burguesa. Em 1911, existiam em Portugal 128.566 empregadas

²⁵ Dagmar Ferreira, «A mulher portuguesa e o trabalho», in *Educação Feminina*, Ano I, nº 4, 26 de Maio de 1913, p. 1

domésticas²⁶. Dado o peso desta actividade na economia do país e a importância de ter profissionais qualificadas, surgiram, a partir do final do século XIX, várias instituições que se dedicavam à formação das empregadas domésticas, dirigidas, em muitos casos, às jovens das classes sociais mais baixas. É o caso da Associação dos Asilos para Educação de Costureiras e Criadas de Servir, fundada em 1883, ou do Instituto Profissional Feminino, criado em 1913.

Em 1912, o deputado Tomás da Fonseca apresenta um projecto de lei com vista à constituição da Empresa Protectora das Criadas de Servir e Amas de Leite, cuja área de intervenção se confinaria à cidade de Lisboa e na qual se tinham que inscrever obrigatoriamente todas aquelas profissionais²⁷. Este organismo funcionaria simultaneamente como escola de formação e agência de emprego. Segundo Maria Rita Lino Garnel, este género de cursos profissionais tinham também como objectivo “alterar comportamentos, linguagens e costumes próprios das classes populares, que colidiam com os hábitos das elites”²⁸.

A progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho deveu-se igualmente a uma mudança na forma como a sociedade passou a encarar o aparecimento do sexo feminino em público. Aos poucos, as raparigas que saíam sozinhas à rua deixaram de ser alvo de olhares reprovadores e comentários pouco abonatórios quanto à sua conduta moral.

A integração de mulheres nos serviços do Estado foi um momento de regozijo para as feministas. Na imprensa, multiplicaram-se os relatos sobre o primeiro dia de trabalho das novas funcionárias da Junta de Crédito Público, em Lisboa, e os elogios à sua eficiência e profissionalismo, ao ponto de algumas vozes considerarem que elas desempenhavam melhor as suas funções do que os antigos empregados homens²⁹. A

²⁶ Cf. Paz Olegário, *ob. cit.*, pp. 33/34

²⁷ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 2 de Maio de 1912

²⁸ Maria Rita Lino Garnel, «Mulher e Violência: das Imagens e da Realidade na Lisboa de 1912» in *Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher*, nº 10, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 75

²⁹ Na edição de 1 de Maio de 1911, a *Ilustração Portuguesa* conta desta forma o ambiente que se vivia na Junta do Crédito Público: “São quinze raparigas sentadas em volta das mesas largas na repartição da contagem de cupões da Junta de Crédito Público. Algumas bonitas; fica-lhes bem o uniforme, o traje negro, que para as suas serventes é acrescentado com um avental branco. Dá gosto olhar para elas. Têm o ar atento, paciente e doce que as mulheres põem nas suas tarefas, nesses trabalhos miúdos que para elas parecem destinados. Das 11 da manhã às 5 da tarde, com uma hora de intervalo para o seu *lunch*, aquelas funcionárias do Estado vão contando os cupões, contando sempre, devendo atingir sete milhões ao cabo de um ano e dando-lhes também baixa nos livros respectivos.

É interessante o aspecto dessa repartição pública, curioso no conjunto, magnífico os seus resultados, pois já se pode apreciar que as funcionárias sobrepõem mais um terço do trabalho dos antigos empregados. Ao mesmo tempo é consolador saber-se que o Estado pensou um pouco na mulher

decisão do governo, porém, não agradou a todos, tendo uma comissão de homens desempregados protestado junto do ministro das Finanças.

Contudo, essa inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho não ocorreu de forma tão célere como as feministas pretendiam. Em alguns sectores, a relutância em recorrer à contratação de mulheres permaneceu ao longo da República, mesmo em períodos em que a mão-de-obra não abundava, como aconteceu aquando da Primeira Guerra Mundial e como denunciou, na altura, Ana de Castro Osório: “[...] antes de se chamar a mulher à actividade de uma vida produtiva e autónoma todo o portuguêsinho, de tradicional e mourisco sentimento, achará conveniente utilizar menores, como está sucedendo em várias casas comerciais, ou chamar estrangeiros, nem se lembrando, sequer, de que as mulheres têm competência e aptidões para a maioria dos serviços, especialmente para os que dependem de fácil adaptação e rápida compreensão”³⁰.

Isto apesar de em matéria de trabalho de menores e de mulheres ter havido um certo retrocesso em termos legislativos. Em 1915, a idade mínima da mulher no mercado de trabalho desce dos 21 para os 15 anos, sendo ainda permitido que crianças com 10 anos fossem admitidas para serviços leves, “desde que tivessem o primeiro grau de ensino e «*compleição física robusta*» (itálico no original)”³¹. Em contrapartida, proibiu-se o trabalho nocturno a mulheres e jovens.

Aos poucos, as profissões tradicionalmente masculinas foram-se abrindo às mulheres. A advocacia é uma delas. Em 1918, o decreto nº 4676 autoriza o exercício da profissão de advogada, ajudante de notário e ajudante de conservador às mulheres possuidoras de uma carta de formatura em direito. Maria Veleda, no entanto, considerava que este tipo de profissão, além de masculinizar a mulher, a impedia de ser boa mãe, boa amante e boa esposa. “Uma vez investida da toga, a mulher teria que renunciar à maternidade, pois seria bem ridículo que a senhora A. em vésperas de ser mãe, preocupadíssima com o seu melindroso estado, tendo de pensar em tanta coisa

portuguesa. Senhoras educadas, de famílias respeitáveis, não podendo descer a certos misteres, tinham bem difícil a vida. A mulher no serviço do Estado era uma ideia a aplicar.

Aplicou-se àquela repartição e deu resultados.” (p. 550/551)

³⁰ Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra – Aos Soldados e às Mulheres do Meu País*, 2ª edição, Lisboa, Ventura e Companhia Editores, 1918, p. 57

³¹ Maria Alice Marques Almeida, *A Primeira República Portuguesa e o Estado Providência*, ... (não está na bibliografia)

pequenina e encantadora, se arrastasse pelos tribunais, pesada, macilenta, cheia de fadiga e morbidez”³², defendia.

Prostituição – uma profissão à parte

Desde o tempo da monarquia constitucional que a sociedade se dividia quanto à atitude que o Estado deveria ter para com as prostitutas. De um lado, encontravam-se nomes como os de Egas Moniz ou de Tovar de Lemos, que defendiam a regulamentação da actividade prostitucional, sob pena de a propagação das doenças venéreas que lhe estavam associadas contribuir para a degenerescência da raça lusitana. Do outro, os abolicionistas, entre os quais, Arnaldo Brazão e a maioria das dirigentes feministas, que defendiam o fim do regime de tolerância, argumentando que a prostituição resultava da desordem social e moral em que se encontravam as sociedades modernas.

O primeiro estudo sobre o problema da prostituição em Portugal foi publicado em 1841 por Francisco Ignacio dos Santos Cruz, vice-presidente do Conselho de Saúde Pública do Reino. No livro *A Prostituição na Cidade de Lisboa*, o autor desenha o retrato físico e psicológico da prostituta portuguesa, com base nas teses de Lamarck. Considerando que prostituta era toda a “mulher que com o seu corpo ganha dinheiro publicamente, não se negando aos que a ela quiserem ir fora da mancebia”³³, o autor definia três classes de prostitutas: as que desenvolviam a sua actividade isoladas, na sua própria casa, sendo quase exclusivamente procuradas por clientes das classes mais abastadas; aquelas que, embora também trabalhando isoladamente ou reunidas em colégios, viviam em casas muito menos luxuosas, cobravam preços mais baixos e eram procuradas por um número muito maior de clientes; por fim, as que frequentavam as “ruas mais retiradas e imundas da cidade e as lojas das mais nojentas casas”³⁴ e que eram procuradas por soldados, marujos e criados de servir. Estas últimas, eram as que existiam em maior número na capital do reino.

Francisco Ignacio dos Santos Cruz defendia a tolerância da prostituição por considerar que a sua perseguição faria aumentar a prostituição clandestina, “a pior e a

³² Cf. Maria Veleza, «Misoginismo» in *Vanguarda*, 8 de Março de 1906

³³ Francisco Ignacio dos Santos Cruz, *Da prostituição na cidade de Lisboa (1841)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, p. 49

³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 72/73

mais prejudicial de todas elas”³⁵, por se desenvolver em condições morais e sanitárias consideradas perigosas para a sociedade e as famílias.

Em 1902, Ângelo Fonseca publica *Da Prostituição em Portugal*, uma nova tentativa de caracterizar a prostituta portuguesa, desta vez a nível nacional. Coligindo os números das inscrições policiais, o autor conclui que a maioria das meretrizes vive na zona da Estremadura (1293) e na região do Douro (522), tendência igualmente seguida pela prostituição clandestina, embora esta existisse de uma forma quase uniforme por todos os concelhos do país. Na origem destes números elevados está a miséria dos campos que na maioria das vezes empurravam as jovens casadoiras para as cidades à procura de emprego como serviçais. Os baixos salários, por um lado, a fragilidade emocional, por outro, e os vícios que adquirem nas grandes cidades acabam quase sempre por conduzi-las ao mundo da prostituição.

“[...] Com a simplicidade natural que caracteriza o povo das nossas aldeias, compreende dificilmente o egoísmo que domina a sociedade dos grandes centros, e entra neles despreocupada – na crença de uma felicidade aparente”³⁶. Cerca de 95% das prostitutas eram mulheres solteiras, sendo que 44% eram criadas e 17% costureiras de profissão. Nos registos, encontravam-se também operárias fabris e agrícolas, mas em muito menor escala.

Seis anos após este estudo, Tovar de Lemos, seguindo a mesma linha de pensamento de Egas Moniz, vem a público defender a regulamentação da prostituição, como única forma de controlar a propagação das doenças venéreas, que lhes estavam associadas, e uma actividade que acarretava graves consequências sociais. Partilhando as teorias neo-darwinistas, o autor considerava que a prostituição contribuía para a degenerescência da raça lusa. Em *A Prostituição – Estudos Antropológico da Prostituta Portuguesa*, confirmam-se os mesmos dados em relação ao fenómeno. As meretrizes são maioritariamente mulheres solteiras, criadas de servir, que se concentram nos grandes centros urbanos. Muitas delas vêm-se obrigadas a despedirem-se das casas dos patrões quando descobrem que estão grávidas, o que agrava ainda mais a sua situação sócio-económica.

Como forma de travar a prostituição, Tovar de Lemos propunha uma larga campanha de esclarecimento público, nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e nas associações, sobre os princípios de higiene e a profilaxia venérea e defendia a co-

³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 66/67

³⁶ Ângelo Fonseca, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, Tipografia Ocidental, 1902, p. 50

educação para “criar amizades sem a menor sombra de concupiscência”³⁷. Propunha ainda o incentivo ao aumento salarial feminino e ao emprego das mulheres no sector terciário. Simultaneamente, defendia que deveria ser incentivada a denúncia da prostituição e uma atitude mais condenatória por parte dos tribunais, através da aplicação de penas mais severas a todos aqueles que sendo portadores de doença venérea pretendessem ou consentissem em manter relações sexuais.

As teses regulamentaristas não colheram qualquer apoio no seio das feministas nem da maioria dos republicanos e maçónicos, que consideravam a defesa da prostituição fruto de instituições sócio-políticas anacrónicas, que perpetuavam um tipo de sociedade em que a opressão dos mais fracos pelos mais fortes, da mulher pelo homem, era ainda uma (dura e triste) realidade. Ao longo de toda a Primeira República, as associações feministas desdobraram-se em petições e acções de defesa da abolição da prostituição, como meio de defesa da mulher e da criança. A criação de uma Secção de Moral no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e da Liga Abolicionista Portuguesa, em 1924, foram outros passos importantes nesta luta.

Este foi, aliás, um assunto também amplamente debatido a nível internacional e não só no seio das associações feministas. Em 1921, a Sociedade das Nações convoca, para Genebra, uma conferência onde são aprovadas diversas medidas de reforço do combate ao tráfico de mulheres e de menores. Ao todo, estiveram presentes 28 nações, a maior parte das quais da América do Sul, muitas delas representadas plenipotenciariamente por uma mulher. A maioria dos Estados – 17 – votou a favor da completa abolição da prostituição, tendo apenas 11 se pronunciado pela regulamentação desta actividade. O resultado, contudo, não foi suficiente para obrigar os Estados a ilegalizarem a prostituição.

Independentemente desta questão, foram determinadas algumas formas de acabar com “um dos mais graves e delicados problemas sociais de todos os Estados”³⁸, que cada país poderia adoptar através de uma simples ratificação. A saber: a legislação respeitante a esta matéria passaria a ser válida na metrópole e nas colónias; as penas respeitantes às tentativas de delito seriam as mesmas das da consumação do delito; deveria ser exercida especial vigilância sobre as mulheres e as crianças que viajassem sozinhas.

³⁷ A. Tovar de Lemos, *A Prostituição – Estudo Antropológico da Prostituta Portuguesa*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1908

³⁸ *Diário de Lisboa*, nº 102, 3 de Agosto de 1921, p. 7

Em 1926, realiza-se em Portugal o primeiro Congresso Nacional Abolicionista. As várias teses apresentadas defendiam a abolição da prostituição regulamentada e das casas de tolerância e reivindicavam mais e melhores oportunidades de trabalho para a mulher, como forma de a afastar desse modo de vida. Angélica Porto, em nome da secção de Moral do CNMP, resumindo algumas das conclusões de reuniões internacionais sobre o tema, advogou a criação de institutos especiais onde os indivíduos que não conseguissem conter os seus instintos sexuais fossem tratados e guardados. Adelaide Cabete, por seu lado, propôs a criação de uma polícia feminina, à semelhança do que acontecia nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, cuja missão deveria ser a de “vigilância, assistência e protecção às crianças, raparigas e mulheres em qualquer circunstância e muito principalmente, em todas que se referirem a atentados à moral e ao pudor”³⁹. Contudo, e apesar de todas as críticas, a situação quanto à prostituição em Portugal manteve-se até ao final da República.

³⁹ Adelaide Cabete, «Polícia Feminina» in *Teses Abolicionistas enviadas pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas ao Primeiro Congresso Nacional Abolicionista*, Lisboa, Instituto Profissional Pupilos do Exército, 1926, p. 25

3 - DIREITOS POLÍTICOS

É sobretudo com o debate em torno do voto das mulheres que melhor se compreende o como e o quanto as feministas foram efectivamente instrumentalizadas pelos republicanos, tanto antes como depois da instauração do novo regime, muitas vezes de uma forma consciente e até permissiva da parte destas. Durante o período de propaganda, principalmente na fase inicial de aproximação entre os membros do Partido Republicano Português e as mais destacadas defensoras da emancipação da mulher, não faltaram as promessas de que o sufrágio feminino seria uma das primeiras questões a resolver, uma vez que em causa estaria uma “profunda injustiça” para com as mulheres. A verdade é que os anos foram passando, o Código Eleitoral sofreu várias alterações e a República nunca consagrou em lei o direito de as mulheres poderem participar nos actos eleitorais, nem de se apresentarem como candidatas a lugares nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras Municipais, na Câmara dos Deputados ou no Senado.

Só com o Estado Novo foi, pela primeira vez, autorizado o voto feminino, ainda que de uma forma bastante restrita, e a possibilidade de as mulheres serem nomeadas para determinados cargos políticos, mais como parte de uma estratégia de consolidação do novo regime do que de efectiva vontade de contribuir para a equiparação de direitos políticos entre homens e mulheres, como veremos mais adiante. Curiosamente, alguns dos principais argumentos invocados pelos republicanos para não conceder o voto às mulheres foram aqueles que mais tarde sustentaram a decisão dos governantes do Estado Novo em o conceder. O sufrágio universal tornar-se-ia uma realidade em Portugal apenas após a revolução de 25 de Abril de 1974, muito depois de ser autorizado na maioria dos países ocidentais.

Oficialmente, argumentava-se que as mulheres não estavam ainda intelectualmente preparadas para assumir uma tão grande responsabilidade como era essa de gerir os recursos da Nação e que ainda se encontravam demasiado na dependência dos membros da Igreja Católica, principalmente, dos Jesuítas (um dos grandes inimigos do novo regime) e, por isso, poderiam ser facilmente manipuladas para derrubar a República. A verdade é que em Portugal subsistia ainda a ideia de que a mulher deveria restringir-se ao espaço doméstico, deixando para o homem as questões relacionadas com a economia (da família e do país) e a política.

Curiosamente, e segundo alguns autores, Portugal foi dos primeiros países da Europa a abordar a questão do sufrágio feminino em sede parlamentar, por iniciativa

dos próprios deputados e não por pressão de um qualquer grupo de mulheres. Muito antes de se poder falar na existência de sufragistas ou de associações feministas, já as Cortes Constituintes discutiam se as portuguesas deveriam ou não poder votar, uma vez que a Constituição de 1822 determinava que “todos os cidadãos dev[ia]m concorrer para a formação da lei”¹, através da eleição dos seus representantes pelo método estabelecido pela Constituição. Havia mesmo deputados que defendiam que “o zelo pelo bem público em Portugal não [era] privativo de uma classe, ou exclusivo de um sexo”², sendo, por isso, incompreensível que as mulheres permanecessem arredadas desses assuntos. Por esta altura, mais avançado do que o nosso país, no que a esta matéria diz respeito, só mesmo a França, onde as mulheres celibatárias que possuíssem feudos já tinham direito a participar na eleição dos Estados Gerais, embora não fossem consideradas elegíveis³.

1 – A Monarquia Constitucional e o voto feminino

Em Portugal, a questão do sufrágio feminino foi primeiro levantada por Domingos Borges de Barros, deputado pela província da Baía (Brasil), que na sessão de 22 de Abril de 1822 propõe que seja discutida a possibilidade de as mulheres com seis filhos legítimos poderem exercer o direito de voto. Considerava este deputado que “ninguém da[va] mais a uma Nação do que quem lhe da[va] os seus cidadãos”, além de que “não [tinham] as mulheres defeito algum que as priv[asse] daquelle direito”. Borges de Barros criticava o facto de os homens, “temendo a superioridade das mulheres”, as conservassem propositadamente na ignorância, desleixando a sua educação, não havendo todavia, segundo o mesmo deputado, “talentos, ou virtudes em que elas não tenham rivalisado, e muitas vezes excedido aos homens”⁴.

Estes argumentos, contudo, não colheram aprovação junto dos restantes membros das Cortes Constituintes, que defendiam não estar a mulher portuguesa preparada para exercer um direito que implicava uma tão grande responsabilidade. “Trata-se de um direito político, e dele são as mulheres incapazes”, dizia na mesma

¹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, nº 23, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1821

² *Ibidem*, nº 45, Lisboa, 30 de Março de 1821

³ Henrique Baptista, *Eleições e Parlamentos na Europa*, Porto, Imprensa Comercial, 1903, p. 33

⁴ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, nº 23, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1821

sessão Manuel Borges Carneiro, deputado pela Estremadura, acrescentando ainda que “elas não t[inha]m voz nas sociedades públicas”⁵. Uma vez que a maioria dos membros daquela Câmara considerava que o sufrágio feminino não tinha razão de ser no quadro actual do país, a proposta de Borges de Barros acabaria por nem sequer ser discutida e as portuguesas, embora à luz da Constituição continuassem a ser consideradas «cidadãs», mantinham-se arredadas das decisões políticas. Ou seja, como sublinha Vanda Gorjão, as mulheres continuavam a não ser consideradas sujeito universal de direito, “o que exprime [...] a presença de representações discriminatórias sobre o feminino na dimensão lógico-sistemática do campo jurídico no princípio”⁶ do século XX. Essas representações discriminatórias estavam de tal forma enraizadas e naturalizadas na consciência dos estadistas e teóricos do regime que qualquer iniciativa que visasse a promoção da cidadania excluía automaticamente as mulheres. Os programas escolares são um bom exemplo do que acabámos de afirmar. A título ilustrativo, veja-se o caso da proposta de reforma da instrução primária apresentada em Janeiro de 1880 pelo deputado Luíz Jardim, que excluía da educação moral das raparigas os “direitos e deveres do homem e do cidadão”⁷, cingindo aquela aos “princípios elementares da religião cristã” e aos “elementos de moral”. Seria necessário passarem mais de 80 anos para que, em Portugal, o direito de voto das mulheres voltasse a ter expressão pública e tornasse a ser objecto de discussão no Parlamento.

Para percebermos um pouco melhor os porquês desta situação durante o Liberalismo, comecemos por analisar as Constituições monárquicas de 1822 e 1838 e a Carta Constitucional de 1826. Da sua leitura atenta concluimos que, apesar de ainda se estar longe do sufrágio universal, nenhum destes diplomas impedia as mulheres de participarem nos actos eleitorais. Pelo contrário. Os três afirmavam que ninguém era obrigado “a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe”⁸. E a lei não proibia, de facto, as mulheres de irem às urnas, uma vez que estas nunca estiveram incluídas na categoria daqueles que não podiam votar, nem sequer na categoria dos ineligíveis. Mais do que isso, explicitavam, como já vimos, que “a Lei é a

⁵ *Ibidem*

⁶ Vanda Gorjão, *A reivindicação do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Junho de 1994, p. 22

⁷ Luíz Jardim, *Projecto de Lei sobre a Reforma da Instrução Primária em Portugal e nos seus Domínios Apresentada aos Senhores Deputados*, s.l., Llement Frères Tipografia Lisboa, 1880, p. 12

⁸ Constituição de 1822 in Jorge Miranda, *As constituições portuguesas – de 1822 ao texto actual da constituição*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, 1992, p. 30

vontade dos Cidadãos declarada pelos seus representantes juntos em Cortes”⁹ e os cidadãos eram (1) todos aqueles que tivessem nascido em Portugal ou nos seus domínios, (2) “os filhos de Pai Português, e os ilegítimos de Mãe Portuguesa, nascidos em País Estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Reino, (3) os filhos de Pai Português, que estivesse em País Estrangeiro em serviço do Reino, embora eles não venham estabelecer domicílio no Reino” e (4) “os Estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião”¹⁰.

Sendo assim, por que razão nunca antes de 1911 uma portuguesa ousou participar na eleição dos seus representantes nas Cortes? Uma vez que o texto constitucional efectivamente não negava ao sexo feminino a participação na vida política, teremos que procurar as respostas em factores de outra natureza, nomeadamente, de ordem cultural e ideológica. A verdade é que as portuguesas nunca conseguiram, nem sequer durante a fase áurea do regime republicano, acompanhar a evolução dos movimentos feministas que se consolidavam um pouco por toda a Europa, nem as transformações de carácter social e político que revolucionavam toda uma forma de encarar o papel da mulher na sociedade e na família.

Enquanto isso, em muitos outros países europeus, o sexo feminino foi conquistando, ao longo de todo o século XIX, pequenas vitórias nesta área. Além da França que, como já referimos, concedeu o direito de voto às proprietárias celibatárias muito antes da revolução de 1789, em Inglaterra, as mulheres obtêm o direito electivo municipal em 1869 e tornam-se eleitoras e elegíveis nas comissões escolares no ano seguinte. Alemanha, Áustria, Prússia e Baviera são outros tantos exemplos de nações onde o direito de voto das mulheres foi sendo concedido, embora de uma forma restrita e muitas vezes apenas por procuração ou por intervenção dos maridos, como acontecia no Saxe. A grande pioneira nesta matéria foi, porém, a Nova Zelândia que logo em 1893 se tornou no primeiro país a estabelecer o sufrágio feminino universal. Um exemplo seguido pela Austrália em 1901 e pela Noruega, em 1907.

Em Portugal, esta evolução foi bastante mais lenta, cabendo, em nossa opinião, às então feministas uma grande quota-parte de responsabilidade, pelo facto de não terem sido arrojadas nesta matéria, senão quando o Partido Republicano as chamou para colaborar na preparação da mudança de regime, prometendo-lhes, entre outras benesses, a concessão do direito de voto. Mesmo nesta altura, mostraram-se sempre pouco

⁹ *Ibidem*, p. 24

¹⁰ Constituição de 1826, *ibidem*, p. 105

ambiciosas e combativas. Fernando Farelo Lopes, em *Poder Político e Caciquismo na Primeira República*, refere que, até essa à instauração do novo regime, as mulheres não tinham o hábito de ir às urnas, apesar de nenhuma legislação o proibir¹¹, nem nunca a tal foram incentivadas pelos homens. Aliás, segundo alguns relatos da época, nem os próprios homens se sentiam suficientemente mobilizados para participar nos actos eleitorais. Disso mesmo deu conta Oliveira Martins, a propósito das eleições de 1878: “O público português não tem opinião política, nem partido. O interesse, quase sempre nas suas formas mais elementares, muitas vezes nos seus aspectos mais abjectos, é o único propulsor da máquina eleitoral. Aqueles a quem nenhum interesse chama a votar, não votam; os que votam, fazem-no com um sentimento de tédio e de indiferença, e como quem tem a consciência de praticar uma acção antipática¹²”. O mesmo autor alertava para o facto de o exercício do direito de voto constituir um exercício de cidadania, uma vez que “quando um homem vai com uma lista entre o polegar e o indicador lançá-la na urna, esse homem nesse momento é sobretudo um cidadão; isto é, um membro de uma sociedade na qual ocupa um lugar, exerce uma profissão, vive de certos de determinados interesses¹³”.

Esta espécie de letargia, e até de uma certa inconsciência do sexo feminino, chegavam a ser publicamente denunciadas por algumas defensoras da emancipação da mulher. Num artigo publicado em Setembro de 1902, em *O Primeiro de Janeiro*, Carolina Michaëlis de Vasconcelos escrevia que “as mulheres submetem-se, sem protesto sensível, à tradição secular de inferioridade na cultura, na preparação para as lutas da vida, e até no tratamento de assalariadas, em confronto com os seus companheiros masculinos¹⁴”. A única solução para sair deste estado, ainda segundo a escritora, passava por “fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmaticamente inculcadas, pregar-lhes o evangelho do trabalho¹⁵”.

A verdade é que durante o Liberalismo, os interesses das mulheres burguesas não eram as preocupações das mulheres operárias. Ainda não existia uma identidade própria por parte do sexo feminino, nem uma tomada de consciência colectiva do que

¹¹ Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na Primeira República*, colecção «História de Portugal», Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 74/75

¹² J. P. Oliveira Martins, *As Eleições (1878)*, Lisboa, Logos, Casa Viúva Bertrand & C^a, 1878, p. 7

¹³ *Idem, ibidem*, p. 19

¹⁴ Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *O Movimento Feminista em Portugal*, 1^a edição, Paio Pires, Fradique, Setembro de 2002, p. 21

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 25

era, ou deveria, ser um cidadão de plenos direitos. Como já vimos, até ao início do século XX, não poderemos falar na existência de um movimento feminista em Portugal. Embora algumas mulheres, sobretudo da burguesia, já defendessem a igualdade de direitos entre os dois sexos, não passavam de casos pontuais, dispersos, sem qualquer expressão a nível nacional, nem força reivindicadora. Até então, não tinham sido dados quaisquer passos, mesmo que tímidos, no sentido da união e qualquer tentativa de reivindicação da alteração do estatuto da mulher facilmente perdia força. Mesmo durante o regime republicano, foi sempre muito difícil conciliar os diversos interesses e as cisões no seio dos agrupamentos femininos sucederam-se com alguma regularidade até ao início da década de 20, a partir da qual todos os esforços se concentraram no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

2 – A promessa dos republicanos

É preciso também não esquecer que o movimento feminista português, sobretudo na sua fase inicial, se manteve demasiado colado ao Partido Republicano, o grande impulsionador da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a primeira associação feminista digna desse nome. Este apoio por parte dos republicanos na fundação de um agrupamento exclusivamente feminino não foi inocente. Até então, tinham já sido dirigidos vários convites às mulheres para discursarem em sessões realizadas nos Centros Republicanos e para secretariarem comícios. O objectivo era conquistá-las para as suas causas e, desta forma, utilizá-las como veículo de propaganda junto dos maridos e dos filhos, uma vez que, segundo o positivismo, “dada a sua natural tendência para pôr o coração a comandar a razão”, a mulher poderia “influenciar não só o marido, mas os filhos através da educação doméstica”¹⁶. As palavras de António José de Almeida, na reunião preparatória da LRMP, também são bastante elucidativas em relação a esta matéria: “Aquilo de que hoje se trata é mais elementar e comezinho. Não se trata de ir ao parlamento reclamar o voto para as mulheres. Queremos apenas vir até junto delas, para que nos auxiliem e ponham em prática, para salvação da pátria, que é de nós todos, a sua inteligência, o seu afecto, o seu poder sugestivo”¹⁷. No entanto, no comício republicano realizado em Setúbal, em 1909, praticamente um ano antes do

¹⁶ Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d., p. 370

¹⁷ «Palavras do Dr. António José de Almeida», in *A Mulher e a Criança*, nº 3, Junho de 1909, p. 3

derrube da monarquia, foi publicamente prometido às mulheres que, uma vez instaurado o novo regime, estas teriam direito ao voto.

A verdade é que esta estreita relação, quase que subserviência, entre a Liga e o Partido Republicano de nada serviu às feministas em matéria de direitos políticos. Apesar de ter sido uma das principais promessas feitas pelos republicanos ainda durante a monarquia, a verdade é que, uma vez chegados ao poder, estes adiaram constantemente a discussão desta matéria. Os republicanos temiam que o voto das mulheres pudesse ser utilizado pelos inimigos do regime, nomeadamente, pela Igreja, que ainda tinha um forte poder em relação ao sexo feminino. “E quantas vezes a jesuíta não tem pelo confessorário empregado esse estratagema?”, questionava Carolina Beatriz Ângelo: “Quantas mulheres, mesmo dessas incultas, não terão levado os maridos, os espíritos fortes, a votarem em quem elas, os espíritos fracos, querem?”¹⁸.

Os monárquicos tão pouco se mostravam dispostos a consentir no sufrágio feminino, com receio de que o voto da mulher pudesse fortalecer os resultados favoráveis aos republicanos, nas urnas. Estas posições significavam, como notaria mais tarde Arnaldo Brasão no relatório do primeiro Congresso Feminista e de Educação¹⁹, que em volta do feminismo havia “um forte jogo de interesses”, provando-se, desta forma, “o quanto pode pesar no governo dos povos a vontade da mulher”.

Independentemente destes argumentos, muitos republicanos continuavam a considerar que a política era um assunto que só aos homens interessava. Para muitos, a mulher deveria continuar a desempenhar o tradicional papel de dona de casa, zelando pelo bem-estar dos filhos e do marido, a quem caberia os cuidados pelos interesses públicos e colectivos. Além disso, acrescentavam, a portuguesa não era suficientemente culta para se encarregar de um assunto tão delicado e valioso como é o destino da Nação.

Eram raros aqueles que, como José Fontana da Silveira ou João Chagas, defendiam ser a mulher capaz de governar o país tão bem como governava a sua própria casa e, por isso, ser merecedora de ocupar uma posição idêntica à do homem no que dizia respeito à participação política. Os argumentos de que os afazeres políticos eram totalmente incompatíveis com os deveres domésticos, por poderem ocupar demasiado tempo, e o de que a mulher não tinha preparação cultural e intelectual para decidir do

¹⁸ Carolina Beatriz Ângelo, «As feministas portuguesas são feministas... femininas» in *A Capital*, 22 de Fevereiro de 1911, p. 1

¹⁹ Arnaldo Brazão, *Primeiro Congresso Feminista e de Educação (relatório)*, Lisboa, Spartacus, 1925, p. 10

destino da nação não colhiam aqui qualquer tipo de simpatia e rapidamente eram desmontados. Se ninguém reparava que uma senhora pudesse “ir semanalmente às sessões de uma conferência de São Vicente de Paula, às reuniões de um patronato, de uma ordem terceira, etc.”, também ninguém deveria recear a subversão “da ordem doméstica porque, uma ou duas vezes por mês, a mais cuidadosa dona-de-casa consegue uma hora para tomar parte nos trabalhos de uma comissão eleitoral”²⁰.

Quanto à maturidade intelectual, embora admitindo que o sexo feminino estava insuficientemente educado (fruto não só da pouca frequência escolar, mas também do tipo de educação que lhe era ministrado), João Chagas sublinhava que esta falha poderia ser facilmente ultrapassada com uma forte aposta na instrução da mulher, em todas as suas vertentes, o que, aliado a uma “mentalidade superior à do homem” e a “uma curiosidade e um interesse natural por tudo o que socialmente a cerca”²¹, rapidamente a tornariam capaz de poder assumir um qualquer cargo político tão ou mais eficazmente do que o homem.

Os argumentos apresentados pelas feministas eram bem mais práticos e incisivos. “Por que razão nos afastam das urnas de que devem sair os representantes do povo, se nós somos mais de metade da população desse povo?”²², perguntava Ana de Castro Osório durante um dos seus discursos de propaganda feminista, acrescentando que, tal como os homens, também as mulheres pagavam impostos, devendo, por isso, poder participar na gestão das finanças do país. Além disso, sublinhava ainda, “a política é, ou deve ser, a arte de bem dirigir uma nação, e a nação pertence tanto ao homem como à mulher”²³. Ana de Castro Osório sublinhava ainda que “os homens votam não porque sejam mais justos, nem mais cultos, nem mais dignos, nem melhor orientados. Votam única e exclusivamente... porque são homens. Quer dizer não vota uma consciência, vota um par de calças”²⁴.

Em muitas conferências e reuniões, o voto, bem como o direito de as mulheres poderem ser eleitas para cargos políticos, era reivindicado não como um fim em si, mas como um meio de obterem outras regalias. Alegava-se que só assim seria possível

²⁰ M. Abúndio Silva, *Feminismo e acção feminista (cartas a uma senhora)*, Editores Cruz & C^a, Braga, 1912, p. 63

²¹ «O que pensam as grandes notabilidades portuguesas sobre o problema feminista – III – O nosso interview com João Chagas» in *Alma Feminina*, nº 14, Lisboa, 24 de Outubro de 1907, p. 108

²² Ana de Castro Osório, «A propaganda feminista» in *A Mulher Portuguesa*, nº1, Junho de 1912, p. 2

²³ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, Livraria Editora, Lisboa, 1905, p. 60

²⁴ *Idem*, «O governo não está disposto, ao que parece, a facultar o voto às mulheres» in *A Capital*, 5 de Janeiro de 1911, p. 3

aprovar legislação que respondesse às necessidades das mulheres, pois só elas sabiam o que era melhor para o sexo feminino.

Animadas pelo calor da Revolução, logo em Outubro de 1910, as dirigentes da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas entregam ao Governo Provisório uma petição lembrando que a concessão do direito de voto tinha sido uma das promessas do Partido Republicano enquanto Oposição e, por isso, gostariam que esta não fosse esquecida. No entanto, e para “não entravar o governo da República”, numa primeira fase, aceitavam que fosse apenas considerada eleitora “toda a mulher que, sendo comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário ou escritora”²⁵, exigindo ainda que estas pudessem eleger e ser elegíveis para cargos municipais.

Aliás, a participação activa das mulheres na gestão dos municípios seria tratada por Ana de Castro Osório no Congresso Municipalista de Évora, realizado em finais de Outubro de 1915. No encontro, a feminista chamou a atenção para o facto de no país existirem “senhoras que seriam utilíssimos elementos nas administrações municipais, onde se requer, sobretudo um grande amor à terra portuguesa”, acrescentando que, sem querer “ofender nem esmorecer em coisa alguma o trabalho masculino”, era “justo esperar que da entrada do elemento feminino nas municipalidades” resultasse “o fomento agrícola, no sentido associativo, e uma eficaz protecção do ensino agrícola, doméstico e industrial feminino”²⁶.

3 – A cisão das feministas

O assunto, porém, não é pacífico entre as feministas. A importância que a direcção da LRMP, e sobretudo a sua presidente, Ana de Castro Osório, confere à questão do sufrágio acaba por se tornar um factor de conflito no seio da própria associação, contribuindo, inclusivamente, para a sua cisão em Abril de 1911. Algumas sócias, nomeadamente Maria Veleza, que então já conquistara um lugar de relevo no seio da agremiação, defendiam que as portuguesas deveriam lutar primeiro pela sua independência económica e só posteriormente pensar na conquista do direito de voto.

²⁵ «Representação entregue ao governo provisório da República pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas» in *A Mulher e a Criança*, ° 18/19, Novembro/Dezembro de 1910

²⁶ Ana de Castro Osório, *A Mulher na Agricultura, nas Indústrias Regionais e na Administração Municipal*, Lisboa, Casa Editora «Para as Crianças», 1915, p. 62

“Não creio que o sufrágio melhore as condições económicas da mulher. E a questão económica é sem dúvida a primeira razão para que exista o feminismo. O sufrágio é concedido aos trabalhadores e os trabalhadores ainda não deixaram de ser os escravos e as vítimas do capital. Com as mulheres sucederá o mesmo. Se hão-de dar o voto às mulheres portuguesas, façam-no então com um grande espírito de coerência e de justiça. Do contrário, teremos sempre o privilégio, o odioso espírito da divisão de classes²⁷”, argumentava Maria Veleda.

Uma opinião corroborada por M. Léon Duguit, professor de Direito Público na Universidade de Bordéus, que em Abril de 1910 proferiu uma conferência na Universidade de Coimbra sobre esta matéria. De acordo com Duguit, a não concessão do direito de voto a todas as mulheres por parte de países que na altura tinham já uma concepção lata do sufrágio, como eram o caso de Portugal e da França, devia-se ao facto de nestas duas nações ainda se sentir uma forte influência da ideologia romana e cristã no que dizia respeito ao lugar que a mulher deveria ocupar na família. Por conseguinte, com a transformação que se estava a operar nestes países, onde a mulher conquistava cada vez maior importância, através do seu trabalho, no desenvolvimento económico da nação, inevitavelmente mais cedo ou mais tarde ser-lhe-iam concedidos direitos políticos. “A ascensão da mulher na vida económica terá necessariamente por consequência a sua ascensão na vida política. Estou convencido que em todos os países da Europa, em épocas diferentes e difíceis de determinar, as mulheres obterão a plenitude dos direitos políticos²⁸”, sentenciava este professor de Direito Público.

Não era, porém, esta a opinião da maioria das feministas portuguesas, cuja luta pelo direito ao voto ganha um novo fôlego, em Janeiro de 1911, com a chegada da notícia de que na Noruega tinha sido eleita uma mulher para deputada e, mais importante, para a vice-presidência da Câmara. Uma vez que a quase totalidade das sócias da LRMP parecia favorável à linha de rumo traçada por Ana de Castro Osório, Maria Veleda questionava a razão pela qual era reivindicado o direito de voto apenas para as mulheres que exercessem algum tipo de actividade profissional ou tivessem frequentado o ensino preparatório, secundário ou superior: “[...] a concessão de voto às mulheres, em tais circunstâncias afigura-se-nos uma verdadeira injustiça para com as mulheres que não pagam contribuições, não possuem diplomas nem escrevem artigos.

²⁷ Helena Neves, «Carolina Beatriz Ângelo - A primeira portuguesa a votar “fora da lei”», *Público*, 26 de Maio de 2002, p. 14

²⁸ M. Léon Duguit, *Le suffrage des femmes*, F. França Amado Editor, Coimbra, 1910, p. 26

Só porque são pobres, não puderam fazer um curso, ou lhes faltam aptidões para escrever, há-de tirar-se-lhes um direito que é de todos?!²⁹. Maria Veleda considerava inaceitável que fossem as próprias feministas a contribuir para que essas mulheres continuassem a ser discriminadas só por pertencerem a uma classe sócio-económica mais baixa.

O acumular de um conjunto de posições divergentes entre a facção de Maria Veleda e a facção de Ana de Castro Osório, provocou a saída desta, em Abril de 1911, juntamente com Carolina Beatriz Ângelo, Rita Dantas Machado, Maria Laura Monteiro Torres e Maria Irene Zuzarte. No mês seguinte, seria fundada a Associação de Propaganda Feminista (APF), que desde o início empunhou como uma das suas principais bandeiras a luta pela concessão do voto às mulheres. Logo em Julho, alguns dos membros³⁰ da APF dirigem-se à Assembleia Nacional Constituinte com o único objectivo de abordar essa questão. Uma vez mais é confirmada a pretensão de o voto só ser concedido às mulheres que soubessem ler e escrever, como forma de incentivar o sexo feminino a interessar-se pelos estudos.

Mas não eram só as feministas que estavam divididas em relação à questão do sufrágio. No Parlamento e na imprensa também se esgrimiam argumentos pró e contra a concessão do voto às mulheres. Logo após a publicação do primeiro código eleitoral da República, a 14 de Março de 1911, o jornal *O Século* desafia os leitores a pronunciarem-se sobre esta problemática, ao lançar um inquérito cuja pergunta era “As mulheres e os sargentos devem votar?”. Isto porque nesta primeira versão da Lei Eleitoral, estes militares estavam incluídos na categoria dos não eleitores, situação que só se alterou com a publicação de um novo decreto-lei, em 5 de Abril do mesmo ano.

As respostas ao inquérito de *O Século* não se fizeram esperar e foram as mais variadas. Havia quem considerasse que a não concessão do direito de voto às mulheres significava uma traição à doutrina republicana, cujo lema “liberdade, igualdade e fraternidade” pressupunha que todos os cidadãos, independentemente do sexo, pudessem beneficiar dos mesmos direitos; alguns, seguindo a mesma linha de rumo da direcção da LRMP, defendiam que só aquelas que tivessem concluído o ensino superior, preparatório ou secundário estavam suficientemente preparadas para compreender o verdadeiro significado de um acto eleitoral e de tudo aquilo que lhe estava associado;

²⁹ Citado em Esteves, João, *Liga Republicana das Mulheres...*, p. 93

³⁰ Além de Carolina Beatriz Ângelo, subscrevem a representação Ana de Castro Osório, Joana de Almeida Nogueira, Maria Irene Zuzarte, Maria Laura Monteiro Torres e Rita Dantas Machado

outros manifestavam-se peremptoriamente contra, argumentando que a mulher não estava ainda “intelectualmente emancipada” e, por isso, conceder-lhe o direito de voto seria o mesmo que “fornecer aos reaccionários uma arma poderosíssima”³¹. Uma clara alusão à ideia generalizada de que a mulher, por ter um grau de literacia bastante menos elevado do que o homem, estava mais vulnerável às sugestões/pressões, principalmente dos padres, considerados verdadeiros inimigos do regime republicano.

Esta tese, muito em voga no início do século XX, seria mais tarde desmontada a partir da análise dos resultados eleitorais entretanto realizados em vários países. A título de exemplo, refira-se que nas eleições dinamarquesas de 1913, as mulheres votaram maioritariamente à esquerda, enquanto que nas eleições municipais realizadas em Nova Iorque, em 1918, atribuiu-se ao voto feminino a derrota dos socialistas. Como refere Gregório Maraño em *Tres Ensayos sobre la Vida Sexual*³², “la política sigue las fluctuaciones que la mancan los hombres; y la intervención de la mujer para nada las modifica luego”.

4 – O voto de Carolina Beatriz Ângelo

Curiosamente, este último argumento foi um dos que sustentou a decisão de João Baptista de Castro, o juiz da primeira vara cível de Lisboa que ordenou a inscrição do nome de Carolina Beatriz Ângelo nos cadernos eleitorais, tornando-se assim na primeira mulher da Península Ibérica a votar. Interpretando à letra a legislação, que concedia o voto a “todos os portugueses maiores de vinte e um anos”, que soubessem ler e escrever ou que fossem chefes de família e que apenas o proibia aos indigentes, aos acusados de crimes, aos interditos, aos falidos e aos portugueses por naturalização³³, esta médica solicitou à comissão recenseadora do 2º Bairro (Arroios) a inclusão do seu nome nos cadernos eleitorais, uma vez que era maior de idade, sabia ler e escrever e era chefe de família, pois enviuvara em 1910 e tinha familiares a seu cargo. Numa entrevista concedida ao jornal *A Capital*, a médica argumenta: “Ali não se diz que tal e

³¹ «As mulheres e os sargentos devem votar?» in *O Século*, 31 de Março de 1911, p. 1

³² Gregório Maraño, *Tres Ensayos sobre la Vida Sexual* [...], Madrid, Biblioteca Nueva, 1926, pp. 156/157

³³ Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral Portuguesa – 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maio de 1998, p. 550

tal não pode ser eleito ou eleitor... pelo facto de ser mulher. Ora, se assim é, por que motivo hão-de as mulheres ser excluídas da urna?"³⁴.

Surpreendidos com tal pedido, os responsáveis pela comissão recenseadora remeteram todos os documentos entregues para o gabinete do ministro do Interior, António José de Almeida, que o indeferiu, alegando que não está "definida essa garantia na Constituição"³⁵. Esta decisão deixou as sufragistas perplexas, tanto mais que António José de Almeida tinha sido um dos grandes impulsionadores da LRMP.

Não convencida, Carolina Beatriz Ângelo apresenta, no dia 24 de Abril, um recurso no Tribunal da Boa Hora, cuja sentença, conhecida a 29 de Abril, lhe é favorável. Ou não fora o recurso apreciado por João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório e um verdadeiro simpatizante das causas feministas. No parecer que formulou, e depois de sublinhar que "o legislador, se quisesse excluir as mulheres do recenseamento eleitoral expressamente o podia e devia dizer, tapando a porta que havia aberto com tanta franqueza e justiça", o juiz alerta para o facto de as mulheres sempre terem tido "grande influência nas eleições, apesar de não terem tido voto, o que geralmente lhe dará incontestável influência sem responsabilidade, o que é sempre perigoso, como sucede com todos os poderes ocultos". Por todas estas razões, e "em obediência aos verdadeiros princípios da moderna justiça social"³⁶, João Baptista de Castro ordenou que o nome de Carolina Beatriz Ângelo fosse inscrito nos cadernos de recenseamento, o que acabou por acontecer.

A médica, que além de ter sido a primeira portuguesa a votar foi também a primeira cirurgiã, é inscrita nos cadernos de recenseamento com o número 2513, tendo votado no dia 28 de Maio no Clube Estefânia, na assembleia da freguesia de Arroios, para a eleição dos deputados da Assembleia Nacional Constituinte. A acompanhá-la, um numeroso grupo de mulheres que não quiseram deixar de presenciar este acto importante para a história do movimento feminista em Portugal. Em toda a imprensa, o voto de Carolina Beatriz Ângelo é considerado o acontecimento mais importante destas eleições e a sua fotografia surgiu na primeira página de diversos jornais. Algumas publicações estrangeiras, principalmente, feministas, também destacaram aquele feito.

Um parêntese apenas para referir que se interpretarmos verdadeiramente à letra este Código Eleitoral, concluiremos que somente as solteiras e as viúvas que

³⁴ «As mulheres querem entrar» in *A Capital*, 25 de Março de 1911, pp. 1/2

³⁵ Helena Neves, *O Problema Feminino e a Questão Social*, Lisboa, Prelo, 1973, p. 15

³⁶ «A Mulher Portuguesa tem Direito ao Voto» in *A Capital*, 29 de Abril de 1911, p. 1

trabalhassem para sustentar os familiares e as casadas com filhos que contribuíssem para o sustento do lar poderiam reivindicar o direito de voto, uma vez que se entendia como chefe de família aqueles que viviam em comum com “qualquer ascendente, descendente, tio, irmão ou sobrinho, ou com sua mulher, e proverem aos encargos de família”³⁷. Ou seja, a mulher que sendo casada mas não tivesse filhos, mesmo que exercesse uma profissão, nunca poderia invocar a lei, uma vez que esta não considerava chefe de família aquela que vivesse com «o seu marido».

Carolina Beatriz Ângelo seria, desta forma, a primeira cidadã da Península Ibérica a exercer o direito de voto, uma vez que em Espanha, as mulheres só se tornaram eleitoras posteriormente³⁸. Embora não querendo subvalorizar o voto da médica portuguesa, seria interessante perceber o porquê de apenas uma mulher ter requerido a inscrição do seu nome nos cadernos de recenseamento. Seria a única que reunia todos os requisitos exigidos pela lei? Certamente que não! Uma vez mais, o atraso cultural da mulher portuguesa e uma certa desunião entre as feministas fez com que apenas uma aproveitasse esta oportunidade de ouro.

Como reconhecia, anos antes, Ana de Castro Osório, a mulher portuguesa era “essencialmente passiva, sem ambições que vão além da satisfação que as pequenas vaidades do luxo trazem, não aspira senão ao casamento, para ele se cria e engalana, nele põe a única esperança do seu futuro”³⁹. E se assim era, que interpretação fazer destas palavras, da mesma Ana de Castro Osório, ditas na mesma altura: “Culpado é só o homem que afastou a mulher pobre e culta de todas as lutas em que o destino de ambos se jogam – pois que a política é, ou deve ser, a arte de bem dirigir uma nação, e a nação pertence tanto ao homem como à mulher - para se deixar governar por intrigantes quase sempre desonestas, as mais das vezes inconscientes instrumentos ambiciosos”⁴⁰. Afinal, como ficou demonstrado, a responsabilidade do afastamento da mulher da vida

³⁷ Cfr. Decreto-lei de 5 de Abril de 1911 in, Pedro Tavares de Almeida, *Ob. Cit.*, p. 3

³⁸ Em Espanha, o processo que conduziu à concessão do direito de voto à mulher foi igualmente longo. Data de Julho de 1887 o primeiro debate em torno desta questão, ocorrido durante a assembleia federalista realizada em Lugo, com a interpelação do jornalista e escritor Aureliano Pereira. Contudo, seria necessário aguardar até 1908 para que ocorresse a primeira intenção de outorgar o sufrágio feminino. Nesse ano, o conde de Casas-Valência interpela o Senado nesse sentido, mas sem consequências. Em Novembro de 1918, durante a Associação Nacionalista de Lugo é reclamado, uma vez mais, o direito político para as mulheres, que veio a ser reafirmado no ano seguinte, durante a segunda Assembleia Nacionalista de Santiago. Jaime Quintanilha Martinez, Artur Nogueira Bujan e Antón Losada Didiguez propõem à assembleia, e esta aprovou por unanimidade, a igualdade absoluta, política e civil da mulher como do homem. A igualdade de direitos políticos de homens e mulheres seria recolhida somente em 1931, com a chegada da II República (CF. Leston, Xosé-Vicenzo Freire, *A Prensa de Mulleres en Galicia: 1841 – 1994*, Lisboa, Universitárias Lusófonas, 1996, pp. 102/103).

³⁹ Ana de Castro Osório, *As Mulheres Portuguesas*, p. 197

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 60

política não se devia exclusivamente ao homem, mas também a uma certa auto-exclusão.

Aliás, um outro exemplo desta passividade e auto-exclusão ocorreu no período da I Guerra Mundial, quando o Governo permitiu que as mulheres substituíssem os mobilizados nos seus postos de trabalho, e foi denunciada pela mesma Ana de Castro Osório, em 1918. “ [...] se ela se mostrasse mais preparada para o trabalho na própria lei encontraria a sua força, pois que a substituição decretada nos empregos para as parentes dos mobilizados, apenas até hoje foi requerida por duas senhoras”⁴¹.

5 – O novo código eleitoral

Independentemente de todas estas contradições, e mesmo tendo sempre em conta que o juiz que deu provimento ao requerimento apresentado em tribunal por Carolina Beatriz Ângelo era um claro defensor da emancipação política da mulher, a verdade é que o voto da médica foi uma grande vitória para as sufragistas portuguesas, que esperavam, agora, ver as suas pretensões satisfeitas neste campo. E tudo apontava para que, de facto, isso acontecesse. No ano seguinte, durante a discussão da nova Lei Eleitoral no Senado, a questão do sufrágio feminino é de novo abordada. Na sessão de 2 de Junho, Abílio Barreto propõe que sejam consideradas eleitoras as mulheres com mais de 25 anos que possuissem um curso secundário, superior ou especial, o que veio a ser aprovado. Faltava, porém, a concordância da Câmara dos Deputados, sem a qual não poderia ser introduzido este parágrafo único no artigo 1º do Código Eleitoral.

As reacções a esta proposta não se fizeram esperar. Na edição de Julho da revista *A Mulher Portuguesa*, órgão da Associação de Propaganda Feminista, Ana de Castro Osório escreve que “se a Câmara dos Deputados confirmar essa disposição de sufrágio feminino *restrito* (itálico no original), o Congresso da República terá simultaneamente cumprido um dos mais justos e nobres compromissos do Partido Republicano e realizado um acto de equidade, abolindo o preconceito dos sexos, acto que sobremaneira o honra, que o glorifica e engrandece aos olhos dos outros povos”. Por outro lado, aplaude o facto de se propor que apenas as mulheres maiores de 25 anos e diplomadas possam exercer o direito de voto - um “forte incentivo para que, no

⁴¹ Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra – Aos Soldados e às Mulheres do Meu País*, 2ª edição, Lisboa, Ventura e Companhia Editores, 1918, p. 71

futuro” a instrução feminina se desenvolvesse -, não deixando, contudo, de referir que “*gradualmente*” esse “princípio altamente humano” que é o sufrágio feminino, se devia estender a todas as mulheres, pois, caso contrário, “o *sufrágio universal* não passa duma retumbante *figura de retórica* (itálicos no original)”⁴².

Uma vez mais, as expectativas das feministas saíram claramente goradas. A publicação da nova lei eleitoral, da responsabilidade de Afonso Costa, foi um claro retrocesso nesta matéria, ao decretar que os eleitores de cargos legislativos passavam a ser “todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos ou que [completassem] essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que [estivessem] de pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, [soubessem] ler e escrever português, e [residissem] no território da República Portuguesa”⁴³.

A entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial marca um período de certa acalmia no que diz respeito às reivindicações feministas. Durante os anos que durou o conflito, as mulheres desdobraram-se em acções de apoio aos militares que partiam para os teatros de guerra, aos que voltavam feridos e estropiados, às viúvas e aos órfãos e substituíram os homens nas mais diversas actividades económicas, provando que, afinal, o sexo feminino não era tão fraco nem incapaz como muitos o fazia crer. No sentido de mobilizar o maior número de mulheres para esse mais recente desafio surgiram novas associações, como a Comissão Feminina Pela Pátria e a Cruzada das Mulheres Portuguesas, tendo, inclusivé, um grupo de enfermeiras viajado até à Flandres para prestar cuidados médicos aos militares que aí combatiam.

O empenho na ajuda às vítimas de guerra fez com que as feministas não se apercebessem de uma curiosa alteração legislativa relacionada com o direito de voto, em 1915, por alturas de novo acto eleitoral. Considerando que o número de recenseados era reduzido e atendendo a que o sufrágio se encontrava limitado aos indivíduos do sexo masculino que soubessem ler e escrever português, o presidente da República, Manuel Arriaga, decidiu, com base na lei nº 3 de 3 de Julho de 1913, que na eleição geral de deputados ao Congresso e de senadores, marcada para o dia 6 de Junho desse mesmo ano, excepcionalmente poderiam participar os oficiais do exército e da armada e os sargentos equiparados, que tivessem a idade fixada na lei, bem como os funcionários que tivessem a seu cargo a direcção ou o comando de qualquer estabelecimento,

⁴² «A nova lei eleitoral e o sufrágio feminino em Portugal» in *A Mulher Portuguesa*, nº 2, Julho de 1912, p. 9

⁴³ *Código Eleitoral*, Imprensa Nacional de Lisboa, 3ª edição, 1913, p. 3

repartição ou corpo, bem como os presidentes dos corpos ou corporações administrativas⁴⁴.

Com esta medida de excepção pretendia-se evitar o adiamento da eleição “por um prazo excessivamente longo” e, consequentemente, prevenir “abalos que prejudicariam a tranquilidade pública”⁴⁵. Mas embora não tenha passado disso mesmo, de uma excepção, esta alteração legislativa demonstra claramente como a concessão do direito de voto às mulheres, mesmo que bastante restrito numa primeira fase, dependia mais de uma verdadeira vontade da classe política do que da pretensa ignorância da mulher.

No entanto, com o aproximar do desfecho do conflito, as feministas voltam a concentrar as atenções e os esforços naquelas que foram as suas lutas de sempre. Em 1918, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas apresenta nova petição ao Governo, reivindicando o voto restrito para as mulheres, depositando grande esperança em Sidónio Pais. Era pedido que o voto fosse concedido “a todas a mulher nascida no território nacional, maior de 25 anos, de reputação ilibada, que saiba ler, ou que, tendo mais de 21 anos, nas mesmas condições, possua qualquer dos cursos, secundário ou superior, e, bem assim, àquela que, também de maior de idade pelo Código Civil e no uso dos seus direitos que este lhe reconhece, possua rendimentos próprios, sem dependência do Estado, nunca inferior a seiscentos escudos anuais”⁴⁶.

Uma vez mais, a pretensão não foi satisfeita, apesar de a questão ter sido debatida no Parlamento. Na sessão de 14 de Março de 1918, Jacinto Nunes propõe à Câmara dos Deputados que o artigo primeiro do novo Código Eleitoral defina como eleitores os cidadãos “de um e de outro sexo”, mas a expressão não foi aceite. Continuavam a ser eleitores dos cargos políticos e administrativos apenas os “cidadãos portugueses do sexo masculino”⁴⁷.

Contudo, e pela primeira vez em quase uma década de discussões em torno do voto feminino, é oficialmente admitido que o adiamento do sufrágio universal (no qual estariam incluídas as mulheres) se devia à instabilidade política que se vivia então no país e ao facto de a taxa de analfabetismo ser ainda bastante elevada, segundo os governantes. Embora reconhecendo que “sem sufrágio universal não pode[ria] haver democracia e só no pleno exercício desse direito os indivíduos alcança[ria]m a sua

⁴⁴ Cfr. Decreto nº 1352, de 24 de Fevereiro de 1915 in Pedro Tavares de Almeida, *ob. cit.*, pp. 649/650

⁴⁵ *Idem, ibidem*

⁴⁶ João Gomes Esteves, *ob. cit.*, p. 96

⁴⁷ Cfr. Decreto nº 3907, de 11 de Março de 1918 in Pedro Tavares Almeida, *ob. cit.*, p. 661



dignidade cívica e as nações a sua consciência política”, o governo lembrava que o sufrágio universal não bastava, “na maior parte das vezes, para assegurar a genuína representação dos interesses diferenciados do agregado nacional”⁴⁸.

No dia 13 de Janeiro de 1920, o deputado socialista Ramada Curto apresenta também uma moção com vista à legalização do sufrágio feminino, cuja redacção a seguir se transcreve: “A Câmara, considerando que actualmente, em todo o mundo culto se encontra estabelecido o princípio do sufrágio universal com voto feminino; considerando que no programa doutrinário dos republicanos se achava consignado esse princípio; considerando que após nove anos de proclamação de uma República democrática, nada justifica a sobrevivência na lei do princípio do sufrágio restrito, que só um oportunismo político de ocasião permitiu que se estabelecesse: exprime o voto de que se consigne no estatuto eleitoral da República o princípio do sufrágio universal, com voto feminino, e representação proporcional – e passa à ordem do dia⁴⁹”. A moção, contudo, não chegou sequer a ser discutida, devido à urgência em discutir uma outra matéria. As feministas, no entanto, não deixaram de saudar a iniciativa, que lhes criou novas esperanças.

Catorze dias mais tarde, a 27 de Janeiro, o também deputado socialista António Francisco Pereira enviou para a mesa da Câmara dos Deputados um projecto de lei, assinado por todos os membros do seu partido, que previa o direito de voto a todas as mulheres com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever. Embora num primeiro momento o assunto tenha sido considerado prioritário, a verdade é que o debate foi pouco produtivo e o projecto de lei acabou chumbado.

Uma vez mais, as associações feministas portuguesas continuavam a perder esta batalha para as suas congéneres europeias, e não só. Por esta altura, já a Rússia (1917), a Alemanha e a Áustria (1918) tinham consagrado em lei o sufrágio feminino. Nos Estados Unidos da América, o mesmo sucederia em 1920. Em Inglaterra, em 1918, é concedido o direito de voto às mulheres maiores de 30 anos, e, em 1928, àquelas que tivessem mais de 21 anos. Na década de 20, somente seis países, incluindo Portugal e a França, negavam total ou parcialmente o voto às mulheres.

Enquanto nestes últimos se esgrimiam ainda argumentos a favor e contra a concessão do direito de voto às mulheres, noutros elas desempenhavam já um papel bastante activo nos destinos dos respectivos países, quer como membros do governo,

⁴⁸ *Ibidem*

⁴⁹ «A ideia caminha» in *Alma Feminina*, Lisboa, nº 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1920, p. 6

quer como suas representantes em importantes reuniões internacionais. Na assembleia da Sociedade das Nações, realizada em 1920, em Genebra, por exemplo, os representantes da Noruega, Dinamarca e Suécia foram mulheres⁵⁰. Em 1923, a canadiana Mary Ellen Smith, que anteriormente já desempenhara uma “alta missão política” em Vancouver, na Colômbia inglesa, é eleita ministra da Guerra. No ano seguinte, M. Bondfield é nomeada subsecretária de Estado em Inglaterra e Nina Bang, ministra da Instrução Pública da Dinamarca⁵¹.

Apesar dos constantes pedidos de inclusão do sufrágio feminino na lei eleitoral portuguesa não colherem grandes apoios junto dos diversos grupos políticos, as feministas portuguesas nunca colocaram esta questão de parte, aproveitando todas as oportunidades para recordar o assunto e colocá-lo na ordem do dia. O Congresso Feminista de Roma, realizado em 1923, no qual participaram Adelaide Cabete e o sobrinho, Arnaldo Brazão, como representantes do governo português, foi uma dessas ocasiões propícias para centralizar a atenção na luta pró-sufrágio feminino. No relatório que apresentou, após o encontro, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Domingos Pereira, a médica mostra-se esperançada “de ver muito em breve, Portugal conceder o voto político às mulheres”, não só porque a maioria das nações caminhava nesse sentido, mas principalmente por ser o país onde os direitos civis das mulheres eram “dos mais avançados e dos mais completos”.

Esclarecendo que o voto das mulheres não era um fim em si, mas sim um meio para alcançar o “melhoramento da vida social dos povos”, Adelaide Cabete tece rasgados elogios à actuação das mulheres parlamentares que existiam já em vários países da Europa e não só, por não “darem alento às intrigas políticas, sempre irritantes, sempre demolidoras”, mas dirigirem a sua atenção para os assuntos que realmente interessavam e que afectavam a comunidade em que se inseriam, como sejam a prostituição, o alcoolismo ou a protecção à infância. E, contrariamente ao que muitas vozes propagavam, não era pelo simples facto de a mulher se dedicar à política activa que deixava de ser uma boa mãe, uma boa esposa ou uma boa dona de casa⁵².

No ano seguinte, por ocasião do Primeiro Congresso Feminista e da Educação, realizado em Lisboa, em Maio de 1924, o assunto volta a ser discutido pelas feministas.

⁵⁰ «A mulher na Sociedade das Nações» in *Alma Feminina*, Ano IV, nºs 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1920, p. 59

⁵¹ «A primeira mulher ministra» in *ABC*, ano IV, nº 280, 10 de Julho de 1924

⁵² Adelaide Cabete, *O Congresso Internacional Feminista de Roma (Relatório da Delegada Oficial do Governo Português)*, Oficinas Gráficas do Instituto dos Pupilos do Exército, Lisboa, 1923, pp. 6/7

Em declarações ao *Diário de Lisboa*⁵³, Adelaide Cabete reafirma estar esperançada de que o voto seja brevemente concedido à mulher portuguesa, uma vez que mesmo nos países onde existia um governo de ditadura, esse era um direito que começava a estar consagrado em lei. Como exemplos, a médica aponta Primo de Rivera, em Espanha, que pouco tempo antes havia aprovado o voto municipal à mulher, e Mussolini, que se declarava “abertamente ao lado dessa reivindicação da mulher italiana”.

Não era essa, porém, a opinião de todos os congressistas. Como já referido anteriormente, Calado Rodrigues e Boavida Portugal apresentaram duas teses que versavam o tema dos direitos políticos das mulheres, mas acabaram por ser recusadas pela comissão organizadora do congresso, que alegou que as mesmas se referiam às mulheres em termos injuriosos. Os autores consideravam que a mulher não deveria dedicar-se à política, sob pena “de destruir o ambiente de paz, de serenidade, de ordem, de disciplina, sem o qual não pode haver lar feliz”⁵⁴. Argumentavam que os afazeres políticos roubariam tempo aos afazeres domésticos e que seriam fonte geradora de mais discussões familiares. “Quantas vezes, a todos os motivos presentemente possíveis de discórdia doméstica, não viria juntar-se mais esse das divergências partidárias entre filhas e pais, entre irmãs e irmãos, entre mulheres e maridos, entre mães e filhos, cada qual pugnando por um partido diferente, neste país em que, com frequência, as discordâncias partidárias, se traduzem com argumentos contundentes?”, questionavam.

Aqueles que partilhavam da mesma opinião, Arnaldo Brazão respondeu, no mesmo Congresso, que seria necessário também ter em conta o tempo que as mulheres perdiam “na Igreja, nas modistas e casas de moda, nos teatros e cinemas, etc.”⁵⁵. O mesmo autor fez ainda referência ao facto de em Portugal, liberais e conservadores recearem o sufrágio feminino. “Os republicanos, que nos seus programas partidários reconhecem o direito de sufrágio à mulher recusam pô-lo em prática não vá a mulher dar os seus votos aos monárquicos. Estes, por sua vez, não consentem no sufrágio por recearem que os votos femininos vão engrossar as votações daqueles”⁵⁶.

A passagem do tempo em nada ajudou as feministas portuguesas nesta matéria. Uma vez que o número de nações que ainda não concedia à mulher o direito de votar

⁵³ *Diário de Lisboa*, 9 de Maio de 1924 citado in Boavida Portugal e Calado Rodrigues, *Duas Teses Queimadas...*, p. 25

⁵⁴ Calado Rodrigues, “Tentativa de Conciliação das Aspirações Feministas Com as Necessidades de Defesa da Família e da Sociedade” in Portugal, Boavida e Calado, Rodrigues, *Duas Teses Queimadas – Notas e Comentários a um Caso Escandaloso*, Lisboa, Livraria Central 1924, p. 18

⁵⁵ Arnaldo Brazão, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (Relatório)*, Lisboa, Eduções Spartacus, 1925, p. 7

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 10

era bastante reduzido, na agenda do movimento feminista internacional começaram a prevalecer outras matérias que careciam ainda de uma resposta eficiente e igualitária. Disso mesmo deu conta Adelaide Cabete, em 1926, depois de ter participado no Congresso Internacional Feminista de Washington, nos Estados Unidos. Em novo relatório dirigido ao governo português⁵⁷, a médica ressalva que “o sufrágio feminino, de uma maneira geral [...] não foi o assunto que maior interesse despertou”. A justificação prende-se precisamente com o facto de “na maioria dos países” este ser já um facto consumado e de só na Europa, os países latinos mostrarem “ainda uma certa resistência na adopção de uma tal medida que só grandes vantagens tem trazido para os povos”.

Por ironia do destino, seria somente na Ditadura Militar que as portuguesas alcançariam uma meia vitória nesta matéria, ao ser consagrado, primeiro, o sufrágio feminino restrito. Com a publicação do decreto-lei nº 19 694, de 5 de Maio de 1931, podiam votar nas eleições para vogais das Juntas de Freguesia “as mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casadas cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro”⁵⁸. Em 1933, com a publicação do Decreto-Lei nº 23 406, de 27 de Dezembro, é permitido às mulheres “solteiras, maiores e emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral” votarem para as juntas e freguesia e “para as câmaras também a emancipada com curso secundário e superior e não só a maior de idade, o que também acontecia com as eleições presidenciais”⁵⁹. No ano seguinte, com a alteração de legislação, passaram a poder eleger e a se eleitas para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa as “mulheres com mais de 21 anos, as solteiras com rendimento próprio ou que trabalhassem, as chefes de família e as casadas com diploma secundário ou que pagassem determinada contribuição predial”⁶⁰. Nesse mesmo ano, Domitila Hormizinda de Carvalho, Maria Baptista dos Santos Guardiola e Maria Cândida Parreira, sob proposta de Salazar, são eleitas deputadas à Assembleia Nacional. A médica Maria Cândida Correia apresenta-se como candidata à Câmara Corporativa.

⁵⁷ Adelaide Cabete, Relatório do Congresso Internacional Feminista de Washington, separata da revista *Alma Feminina*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1926

⁵⁸ Cf. Maria Namorado e Alexandre Sousa Pinheiro, *Legislação Eleitoral Portuguesa – textos históricos (180-1974)*, Tomo I, 1ª edição, Lisboa, Comissão Nacional de Eleições, 1998

⁵⁹ Irene Flunser Pimental, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p. 30

⁶⁰ *Idem, ibidem*

Esta mudança de atitude face a uma matéria tão delicada como esta é facilmente compreensível. Basta, para isso, fazer uma outra interpretação de alguns dos argumentos utilizados pelos republicanos para não conceder o voto às mulheres. Como bem lembra o constitucionalista Jorge Miranda, “enquanto que o regime de 1911 temia o sentido conservador ou reaccionário do voto feminino, o de 1926 parecia contar com ele”⁶¹ para se legitimar.

Muitos anos ainda teriam de passar, no entanto, para que o sufrágio universal fosse, finalmente, consagrado em Portugal. Só em consequência da revolução de 25 de Abril de 1974 é que todos os cidadãos maiores de 18 anos passaram a poder exercer o direito de voto, independentemente do sexo⁶².

⁶¹ Jorge Miranda, *O Constitucionalismo Liberal Luso-Brasileiro*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1ª edição, Lisboa, Abril de 2001, p. 53

⁶² Cf. Lei Constitucional nº 3/74, de 14 de Maio

CONCLUSÕES

Chegados ao final da Primeira República, que balanço é possível fazer da luta travada pelas feministas? Terão conseguido erguer as suas vozes tão alto quanto o desejado? Terão sido ouvidas pelos poderes políticos e pelos cidadãos em geral? As alterações de legislação e de mentalidade terão ido ao encontro das suas pretensões? Estas são algumas das questões que se nos colocam e para as quais urge encontrar respostas. Se é verdade que se encontram algumas diferenças na condição feminina entre os finais do século XIX e os inícios da década de 20 do século XX, é também um facto que o saldo não é totalmente positivo. A maioria das reclamações não foi satisfeita e com o passar do tempo, os apoios foram rareando cada vez mais e muitas das primeiras activistas acabaram por afastar-se destas lutas.

O movimento feminista português foi pouco reivindicativo, quando comparado com os movimentos inglês e norte-americano, tendo-se as suas protagonistas limitado a protestar através de escritos nos jornais ou em conferências dirigidas a um público muito restrito e específico. Não se realizaram manifestações de rua e apenas se tem conhecimento de que tenha havido um comício feminista, organizado logo em Setembro de 1911, pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Só no final da República, o movimento ganhou novo alento, graças ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que em quatro anos realizou dois congressos feministas e de educação, nos quais se debateram todas as questões relacionadas com a condição da mulher portuguesa. A forte adesão a estas duas iniciativas revelou que aquele era um assunto actual, que interessava a uma larga maioria de cidadãos esclarecidos, mas as mudanças políticas que ocorreram depois do golpe militar de 1926, e sobretudo após o início do Estado Novo, não permitiram dar continuidade ao debate de uma forma tão acesa e pública.

Foi também um movimento partidariamente dependente. Não nos restam dúvidas de que a influência da Maçonaria e do Partido Republicano Português foi importante na mobilização inicial das feministas. Sem ela, talvez a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas nunca tivesse existido ou perdurado. As próprias líderes assumiram por diversas vezes que esse apoio foi imprescindível na fase inicial do movimento, mostrando-se dispostas a seguir as indicações dos homens do partido e a não criar demasiados problemas ao regime. O que valeu fortes críticas por parte das

associações internacionais, que consideravam o problema feminista uma questão independente das formas de governo de cada país.

A problemática dos direitos políticos foi aquela que criou um maior fosso entre os homens do regime e as feministas. Enquanto estas reclamavam para a mulher o direito a serem eleitoras e elegíveis, aqueles alteravam a legislação no sentido de proibir explicitamente, e pela primeira vez, o sufrágio feminino. Até ao Código Eleitoral de 1913, nenhuma lei proibira explicitamente as mulheres de irem às urnas, embora estas, por uma assumpção da ausência implícita desses direitos, nunca tenham invocado esse direito. Com a implantação da República, e a consolidação dos ideais feministas, sobretudo entre a classe burguesa, a questão do voto torna-se uma das principais bandeiras das associações de mulheres entretanto fundadas. Muito por culpa, também, do facto de várias das grandes figuras republicanas terem prometido, durante o período de propaganda anti-monárquica, que o sufrágio feminino seria uma realidade uma vez instaurado o novo regime. Por diversas vezes o assumiram publicamente, inclusive, no Congresso Republicano de 1909, onde esteve presente Ana de Castro Osório, em representação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Confiantes nestas promessas, as sócias da Liga, então a única agremiação feminista em Portugal, reclamam o voto mas apenas para a mulher “comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário ou escritora”, para não “entravar o governo da República”¹. O facto de a petição entregue ao governo provisório, em Outubro de 1910, ter sido escrita nestes moldes revela um movimento pouco reivindicativo, que não estava disposto a iniciar uma guerra com o regime, como aconteceu, por exemplo com as sufragistas inglesas. Revela também que as questões de cidadania política interessavam apenas a uma reduzida minoria de mulheres burguesas.

O episódio em torno do voto de Carolina Beatriz Ângelo (que entretanto tinha saído da LRMP para a recém formada Associação de Propaganda Feminista) é também sintomático desse espírito de pouca luta. Interpretando o Código Eleitoral à letra, a médica requer a inscrição do seu nome nos cadernos de recenseamento, por ter mais de 21 anos e ser chefe de família, desde que enviuvara. O pedido causou surpresa entre os responsáveis pela comissão recenseadora do 2º Bairro (Arroios), que remeteram o caso para o ministro do Interior, António José de Almeida, que acabou por indeferi-lo. Não

¹ Cf. *A Mulher e a Criança*, Novembro/Dezembro de 1910

satisfeita com a decisão, Carolina Beatriz Ângelo entra com uma acção judicial no Tribunal da Boa Hora, que acabou por ser julgada de forma favorável pelo pai de Ana de Castro Osório, sua companheira na APF. É assim que a médica se torna na primeira mulher da Península Ibérica a exercer o direito de voto.

Este episódio foi considerado uma grande vitória para as feministas portuguesas, em particular para as sócias da Associação de Propaganda Feminista, mas levanta muitas questões. Por que razão Carolina Beatriz Ângelo foi a única mulher a requerer a inscrição do seu nome nos cadernos eleitorais? Não haveria mais mulheres em igualdade de circunstâncias no país ou entre as sócias da agremiação? Por que é que toda a acção de propaganda se centrou em torno da médica e não foi feito um apelo público a todas as mulheres para que se mobilizassem em torno desta causa, pressionando, desta forma, os poderes políticos?

Parece-nos que o voto de Carolina Beatriz Ângelo serviu mais para a Associação de Propaganda Feminista marcar a sua posição em relação à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas do que propriamente para assinalar mais uma vitória no historial do movimento feminista. É preciso não esquecer que Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, entre outras, tinham abandonado a Liga, pouco tempo antes, em desacordo com Maria Veleda, precisamente devido à questão do sufrágio feminino. Enquanto as primeiras consideravam que a atenção da LRMP deveria centrar-se nos direitos políticos, a segunda defendia ser mais importante lutar pela independência económica da mulher, “a primeira razão para que exista o feminismo”².

Diferenças à parte, a verdade é que o voto de Carolina Beatriz Ângelo teve o efeito oposto ao desejado pelas feministas. Ao verem a exclusividade masculina, em termos políticos, ser posta em causa por este acto, os deputados da nação decidiram alterar a legislação, dois anos mais tarde, inscrevendo no Código Eleitoral que apenas os “cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos” e que soubessem ler e escrever poderiam exercer o direito de voto. Argumentava-se que a mulher portuguesa não estava suficientemente preparada para se pronunciar sobre questões políticas, mas a verdade é que se temia o sentido do seu voto. Principalmente porque o fantasma do jesuitismo e do clericalismo estava ainda muito presente e temia-se que as mulheres pudessem ser influenciadas pelos padres quando fosse a altura de votar, contribuindo, desta forma, para o derrube do regime. Ficava-se assim ainda mais longe de cumprir

² Helena Neves, «Carolina Beatriz Ângelo - A primeira portuguesa a votar “fora da lei”», *Público*, 26 de Maio de 2002, p. 14

uma das mais principais promessas dos republicanos, a do sufrágio universal, que acabou por nunca ser outorgado durante a Primeira República.

Este voltar atrás nas promessas causou algum desânimo entre as feministas que a partir de então começaram a criticar publicamente algumas das mais destacadas figuras da República, principalmente, António José de Almeida, que mudou radicalmente de posição face às reivindicações das feministas, nomeadamente em matéria de voto, assim que o novo regime foi instaurado. Apesar de se sentirem traídas, as feministas nunca colocaram em causa a legitimidade e a justiça da República, dando provas disso durante as incursões da monarquia do Norte ou no período em que Portugal participou na Primeira Guerra Mundial. Aliás, a acção desenvolvida pelas sócias das agremiações criadas neste último período foram muito importantes no apoio às famílias dos militares mobilizados e aos próprios soldados que entretanto foram feridos. Desde o início que as principais dirigentes apoiaram a mobilização de tropas portuguesas para os palcos de guerra, sob o argumento de que era necessário travar os inimigos da paz mundial.

Não foram só desistências de apoio que enfraqueceram o movimento feminista em Portugal. As divergências no seio do pequeno grupo de mulheres que se interessavam pelas questões da igualdade de direitos entre ambos os sexos também em nada ajudaram, tendo-se registado bastantes cisões, sobretudo ao nível da LRMP. Ao longo da sua existência, a Liga assistiu à saída de várias sócias (algumas das quais com um peso significativo no seio da agremiação) para as associações que entretanto se foram formando, nomeadamente a Associação de Propaganda Feminista e a Associação Feminina de Propaganda Democrática. Esta saída contínua de pesos pesados acabou por enfraquecer a Liga, que nos últimos anos de existência praticamente não desenvolveu qualquer tipo de actividade, e o poder reivindicativo das feministas no seu conjunto. Enquanto os nomes mais sonantes do movimento se ocupavam destas guerras internas de liderança e de protagonismo e disputavam o apoio das mais destacadas figuras republicanas, perderam boas oportunidades de fazer ouvir as suas propostas junto da população feminina e acabaram por não funcionar como um verdadeiro grupo de pressão junto dos sucessivos governos.

As próprias líderes feministas tinham consciência de como estes diferendos enfraqueciam o movimento, mas mesmo assim pouco ou nada fizeram para os evitar. A multiplicidade de associações que surgiram em apenas uma década (muitas das quais de existência bastante efémera) serviu para dispersar apoios e meios de propaganda. É preciso não esquecer que as activistas constituíam apenas um pequeno grupo de

mulheres burguesas esclarecidas - entre as quais se destacavam médicas, professoras e educadoras -, em número bastante insignificante face ao universo da população feminina. O núcleo principal de activistas concentrava-se em Lisboa e no Porto, embora várias associações tenham conseguido abrir secções em diversos pontos do país. Porém, o número de adesões, nestes casos, nunca foi muito significativo.

Ao contrário do que sucedeu em outros países, em Portugal não se assistiu a um coligação entre a mulher burguesa e a mulher operária. Embora nos primórdios do movimento tenha havido alguma aproximação, esta acabou por nunca se concretizar. Apesar de partilharem algumas preocupações, a primeira preferia recorrer aos artigos de jornal, aos livros ou a conferências e a petições para fazer valer publicamente a sua posição. A segunda optava por fazer greve e manifestar-se na rua, ao lado dos homens. Agia mais por instinto de sobrevivência do que por consciência da necessidade de reivindicar a igualdade de direitos. Questões como a do voto feminino ou a do acesso das mulheres a determinadas profissões pouco ou nada diziam às operárias, mais preocupadas com a melhoria das condições de trabalho e os aumentos salariais.

A questão do sufrágio é apenas um entre muitos exemplos de reclamações feministas que não foram atendidas pelos republicanos. Também em matéria de direitos sociais, as alterações legislativas não foram tão longe quanto o desejado. Embora o divórcio tenha sido legalizado cerca de um mês depois de instaurada a República, as Leis da Família ficaram muito àquem das expectativas. A mulher continuava a dever obediência ao marido e obrigada a adoptar a sua residência, excepto em determinadas situações. Não podia dispor livremente dos bens próprios, quer fossem herdados, resultantes do dote ou fruto do seu trabalho. O marido podia mesmo cobrar o salário da mulher junto da entidade empregadora. As mulheres também não podiam contrair qualquer obrigação, o que significava, na prática, que não podiam exercer determinadas profissões. Também em matéria de poder paternal os direitos da mulher continuavam bastante limitados. Sendo o homem o chefe de família, cabia a este decidir tudo o que dissesse respeito à vida dos filhos, embora em alguns casos a mulher pudesse requerer em tribunal a nulidade da decisão. Se teoricamente tal era possível, por exemplo, quanto às autorizações de casamento dos filhos menores, na realidade poucas deveriam ser as mulheres que faziam valer estes seus direitos.

Uma das principais causas para esta falta de interesse pelos seus direitos cívicos está na elevada taxa de analfabetismo registada principalmente entre o sexo feminino. Se havia uma preocupação com a educação escolar da mulher, o mesmo não se passava

com a sua instrução. Apesar desta ser uma das principais bandeiras dos republicanos, continuou a dar-se preferência à instrução dos rapazes. Mas mesmo nesta área, o projecto falhou, sobretudo devido aos problemas económico-financeiros que afectavam o país e que não permitiram realizar os investimentos necessários na formação de professores e na construção de novas escolas.

A frequência escolar feminina continuava bastante baixa, principalmente nos níveis secundário e universitário, quando comparada com o número de estudantes masculinos. Mesmo assim, registaram-se alguns progressos. A abertura de vários liceus femininos em algumas das principais cidades do país contribuiu para o aumento progressivo do número de jovens mulheres no ensino secundário. Também o número de licenciadas, sobretudo em medicina e advocacia, aumentou significativamente a partir do início dos anos 20, sendo que foram muitas destas licenciadas quem conseguiram dar nova dinâmica ao movimento feminista. Estas eram, porém, excepções. Apesar da instrução da mulher ser uma das principais preocupações das feministas, o investimento feito nesta área foi bastante reduzido.

Com o aproximar da década de 20, algumas das principais líderes, como Ana de Castro Osório ou Maria Veleda, começaram a denunciar algum cansaço e acabaram por ceder o lugar a outros nomes, que aos poucos foram conquistando visibilidade. Tinha chegado o tempo de Elina Guimarães, Aurora Teixeira de Castro, Regina Quintanilha e, um pouco mais tarde, Maria Lamas, muito graças a quem o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas perdurou até aos anos 40. A passagem de testemunho ocorreu sem grandes sobressaltos. Estava garantida a continuidade do movimento feminista, embora novos tempos se aproximassem. Tempos que obrigaram a maioria das mulheres a regressar ao lar e a calar, de novo, a sua voz em público.

Com a instauração da Ditadura Militar, e mais tarde, do Estado Novo, a mulher é uma vez mais afastada dos negócios públicos e remetida para o sossego do lar. Glorifica-se o seu papel enquanto esposa e mãe, atribui-se-lhe a função de defensora da família e da raça portuguesa, valores demasiado caros ao novo regime. A mulher era considerada o «chefe moral da família» e se «ela vivia «talvez injustamente, na sujeição da chefia do homem», também havia «injustiças no terreno oposto, na obrigação de trabalho constante do homem para manter certas mulheres»»³.

³ Cf. António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, 1932, pp. 132/136 citado in Irene Flusner Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p. 27

Condenou-se o trabalho feminino, não só na indústria, mas também na administração pública, chegando mesmo a impedir-se o acesso das mulheres a determinadas profissões e sectores, e introduziu-se restrições matrimoniais noutras. Uma forma, também, de eliminar a concorrência, uma vez que a mão-de-obra feminina era muito mais barata.

Para exercer um maior controlo sobre a população feminina, e desta forma pôr melhor em prática o projecto ideológico do Estado Novo, foram criadas duas organizações exclusivamente femininas, cujos objectivos se prendiam com a reeducação das mulheres e a educação das crianças e jovens: a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), fundada em 1936, e a Mocidade Portuguesa Feminina, surgida no ano seguinte.

Embora o contexto político lhe fosse adverso, o CNMP conseguiu coexistir com as novas associações femininas, continuando a reivindicar o direito de voto para as mulheres, o acesso à educação e à instrução, a igualdade de salários e a melhoria das condições de trabalho, bem como a assistência às mulheres operárias e a protecção materno-infantil. Embora não agradasse a Salazar uma agremiação com estas características, concedeu-lhe alguma margem de manobra, enquanto o número de mulheres mobilizadas permaneceu reduzido face ao universo da população feminina. No entanto, com o intensificar a ditadura, e sobretudo, após a II Guerra Mundial, o CNMP tenta angariar novas activistas e começa a dirigir a sua luta para a conquista da democracia, acabando por ser extinto em 1948, por ordem do Governo Civil de Lisboa.

Curiosamente, enquanto se tenta retirar a mulher do palco social, concede-se-lhe alguma margem de manobra em termos políticos. Com o decreto-lei nº 24631, de 6 de Novembro de 1934, as mulheres maiores de 21 anos, as solteiras com rendimento próprio ou que trabalhassem, as chefes de família e as casadas com diploma que pagassem determinada contribuição predial têm direito ao voto e podem ser eleitas para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa. Depois de vários anos de luta a favor da instituição do voto feminino, este tornou-se uma realidade sem ser necessário recorrer a novas formas de protesto. “O voto feminino não foi, assim, conquistado pelas mulheres mas «decretado» pelo «Chefe», que o concedeu não por considerá-lo um direito mas porque pensou que algumas mulheres escolhidas, da elite estado-novista, serviriam os propósitos do regime nos campos estritamente a elas reservados: a

assistência e a educação”⁴. Ou seja, o argumento invocado pelos republicanos para adiar a concessão do direito de voto às mulheres foi o mesmo que esteve na base da sua concessão por parte do Estado Novo. O que significa que a concessão ou não de direitos à mulher esteve mais ligada aos interesses políticos de cada um dos regimes, do que propriamente a um reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direito.

⁴ Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p. 32

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Histórico-Parlamentar

Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Biblioteca da Comissão para a Igualdade de Direitos da Mulher

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Municipal Almeida Garret - Porto

Biblioteca/Museu República e Resistência

Biblioteca Nacional de Lisboa

Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa

Hemeroteca

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- FONTES:

1.1. Imprensa

ABC, Lisboa, 1920-1926

Academia (A), Viana, 1919/1920

Alma Feminina, Lisboa, 1907/1908

Alma Feminina, Lisboa, 1914/1926

Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido, Lisboa, 1906

Ave Azul – Revista de Arte e Crítica, Viseu, 1899/1900

Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, 1914/1916

Capital (A), 1910/1911

Comércio do Porto (O), 1910/1911

Diário de Lisboa, 1921-1926

Diário de Notícias, Lisboa, 1910 - 1911

Educação Feminina, Lisboa, 1913

Educação Nacional, Porto, 1911

Educação Popular, Lisboa, 1921/1922

Educação e Trabalho, 1917/1918

Educador (O), Faro, 1919

Escola Primária, Penafiel, 1911/1912 e 1914

Escola Transmontana (A), Bragança, 1912

Jornal da Mulher, Lisboa, 1921-1926

Jornal das Mulheres, Lisboa, 1910-1914

Ilustração Portuguesa, Lisboa, 2ª série, 1910 - 1923

Informador (O) das Senhoras, Évora, 1918/1919

Leis da República, publicação quinzenal, director M. Augusto Granjo, 1º ano – 1910 a 1911, nº1 a 24, Porto, 1911

Moda Elegante, 1917

Mosaico Feminino, Coimbra, 1910

Mulher (A) e a Criança, Lisboa, 1909/1911

Mulher (A) Portuguesa, Lisboa, 1912/1913

Mundo (O), Lisboa, 1900/1911

República (A), Lisboa, 1908/1909

Revista de Educação Física, Lisboa, 1920/1921

Século (O), Lisboa, 1900/1930

Semeadora (A), Lisboa, 1915/1918

Serões, Lisboa, 1901/1911

Sociedade Futura, Lisboa, 1902/1904

Vanguarda, 1906

1.2 - Legislação

Constituição Política da República Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

Código Civil Português – projecto redigido por António Luiz de Seabra e examinado pela respectiva comissão revisora, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864

Código Eleitoral, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1913

Código do Registo Civil – decreto com forças de lei de 18 de Fevereiro de 1911, Coimbra, Edição da Livraria Editora F. França Amado, 1911

Código do Registo Civil e Lei de 10 de Julho de 1912, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912

Decreto com força de lei de 22 de Fevereiro de 1911 (criação de uma maternidade anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra), Lisboa, Imprensa Nacional, 1911

Decreto nº 1637 (criação de um curso especial de educação feminina e regime vigente dos liceus femininos de Lisboa e Porto), Lisboa, Imprensa Nacional, 1915

Decretos nºs 5336 e 5987 de 24 de Março e 1 de Agosto de 1919 (organização das escolas móveis)

Legislação sobre o Divórcio e Direito à Greve, suplemento à «Legislação e Direito» (publicação semanal), nº 3, Porto, Biblioteca Jurídica, 1914

Lei de 10 de Julho de 1912 alterando o Código do Registo Civil (Diário do Governo nº 175, de 27 de Julho de 1912), Lisboa, Edição da Biblioteca da Educação Nacional, 1912

Leis da Família. Poder Paternal e Abandono da Família, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932

Todas as Leis da Família, 4ª edição, Lisboa, Edição da Biblioteca de Educação Nacional, 1913

1.3 - Primárias:

AA.VV., *Educação Feminina – Curso Especial de Educação Feminina e Regime Vigente dos Liceus Femininos de Lisboa e Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915

ALLAIS, Jeanne Lerroy, *Como Ensinei às Minhas Filhas o que é a Maternidade*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1917

ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *Como Devo Governar a Minha Casa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1906

ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *Como Devemos Criar e Educar os Nossos Filhos*, Lisboa, Livraria Clássica Editores, 1908

ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *A Mulher. História da Mulher. A Mulher Moderna. Educação*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913

ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *Coisas Que eu Penso...*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913

ALVES, Maria Clara Correia, *Féminisme (Toujours et Encore)*, Lisboa, Imprensa Manuel Lucas Torres, s.d.

BARMBY, Catherine, "The Demand for the Emancipation of Woman, Politically and Socially," in *New Tracts for the Times*, s.l., s.e., 1884, pp. 1-6

BASTOS, Rachel, *Ana de Castro Osório – Mulher*, Lisboa, s.e., 1935

CABETE, Adelaide, *O Congresso Internacional Feminista de Roma (Relatório da Delegada Oficial do Governo Português)*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1923

CABETE, Adelaide, *O Ensino Doméstico em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1923

CABETE, Adelaide, *A Luta Anti-Alcoólica nas Escolas*, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa, Tipografia da Casa Garret, 1924

CABETE, Adelaide, *Discurso Pronunciado na Sessão Inaugural do Primeiro Congresso Feminista Português*, Lisboa, s.e., 1925

CABETE, Adelaide, “Relatório do Congresso Internacional Feminista de Washington”, Separata da Revista *Alma Feminina*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1926

CABETE, Adelaide, *O Ensino da Puericultura na Escola Infantil*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1928

CAÏEL (pseud.), *La Femme et la Paix. Appel au Mères Portugaises*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

CAÏEL (pseud.), *Comentários à Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900

CAÏEL (pseud.), *Retalhos de Verdade*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1908

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Carta a Luiza*, Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1885

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Cartas a uma Noiva*, Lisboa, Tavares Cardoso e Irmão, 1891

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Cérebros e Corações*, Lisboa, Livraria-Editora Parceria António Maria Pereira, 1903

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *As Nossas Filhas – Cartas às Mães*, 2ª edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1906

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *No Meu Cantinho... (Homens – Factos – Ideias)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1909

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Coisas de Agora*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1913

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *A Arte de Viver na Sociedade*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1920

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Mulheres e Crianças (Notas sobre Educação)*, 4ª edição, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1921

CARVALHO, Maria do Rio, *Mulheres e Almas (romance)*, Lisboa, Portugália Editora, 1923

COELHO, Maria Adelaide, *Doida Não e Não!*, Colecção das Cartas Publicadas no Jornal A Capital (com aditamentos), Lisboa, Tipografia da Penitenciária, 1923

CONDESSA DE TIL, *O Que as Noivas Devem Saber – Livro de Filosofia Prática*, 3ª edição, Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1910

CORDELIA, *O Reino da Mulher*, tradução da Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882

COSTA, Emília de Sousa, *Economia Doméstica*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918

COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher – Educação Infantil*, Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor, 1923

COSTA, Emília de Sousa, *Ideias Antigas da Mulher Moderna*, Braga, Livraria Cruz, 1923

COSTA, Emília de Sousa, *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres*, Lisboa, s.e., 1932

COSTA, Emília de Sousa, *Maria Amália Vaz de Carvalho – A Mulher, a Escritora*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1934

COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher Educadora*, Biblioteca Prática do Lar, Lisboa, Edições Universo, s.d.

COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher no Lar – A Arte de Viver com Economia*, 3ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d.

Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados – 9 de Março de 1916 a 9 de Março de 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1917

Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho, Discurso Inaugural da Escola Profissional nº 1 e Subcomissões – Relatório e Contas 1917/1918*, Lisboa, s.e., 1918

Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados e Afilhados de Guerra*, Lisboa, s.e., 1917/1918

CUNHA, Maria Adelaide Coelho da, *Doida Não! Documentação Psicológica e Jurídica*, Porto, Tipografia Fonseca, 1920

EMERY, René, *Bíblia do Amor. O Casamento. O Adultério (romance)*, Lisboa, Tipografia Lusitana Editora, 1908

Estatutos da Associação de Propaganda Feminista, Lisboa, Tipografia Moderna, 1911

Estatutos da Associação dos Asilos para Educação de Costureiras e Criadas de Servir e Regulamentos e Programas do Instituto Profissional Feminino, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1914

Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

GENCÉ, Condessa de, *Guia Mundano das Meninas Casadoiras*, Lisboa, Guimarães & C^a. - Editores, 1910

GOUVEIA, Aurora de Castro e, *Reivindicações Políticas da Mulher Portuguesa – Situação da Mulher Casada nas Relações Matrimoniais dos Bens do Casal*, Conselho Nacional da Mulher Portuguesa, Lisboa, Tipografia Casa Garret, 1921

Instituto Profissional Feminino, *Regulamentos e Programas do Instituto Profissional Feminino*, Lisboa, s.e., 1914

Liga Portuguesa da Paz, *Primeiro Congresso Nacional da Paz – Regulamento e Programa*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1906

LIMA, Carolina da Assumpção, *Anotações à Instrução Primária Feminina em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892

MONSERRATE, Viscondessa de, *Estudos – 1^a série – Problemas Sociais*, Lisboa, Tipografia do Comércio de Portugal, 1896

MONTEBELO, Guida, *O Conselheiro da Mulher. Soluções para o Problema da Felicidade Conjugal. O que as Noivas Devem Conhecer Antes do Casamento. Arte de Agradar aos Maridos*, Lisboa, Livraria de João Carneiro & C^a, s.d.

NAZARÉ, Beatriz, *Manual de Civilidade e Etiqueta – Regras Indispensáveis Para se Frequentar a Boa Sociedade, Revista e Notavelmente Aumentada Com Muitos Artigos*

Novos Sobre as Praxes da Etiqueta Moderna, 5ª edição, Lisboa, Arnaldo Bordalo Editores, 1895

NAZARIO, Diva Nolf, *Voto Feminino e Feminismo*, São Paulo, s.e., 1923

OSÓRIO, Ana de Castro, *As Mães Devem Amamentar Seus Filhos – O Bem da Pátria*, Setúbal, s.e., Setembro de 1901

OSÓRIO, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora, 1905

OSÓRIO, Ana de Castro, *A Bem da Pátria II - A Educação da Criança pela Mulher*, Figueira, Tipografia Popular, 1905

OSÓRIO, Ana de Castro, *A Boa Mãe*, Setúbal, Livraria Editora Para as Crianças, 1908

OSÓRIO, Ana de Castro, *Instrução e Educação: Crianças e Mulheres*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & Cª, 1909

OSÓRIO, Ana de Castro, *As Operarias das Fabricas de Setúbal e a Greve – Resposta de Ana de Castro Osório ao Germinal*, Setúbal, Editora Sociedade Proprietária do Jornal O Radical, 1911

OSÓRIO, Ana de Castro, *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1911

OSÓRIO, Ana de Castro, *Resposta a uma Consulta*, Lisboa, Papelaria e Tipografia Assis, 1914

OSÓRIO, Ana de Castro, *A Mulher na Agricultura, nas Indústrias Regionais e na Administração Municipal*, Lisboa, Casa Editora Para as Crianças, 1915

OSÓRIO, Ana de Castro, *A Influência da Mãe na Raça Portuguesa*, Lisboa, Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1916

OSÓRIO, Ana de Castro, *Em Tempo de Guerra – Aos Soldados e às Mulheres do meu País*, 2ª edição, Lisboa, Ventura e Companhia Editores, 1918

OSÓRIO, Ana de Castro, *A Grande Aliança (a minha propaganda no Brasil)*, Lisboa, Edições Lusitânia, 1924

OSÓRIO, Ana de Castro, *O Direito da Mãe (novela)*, Porto, Imprensa Civilização Editora, 1925

OSÓRIO, Ana de Castro, *Realizações e Possibilidades*, Porto, Edição da Junta Patriótica do Norte, 1932

OSÓRIO, Ana de Castro, *O Esperto e outras histórias*, 3ª edição, Lisboa, Terramar, Março de 2001

OSÓRIO, Ana de Castro, *Branca-Flor e outras histórias*, 3ª edição, Lisboa, Terramar, Março de 2001

PATACHO, Emília Cândida Silva, *Higiene Infantil*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1902

PESTANA, Alice, *O Que Deve Ser a Instrução Secundaria da Mulher?*, Lisboa, Tipografia Moderna, 1892

PESTANA, Alice, *Relatório de uma Visita de Estudo a Estabelecimentos de Ensino Profissional do Sexo Feminino no Estrangeiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893

PESTANA, Alice, *La Educación en Portugal*, Madrid, Patronato de Estudiantes – Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1915

PINHEIRO, Beatriz, *A Mulher Portuguesa e a Guerra Europeia*, Lisboa, Associação de Propaganda Feminista, 1916

Regulamentos e Programas do Instituto Profissional Feminino, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1914

RAMOS, Maria Carolina, *Gravidez e Maternidade. Preceitos de Higiene Maternal e Infantil a Observar Antes, Durante e Depois do Parto*, Lisboa, Enciclopédia Popular Ilustrada, Secção Editorial de O Século, s.d.

SILVEIRA, Olga de Moraes Sarmiento da, *Problema Feminista*, Lisboa, Tipografia de Francisco Luís Gonçalves, 1906

Teses Abolicionistas Enviadas Pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas ao Primeiro Congresso Nacional Abolicionista, Lisboa, Instituto Profissional Pupilos do Exército, 1926

VASCONCELLOS, Carolina Michælis de, *O Movimento Feminista Português*, 1ª edição, Paio Pires, Editorial Seis Filetes, Lda (Fradique), Setembro de 2002

VELEDA, Maria, *A Conquista – Discursos e Conferências*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1909

VISCONDESSA de Monserrate, *Estudos – 1ª Série – Problemas Sociais*, Lisboa, Tipografia do Comércio de Portugal, 1896

XX, Madame, *Memórias d'um Quarto de Noiva. Contos Picantes...Proibidos ao Sexo Fraco*, Lisboa, s.e., 1923

1.4 – Secundárias

AGOSTINHO, José, *A Mulher em Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas – Editora, 1908

AGUIAR, Asdrúbal António de, *Estudo Comparativo das Idades das Vítimas Femininas e dos Arguidos de Atentado ao Pudor, de Estupro e Violação*, Lisboa, Instituto de Medicina Legal, Oficinas Gráfica da Biblioteca Nacional, 1922

Alma de Réu – Depoimentos Prestados na Acção de Divórcio Intentada contra José da Silva Miranda, Agora Acusado do Assassinato de sua Mulher, Porto, Tipografia de Artur José de Sousa, 1914

ALMEIDA, Jaime Pereira de, *Elementos Para o Estudo da Educação Física e Intelectual da Mulher*, Porto, Magalhães Figueiredo, Lda, 1907

ALMEIDA, Jaime de, *A Questão Feminista (esboço crítico)*, Porto, Livraria Portuguesa Editora, 1909

ANTUNES, Cláudio Olímpio Dias, *Uma investigação de paternidade ilegítima, provada, mas não reconhecida – sustentação de embargos*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1919

ARAÚJO, Alberto Vellozo de, *Política Rural – I – A Instrução Agrícola da Mulher Portuguesa – Sua Oportunidade, Utilidade e Razão de Ser*, Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1918

ARAÚJO, Alberto Vellozo de, *O Ensino Feminino Agrícola: Remodelação e Adaptação de Alguns Estabelecimentos de Caridade Infantil para Escolas Doméstico-Agrícolas*, Famalicão, Tipografia Minerva de Cruz, Sousa & Barbosa, Limitada, 1923

BAPTISTA, Henrique, *Eleições e Parlamentos na Europa*, Porto, Imprensa Comercial, 1903

BARRETO, Abílio, *O Feminismo (principalmente no ponto de vista do ensino secundário)*, Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1912

BARROS, João de, *A República e a Escola*, Casas Aillaud, Alves e C^a, de Paris e Lisboa, e Francisco Alves & C^a, do Rio de Janeiro, s.d.

Bases Orgânicas e Regulamentares da Escola Profissional da Junta Geral do Distrito de Lisboa – Paiã – Odivelas, Lisboa, Imprensa Africana de António Tibério de Carvalho, 1919

BOULIER, Luiz A., *Higiene dos Prazeres do Amor*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1902

BRAGA, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães, Mulheres, Jogos, Festas e Luxo”, Separata da *Revista de Guimarães*, Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesense, 1927

BRAGA, Eduardo, *A Perdição da Virgindade: Anatomia Feminina*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães Liban & Companhia, 1900

BRAMÃO, Alberto, *Casamento e Divórcio*, Lisboa, Livraria Central Gomes de Carvalho, 1908

BRASÃO, Arnaldo, *Homenagem às Relatoras de Teses do Primeiro Congresso Feminista e de Educação*, Lisboa, s.e., 1925

BRASÃO, Arnaldo, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação (relatório)*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925

BRASÃO, Arnaldo, *Abolição do Registo Policial de Meretrizes*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos, 1926

BRAZÃO, Arnaldo, *A Prostituição Infantil em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1928

CAMPOS, Agostinho de, *Educação e Ensino*, Porto, Magalhães Moniz Editor, 1911

CAMPOS, Agostinho de, *Casa de Pais, Escola de Filhos*, 3ª edição, Rio de Janeiro/Lisboa, Francisco Alves/Livraria Ferin, 1917

CAMPOS, Agostinho de, *Educar na Família, na Escola e na Vida*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1918

CARQUEJA, Bento, *O Povo Português – Aspectos Sociais e Económicos*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão Editores, 1916 (?)

CARVALHO, Luís Mesquita, *A Família e o Casamento: Estudo Sociológico*, Porto, Magalhães & Moniz, 1908

CASTRO, José Augusto de, *Pela Mulher: Cartas Íntimas*, Lisboa, Manuel Lucas Torres, 1916

COELHO, Francisco Adolfo, *Cultura e Analfabetismo*, Porto, Biblioteca de Educação, Edição da Renascença Portuguesa, Setembro de 1916

COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, 2ª edição, Porto, Tipografia Vap. Da Empresa Literária e Tipográfica, 1908

CORREIA, João da Silva, *A Linguagem da Mulher em Relação à do Homem*, Lisboa, Oficina Tipográfica da Escola Normal Primária de Lisboa, 1927

COSTA, Emílio, “As Mulheres e o Feminismo”, Separata da *Seara Nova*, Lisboa, s.e., 1929

COSTA, Rui da Cunha e, *Obrigações e Relação de Família: Solução de Algumas Hipóteses em Face da Legislação Portuguesa*, Aveiro, Edição de Autor, Tipografia Nacional, 1917

COSTA, Emílio, “As Mulheres e o Feminismo”, Separata da *Seara Nova*, Lisboa, Lisboa, 1929

CRUZ, Francisco Ignacio dos Santos Cruz, *Da Prostituição na Cidade de Lisboa (1841)*, 1ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984

CUNHA, Alfredo da, *Infelizmente louca! Resposta documentada ao livro "Doida não!" atribuído a D. Maria Adelaide Coelho da Cunha*, Lisboa, Tipografia da Empresa Diário de Notícia, 1920

CUNHA, Pedro José da, "Liceus Femininos", Separata da *Revista de Educação Geral e Técnica*, Lisboa, Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1917

DANTAS, Júlio, *Mulheres de Hoje, Mulheres de Ontem, Para Miss Kate Ler*, 2ª edição, Porto, Livraria Chardron, 1917

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias na Nação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821/1822

Diário da Câmara dos Deputados, 1910/1926

DUGUIT, M. Léon, *Le Suffrage des Femmes*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1910

DUPANLOUP, Félix Antoine Philibert, *Cartas Sobre a Educação e Instrução da Mulher*, 6ª edição, São Pedro do Sul, Papelaria e Tipografia (a vapor) da Casa Moderna, 1913

FERREIRA, José Dias, *Código Civil Português Anotado*, vols. I e II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894

FERRÃO, António Abranches, *Das Doações Segundo o Código Civil Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1911

FIAUX, Louis, *La Femme, le Mariage et le Divorce*, Paris, Librairie Germer Bailliere et Cie, 1880

FIGUEIREDO, Domingos, *Ensino Primário Superior (Breves Notas)*, Barcelos, Livraria Editora Centro de Novidades, 1925

FILHO, Sílvio Pélico, e ABREU, Carlos Alberto Pinto de, *A Educação Moral e a Educação Cívica nas Escolas Primárias*, Coimbra, Coimbra Editora, 1927

FONSECA, Ângelo da, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, Tipografia Ocidental, 1902

FORJAZ, Augusto, *Dentro da Lei: Pela Justiça, Pelo Direito. O Curso Especial de Educação Feminina e os seus Adversários*, Lisboa, Livraria Féris, 1915

FRIAS, David Correia Sanches de, *A Mulher: Sua Infância, Educação e Influência Social*, 2ª edição (melhorada), Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1911

GARRIDO, Luís, *Do Adultério do Marido*, Lisboa, Tipografia Cristóvão Augusto Rodrigues, 1877

GIL, Augusto, *O Canto da Cigarra (Sátira às Mulheres)*, 5ª edição, Lisboa, Portugália Editora, 1909

GONÇALVES, Caetano, *A Primeira Legislatura da República Portuguesa (1911-1914)*, Lisboa, Tipografia da Livraria Ferin, Torres & Cª, 1914

GORJÃO, Edmundo, *Lei do Divórcio – Direito Civil e Vários Diplomas Legislativos*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1910

GRAINHA, Manuel Borges, *Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1905

GRAINHA, Manuel Borges, *História da Maçonaria em Portugal – 1735-1912*, Lisboa, Tipografia «A Editora Limitada», 1912

GUIMARÃES, Júlio, *Conselhos que a Mãe Dava à Filha Para Não Arranjar Derriço mas a Pequena Não Foi Nisso (Versos Humorísticos)*, Lisboa, Livraria Barateira, Lisboa, s.d.

GUIMARÃES, Luís d'Oliveira, *Arte de Conhecer Mulheres*, Lisboa, Lusitânia Editora Limitada, 1923

GUIMARÃES, Luís d'Oliveira, *Saias Curtas*, Lisboa, Empresa Internacional, 1925

GUSMÃO, Francisco António Rodrigues de, *O Registo dos Nado-Mortos – Estudo Demográfico e de Legislação Sanitária*, Portalegre, Tipografia Minerva Central, 1902

JARDIM, Luiz, *Projecto de Lei sobre a Reforma da Instrução Primária em Portugal e nos seus Domínios Apresentada à Câmara dos Senhores Deputados*, s.l., Llleman Frères Tipografia Lisboa, 1880

JOYCE, António, *Influência do Patriarcado na Condição Jurídica da Mulher*, I Parte, Lisboa, Tipografia Bandeira & Brito, 1913

JÚNIOR, José Ribeiro Alves, *A Casa de Tolerância como Agente Desmoralizador*, Lisboa, Livraria Internacional de Augusto Graça, s.d. [1926]

LEMOS, Alfredo Tovar de, *A Prostituição. Estudo Antropológico da Prostituta Portuguesa*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1908

LIMA, J. Garcia de, *Manual dos Testamentos e dos Direitos de Sucessão, Direitos e Obrigações dos Herdeiros e Legatários*, Lisboa, Edição da Biblioteca de Educação Nacional, s.d. [1915]

LIMA, J. Garcia de, *Manual do Processo de Divórcio nos Termos dos Decretos com Força de Lei de 3 de Novembro de 1910 a 22 de Dezembro de 1910*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s.d.

LIMA, J. Garcia de, *A Mulher Perante as Leis. Legislação e Jurisprudência*, Lisboa, Edição da Biblioteca de Educação Nacional, s.d.

LOUREIRO, Pinto e ALMEIDA, Mário de, *Código de Processo Civil nos Tribunais (actualização e anotações)*, 1º volume, Coimbra, Tipografia Sequeira, 1918

MACHADO, Bernardino, *Da Monarquia para a Republica – 1883-1905*, Coimbra, J. Moura Marques Editor, 1905

MACHADO, Diogo Rosa, *A Educação Democrática nos Liceus*, Ponta Delgada, Tipografia Rui Morais, 1915

MACHADO, Fernão Botto, *Direitos Políticos e Cíveis: Liberdade, Sufrágio Universal e Descentralização*, Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1908

MACHADO, Fernão Botto, *A Queda do Monstro – Pela Emancipação da Mulher. Pela Liberdade de Consciência*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1910

MADEIRA, Mário de Gusmão e MELLO, Ruy de Lima Pereira de, *Notas à Lei do Divórcio*, Lisboa, Imprensa Limitada, 1926

MARAÑÓN, Gregório, *Tres Ensayos Sobre la Vida Sexual: Sexo, Trabajo y Deporte, Maternidad Y Feminismo; Education Sexual y Diferenciacion Sexual*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1926

MARTINS, J. P. Oliveira, *As Eleições (1878)*, Lisboa, Logos, Casa Viúva Bertrand & C^a, 1878

MELLO, Carlos de, *O Escândalo do Feminino*, Lisboa, A Editora, 1910

MELLO, João Mascarenhas de, *Contra o Divórcio – Resposta ao Livro «Casamento e Divórcio» do sr. D. Alberto Bramão*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1908

MÊREA, Manuel Paulo, “Segundas Nupcias do Cônjuge Sobrevivo (Estudo de Legislação Comparada)” in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano II, n° 15, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp. 207/220

MÊREA, Manuel Paulo, "Condição Jurídica dos Filhos Ilegítimos (Estudos de Legislação Comparada)" in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Ano II, nº 18, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp. 401/410

MESQUITA, Abílio, *O Divórcio e a Medicina: Erros e Crimes da Lei do Divórcio Portuguesa*, Porto, A. Figueirinhas, 1924

MESQUITA, Luís de, *A Família e o Casamento: Estudo Sociológico*, Porto, Magalhães & Moniz, Lda - Editores, 1908

MESQUITA, Luís de, *O Divórcio e a Separação de Pessoas - Conclusão*, Porto, Magalhães & Moniz, 1909

MESQUITA, Luís de, *Filiação e Parentesco e Matriarcado e Patriarcado*, Porto, Magalhães & Moniz, Lda - Editores, 1909

MESQUITA, Luís de, *Projecto de Lei do Divórcio em Portugal*, Lisboa, Guimarães & Companhia - Editores, 1910

MONIZ, Egas, *A Vida Sexual*, 12ª edição, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, s.d.

MONSARAZ, Alberto, *Cartilha Monárquica*, 2ª edição, Biblioteca Integralista, Lisboa, Tipografia Soares & Guedes, Lda, 1919

MOURA, João Lopes Carneiro, *A Mulher e a Civilização. Estudo Histórico, Económico e Jurídico da Evolução Paralela dos Sexos*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1900

NAVARRO, M. Romera, *Feminismo Jurídico: Derechos Civiles de la Mujer, Delicuencia Femenina, sus Derechos Politicos*, Madrid, Libreria de Fernando Fé, 1910

NORONHA, Eduardo de, *Elas na Intimidade*, Lisboa, João Romano Torres & Cª, 1926

NUNES, Victor Augusto Pereira, *O Trabalho de Menores e das Mulheres nos Estabelecimentos Industriais*, Porto, Tipografia Progresso de Domingos Augusto da Silva, 1918

PEREIRA, J. M. Esteves, *O Feminismo na Indústria Portuguesa*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1897

PORTUGAL, Boavida, e RODRIGUES, Calado, *Duas Teses Queimadas – Notas e Comentários a Um Caso Escandaloso*, Lisboa, Livraria Central, 1924

Projecto de Programa do Partido Republicano Português, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912

REBOREDO, Duarte, *Família e Divórcio*, Lisboa, Livraria Clássica Editora – A. M. Teixeira & C^a, 1906

SACADURA, S. C. da Costa, *A Idade da Puberdade na Mulher em Portugal*, Lisboa, Tipografia Mendonça, 1912

SALAZAR, Luiz G., *A Noite de Núpcias. Estudos sobre a Virgindade*, Lisboa, Livraria Central Gomes de Carvalho, editor, 1903

SANTOS, Gomes dos, *Problemas de Legislação Social*, Porto, Colecção Ciência e Religião, Livraria Povoense Editora, s.d.

SILVA, M. Abúndio da Silva, *Feminismo e Acção Feminista (Cartas a uma Senhora)*, Braga, Editores Cruz & C^a, 1912

SILVEIRA, José Fontana da, *Influência da Mulher na Vida Social*, Évora, Publicação de A Humanidade, Minerva Comercial de José Ferreira Baptista, 1911

SOUSA, Costa, *Sempre Virgem (romance)*, 3^a edição, Lisboa, Livraria Editora Guimarães Companhia, 1912

SOUSA, Henrique Bastos de, *História da Prostituição*, Lisboa, Empresa Literária Universal, 1913

TAVARES, P. Joaquim da Silva, "O Analfabetismo em Portugal", Separata da *Brotéria*, vol. XVI, fascículos III, IV e V, Braga, 1918

TROMBETTA, Michelangelo, *A Mulher Não Pode Instruir Nem Educar*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C^a, 1911

VASCONCELLOS, Estêvão de, *Congresso Nacional de Mutualidade*, s.l., s.e., 1910

VILHENA, Henrique de, *Em Memória*, Lisboa, Livraria Nacional, 1940

VITERBO, Sousa, *Cem Artigos de Jornal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1912

2- BIBLIOGRAFIA:

AA.VV., *Alice Pestana – 1960-1929 – In Memorium*, Madrid, s.e., 1931

AA.VV., *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora Lda, 1983

AA.VV., *A Vida da República Portuguesa (1890-1990)*, vols. I e II, Comissão Organizadora do Congresso A Vida da República Portuguesa 1890-1990, Fundação Calouste Gulbenkian, 14,15 e 16 de Outubro de 1991, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, 1991

AA.VV., *Adelaide Cabete – Alma de Mulher*, Lisboa, Museu República e Resistência, Março de 1997

AA.VV., *Internationalizing Feminism in the 19th Century*, s.l., Woman's Rights in America, 2002

ALBISTUR, Maïte e ARGOMATHE, Daniel, *Histoire du Feminisme Français I – du Moyen Âge à Nos Jours*, s.l., Éditions des Femmes, 1977

ALBISTUR, Maïte e ARGOMATHE, Daniel, *Histoire du Feminisme Français II – de l'Empire Napoléonin à Nos Jours*, s.l., Éditions des Femmes, 1977

ALMEIDA, Ana Margarida Nunes de, *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares no Continente: 1900/1970*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984

ALMEIDA, Maria Alice Marques, *A Primeira República e o Estado Providência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Junho de 1997

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Legislação Eleitoral Portuguesa – 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maio de 1998

ANDERSON, Michael, *Elementos Para a História da Família Ocidental – 1500-1914*, Lisboa, Editorial Querco, 1984

ANTUNES, Renata Águas, SERRANO, Maria Augusta, e CARREIRAS, Luís, *A Emancipação da Mulher e a República em 1910 [policopiado]*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1987

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (dir. de), *História da Vida Privada – Da Revolução à Grande Guerra*, volume 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A Evolução Demográfica Portuguesa – Reflexos e Perspectivas*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985

BANKS, Olive, *Faces of Feminis. A Study of Feminism as a Social Movement*, Oxford, Basil Blackweel, 1986

BAPTISTA, Virgínia do Rosário, *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890/1940)*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999

BÁRBARA, A. Madeira, *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal (da Reforma Pombalina à Primeira República)*, Lisboa, Textos de Ciência da Educação 2, Assírio & Alvim, 1979

BARRADAS, Ana, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*, Lisboa, Edições Antígona, 1998

BARREIRA, Cecília, *História das Nossas Avós – Retrato da Burguesia em Lisboa (1890-1930)*, Lisboa, Coleção Sociedade & Quotidiano, Edições Colibri, Janeiro de 1994

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal – suplementos*, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.

BARROS, Teresa Leitão de, *Maria Amália Vaz de Carvalho*, Lisboa, Edições Panorama, 1961

BATISTA, Ema e BORRÊCHO, Maria do Céu, “Lisboa: Toponímia no Feminino”, in *Faces de Eva - Estudos sobre a Mulher*, n.ºs 1 e 2, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 1999, pp. 253 - 268

BEJA, Monsenhor Fino, *Família, Casamento e Divórcio*, Lisboa, Coleção Cultura Social e Religiosa, Livraria Popular de Francisco Franco, Março de 1939

BENSADON, Ney, *Les Droits de la Femme des Origines a Nos Jours*, Paris, Presses Universitaires de France, Première Édition, 1980

BOLOGNE, Jean-Claude, *História do Casamento no Ocidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000

BORRÊCHO, Maria do Céu, e DIAS, Virgínia, “Lisboa, Toponímia no Feminino IX”, *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, nº 10, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 203/221

BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa. Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991

BRECKINRIDGE, Sophinisba P., *Women in the Twentieth Century: a Study of Their Political, Social and Economic Activities*, New York/London, McGraw Hill Book Company, 1933

BRETES, Maria da Graça Marques Cardoso, *O Discurso Sobre a Educação Sexual em Portugal – do Início do Século XX até à Década de 30 do Mesmo Século*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Colecção Regra do Jogo/História, 1979

CÂMARA, Isabel Maria dos Santos Baptista da, *Pensar o Feminino: Alice Pestana e a Educação*, dissertação de Mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, 3ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

CASCÃO, Rui, “Família e Divórcio na Primeira República”, separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, actas do Colóquio, Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985

CASTRO, Helena, *A Educação da Mulher em Portugal: das Origens do Pensamento Liberal ao Movimento Republicano* [policopiado], 2 volumes, Lisboa, s.e., Dezembro de 1994

CATROGA, Fernando, “A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano”, Separata de *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Notícias, Março de 2000

CEPÊDA, Maria Elisa Vilarés, *Maria Amália Vaz de Carvalho – A Vida e Obras*, Dissertação para a Licenciatura em Filologia Românica, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1947

CÓNIM, Custódio, *Portugal e a sua População*, volumes. I e II, Lisboa, Colecção Testemunhos Contemporâneos, Publicações Alfa, 1990

COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d.

COVAS, Anne, “Mulheres e Estado-Providência Durante a III República Francesa (1870-1940)”, *Revista História*, Ano XVIII (Nova Série), nº 18, Março de 1996, pp.

CRISTÓVÃO, Fernando, *Método – Sugestões para a Elaboração de um Ensaio ou Tese*, Lisboa, Edições Colibri, Maio de 2001

CUNHA, Maria Helena S. de Oliveira, *O Ensino Secundário Liceal na 1ª República*, www.ipv.pt/millennium/Millennium26/26_27.htm

DELGADO, Pedro, *Divórcio e Separação em Portugal – Análise Social e Demográfica – Século XX*, 1ª edição, Lisboa, Tema de Sociologia, Editorial Estampa, Novembro de 1996

DIAS, Fátima Sequeira, *Escritos sobre a História das Mulheres*, Coingra, Coleção Khrónos, Jornal de Cultura, Dezembro de 1995

DIAS, José Henrique, “Mulheres no Movimento Operário nos Alvores da Primeira República”, in revista *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, nº 3, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 61/79

DIAS, João José Alves, “A República e a Maçonaria: o Recrutamento Maçónico na Eclosão da Primeira República”, separata de *Nova História*, Lisboa, 1984, pp. 31/73

DIAS, Virgínia, “Lisboa. Toponímia no Feminismo – VII”, in *Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher*, nº 8, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2002

DUBY, Georges (dir.), *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Lisboa, Coleção Pequena História, Terramar, 1991

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.), *História das Mulheres no Ocidente*, vols. 4 e 5, Porto, Edições Afrontamento, 1994

DUBY, Geoges, e PERROT, Michelle, *As Mulheres e a História*, 1ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Maio de 1995

EIBNER, Hannelore e ELIAS, Maria José de Sousa Lobo, “Soroptimist Internacional – A Maior Organização Interprofissional Feminina do Mundo” in *Faces de Eva - Estudos sobre a Mulher*, nºs 9, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 121/126

EMONTS, Anne Martina, «Onde Há Galo Não Canta Galinha» – *Discursos Femininos, Feministas e Transgressivos nos Anos Vinte em Portugal*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 2001

ESTEVES, João Gomes, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – uma Organização Política e Feminina (1909-1919)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, Dezembro de 1991

ESTEVEES, João, “A Colecção Castro Osório – Ana de Castro Osório (1872-1935)” in *Leituras*, Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, nº 1, Outono de 1997, pp. 169-174

ESTEVEES, João, “A Fidelidade das Mulheres Republicanas a Afonso Costa: AFPD (1915-1916)”, in *Leituras*, Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, nº 3, Outubro de 1998, pp. 119-124

ESTEVEES, João, *As Origens do Sufragismo Português*, 1ª edição, Lisboa, Colecção Documentos, Editorial Bizâncio, Novembro de 1998

ESTEVEES, João, “O Movimento Feminista em Portugal. A Pesquisa em Periódicos (1899-1928)”, in *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, nºs 1 e 2, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 1999, pp. 185-196

ESTEVEES, João, “O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XX (1896-1947)” in *A Mulher na História*, Actas dos Colóquios sobre a Temática da Mulher – 1999/2000, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2001, pp. 239/254

ESTEVEES, João, «Os primórdios do feminismo em Portugal: A 1ª década do século XX» in *Revista Penélope – Fazer e Desfazer a História*, nº 25, 2001, pp. 87/112

ESTEVEES, João, «A primeira eleitora portuguesa – Carolina Beatriz Ângelo (1877 – 1911)» in *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, nº 10, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 151/164

FERREIRA, David, *História Política da Primeira República*, 2 volumes, Lisboa, Colecção Horizonte, Livros Horizonte, 1973

FIGUEIREDO, Sousa e VICENTE, António (coord. de), *A Queda da Monarquia e a Implantação da República Através do Bilhete Postal Ilustrado*, Lisboa, Ecosoluções – Consultores Associados, Lda, 1997

FIGUEIREDO, Sousa (Coord. de), *A Moda Através do Bilhete Postal Ilustrado – 1900/1950*, Lisboa, Ecosoluções – Consultores Associados, Lda, 1999

FRANÇA, José Augusto, *Os Anos 20 em Portugal – Estudo de Facto Sócio-Culturais*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992

FRANÇA, Leonel, *O Divórcio*, Lisboa, Pro Domo, 1945

GARNEL, Maria Rita Lino, “Mulher e Violência: das Imagens e da Realidade na Lisboa de 1912” in *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, nº 10, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 73/95

GOMES, Joaquim Ferreira, *A Mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987

GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES, Rogério, e GRÁCIO, Rui, *História da Educação em Portugal*, Biblioteca do Educador, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

GOMES, Joaquim Ferreira, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910 – 1926): Alguns Apontamentos*, 1ª edição, Lisboa, Instituto Inovação Educacional, 1990

GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, 1ª edição, Coimbra, Livraria Minerva, Janeiro de 1991

GORJÃO, Vanda, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Junho de 1994

GUIMARÃES, Elina, *O Poder Maternal*, Lisboa, Livraria Moraes, 1933

GUIMARÃES, Elina, *A Lei em que Vivemos... (Noções de Direito Usual Relativo à Vida Feminina)*, Lisboa, Editorial O Século, 1937

GUIMARÃES, Elina, *Mulheres Portuguesas Ontem e Hoje*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1979

GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)* – I volume, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997

JOAQUIM, Teresa, *Dar à Luz: Práticas e Crenças na Gravidez, Parto e Pós-parto em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983

LA FUENTE, Maria José de, *O Ensino Secundário Feminino – Os Primeiros 20 Anos da Escola Maria Pia*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX em Portugal, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989

LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco, *Mulheres Para Além do Seu Tempo*, Venda Nova, Bertrand Editora, Março de 1995

LEAL, Ivone de Freitas (coord. De), *Fontes Portuguesas Para a História das Mulheres*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994

LEAL, Maria Ivone, *Um Século de Periódicos Femininos: Arrolamento de Periódicos entre 1807 e 1926*, Cadernos Condição Feminina, nº 25, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres/Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1992

LESTÓN, Xosé Vicenzo Freire, *A Prensa de Mulleres en Galicia: 1841 – 1994*, Lisboa, Universitárias Lusófonas, 1996

LIBERATO, Maria Isabel Viegas, *Discursos, Práticas e Políticas Prostitucionais em Portugal (1841 – 1926) [policopiado]*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1999

LIMA, Fernando Castro Pires de, *Feminismo e Feministas*, Porto, Edições Germen, 1932

LISBOA, Eugénio (Coord. De), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vols. II e III, Lisboa, Publicações Europa-América, Lda, 1990

LOPES, Fernando Farelo, *Poder Político e Caciquismo na Primeira República*, Lisboa, Coleção História de Portugal, Editorial Estampa, 1994

LOPES, Virgílio, *Divórcio em Portugal*, Lisboa, Editorial Aster, 1978

MADEIRA, Bárbara A., *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal (da Reforma Pombalina à Primeira República)*, Textos de Ciência da Educação 2, Lisboa, Assírio & Alvim, 1979

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1981

MARQUES, Viriato Soromenho, “Mulheres e Representações da Mulher na Revolução Americana” in *Pensar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri, Fevereiro de 2001, pp. 135/141

MCLAREN, Angus, *História da Contracepção – da Antiguidade à Actualidade*, 1ª edição, Lisboa, Coleção Pequena História, Terramar, Fevereiro de 1997

MEDINA, João, “A Imagem da República: Ensaio de Iconologia Histórica Sobre a Origem e Metamorfose da Imagem Feminina Republicana”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, s.e., 1993, pp. 81/90

MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas – de 1822 ao Texto da Actual Constituição*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, 1992

MIRANDA, Jorge, *O Constitucionalismo Liberal Luso-Brasileiro*, 1ª edição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Abril de 2001

MÓNICA, Maria Filomena, *A Formação da Classe Operária Portuguesa – Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982

MONTEIRO, Manuela (coord. de), *Dicionário de Biografias*, s.l., Porto Editora, 2001

NAMORADO, Maria e PINHEIRO, Alexandre Sousa, *Legislação Eleitoral Portuguesa – Textos Históricos (1820-1974)*, 1ª edição, Tomos I e II, Lisboa, Comissão Nacional de Eleições, 1998

NEVES, Helena, *O Problema Feminino e a Questão Social*, Lisboa, Prelo, 1973

NEVES, Helena, “Carolina Beatriz Ângelo a Primeira Portuguesa a Votar «Fora da Lei» in *Jornal Público*, 6 de Maio de 2002, pp. 14/15

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho, *Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Género – Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*, dissertação para o doutoramento em Psicologia Social e das Organizações, Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1996

NÓVOA, António (dir. de), *A Imprensa de Educação e Ensino - Repertório Analítico (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Coleção Memórias da Educação - I, Instituto de Inovação Educacional, 1993

NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Teresa (coord. de), *Liceus de Portugal – Histórias, Arquivos, Memórias*, 1ª edição, Lisboa, Edições Asa, Outubro de 2003

Ó, Jorge Manuel Nunes Ramos do, *O Governo de Si Mesmo – Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, dissertação de doutoramento em Ciências da Educação

(História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002

OFFEN, Karen, *European Feminisms (1700-1950) – A Political History*, Stanford California, University Press, 2000

OLIVEIRA, Américo Lopes de e VIANA, Mário Gonçalves, *Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1967

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática*, 2ª edição, Lisboa, Colecção Seara Nova, s.e., 1974

OLIVEIRA, César, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, s.l., Colecção Testemunhos Contemporâneos, Publicações Alfa, 1990

OLIVEIRA, Eleanora Menicucci de (org. de), *Mulheres: da Domesticidade à Cidade – Estudos sobre Movimentos Sociais e Democratização*, s.l., Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987

OLIVEIRA, Manuel Alves e REGO, Manuela, *O Grande Livro dos Portugueses: 400 Personalidades em Texto e Imagem*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990

PAZ, Olegário, *Empregadas Domésticas, Mulheres em Luta – Para a História do Serviço Doméstico em Portugal – das Origens ao Fascismo*, Coimbra, Colecção Movimento Operário, Edições Base, s.d.

PAIS, José Machado, *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa, Querco, 1985

PEREIRA, Isolina Rosa Prior Ladeira Alves, *História de um Paradigma – O Método de João de Deus e as Escolas Móveis*, 2 vols., dissertação de doutoramento no ramo da História das Ideias, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998

PEREIRA, José Augusto e FERREIRA, António Gomes, *António Aurélio da Costa Ferreira – Um Educador na Primeira República*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 19 de Novembro de 1999

PEREIRA, José Pacheco, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal – a Greve Geral de Novembro de 1918*, 2ª edição, Porto, Editora Nova Crítica, 1976

PERROT, Michelle, *Les Femmes ou Les Silences de l'Histoire*, s.l., Flammarion, 1998

PESSANHA, Camilo, *Cartas a Alberto Osório de Castro, João Baptista de Castro e Ana de Castro Osório*, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Outubro de 1984

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Maio de 2000

PIMENTEL, Irene, “Cem Anos de Vida das Mulheres em Portugal” in revista *História*, Ano XXII, nº 34, Lisboa, Março de 2001

PINHEIRO, J. E. Moreirinhas, *Notas Para a História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa, 1999

PINTASILGO, Joaquim, *República e Formação de Cidadãos – A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, Outubro de 1998

PINTO, Maria Teresa Valente, *O Ensino Técnico Industrial Feminino em Finais do Século XIX: A Escola Damião de Goes em Alenquer*, dissertação de mestrado em Estudos Sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade de Aberta, 1998

PIRES, Daniel, *Dicionário das Revistas Literárias Portuguesas do Século XX*, Lisboa, Daniel Pires e Contexto Editora, Lda., Novembro de 1986

PIRES, Daniel (org.), *Raul Proença – Polémicas*, 1ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Novembro de 1988

PHILLIPS, Roderick, *Desfazer o Nó: Breve História do Divórcio*, Lisboa, Coleção Pequena História, Terramar, 1991

POTACHE, Dejanirah Couto, *Les Origines du Feminisme au Portugal*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1982

Quem é Alguém – 1947, Lisboa, Portugália Editora, Lda, 1947

QUINTAS, Maria da Conceição, CHAGAS, Soledade Brites e CONTREIRAS, Élio Almada, *Greves Sindicalismo Setúbal 1910/1913*, Lisboa, Edição da Associação Distrital de Setúbal, 1981

RAVARA, António Pinto, “Acerca das Eleições de 1911” in *CLIO* – revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, III volume, Lisboa, 1981

REIS, António, “A Primeira República” in *História de Portugal*, 3º volume, dirigida por José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 517/533

REIS, António (dir. de), *Portugal Contemporâneo (1910-1926)*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

REIS, António, *Raul Proença – Biografia de um Intelectual Político Republicano*, vol. I, dissertação de doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, s.l., Temas e Debates, Setembro de 1996

RODRIGUES, Samuel, *A Polémica Sobre o Casamento Civil (1865-1867)*, s.l., Instituto Nacional de Investigação, 1987

ROSA, Elzira Machado, *Bernardino Machado – Alice Pestana e a Educação da Mulher nos Fins do Século XIX*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, nº 27, Comissão da Condição Feminina, 1989

ROSA, Elzira Machado, *A Educação Feminina na Obra Pedagógica de Bernardino Machado – Propostas a Favor da Igualdade e da Emancipação das Mulheres*, s.l., Museu Bernardino Machado, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999

ROSA, Elzira Machado, “Elzira Dantas Machado”, in *Faces de Eva - Estudos sobre a Mulher*, nºs 9, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 153/165

ROTH, Benita, *What Are Social Movements and What Is Gendered About Women's Participation in Social Movements?*, Birghamton, State University of New York, 2001

SALGADO, Maria Teresa, *Angelina Vidal: Entre le Socialisme et le Feminisme*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, s.e., 1994

SEABRA, Maria Judite de Carvalho Ribeiro, *Os Liceus na Sociedade Coimbrã (1840-1930)*, dissertação de doutoramento em História e Filosofia da Educação, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1999

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – vol. XI e XII – A Primeira República (1910-1926)*, s.l., Editorial Verbo, Julho de 1989

SERRÃO, Joel (coord. de), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.

SILVA, Armando Carvalho da, *Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho*, s.l., Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, 1997

SILVA, Margarida Moreira da, *Nascer em Loures – Práticas e Crenças na Gravidez, Parto e Pós-Parto na Região Saloia Durante o Século XX*, Loures, Coleção Estudos Locais, Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures, Edição Etnografia, 1995

SILVA, Maria Regina Tavares da e VICENTE, Ana, *Mulheres Portuguesas – Vidas e Obras Celebradas, Vidas e Obras Ignoradas*, Lisboa, Ditos & Escritos nº 1, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, s.d.

SILVA, Maria Regina Tavares (org.), *Catálogo da Exposição Bibliográfica sobre a Mulher*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão da Condição Feminina, 1983

SILVA, Maria Regina Tavares da, “História no Feminino: os Movimentos Feministas em Portugal” in *História de Portugal*, dirigida por João Medina, vol. XV, s.l., Ediclube, 1993, pp. 282-297

SILVA, Maria Regina Tavares da Silva, *A Mulher – Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999

SILVA, Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal na Voz das Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão da Condição Feminina, 1982

SHORTER, Edward, *A Formação da Família Moderna – séculos XVIII – XX*, Lisboa, Terramar, 1995

SKALAR, Kathryn Kish e KRYZAK, Lauren, *International Women's Day*, s.l., State University of New York at Binghamton, December de 2000

TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vols. 1 e 2, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980

TORRES, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora, 2001 (SC 92 500 V)

VAQUINHAS, Irene, *Mulheres que se Injuriam, Mulheres Que se Batem: Alguns Valores Femininos Vistos Através de uma Análise da Delinquência em Coimbra (1850 – 1915)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986

VAZ, Luís, *Clericais e Livres Pensadores – o Grande Confronto (1895-1937)*, 1ª edição, Lisboa, Edição Grémio Lusitano, Novembro de 2002

VICENTE, Ana, *As Mulheres Portuguesas Vistas por Viajantes Estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*, Lisboa, Gótica 2000 – Sociedade Editora e Livreira, Lda, Março de 2001

VICENTE, Filipa, “Barbara Leigh Smith Bodichon (1827 – 1891) – Uma pioneira do Feminismo e a Sua Geração” in *Faces de Eva – Estudos Sobre a Mulher*, nº 8, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp.

VIEIRA, Joaquim, *Portugal Século XX – Crónica em Imagem –1910-1920*, Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, Abril de 1999

VIGARELLO, Georges, *História da Violação – Séculos XVI e XX*, Lisboa, Coleção Nova História, Editorial Estampa, 1998

MATERIAIS AUDIOVISUAIS

Crónica do Século, episódio 1, RTP, 2002

WEBSITES

www.aph.pt - Associação de Professores de História

www.arqnet.pt - O Portal da História

www.digital.library.upenn.edu - A Celebration of Women Writers

www.direitoshumanos.usp.br - Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (Brasil)

www.evirt.com.br – Editora Virtual

www.ipv.pt – Instituto Politécnico de Viseu

www.memory.loc.gov - American Memory

www.mulheres-ps20.ipp.pt/realizadoras - Mulheres Portuguesas do Século XX

www.parlamento.pt - Assembleia da República

www.pt.wikipedia.org – A Enciclopédia Livre

www.7mares.terravista.pt/videoescolar/sufragismo.htm - Mediateca da Escola Secundária José Cardoso Pires

www.scielo.br – Revista de Estudos Feministas

www.uclm.es – Universidad de Castilla-la-Mancha

ANEXOS

Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas¹

Artigo 1º - É fundada uma sociedade com o nome de Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a qual tem por fim:

1º - Orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora, tornando-a um indivíduo autónomo e consciente, pois só um novo regímen liberto de preconceitos poderá trazer à sociedade portuguesa a consciência e responsabilidade do povo livre e ativo;

2º - Fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático;

3º - Promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente à mulher e à criança; tais como o direito paternal e maternal igualados, autonomia económica da mulher casada, igualdade de direitos perante o código, na tutela, testemunho, etc. Promover imediatamente, de preferência a qualquer assunto, a discussão, no parlamento, do projecto sobre a questão do divórcio, já apresentado em cortes.

Art. 2º - A quota mínima será de 100 réis.

Art. 3º - A sede da sociedade será em Lisboa, e terá uma sala para as reuniões e outra para a biblioteca.

Art. 4º - As sócias têm direito:

1º - A votar e serem votadas para os cargos da Sociedade, a saber: direcção, comissões e subcomissões encarregues de tratar dos assuntos especiais.

2º - A receber toda a protecção que necessitem e que seja compatível com as forças da Sociedade.

3º - A utilizar-se a biblioteca da Sociedade na respectiva sede.

Art. 5º - Quando a sociedade se achar constituída de forma a corresponder às intenções das suas fundadoras, criará escolas infantis, escolas de serviço doméstico, maternidades, casas de trabalho, asilos-escolas e tudo quanto seja próprio para proteger e educar a criança e levantar a mulher da situação deprimente em que está na sociedade portuguesa.

¹ O texto transcrito corresponde aos primeiros estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, aprovados em assembleia geral datada de 27 de Fevereiro de 1909 e publicados no número de Abril da revista *A Mulher e a Criança* (p. 11).

Art. 6º - A Sociedade publicará uma revista quinzenal ou mensal, conforme a Direcção achar conveniente, tratando das questões político-sociais, históricas e educativas, sobretudo da mulher e da criança.

§ 1º - A redacção e administração serão pagas conforme a Direcção entender, em harmonia com os recursos da Sociedade;

§ 2º - Os cargos de redacção e administração serão independentes dos da Direcção, mas não incompatíveis.

Art. 7º - Os cargos da Sociedade são obrigatórios e gratuitos para as sócias, salvo se justificarem plenamente a sua recusa, devendo ter uma empregada que receberá o que a Direcção lhe arbitrar e achar justo.

Art. 8º - A Direcção será composta por cinco membros, a saber: Presidente, secretária, tesoureira e duas vogais.

Art. 9º - A Direcção será eleita em assembleia geral por 3 anos, decidindo o expediente, enquanto durar o triénio da sua gerência.

§ 1º - A Direcção nomeará comissões e subcomissões onde as julgar convenientes para a realização dos fins a que a sociedade se propões. Nas terras onde houver três ou mais sócias, elegerão estas a sua comissão, que ficará subordinada à direcção em Lisboa:

§ 2º - Quando a Direcção não queira tomar a responsabilidade de qualquer medida extraordinária, poderá convocar a assembleia geral.

Art. 10º - Quando a Direcção faltar ao cumprimento de qualquer dos artigos exarados nos presentes estatutos, poderá um grupo de sócias, nunca inferior a 25, convocar a assembleia geral para apreciar e julgar os factos apontados pelas mesmas.

§ 1º - Quando se promovem os factos apontados pelas mesmas sócias, será a Direcção a demitida, ainda que não tenha terminado o triénio da sua gerência, e proceder-se-á a nova eleição.

§ 2º - A Direcção convocará a Assembleia Geral pelo menos uma vez cada ano.

§ 3º - As comissões, legalmente constituídas, enviarão as suas representantes às assembleias gerais, sempre que assim o desejarem, para advogarem os sus interesses.

Art. 11º - A Sociedade tem o dever de respeitar todas as crenças das suas sócias, sejam qual for o seu credo.

Art. 12º - As sócias que, por motivo não justificado, deixarem de pagar três mensalidades, serão, ipso facto, consideradas não pertencentes à Sociedade.

Art. 13º - Às sócias cabe o dever de fazer propaganda das vantagens da Sociedade, tratando por todos os meios de angariar sócias para ela e leitoras para a Revista, e de

noticiar à Direcção quaisquer desgraças ou injustiças que esta possa, se não remediar, pelo menos atenuar, fazendo convergir para elas a atenção do público.

Art. 14º - Quando qualquer sócia faltar ao cumprimento das suas obrigações sociais, à Direcção cumpre adverti-la, devendo, em casos graves, reunir a assembleia geral para lhas submeter.

Art. 15º - A Direcção será obrigada a reunir-se todas as vezes que necessário for, nunca menos de uma vez mensalmente.

Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas²

CAPÍTULO I

Fins da Associação

Artigo 1º - Encontra-se fundada uma Sociedade sob a designação de «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», com sede em Lisboa, a qual se propõe:

1º - Orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora, tornando-a um indivíduo autónomo e consciente, pois só um novo regimen liberto de preconceitos poderá trazer à sociedade portuguesa a consciência e responsabilidade do povo livre e ativo;

2º - Fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático;

3º - Promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente à mulher e à criança – tais como o direito paternal e maternal igualados, autonomia económica da mulher casada, igualdade de direitos perante o código, na tutela, testemunho, etc. Promover imediatamente, de preferência a outro qualquer assunto, na discussão, no parlamento, do projecto sobre a questão do divórcio, já apresentado em cortes;

4º - Criar escolas infantis, escolas de serviço doméstico, maternidades, casas e trabalho, asilos-escolas, etc., quando a Sociedade se achar constituída de maneira a corresponder às intenções das suas fundadoras;

² Aprovados em assembleia geral realizada nos dias 24 de Julho e 4 de Agosto de 1910, publicados no número 15 da revista *A Mulher e a Criança* (pp. 8/10)

5º - Publicar uma revista de carácter sociológico, jornal quinzenal ou boletim semestral, segundo a receita da associação o permitir, e de forma que a despesa não exceda um terço a receita.

§ único. A redacção e administração serão pagas conforme a direcção entender, em harmonia com os recursos da colectividade; mas logo que estes ou outros cargos sejam remunerados, tornar-se-ão incompatíveis com os dos corpos gerentes. A administração da revista que se publique, estará imediatamente subordinada à direcção, devendo a respectiva administradora prestar contas mensalmente à tesoureira da sociedade.

CAPÍTULO II

Deveres das sócias

Art. 2º - Às sócias cumprem os seguintes deveres:

1º - Desempenharem gratuita e obrigatoriamente os cargos para que forem nomeadas, salvo se justificarem plenamente a sua recusa;

2º - Fazerem propaganda das vantagens da Sociedade, tentando por todos os meios de angariar sócias para ela e leitores para a Revista, e noticiarem à Direcção quaisquer desgraças ou injustiças que esta possa, se não remediar, pelo menos atenuar, fazendo convergir para elas a atenção do público.

Direitos das sócias

Art. 3º - As sócias têm direito:

1º - A votar e serem votadas para os cargos da Sociedade, a saber: direcção, mesa da assembleia geral, conselho fiscal, comissões e subcomissões encarregues de tratar de assuntos especiais;

2º - A receber toda a protecção que necessitem e que seja compatível com as forças da sociedade;

3º - A utilizar-se da biblioteca da Sociedade na respectiva sede;

4º - A examinar a escrituração;

5º - A impugnar em assembleia geral todos os actos da direcção contrários aos fins ou aos interesses da sociedade.

Penalidades

Art. 4º - As sócias que, por motivo não justificado, deixarem de pagar três mensalidades, serão, ipso facto, consideradas não pertencentes à Sociedade.

Art. 5º - Quando qualquer sócia faltar ao cumprimento das suas obrigações sociais, à Direcção cumpre adverti-la, devendo, em casos graves, reunir a assembleia geral para lhas submeter.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

Art. 6º - A assembleia geral compõe-se de todas as sócias no gozo dos seus direitos.

§ único. Consideram-se no gozo dos seus direitos as sócias que os forem, pelo menos, há três meses, e não devam mais de uma quota.

Art. 7º - Compete à assembleia geral:

1º - A elaboração de regulamentos e suas modificações, a interpretação dos artigos duvidosos e a resolução de casos omissos;

2º - A eleição e exoneração dos corpos directores ou de quaisquer comissões;

3º - A apreciação do relatório da direcção e conselho fiscal, e todos os mais actos dos corpos gerentes;

4º - A expulsão das sócias que comprometam a dignidade da associação;

5º - A concessão e a rejeição às sócias da escusa dos cargos para que tenham sido nomeadas;

6º - A resolução dos recursos que forem interpostos por um grupo de sócias, contra as deliberações ou actos da direcção;

7º - O deferimento de requerimento assinados por 15 sócias no gozo de direitos, pedindo a convocação de assembleia geral, desde que nesse requerimento se exponham os motivos e a necessidade da convocação, não podendo porém abrir-se os trabalhos dessa assembleia sem que estejam presentes, pelo menos, dois terços das signatárias.

Art. 8º - A mesa da assembleia geral é eleita todos os anos e composta de presidente e duas secretárias.

Art. 9º - À mesa da assembleia geral compete fazer as convocatórias, quer por meio de avisos nos jornais, ou circulares expedida às sócias.

Art. 10º - A assembleia geral reunirá ordinariamente no mês de Janeiro para apresentação do relatório e contas da gerência, sua discussão e eleição dos corpos

gerentes; e extraordinariamente quando a direcção o entenda ou quando 15 sócias, em requerimento fundamentado, peçam a sua convocação à presidente.

Art. 11º - Julgar-se-á legalmente constituída a assembleia, logo que, depois de decorrida meia hora, estejam reunidas pelo menos 15 sócias no uso dos seus direitos.

Art. 12º - Se a assembleia geral, por falta de número, não puder funcionar no dia para que tiver sido convocada, será feita nova convocatória, e a assembleia funcionará oito dias depois, com as sócias que comparecerem.

Art. 13º - As actas dessas sessões serão assinadas pela mesa, e declararão o número de sócias presentes e o número de votos obtidos.

Art. 14º - Os trabalhos das assembleias começarão sempre pela leitura de expediente e leitura da acta da sessão anterior, que será posta à discussão.

Art. 15º - Se a assembleia for convocada para a dissolução da Sociedade, só poderão ser consideradas legais as deliberações tomadas por três quartas partes das sócias existentes.

Eleições

Art. 16º - As eleições terão lugar nas reuniões fixadas no artigo 10º, e serão feitas sempre por escrutínio secreto, e do modo seguinte:

1º - Para os cargos da mesa da assembleia geral, em listas que contenham três nomes com designação dos cargos constantes do artigo 8º;

2º - Para a direcção, em listas de sete nomes, a saber: presidente, vice-presidente, 1ª e 2ª secretárias, tesoureira e duas vogais;

3º - Para o conselho fiscal, em listas de cinco nomes, sem designação de cargos, sendo três efectivos e dois para suplentes.

Art. 17º - Só poderá considerar-se válida a eleição para qualquer cargo, quando recaia em sócia no pleno uso dos seus direitos.

Art. 18º - Não poderão fazer parte dos corpos gerentes as sócias quer recebam qualquer remuneração por serviços prestados à colectividade.

Art. 19º - A direcção é composta por sete membros, com o preceitua o parágrafo 2º do artigo 16º e será eleita anualmente, conforme o disposto no artigo 10º.

Art. 20º - São atribuições da direcção:

1º - Cumprir e fazer cumprir este regulamento;

2º - Administrar a Sociedade pela forma mais útil e coerente com os fins a que se destina;

3º - Promover conferências e sessões de propaganda democrática, educativa, de emancipação feminina e anticlericais.

§ único. A Sociedade tem obrigação de respeitar as crenças das suas sócias, seja qual for o seu credo.

4º - Escriturar as receitas e despesas e patentear às sócias um balancete mensal que será publicado na Revista e fixado na sala ou escritório da colectividade;

5º - Reunir, pelo menos, duas vezes cada mês, e lavrar actas de todas as sessões;

6º - A direcção nomeará comissões e subcomissões onde as achar convenientes para a realização dos fins que a Sociedade se propões.

Nas terras onde houver três ou mais sócias, elegerão estas a sua comissão que ficará subordinada à direcção de Lisboa;

7º - Quando a Direcção não queira tomar a responsabilidade de qualquer medida extraordinária, poderá convocar a assembleia geral;

8º - Quando entre nova direcção, esta deverá tomar conta do mobiliário por meio de inventário, assim como de tudo o que pertença à colectividade.

§ único. Se por qualquer circunstância a Liga for dissolvida, todos os seus haveres, quer móveis, quer imóveis, serão entregues à comissão da Obra Maternal da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ou, em sua falta, ao asilo de São João.

Art. 21º - Cumpre à tesoureira:

1º - Cobrar todas as receitas e satisfazer todas as despesas da colectividade;

2º - Assinar os recibos de quotas e os balancetes mensais e anuais.

§ único. No impedimento da tesoureira, será chamada uma das sócias mais antigas, que tomará conta dos fundos da sociedade, por meio de balanço.

CAPÍTULO V

Conselho Fiscal

Art. 22º - São atribuições do conselho fiscal:

1º - Assistir às reuniões da direcção, quando assim o entenda, ou quando a sua presença for reclamada;

2º - Proceder ao exame das contas;

3º - Auxiliar os trabalhos da direcção;

4º - Formular o parecer que, incidindo sobre o relatório e contas anuais da direcção, deve ser submetido a deliberação da assembleia geral.

CAPÍTULO VI

Cobradora e Empregada

Art. 23º - O lugar de cobradora será dado à sócia que presta fiança de 15\$000 réis, ou seja, afiançada por um grupo de sócias das mais antigas.

§ único. A cobradora poderá, se assim lhe convier, fazer-se substituir por pessoa de sua família – pai, marido ou irmão -; mas neste caso tornar-se-á indispensável a fiança de que trata o artigo 23º.

§ transitório. À cobradora que tiver sido admitida antes de aprovado este regulamento, e desde que se tenha desempenhado do seu lugar a contento das sócias, não será exigida fiança.

Art. 24º - O lugar de cobradora, quando haja necessidade de a substituir, será posto a concurso nos jornais do partido.

Art. 25º - À cobradora compete-lhe: trazer a cobrança em dia, prestar contas no princípio da última semana de cada mês, e comparecer em todas as reuniões de assembleia geral, para receber as sócias que estejam no uso dos seus direitos.

Art. 26º - A empregada terá residência na sede da Liga, água e luz, com obrigações de se encontrar na sede dois dias por semana, às horas que se estabelecer.

Art. 27º - O lugar de empregada, quando haja necessidade de a substituir, será posto a concurso nos jornais do partido.

§ único. Preferir-se-á, em igualdade de circunstância, uma sócia das mais antigas, ou que prove ter prestado mais serviços à colectividade, e que não viva em comum com outra pessoa, sobretudo se essa pessoa for do sexo masculino, sendo condição essencial que a concorrente apresente atestado médico, certificando que não padece de doenças contagiosas ou quaisquer outras que possam prejudicar a crianças recolhidas na sede.

Art. 28º - À empregada compete-lhe: cuidar do asseio da casa, receber toda a correspondência que seja dirigida para a sede, atende as sócias que se apresentarem pedindo quaisquer esclarecimentos que possa fornecer-lhes, etc.

§ único. A empregada admitida pela direcção da Liga deverá ter competência para acumular o seu cargo com o de vigilante da Obra Maternal ou de cursos que porventura

venham a funcionar na sede, recebendo, nessa hipótese, a gratificação que a comissão da Obra puder estipular-lhe, saída do seu cofre especial, e devendo esta comissão ser ouvida sempre que a direcção resolva dispensar ou admitir uma empregada.

Transitório

As disposições do antigo regulamento deixarão de estar em vigor, logo que, em assembleia geral sejam sancionadas as disposições deste, as quais começarão a vigorar imediatamente a essa aprovação.

Lisboa, 4 de Agosto de 1910

Maria Veleda, Ana Maria Gonçalves Dias e Georgina de Figueiredo

Estatutos da Associação de Propaganda Feminista¹

CAPÍTULO I

Dos fins da Associação

Art. 1º - É constituída em Lisboa uma associação feminina denominada Associação de Propaganda Feminista.

Art. 2º - Esta associação tem por fim:

1º - O levantamento moral e social da mulher e a sua independência económica, sem a qual não pode existir em bases seguras esse levantamento.

2º - Promover por todos os meios ao seu alcance a educação e instrução feminina.

3º - Vigiar e estudar as leis sob o ponto de vista feminino.

4º - Fazer a propaganda sufragista que é a base do feminismo ou humanismo, porque desde que a mulher esteja afastada da questão social e política os seus direitos serão sempre esquecidos.

5º - Proteger moral e materialmente as mulheres e as crianças.

6º - Auxiliar as escolas, promover festas infantis, dar, enfim, todo o seu concurso moral e material, quando o possa, à instrução infantil.

7º - Pôr-se em contacto com todas as associações feministas do mundo.

8º - Publicar, logo que os recursos desta associação o permitam, um jornal semanal de propaganda feminista, tratando das questões sociais, históricas e educativas.

CAPÍTULO II

Das sócias

Art. 3º - Podem ser sócias desta associação mulheres nacionais e estrangeiras, que saibam ler e escrever.

Art. 4º - Haverá duas classes de sócias: ordinárias e correspondentes.

¹ Aprovados em reunião datada de 12 de Maio de 1911. Cf. *Estatutos da Associação de Propaganda Feminista*, Lisboa, Tipografia Moderna, 1911

Art. 5º - Sócias ordinárias são as que têm a sua residência em Lisboa; correspondentes, as que residem fora.

§ 1º - As sócias ordinárias, que mudarem a sua residência para fora de Lisboa, passarão à classe de correspondentes; as sócias correspondentes, que fixarem o seu domicílio em Lisboa, passarão à classe de ordinárias, devendo para esse fim prevenir a secretária da associação.

§ 2º - As sócias pagarão a quota mensal de 200 réis.

§ 3º - Compete-lhes servir gratuitamente os cargos para que forem eleitas ou nomeadas, não sendo todavia obrigadas a aceitar a eleição mais que dois anos consecutivos.

§ 4º - A admissão de sócias pertence à assembleia geral, sob proposta da direcção; será precedida de proposta assinada por uma sócia, e onde será mencionado o nome e a morada da candidata.

§ 5º - Esta proposta estará durante oito dias exposta na sede da associação; passados os oito dias será votada em assembleia geral.

Art. 6º - A candidata a sócia, depois de admitida, será avisada por ofício da direcção.

Art. 7º - Ficará sem efeito a admissão da sócia que não satisfaça a primeira quota no prazo de 30 dias.

Art. 8º - Perde o direito de sócia toda aquela que estiver em atraso de três mensalidades.

§ único. - A sócia, que incorra nesta penalidade, pode ser readmitida, quando a direcção assim o entenda e logo que satisfaça as mensalidades em atraso.

Art. 9º - Nenhuma sócia poderá ser vexada ou desconsiderada pelas suas crenças, sejam elas quais forem.

Art. 10º - As sócias têm direito:

1º - A assistir a todas as reuniões da assembleia geral.

2º - A fazer conferências sobre qualquer assunto de interesse geral, com prévia autorização da direcção.

3º - A receber gratuitamente todas as publicações que a associação fizer.

4º - A examinar os livros e mais documentos pertencentes à Associação, na época para isso designada.

5º - A gozar todos os direitos que lhes confere os estatutos e bem assim aqueles que forem criados pela direcção ou por determinação da assembleia geral.

Art. 11º - Compete a todas as sócias:

1º - Concorrer, quanto lhes seja possível, para o engrandecimento da Associação, aceitando e cumprindo as suas determinações.

2º - Noticiar à direcção quaisquer desgraças ou injustiças que esta possa, senão remediar, pelo menos atenuar, fazendo convergir para elas a atenção do público.

3º - Proteger, quanto moralmente possam, as famílias das sócias falecidas.

4º - Participar à direcção qualquer acto menos decoroso cometido por uma sócia.

Art. 12º - A sócia, de cuja conduta resulte prejuízo ou deslustre para a Associação, será admoestada, e, em caso de reincidência, expulsa.

§ único. – Esta expulsão será feita pela assembleia geral, devendo nessa sessão ser apresentada a respectiva proposta, da direcção, acompanhada das provas justificativas desse mau procedimento.

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral

Art. 13º - A assembleia geral é a reunião de todas as sócias no gozo dos seus direitos, e nela residem todos os poderes sociais.

Art. 14º - A assembleia geral funcionará estando presentes qualquer número de sócias, contando que os corpos gerentes não constituam a maioria.

Art. 15º - A assembleia geral será convocada com três dias de antecedência, pelo menos, excepto nos casos urgentes, por meio de anúncios publicados em dois jornais de maior publicidade ou por convite directo às sócias ordinárias, sendo a ordem do dia designada nos anúncios convocatórios.

Art. 16º - Na assembleia geral só podem discutir-se assuntos que respeitem aos fins da associação dados para ordem do dia, em harmonia com as leis do país e consoante o que dispõem os presentes estatutos.

§ único. – Em regra, as sessões sociais são públicas, mas a mesa pode, na convocação ou no decurso delas, declará-las secretas e privativas das sócias.

Art. 17º - Das deliberações da assembleia geral lavrar-se-ão actas, que serão lançadas no livro respectivo.

Art. 18º - As decisões da assembleia geral tomam-se por maioria absoluta de votos.

§ único. – Se à primeira convocação não comparecer o número de sócias estatuído no Art. 14º, será a sessão adiada por oito dias e então funcionará com qualquer número de sócias.

Art. 19º - A mesa da assembleia geral será composta de uma presidente, uma primeira e uma segunda secretária.

Art. 20º - Pertence à assembleia geral nomear as comissões permanentes.

Art. 21º - A mesa da assembleia geral elaborará o regulamento das sessões.

Art. 22º - À presidente compete convocar a assembleia geral; dirigir os trabalhos das sessões, velar pelo cumprimento dos estatutos e enviar à direcção as resoluções da assembleia geral.

CAPÍTULO IV

Da direcção social

Art. 23º - A direcção da Sociedade é permanentemente exercida por uma presidenta, duas secretárias, uma tesoureira, uma vice-presidente e duas vogais.

Art. 24º - Somente podem ser eleitas para membros dos corpos gerentes as sócias ordinárias na efectividade dos seus direitos.

Art. 25º - As vagas, que durante o ano se derem na composição da direcção, não determinam recurso a nova eleição salvo o caso de excederem o número de três ou a vaga se dar no cargo de presidente, porque então será convocada a assembleia geral para os eleger.

Art. 26º - Compete à direcção:

1º - Administrar, ordenar, fiscalizar e regulamentar os serviços sociais;

2º - Executar e fazer executar as disposições dos estatutos e as resoluções sociais, mantendo e defendendo, em harmonia com elas, os interesses, o decore e a boa ordem da associação;

3º - Nomear as comissões extraordinária;

4º - Procurar por todos os meios ao seu alcance o aumento do número de sócias;

5º - Organizar uma biblioteca e gabinete de leitura para uso das sócias;

6º - Requerer a convocação da assembleia geral quando o julgue conveniente;

7º - Deliberar sobre as reclamações que lhe dirigir qualquer das sócias;

8º - nomear e demitir as empregadas da associação.

Art. 27º - A direcção reunir-se-á, em sessão ordinária, duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que a presidente a convoque.

§ único. - A direcção elaborará os regulamentos internos da associação.

Art. 28º - Compete à presidente:

1º - Velar pelo cumprimento dos estatutos e regulamentos;

2º - Presidir às reuniões da direcção e dirigir as discussões;

3º - Representar a direcção nos actos internos e externos;

4º - Convocar as reuniões da direcção.

Art. 29º - A vice-presidente substitui a presidente nos seus impedimentos.

Art. 30º - Compete à secretária:

1º - Assinar toda a correspondência da direcção;

2º - Redigir as actas das sessões da direcção;

3º - Dar conta à direcção e à mesa da assembleia geral de todos os officios e comunicações enviadas que tenham de ser objecto da deliberação da associação;

4º - Convocar as sessões da direcção em nome da presidente;

5º - Inscrever num livro o movimento da entrada e saída das sócias e redigir um relatório anual do estado da corporação e dos trabalhos que se tenham realizado, o qual lerá na penúltima sessão da assembleia geral.

Art. 31º - A segunda secretária substitui a primeira secretária nos seus impedimentos.

Art. 32º - A tesoureira será responsável por todos os fundos da associação, escriturando num livro a receita e a despesa. Não fará pagamento algum sem ordem da presidente; assinará os recibos das quotas mensais das sócias, procurando a maior pontualidade na cobrança dos mesmos. Apresentará todos os meses à direcção uma nota da receita e despesa do mês anterior e anualmente entregará à comissão económica uma conta geral que, depois de examinada por esta, será pela direcção apresentada à assembleia geral.

Art. 33º - Compete às vogais substituir por designação da presidente, os diferentes cargos da direcção e executar o que lhes for determinado pelos regulamentos internos.

CAPÍTULO V

Art. 34º - A eleição da mesa da assembleia geral e da direcção realizar-se-á na última sessão do ano.

§ 1º - A eleição será de escrutínio secreto.

§ 2º - A lista designará adiante dos nomes das sócias os cargos para que são eleitas.

§ 3º - As sócias correspondentes poderão fazer-se representar na assembleias gerais, por sócias ordinárias, mediante cartas colectivas ou individuais escritas e assinadas pelas próprias.

- A) As assinaturas das cartas devem ser reconhecidas; porém, quando as circunstâncias não permitam fazê-las reconhecer, deverão juntar-lhes o recibo do último mês.
- B) As sócias munidas de procuração, nos termos do § 3º deste artigo, dispõem somente do máximo de três votos contando o seu.

CAPÍTULO VI

Da revisão dos estatutos

Art. 31º - Os estatutos podem ser revistos ou alterados em assembleia geral por proposta da direcção ou de 20 sócias ordinárias em efectividade dos direitos, indicando precisamente as disposições a rever e alterar.

CAPÍTULO VII

Da dissolução e liquidação

Art. 36º - Dada a dissolução da associação, o espólio, depois de saldada as dividas da associação, será dividido pela forma que a assembleia geral, para tal fim convocada, determine, tendo especialmente em vista que a distribuição dos fundos seja feita pelas sócias necessitadas, se as houver, ou pelos órfãos das falecidas.

Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas¹

CAPÍTULO I

Dos fins e sede da Cruzada

Artigo 1º - A Cruzada das Mulheres Portuguesas é uma instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitem por motivo do estado de guerra com a Alemanha.

Art. 2º - A Cruzada tem a sua sede em Lisboa.

§ único. Em todo o território da República Portuguesa e ainda em território estrangeiro poderão organizar-se subcomissões que, obedecendo ao mesmo fim da cruzada, com ela colaborem.

CAPÍTULO II

Dos associados, seus direitos e obrigações

Art. 3º - Os associados são de três espécies:

- a) sócios fundadores;
- b) sócios efectivos;
- c) sócios auxiliares.

§ único. Uns e outros sócios são obrigados, no acto da inscrição, à contribuição para o fundo social com uma quota não inferior a 1\$, e a adquirir um exemplar destes estatutos.

Art. 4º - São considerados sócios fundadores aqueles que fazem parte das comissões e subcomissões já organizadas, bem como todos que à ata da aprovação dos estatutos satisfizerem a sua quota de adesão.

Art. 5º - Somente podem ser sócios efectivos as mulheres portuguesas de qualquer idade.

Art. 6º - Podem ser sócios auxiliares todas as demais pessoais de ambos os sexos, de qualquer nacionalidade, e ainda as colectividades legalmente constituídas.

§ único. Individualmente, os membros das colectividades que aderirem à Cruzada não são considerados sócios senão pagando a sua quota.

¹ *Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

Art. 7º - São direitos de todos os sócios:

- a) tomar parte na assembleia geral e intervir na discussão;
- b) propor novos sócios.

Art. 8º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores e efectivos:

- a) tomar parte das votações;
- b) serem elegíveis e eleitores para os cargos e comissões da Cruzada.

Art. 9º - São deveres dos sócios fundadores e efectivos:

- a) Exercerem os cargos e comissões sociais para que forem eleitos;
- b) Satisfazer a quota mensal, cuja importância mínima será de \$10.

Art. 10º - São deveres dos sócios auxiliares:

- a) Desempenharem as missões para que forem escolhidos ou designados;
- b) Fazerem a propaganda e promoverem o desenvolvimento da obra da Cruzada;

Art. 11º - Os sócios que se inscreverem no quadro especial do pessoal voluntário para serviço em tempo de guerra, tais como médicas, farmacêuticas, enfermeiras, etc., ficam sujeitas ainda às seguintes obrigações:

- a) Conformarem-se com os regulamentos da Cruzada sobre a especialidade do seu serviço;
- b) Comparecerem às reuniões de instrução, às provas e aos exercícios, para que forem convocadas.

Art. 12º - Pela assembleia geral, sob proposta da Comissão Central, poderão ser proclamados sócios beneméritos todas as pessoas que, por serviços relevantes à instituição, se tornem merecedoras dessas distinção.

CAPÍTULO III

Dos cargos e comissões

Art. 13º - Haverá os cargos seguintes:

- a) Presidente geral da Cruzada;
- b) Vice-presidente geral da Cruzada;
- c) Secretária geral da Cruzada;
- d) Duas secretárias;
- e) Duas secretárias substitutas;
- f) Tesoureira.

§ único. Todos estes cargos são eleitos trienalmente podendo ser reconduzidos.

Art. 14º - Compete à presidente geral da Cruzada:

1º Fazer cumprir os estatutos e as deliberações da assembleia geral;

2º Convocar as reuniões da assembleia geral, presidindo a elas;

3º Superintender em todos os actos e serviços da Cruzada, fiscalizando a sua execução, directamente e ainda por delegada da sua escolha;

4º Aceitar ofertas à Cruzada ou a qualquer das suas comissões quer sejam de donativos quer de trabalho;

5º Representar a Cruzada.

Art. 15º - À vice-presidente compete substituir a presidente nos seus impedimentos.

§ único. No impedimento simultâneo da presidente e da vice-presidente serão as suas funções exercidas pela presidente da comissão administrativa.

Art. 16º - Compete à secretária geral da Cruzada:

1º Organizar a escrituração e expedir a correspondência da Cruzada;

2º Inscrever em livro próprio todos os sócios;

3º Fazer o registo de todas as ofertas à Cruzada;

4º Fazer registo de todas as subcomissões, nacionais e estrangeiras, segundo as indicações da comissão de propaganda;

5º Desempenhar todos os demais encargos que lhe são cometidos segundo as indicações da presidente geral da Cruzada, ou pela assembleia geral.

§ único. Nos seus impedimentos a secretária geral será substituída por uma das secretárias ou por uma delegada da presidente.

Art. 17º Para a realização metódica e regular efectivação dos estatutos da Cruzada haverá as seguintes comissões:

1º Comissão central;

2º Comissão administrativa;

3º Comissão de propaganda e organização de trabalhos;

4º Comissão angariadora de donativos;

5º Comissão hospitalar;

6º Comissão de enfermagem;

7º Comissão de assistência aos militares mobilizados;

8º Comissão de assistência às mulheres dos mobilizados;

9º Comissão de assistência aos filhos dos mobilizados em campanha.

§ único. Todas estas comissões são de eleição trienal.

Secção I

Da comissão central

Art. 18º A comissão central é constituída pelas individualidades designadas no artigo 13º e pelas presidentes das restantes comissões, designadas no artigo 16º, e compete-lhe:

1º Reunir sempre que seja convocada pela presidente geral da Cruzada para emitir parecer sobre os assuntos que por esta lhe forem propostos;

2º Resolver todas as divergências de competência ou quaisquer outras que surjam entre as comissões.

§ único. Das deliberações desta comissão haverá recurso para a assembleia geral.

Secção II

Da comissão administrativa

Art. 19º À comissão administrativa compete:

1º Arrecadar e gerir os fundos da Cruzada, nos termos indicados no capítulo V destes estatutos;

2º Receber e armazenar convenientemente as roupas e todos os artigos ou géneros oferecidos à Cruzada ou entregues à sua guarda pelas diversas comissões, estabelecendo com estas contas correntes.

Secção III

Da comissão de propaganda e organização de trabalhos

Art. 20º A esta comissão compete:

1º Fazer pela imprensa periódica, por conferências, publicações e todos os meios ao seu alcance a maior propaganda da Cruzada;

2º Organizar as subcomissões nacionais e estrangeiras, e estar em comunicação directa com elas;

3º Auxiliar as outras comissões quando esse auxílio for solicitado e obter directamente das mesmas comissões todos os esclarecimentos necessários para efeitos de propaganda.

Secção IV

Da comissão organizadora de donativos

Art. 21º - A esta comissão compete:

1º Promover festas, quermesses, vendas avulsas, tómbolas, rifas, subscrições e tudo o mais que julgue conveniente para conseguir fundos;

2º Angariar subscritores para a Cruzada;

3º Aceitar as festas que especialmente forem oferecidas à Cruzada, fazendo-se representar nelas.

Secção V

Da comissão hospitalar

Art. 22º - Compete à comissão de hospitalização prover quanto possa em tudo o que diz respeito à hospitalização dos feridos e convalescentes de guerra.

Secção VI

Da comissão de enfermagem

Art. 23º - Compete à comissão de enfermagem criar cursos de enfermagem tendentes principalmente a levantar o nível moral dos profissionais.

Secção VII

Da comissão de assistência aos militares mobilizados

Art. 24º - Compete a esta comissão:

1º Organizar a assistência aos mobilizados, fornecendo-lhes roupas, agasalhos, etc.;

- 2º Estabelecer a comunicação deles com as respectivas famílias por intermédio do correio ou por outra qualquer forma;
- 3º Proteger e auxiliar os doentes;
- 4º Empregar os mutilados, criando asilos onde adquiram profissão compatível com o seu estado, auxiliando a colocação das suas mulheres e filhos.

Secção VIII

Da comissão de assistência às mulheres dos mobilizados

Art. 25º - Compete a esta comissão:

- 1º receber comunicação sobre o desamparo moral e material das mulheres-esposas, mães, filhos, irmãs, solteiras e pupilas, dos que, por motivo de guerra, delas se tenham separado, prestando-lhes a possível assistência.

Secção IX

Da comissão de assistência aos filhos dos mobilizados ou em campanha

Art. 26º - Compete a esta comissão:

- 1º Promover a colocação das crianças em creches, lactários e escolas, o seu internato em instituições apropriadas já existentes ou em casas particulares e conceder-lhes subsídios;
- 2º Fundar lactários, creches e escolas infantis;
- 3º Dar assistência às crianças hospitalizadas;
- 4º Exercer vigilância sobre as crianças assistidas, providenciando quanto à sua situação material, intelectual e moral.

Secção X

Disposições gerais

Art. 27º - Cada uma das Comissões tem existência autónoma e independente na sua esfera de acção embora disciplinadas e orientadas no mesmo humanitário intuito e no

mesmo fim patriótico para que foram criadas. Por isso compete-lhes isolada e livremente:

- 1º Angariar por todos os meios ao seu alcance as receitas para os seus fundos privativos;
- 2º Promover e organizar quaisquer festas com ou sem colaboração da Comissão organizadora dos donativos, mas pedindo-lhe em qualquer caso prévia autorização a fim de não prejudicar as de iniciativa daquela Comissão;
- 3º Organizar os serviços a seu cargo e ordenar as despesas necessárias;
- 4º Agregar a si e nomear as pessoas que julgar convenientes para o desempenho da sua missão;
- 5º Fazer um relatório anual dos seus trabalhos e o balanço das suas contas privativas;
- 6º As subcomissões têm também, como as Comissões Centrais, de fazer o seu relatório anual, devendo ser enviado com um mês de antecedência para serem estudados pela Comissão de Propaganda, e incluídos no seu relatório, a apresentar na assembleia geral anual a 9 de Março. As subcomissões têm existência autónoma, ligando-se à Cruzada, pela cota de adesão colectiva, ou individual de todos os membros devendo adquirir um exemplar dos estatutos;
- 7º As subcomissões ou núcleos que se formem na província têm por fim secundar em todo o país a acção das Comissões Centrais desenvolvendo, quanto possível, a assistência local às famílias dos mobilizados e interessando-se pelos trabalhos regionais protegendo as pequenas indústrias, principalmente femininas e a agricultura;
- 8º Nas terras onde se formar mais de uma subcomissão devem aliar-se e auxiliar-se mutuamente;
- 9º As subcomissões têm de pagar a quota anual do mínimo de 1\$20 como os sócios efectivos, só tendo direito a ter representação nas assembleias gerais as subcomissões que tenham em dia o pagamento desta quota.

CAPÍTULO IV

Da assembleia geral

Art. 28º - A assembleia geral é a reunião de todos os sócios da Cruzada, maiores de dezoito anos no gozo dos seus direitos.

Art. 29º - A assembleia geral terá uma sessão ordinária anual, no dia 9 de Março, aniversário da declaração de guerra, destinada a apreciar o estado da Cruzada, e a proceder à eleição dos cargos e das comissões, quando deve ter lugar.

Art. 30º - A assembleia geral reúne extraordinariamente:

1º Por determinação espontânea da presidente geral da Cruzada sempre que o julgar necessário;

2º Por solicitação feita à presidente geral da Cruzada, de qualquer das comissões;

3º Por solicitação feita à presidente geral da Cruzada de pelos menos cinquenta sócios efectivos.

§ único. Nas assembleias extraordinárias poderão sempre tratar-se de todos os assuntos que interessem à Cruzada.

Art. 31º - Compete à assembleia geral:

1º Alterar as disposições destes estatutos;

2º Eleger todos os cargos e comissões;

3º Discutir e aprovar todas as contas, relatórios, balanços, etc.;

4º Providenciar sobre todos os casos não previstos nestes estatutos e nos regulamentos;

5º Resolver todos os recursos das deliberações da comissão central;

6º Conhecer e decidir de tudo o que diga respeito aos interesses da Cruzada.

Art. 32º A mesa da assembleia geral é constituída pela presidente geral da Cruzada, das suas secretárias, competindo-lhe dirigir os trabalhos da assembleia, organizar as actas e dar expediente à correspondência.

CAPÍTULO V

Dos fundos da Cruzada

Art. 33º - Haverá um fundo da Cruzada ao qual pertence:

1º Todas as receitas obtidas pela comissão angariadora de donativos;

2º As quotas dos sócios;

3º Todos os donativos feitos à Cruzada para o seu fundo geral;

4º A quota anual paga pelas subcomissões, nos termos do nº 9º do artigo 27º.

§ 1º Este fundo é destinado a subvencionar as despesas das diversas comissões, e a suprir os seus *deficits* sempre que os fundos próprios dessas comissões não cheguem para as suas necessidades.

§ 2º As subvenções e o quantitativo delas são fixadas pela comissão central o mais equitativamente possível, entre todas as comissões.

Art. 34º - Cada uma das comissões, com exceção da Comissão Central, poderá ter o seu fundo próprio e privativo;

§ 1º Os fundos privativos destas comissões não poderão ser desviados do seu fim especial, salvo caso de acordo expresso entre as duas ou mais delas.

§ 2º No caso de dissolução de qualquer destas comissões, o seu fundo privativo reverterá a favor do fundo geral da Cruzada.

Art. 35º - Para o recebimento e guarda do fundo geral, e dos fundos privativos das comissões, haverá um único cofre a cargo da comissão administrativa.

§ único. As entradas e saídas das importâncias pertencentes aos fundos privativos das comissões, serão escrituradas em conta corrente.

Art. 36º - Às subcomissões é facultado aplicarem nas suas localidades os fundos que adquirirem ou remetê-los à comissão administrativa para o fundo geral da Cruzada ou para o fundo privativo de qualquer das comissões.

Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas¹

CAPÍTULO I

Art. 1º - O «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» é uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa.

Organizada para estar em comunicação, por via federativa, com os «Conselhos Nacionais» femininos dos diversos países, segue, sob o ponto de vista geral, os princípios que orientam os demais «Conselhos».

A sua sede é em Lisboa.

CAPÍTULO II

Fins e meios de acção

Art. 2º - O seu fim principal é reunir numa vasta associação (federação) as agremiações femininas portuguesas, que se ocupem da mulher e da criança, esforçando-se por estabelecer a harmonia e bom entendimento entre todas, dispensando-lhes o seu apoio moral.

E, ainda, defender tudo que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente a proletária; remuneração equitativa e exigência de trabalho; protecção à criança contra os maus tratos e exigência de trabalho superior às suas forças; higiene das grávidas e puerperas; repressão do tráfico das brancas; [...]

Pôr, enfim, incondicionalmente o seu esforço ao serviço de todas as ideias, que possam concorrer para o bem-estar da mulher em particular, e da humanidade em geral.

Art. 3º - Constituem seus meios de acção:

O boletim em brochura;

Organização de conferências públicas.

¹ Cf. *Alma Feminina*, Novembro de 1914. Devido ao mau estado em que se encontra o exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, não nos é possível apresentar o documento por completo.

CAPÍTULO III

Das sócias

Art. 3º - Para poder pertencer ao «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» é preciso:

- a) bom comportamento e reputação ilibada.
- b) possuir a cultura de espírito indispensável para compreender o alcance social da instituição.

[...]

Art. 5º - As sócias dividem-se em:

- a) sócias fundadoras: as pessoas que fazem parte da comissão de iniciativa (Quota anual 1 escudo e 20 cêntimos)
- b) sócias honorárias: individualidades que por terem prestado serviços relevantes à associação [...] o «Conselho» entenda [...] distinguir (Gratuito)
- c) sócias delegadas: as representantes das associações (Quota anual de 2 escudos)
- d) sócias auxiliares todas as pessoas, homens ou mulheres, que desejem aderir a esta colectividade (Quota anual mínima 1 escudo e 20 centavos).

Art. 6º - Perde-se a qualidade de sócio:

- a) por falta de pagamento de quotas durante três meses.
- b) Por motivos que o «Conselho» considere graves.

Art. 7º - Mediante o pagamento da respectiva quota todas as agremiações femininas do país podem aderir. E bem assim quaisquer sociedades mistas, que tenham por fim proteger a mulher ou a criança, desde que dessas instituições faça parte, pelo menos, um grupo de dez mulheres.

§ único - As sociedades que desejarem pertencer ao «Conselho Nacional» devem dirigir, por escrito, o eu pedido à «Comissão Executiva», fazendo acompanhar a requisição de um relatório resumido dos seus trabalhos. A «Comissão» apresenta esses

pedidos na próxima reunião do «Conselho Nacional», o qual votará a aprovação ou rejeição.

Art. 8º - Cada associação terá uma representante efectiva devendo nomear uma outra suplente para substituir a primeira na falta desta.

§ único – Não podem ser aceites como delegadas, pessoas consideradas incompatíveis com alguns dos membros do Conselho Administrativo.

REPRESENTAÇÃO ENTREGUE AO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA PELA «LIGA REPUBLICANA DAS MULHERES PORTUGUESA»¹

Cidadãos:

A «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», interpretando as aspirações da minoria culta das mulheres deste país, e o sentir, embora inexpresso, da sua quase totalidade, mergulhada na mais crassa ignorância e na mais culposa atonia, resolveu na sua assembleia geral de 19 do corrente vir até vós, singelamente e democraticamente, para apresentar ao Governo Provisório da República as reclamações que mais urgentemente se fazem necessária para entrarmos decisivamente num caminho largo e progressivo de renovação social.

A situação da mulher em Portugal é, perante as leis e os costumes, a mais deprimente e vexatória para seres livres, mas nós não vimos expor teorias e problemas floreando estilo, vimos, apresentando as nossas justa queixas, reclamar aquilo que é do nosso mais imediato interesse, mas interessa também a toda a colectividade portuguesa.

As nossas palavras são simples, justas, concretas, resumindo cada uma delas uma aspiração libertadora, que em si contém séculos de servidão, sofrimento e vexame.

Nós vimos pedir ao Governo Provisório da República, que é o legítimo Governo do Povo, eleito pelo esforço redentor de todos os que verdadeiramente amam a terra portuguesa, as leis que mais correspondem às necessidades imediatas da família e da mulher, individualmente, cidadã livre de uma pátria livre e respeitada.

¹ Osório, Ana de Castro, *As Mulheres no Casamento e no Divórcio*,

Para que a mulher portuguesa possa ocupar o lugar que nas sociedades modernas lhe cabe, necessário se torna que saia pela força impulsionadora das leis do impasse onde a monarquia a conservou, por dilatados e criminosos dias.

Assim, sem querermos alongar-nos em considerações que estão no ânimo de todos os seres conscientes, passamos a resumir as nossas, por agora, bem modestas aspirações.

1ª - Entregando, com esta, as folhas de assinaturas que a nossa propaganda conseguiu obter para reclamar a lei do *Divórcio*, não precisamos de acrescentar quanto tal lei se nos afigura de urgente necessidade para moralizar a sociedade portuguesa, hipócrita e dissoluta como são todas aquelas em que o espírito reacionarista domina.

O *Divórcio* é a lei mais urgente de quantas são pedidas pelos cidadãos portugueses. E neste pedido não são somente concordes os republicanos e livres-pensadores, por quanto nas listas encontrareis os nomes bem conhecidos de homens de todos os partidos do velho regime, de todas as profissões e crenças. Estas listas, que contém centenas de nomes, representam muito, obtidas, como foram, numa época de asfixiante tirania moral. Hoje essas listas seriam rapidamente cobertas por milhares de assinaturas. Assim servem melhor, e assim vô-las entregamos, para a história da nossa propaganda pela Liberdade, e pela República, o seu símbolo entre nós.

2ª - A «Liga Republicana de Mulheres Portuguesas» entende que a revisão imediata do *Código Civil*, essa velha legislação eivada do férreo espírito romano, que de modo algum corresponde às aspirações e ideais da sociedade em que vivemos, se impõe sem delongas. Mas desde já entendemos que devem ser eliminados os artigos seguintes, que mais vexatórios são para a mulher portuguesa dentro da família e da sociedade.

Assim os artigos 1185, que manda às cegas a mulher *prestar obediência ao marido*, e o 1189, que a *obriga a acompanhá-lo*, não podem subsistir nas leis da República.

O 1187, que proíbe a mulher de escrever sem autorização marital, cai por si, tão ridículo se tornou já. No entanto, lá está no Código, e dele é necessário que saia; assim como não pode subsistir aquele que manda que à mulher seja necessária autorização do marido para exercer qualquer indústria, comércio ou emprego.

O artigo 1189, que dá a administração dos bens do casal ao marido, é a mais sangrenta das afrontas ao critério feminino.

Nós pretendemos desde já que a mulher administre os bens próprios, que seja senhora do dinheiro pelo seu trabalho angariado, e que a separação dos bens de casal seja a lei comum do país, fazendo-se o contrário só por disposição especial dos cônjuges, ante ou post-nupcial.

Os artigos 1191 e 1193, que proíbem a mulher de adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, ou fazer dívidas sem autorização do marido, agravados pelo artigo 1114, que ao homem dá todos os direitos, não podem continuar a existir, que isso seria uma vergonha para a República vigente.

3ª - Todos os artigos que se referem ao *poder paternal* são vexatórios enquanto a mãe o não tiver igual, apelando-se para o juiz em caso de desacordo, ou para o conselho de família.

A mulher requer para si o sagrado direito de olhar, tanto como o pai, pela educação dos seus filhos, não querendo o seu nome eliminado em documentos de estudo oficial, como não prescindindo dos seus direitos de tutoria em igualdade de circunstâncias.

Também não pode a mulher tolerar que os conselhos de família sejam formados por dois membros do lado materno e três do paterno, como preceitua o artigo 207º, antes deve ser formado por dois membros de cada família e o quinto eleito por acordo dos quatro, ou escolhido pelo juiz em caso de divergência.

Repugnante é também que o artigo 200º, e seus parágrafos, preceituem a preferência dos tutores pela linha paterna.

De justiça é que a mulher exerça lugar de tutora e pró-tutora tanto dos filhos e netos, nos mesmos termos do homem, como de quaisquer outros menores ou interditos, quando para o exercer sej ajulgada com capacidade intelectual e moral.

A investigação da paternidade ilegítima, proibida criminosamente pelo artigo 130º do Código Civil, é daquelas leis sagradas que nenhum homem de consciência pode prolegar. Mas a sua falta torna-se tanto mais odiosa quanto é injusto o artigo 131º, que permite a investigação da maternidade, quando é a mulher que mais sofre perante a hipocrisia social com a apresentação de um filho ilegítimo, quando é a mulher, que, esbulhada de todos os empregos e profissões rendosas, ineducada e impotente para o trabalho honesto, mal tem com que se alimentar a si quanto mais alimentar os filhos, sem o auxílio masculino.

4ª - Insurgimo-nos nós, as mulheres, contra a excepção odiosa que nos inibe ser testemunhas instrumentárias, sendo certo qe a mulher, mormente no povo, é que em regra influe nas opiniões e depoimentos dos homens. Não se compreende que o Código ache capacidade na mulher para ser testemunha de crime, de que pode resultar a condenação do seu semelhante, e lhe negue competência para testemunhar qualquer acto da vida civil, como testamentos, títulos de dívida, doações, etc., etc. Que a mulher não possa ser testemunha em actos da vida que d eperto se prendem com a família, como o

casamento e o *baptizado* civis, é tanto mais estranhável quanto a própria igreja católica a aceita como idónea nos mesmos actos por ela realizados.

Condenável é também que a mulher não possa estar em juízo sem autorização do marido, como preceituam o artigo 1193º e seguintes, todos atentatórios da dignidade humana, assim como não possa representar em juízo senão os filhos e netos de que for tutora e as causas próprias, isto quando as escolas não podem ser-lhe defesas e a mulher advogada se apresentará amanhã no tribunal, colocando os juizes numa situação ridícula. Igualmente é condenável que pelo artigo 890º à mulher seja defeso prestar fiança por outrem.

Mais pretende a mulher que o *júri*, como instituição livre que é, uma das poucas que se conseguiu manter apesar de todo o ódio reaccionário de que foi vítima, seja daqui para o futuro constituído por indivíduos dos dois sexos, principalmente nas causas em que directamente forem interessadas mulheres e crianças.

5ª - Nada para estranhar seria, antes, pelo contrário, seria muito justo, que as mulheres portuguesas, a cento e tantos anos depois da grande revolução francesa, fizessem suas as palavras do honesto e imortal Condorcet perguntando, indignado, À Assembleia Nacional: - em nome de que princípio eram as mulheres afastadas das funções políticas, visto que as palavras *representação nacional* significam o governo da nação e as mulheres dela fazem parte tanto como os homens?!

Desejando, porém, que fique bem assente que em princípio nós achamos de toda a justiça que o sufrágio universal se estabeleça o mais depressa possível, com igualdade de direitos para homens e para mulheres, parecendo-nos injusto que se negue o voto à mulher a pretexto de que é ignorante, sabendo-se bem que o homem do povo não o é menos no nosso país, sem que por isso lhe seja tirada essa prerrogativa – nós pedimos por agora, e para de modo algum entravar o governo na República, o voto apenas para

toda a mulher que, sendo comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário, escritora, etc., tem todo o direito de exercer vigilância directa na vida política do seu país. Isto é tanto mais fácil de ser concedido quanto é certo que as mulheres que estão nessa situação especial são, infelizmente, bem raras em Portugal.

E na mesma sequência de ideias, nós pedimos o direito de eleger e ser elegíveis para os cargos municipais, onde, sem dúvida, a mulher portuguesa há-de prestar os mesmos relevantes serviços que em outros países mais avançados as suas colegas vêm prestando à colectividade, sendo elementos progressivos e moralizadores.

O mesmo se deve entender com todos os cargos da Assistência Pública, que tão tristemente abandonada tem estado entre nós, e onde a mulher pode e deve exercer a mais útil e benéfica das acções, auxiliando o governo da República em muita coisa, principalmente na resolução do problema da mendicidade das ruas, esse resíduo infamante de uma sociedade em putrefacção, esse crime social principalmente odioso quando se trata da exploração dos menores, vítimas inocentes da maldade e da estupidez dos grandes.

Mais reclamamos contra as leis que abusivamente fecham às mulheres determinadas carreiras, ou, dentro das que lhes são permitidas, como as de telegrafistas, correios, professorado, etc., não lhes consentem, em legal concorrência com o homem, alcançar os lugares superiores.

6ª - Não podemos por agora fechar a série das nossas reclamações imediatas, sem protestar com todo o ardor da nossa alma contra a prostituição legalizada, essa medida degradante que imprime a uma parte da humanidade o ferrete da maior das ignominias.

Nós não podemos desejar que a República, pela qual trabalhamos como a libertadora, a justiceira, a purificadora da pátria Portuguesa, tão nossa amada, mantenha como lei essa abjecção, que torna o Estado o guarda e o cobrador do dinheiro miserável dessa infamíssima escravatura branca.

Enquanto o género humano consentir tal degradação, que rebaixa toda a mulher e não eleva o homem, nós não podemos deixar de levantar o nosso protesto e gritar a nossa revolta.

Nós, as mulheres, temos mais do que vós o direito de protestar neste sentido, porque, embora desgraçadas, embora envilecidas, essas míseras criaturas (a maior parte das vezes vítimas da sociedade, que as abandonou, as perverteu, e por cima as despreza) pertencem ao nosso sexo.

Eis aqui, cidadãos, o que a «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas» nos encarregou de vir expor ao vosso autorisadíssimo critério e superior resolução patriótica, como *minimum* das nossas aspirações e reclamações, que se nos afigura, mais fácil e prontamente exequíveis.

A Comissão:

Ana de Castro Osório.

Dr^a Carolina Beatriz Ângelo.

Maria Veleza.

Inês da Conceição Conde.

Adelina da Glória Pallete Berger.

LEI DO DIVORCIO

LEI DO DIVORCIO

O Governo Provisório da Republica Portuguesa, em nome da Republica faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

CAPITULO I

Da dissolução do casamento

Artigo 1.º O casamento dissolve-se :

- 1.º Pela morte de um dos cônjuges ;
- 2.º Pelo divorcio.

Art. 2.º O divorcio, autorizado por sentença passada em julgado, tem juridicamente os mesmos efeitos da dissolução por morte, quer pelo que respeita ás pessoas e aos bens dos cônjuges, quer pelo que respeita á faculdade de contrahirem novo e legítimo casamento.

Art. 3.º O divorcio pode sêr pedido só por um dos cônjuges ou por ambos conjuntamente. No primeiro caso diz-se divorcio litigioso ; no segundo caso diz-se divorcio por mutuo consentimento.

CAPITULO II

Do divorcio litigioso

SECÇÃO I

Das causas e processo do divorcio litigioso

Art. 4.º São taxativamente causas legítimas do divorcio litigioso :

- 1.º O adulterio da mulher ;

2.º O adultério do marido;
3.º A condenção definitiva de um dos cônjuges a qualquer das penas maiores fixas dos artigos 55.º e 57.º do Código Penal;

4.º As sevícias ou as injurias graves;

5.º O abandono completo do domicilio conjugal por tempo não inferior a três annos;

6.º A ausencia, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a quatro annos;

7.º A loucura incuravel quando decorridos, pelo menos, três annos sobre a sua verificação por sentença passada em julgado, nos termos dos artigos 419.º e seguintes do Código do Processo Civil;

8.º A separação de facto, livremente consentida, por dez annos consecutivos, qualquer que seja o motivo dessa separação;

9.º O vicio inveterado do jogo de fortuna ou azar;

10.º A doença contagiosa reconhecida como incuravel, ou uma doença incuravel que importe aberração sexual.

§ 1.º O divorcio fundado no n.º 3.º deste artigo só pode ser pedido se o cônjuge, que o solicita, não houver sido condemnado como co-auctor ou cúmplice do crime de que resultou a condemnção do outro cônjuge.

§ 2.º Se o divorcio for pedido com fundamento nos numeros 3.º e 7.º deste artigo, o réu será representado na respectiva acção pelo Ministerio Público; e tambem este o representará nos casos dos n.ºs 5.º e 6.º, se o réu não comparecer ou não se fizer representar depois da citação que nesses casos deve ser-lhe feita nos termos de direito.

§ 3.º No caso do n.º 8.º, a prova será restricta ao facto da separação, sua continuidade e duração.

§ 4.º No caso do n.º 10.º a acção não pode propôr-se sem que a natureza e os caracteres da doença incuravel sejam verificados em exame prévio realisado nos termos dos artigos 247.º e 260.º do Código do Processo Civil.

Art. 5.º A acção de divorcio será proposta, ou no juizo

do domicilio, ou no da residencia do auctor; mas se este residir em país estrangeiro, a respectiva acção será proposta na comarca de Lisboa.

Art. 6.º No requerimento em que deduzir a acção, o auctor alegará precisamente algum dos factos classificados no artigo 4.º como causa legítima de divorcio, juntando certidão de casamento, e, quando o pedido se fundar em qualquer dos factos constantes dos n.ºs 3.º e 7.º do mesmo artigo, certidão da respectiva sentença com trânsito em julgado.

§ unico. No mesmo requerimento alegará o auctor o que entender de seu direito acerca do destino dos filhos menores, havendo-os, dos alimentos deste e de qualquer outro ponto que seja necessario regular a respeito dos filhos comuns.

Art. 7.º O pedido que não vier fundamentado e documentado nos termos do artigo antecedente, será indeferido, e desse despacho poderá o requerente interpor recurso de agravo, que subirá nos proprios autos.

Art. 8.º Deferido o pedido, seguirá a acção até á sentença final, os termos do processo ordinario, com as seguintes modificações:

1.º Todas as excepções serão deduzidas na contestação, e todas as nulidades, incluindo as insupríveis, salvo a da falta de primeira citação, serão arguidas e julgadas nos prazos e termos dos artigos 132.º e seguintes do Código do Processo Civil.

2.º Não poderão depôr mais de cinco testemunhas a cada facto, e o numero total dellas, para cada uma das partes, não poderá exceder a trinta.

3.º São admissíveis depoimentos por carta precatória ou rogatoria, que possa cumprir-se dentro do prazo maximo de seis meses, sendo, porém, a parte que os requer obrigada a declarar expressamente os factos a que as testemunhas têm de depôr.

4.º Os exames directos são permitidos ainda mesmo no caso do n.º 10.º do artigo 4.º, apreciando-se a prova,

que delles e dos anteriores resultar, nos termos do artigo 2419.º do Código Civil.

5.º Finda a produção das provas, cada uma das partes terá vista do processo, por dez dias improrogáveis, Para alegações escritas, no cartorio.

6.º A sentença não fará relatorio nem da questão nem das provas; mas conterá sempre os nomes das partes, a causa do pedido, a disposição de lei applicavel e os fundamentos da decisão, despidos de qualquer comentário.

7.º Se a sentença, que será publicada em audiencia, autorizar o divorcio, na mesma, designando dia e hora, convocará o juiz os cônjuges a uma conferencia, que se realizará dentro do prazo improrogavel de quinze dias, para resolverem acerca do destino dos filhos menores, havendo-os, dos alimentos destes e de qualquer ponto que seja necessario regular a respeito dos filhos comuns.

Art. 9.º Se os cônjuges, por si ou por seus advogados, acordarem acerca de todos ou alguns dos pontos a que se refere o n.º 7.º do artigo anterior, será o acôrdo reduzido a escrito e homologado por sentença, na qual o juiz decidirá os pontos não acordados, se os houver. Se algum dos cônjuges deixar de comparecer, por si ou por seu advogado, ou na falta de acôrdo, decidirá o juiz. Em qualquer dos casos a respectiva sentença será publicada em audiencia.

Art. 10.º Da sentença que autorizar ou negar o divorcio cabe apelação em ambos os efeitos.

Art. 11.º Da sentença que homologar, decidir e homologar, ou puramente decidir, os pontos a que se refere o n.º 7.º do artigo 8.º, nos termos do artigo 9.º, cabe apelação só no efeito devolutivo, restrita á materia não acordada.

Art. 12.º O prazo para a interposição da apelação a que se refere o artigo 10.º conta-se, no caso de negação do divorcio, da publicação em audiencia da sentença respectiva, mencionada no n.º 6.º do artigo 8.º, e, no caso de autorização, da audiencia em que se publicar a sentença a que se refere o artigo 11.º, se houver logar a ella, com-

preendendo a apelação, nesta hipotese, uma ou ambas as sentenças, conforme de uma ou ambas se apelar.

Art. 13.º Sendo autorizado o divorcio pelo tribunal de 2.ª instancia, sobre recurso interposto da sentença que o negou, observar-se-ha igualmente o que fica disposto nos artigos antecedentes acerca dos filhos.

§ unico. Para este efeito baixará traslado quando se interpuser recurso de revista, e a nova apelação, havendo-a, só compreenderá a sentença relativa aos filhos.

Art. 14.º As sentenças e despachos proferidos nas acções de divorcio admitem sempre recurso até ao Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 15.º As acções de divorcio admitem sempre reconvenção, cujos termos serão processados de harmonia com o disposto nos artigos 332.º e seguintes do Código do Processo Civil.

§ unico. A acção principal e a reconvenção serão julgadas como uma só, e a sentença do juiz, que será lançada no processo da acção principal, declarará, quando julgar procedente o divorcio, se autoriza este pelos fundamentos de uma ou de outra acção.

Art. 16.º O Ministerio Público só intervirá nas acções de divorcio quando representar o reu.

Art. 17.º Com excepção da primeira citação para a causa, todas as outras citações ou intimações serão feitas na pessoa dos advogados ou procuradores das partes, ou do Ministerio Público quando representar o réu.

Art. 18.º As acções de divorcio não podem sêr confessadas pelo réu, mas o autor pode dellas desistir até á conclusão para sentença final em 1.ª instancia; e os cônjuges podem sempre reconciliar-se emquanto a decisão final não tiver passado em julgado, quaesquer que sejam os termos e o tribunal em que se encontre.

§ unico. Para os efeitos da última parte deste artigo se lavrará termo no processo, assinado por ambos os cônjuges, ou por seus procuradores com poderes especiaes e expressos, o qual será julgado por sentença ou acórdão.

Art. 19.º Proferida definitivamente sentença autorizando o divórcio, será ella publicada por extracto no *Diário do Governo* e em dois periodicos, havendo-os, da comarca onde a acção tenha seguido seus termos; e será averbada de officio, pelo funcionario competente, á margem do respectivo assento de casamento, remetendo-lhe para esse fim o tribunal respectivo ou apresentando-lhe qualquer interessado a certidão da sentença com transito em julgado.

§ 1.º Se o assento de casamento não constar de registo civil, poderá qualquer interessado fazê-lo transcrever, á vista de certidão extrahida da existente no processo, no registo civil do último domicilio dos conjuges divorciados, ou de qualquer delles, para sêr ahi averbada, nos termos deste artigo, a sentença autorizando o divórcio.

§ 2.º A mulher divorciada não poderá usar, sob pena de desobediencia, o nome ou nomes que lhe tenham provindo do marido.

Art. 20.º A mulher casada pode requerer o deposito judicial, quer como preparatorio, quer como consequencia da proposição da acção de divórcio.

§ 1.º Acêrca do deposito serão observadas as disposições dos artigos 477.º a 481.º inclusive, do Código do Processo Civil.

➔ § 2.º A mulher que, por haver pedido o deposito judicial, tenha de abandonar o domicilio conjugal, pode requerer ao juiz arrolamento dos bens mobiliarios do casal, observando-se neste caso, na parte applicavel, o disposto nos artigos 675.º a 683.º do Código do Processo Civil.

➔ § 3.º A mulher que requerer o deposito judicial, quer seja autora, quer seja ré na acção de divórcio, tem direito a pedir alimentos provisionarios, os quaes serão arbitrados pelo juiz, depois de mandar ouvir ambos os conjuges.

§ 4.º Ao pagamento e á execução por estes alimentos provisionarios são applicaveis os artigos 960.º a 963.º do Código do Processo Civil.

SECÇÃO II

Dos filhos

Art. 21.º Os filhos serão de preferencia entregues e confiados ao cônjuge a favor de quem tenha sido proferido o divórcio.

§ unico. No caso de manifesta inconveniencia de serem os filhos entregues e confiados á guarda de qualquer dos conjuges, serão todos, ou alguns, confiados a terceira pessoa, preferindo-se para esse fim os mais proximos parentes da linha paterna ou materna.

Art. 22.º Em todos os casos, porém, o pai e a mãe conservam sobre os filhos o patrio poder, emquanto delle não fôrem interditos; e têm o direito de vigiar e superintender na educação de seus filhos.

Art. 23.º E' prohibido aos conjuges divorciados renunciar ao patrio poder sobre os filhos, ainda que a beneficio do outro cônjuge; e bem assim é-lhes prohibido estipular qualquer clausula que iniba um delles de vêr, visitar ou receber os seus filhos.

Art. 24.º Tanto o pai como a mãe são obrigados a concorrer para os alimentos dos filhos em proporção dos seus rendimentos e bens proprios.

§ unico. A prestação de alimentos em beneficio dos filhos tem hipoteca legal sobre os bens dos conjuges.

Art. 25.º A dissolução do casamento pelo divórcio não prejudicará os filhos em quaesquer vantagens que lhes estejam asseguradas pela lei, pelos pais ou por terceira pessoa.

SECÇÃO III

Dos bens

Art. 26.º Do divórcio resulta sempre a separação de bens entre os conjuges, adquirindo cada um delles a propriedade plena e livre administração dos que lhe ficarem

pertencendo, podendo sobre elles transacionar livremente e por todas as fórmulas.

§ unico. A separação e partilha de bens entre os cônjuges pode ser feita amigavelmente por meio de escriptura pública, ou judicialmente por inventário nos termos geraes de direito.

Art. 27.º O cônjuge que der causa ao divorcio perderá todos os benefícios que haja recebido, ou haja de receber, do outro cônjuge, quer lhe tenham sido estipulados em contracto antenupcial, quer assegurados posteriormente. Pelo contrário, o cônjuge inocente conserva todos os benefícios que lhe tenham sido assegurados pelo cônjuge culpado, ainda que taes benefícios fôsem estipulados com a clausula de reciprocidade.

§ unico. E' permitido ao cônjuge inocente renunciar ao direito garantido neste artigo; mas, havendo filhos, a renúncia só pode fazer-se a favor destes.

Art. 28.º O divorcio só produz efeitos para com terceiro depois de definitivamente autorizado, e em nada prejudica os direitos adquiridos anteriormente pelos crédores do casal.

SECÇÃO IV

Dos alimentos definitivos

Art. 29.º Qualquer dos cônjuges tem direito a exigir do outro que lhe preste alimentos, se delles carecer.

§ unico. O quantitativo desses alimentos será fixado em harmonia com a necessidade do cônjuge que os recebe, e com as circumstancias do que os presta; mas nunca poderá exceder um terço do rendimento liquido do segundo.

Art. 30.º Os alimentos, a que se refere o artigo anterior, podem ser pedidos pelos cônjuges cumulativamente com a acção de divorcio, ou podem sê-lo posteriormente á sentença que houver autorizado o divorcio.

§ 1.º No primeiro caso previsto neste artigo, o pedido

de alimentos será deduzido por articulado em separado, que o autor apresentará com a petição de divorcio, e o réu com a contestação a ella. Em ambos os casos o pedido pode ser contestado no prazo de três audiencias, a contar para o réu da accusação da citação, e para o autor da apresentação do pedido pelo réu, podendo um e outro replicar e treplicar, respectivamente, no prazo de duas audiencias.

§ 2.º A acção por alimentos, a que se refere o paragrafo anterior, correrá por apenso á acção de divorcio, e os termos della, após os articulados, só proseguirão no caso de vir a ser autorizado o divorcio.

§ 3.º Se os alimentos fôrem pedidos posteriormente ao divorcio, a acção para elles será do mesmo modo apensada á principal.

§ 4.º Em tudo mais estas acções de alimentos seguirão os termos estabelecidos no Código do Processo Civil para as acções ordinarias, com restrições identicas ás dos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do artigo 8.º deste decreto.

Art. 31.º A prestação de alimentos, que fôr fixada, poderá de futuro ser reduzida a requerimento do cônjuge que a presta, provando que por suas circumstancias a não pode continuar a prestar igual, ou que o outro cônjuge, por suas circumstancias, não carece de continuar a recebê-la igual.

§ 1.º Do mesmo modo a prestação primitiva de alimentos pode ser aumentada a requerimento do cônjuge que os recebe, provando que della carece maior e que o outro cônjuge está, por melhora de situação, em circumstancias de a aumentar, contanto que essa melhora não provenha de novo casamento que haja contrahido.

§ 2.º Tanto um como outro pedido serão deduzidos por meio de petição não articulada na acção de alimentos, podendo impugnar-se por embargos no prazo de dez dias a contar da intimação do pedido, mas só serão admitidos depois de decorrido um anno sobre a anterior fixação de alimentos.

Art. 32.º O direito aos alimentos e a obrigação de prestá-los cessam :

1.º Se o cônjuge que os recebe contrahir novo casamento;

2.º Se o cônjuge que os recebe se tornar indigno desse beneficio por seu comportamento moral;

3.º Se o cônjuge que os presta não puder continuar a prestá-los, ou se o que os recebe deixar de os precisar.

§ unico. A cessação dos alimentos nos casos previstos neste artigo é applicavel a fôrma de processo prescrita na primeira parte do § 2.º do artigo antecedente.

Art. 33.º O facto de contrahir novo casamento o cônjuge que presta os alimentos não o exime da obrigação para com o alimentado, nem pode servir-lhe de fundamento para pedir a redução nos termos do artigo 31.º

→ SECÇÃO V

Dos efeitos da não autorização do divorcio

Art. 34.º Se o divorcio afinal não fôr autorizado, não poderá o cônjuge que o pediu requerê-lo de novo com identico fundamento senão passados dois annos, mas não fica inhibido de o solicitar desde logo com fundamento diverso.

§ unico. A não autorização do divorcio, que tiver sido requerido com fundamento em qualquer dos n.ºs 1.º a 4.º, 9.º e 10.º do artigo 4.º, e bem assim a não verificação, em exame prévio, da doença referida neste último numero, constitue presunção de injúria grave para o cônjuge vencedor, e fica sendo fundamento bastante para este solicitar, por sua vez, querendo, o divorcio ou a separação de pessoas e bens contra o cônjuge vencido.

CAPITULO III

Do divorcio por mutuo consentimento

Art. 35.º Só podem obter o divorcio por mutuo consentimento os cônjuges casados ha mais de dois annos, tendo

ambos completado, pelo menos, vinte e cinco annos de idade.

Art. 36.º Para obterem o divorcio por mutuo consentimento deverão os cônjuges, em petição não articulada, expôr ao juiz de direito do seu domicilio o respectivo pedido, instruido com os seguintes documentos :

1.º Certidão de casamento ;

2.º Certidões de idade ;

3.º Declaração especificada e documentada de todos os seus bens ;

4.º Acôrdo que houverem tomado sobre a posse dos filhos menores, se os tiverem ;

5.º Declaração da contribuição com que cada um delles concorrerá para a criação e educação dos filhos menores ;

6.º Certidão do contrato ante-nupcial, bem como do seu registo, se os houver.

Art. 37.º Autoada a petição e documentos, será logo indeferida a pretensão se não vier instruida nos termos do artigo 36.º. Se deferida fôr, mandará o juiz intimar os cônjuges para comparêcerem pessoalmente na sua presença, e, se elles não se conciliarem e persistirem no seu proposito, mandará lavrar auto de acôrdo dos cônjuges para o seu divorcio na presença de dois homens bons, por elle designados para assistirem á conferencia, e que assignarão como testemunhas.

Art. 38.º A comparencia pessoal dos dois cônjuges é essencial, mas a diligencia poderá verificar-se em casa dos interessados, se assim fôr requerido com fundamento, devidamente comprovado, na impossibilidade absoluta de comparecimento de algum delles no tribunal.

Art. 39.º O juiz homologará por sentença o acôrdo dos conjuges, constando do auto referido no artigo antecedente, autorizando-lhes o divorcio provisoriamente e por espaço dum anno.

§ 1.º Este divorcio provisorio não autoriza os conjuges a exercer direito algum resultante da dissolução do

casamento, quer pelo que respeita ás pessoas, quer pelo que respeita aos bens, suspendendo-lhes apenas a obrigação de viver em comum.

§ 2.º A administração de todos os bens do casal continúa a pertencer ao marido, mas a mulher pode requerer arrolamento dos mobiliarios e pedir alimentos provisórios, os quaes, na falta de acôrdo dos cônjuges, serão arbitrados pelo juiz, conforme os §§ 3.º e 4.º do artigo 20.º

Art. 40.º Decorrido o anno, os cônjuges deverão, espontaneamente ou a requerimento de um delles, comparecer de novo pessoalmente perante o juiz, a fim de declararem se mantêm a sua resolução, lavrando-se auto desta diligencia com as mesmas cautelas do artigo 37.º. Se os cônjuges se reconciliarem nesse acto, ou já o estiverem, será por sentença julgado sem efeito o divorcio provisório entre elles; se mantiverem a determinação anterior, será de novo homologado por sentença o seu acôrdo, pronunciando-se então o divorcio definitivo.

§ 1.º Para o efeito deste artigo, o escrivão fará, sob sua responsabilidade, o processo concluso ao juiz, completado que seja o anno após a primeira sentença, se dentro dos trinta dias posteriores os cônjuges se não apresentarem nem nenhum delles vier requerer.

§ 2.º A intimação a que se refere este artigo será feita pessoalmente, por deprecada ou editalmente, conforme no caso couber, nos termos geraes de direito. Efectuada a intimação, a falta de comparencia de qualquer dos cônjuges será havida como prova de não reconciliação.

§ 3.º Proferida sentença que autorize o divorcio definitivo, observar-se-ha o disposto no artigo 19.º e seus paragrafos.

§ 4.º São extensivas ao divorcio definitivo por mutuo consentimento as disposições dos artigos 26.º a 33.º inclusive, na parte applicavel, com a restrição de que os alimentos definitivos só podem sêr requeridos posteriormente á sentença que autorize o divorcio definitivo.

Art. 41.º Os cônjuges que, tendo requerido o divorcio por mutuo consentimento, se reconciliarem antes d'elle sêr declarado definitivo, não poderão mais obter o divorcio por mutuo consentimento, mas sêr-lhes-ha permitido propôr o divorcio litigioso, nos termos do capitulo II.

Art. 42.º Do despacho do juiz que, nos termos do artigo 37.º, indeferir a pretensão, cabe recurso de agravo, que subirá nos proprios autos.

CAPITULO IV

Da separação de pessoas e bens

Art. 43.º É permitida aos cônjuges a separação de pessoas e bens pelos mesmos fundamentos do divorcio litigioso, mas nos termos e com os efeitos e fórma do processo prescritos e determinados no Código Civil e Código de Processo Civil, salvas as modificações constantes dos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do artigo 8.º, e as dos artigos seguintes.

Art. 44.º E' ao cônjuge inocente, como autor da acção, que compete a faculdade de optar pelo divorcio ou pela separação de pessoas e bens.

Art. 45.º Se o autor decahir na acção de separação de pessoas e bens, intentada com fundamento em qualquer dos n.ºs 1.º a 4.º, 9.º e 10.º do artigo 4.º ou decahir no exame prévio a que se refere o § 4.º do mesmo artigo, será esse facto por si só considerado como presunção de injúria grave para o efeito de o réu intentar, querendo, a competente acção de separação de pessoas e bens ou de divorcio.

Art. 46.º Proferida sentença que autorize a separação de pessoas e bens, se, no prazo de cinco annos a contar do seu transito em julgado, os cônjuges se não reconciliarem, poderá qualquer delles obter que a separação seja convertida em divorcio, assim o requerendo nos autos da acção de separação.

§ unico. O juiz, sendo-lhe estes conclusos, mandará ci-

tar a parte contrária para responder no prazo improrrogável de cinco dias restrictamente sobre a não reconciliação, e, com resposta ou sem ella, converterá dentro de quarenta e oito horas a separação em divorcio, se não tiver sido produzido documento que por si só invalide a alegação do requerente; e essa decisão, depois de proferida em audiência, será publicada e averbada nos termos do artigo 19.º e seus paragrafos.

Art. 47.º O divorcio proferido nos termos do artigo antecedente será para todos os efeitos legais equiparado ao divorcio litigioso.

§ unico. A respeito dos filhos, da partilha dos bens e dos alimentos entre os cônjuges, manter-se-ha o que houver sido determinado para a separação de pessoas.

Art. 48.º A separação de pessoas e bens, emquanto não transformada em divorcio, não impede que qualquer dos cônjuges, se se houverem reconciliado, possa depois requerer o divorcio litigioso, ou que ambos o requeiram por mutuo consentimento, desde que estejam nas condições fixadas no artigo 35.º.

Art. 49.º O Ministerio Público só intervirá nas acções de separação de pessoas e bens quando representar o réu nos casos do § 2.º do artigo 4.º

CAPITULO V

Disposições geraes

Art. 50.º Fica revogado para todos os efeitos o § unico do artigo 1210.º do Código Civil.

Art. 51.º Fica prohibida para o futuro a separação temporaria de pessoas, autorizada pelo artigo 469.º do Código de Processo Civil.

Art. 52.º A acção do divorcio só compete aos cônjuges e extingue-se pela morte de qualquer delles.

Art. 53.º Se o cônjuge a quem competir a acção fôr incapaz de exercê-la, poderá, em sua vida, sêr represen-

tado por qualquer dos seus ascendentes, descendentes ou irmãos, e, na falta ou recusa delles, pelos parentes mais proximos, observada a ordem em que são mencionados neste artigo.

Art. 54.º E' prohibido estipular qualquer restricção á faculdade de divorcio, renunciar a elle, ou impôr-lhe qualquer penalidade em convenções ante-nupciaes, disposições testamentarias ou doações.

Art. 55.º A mulher divorciada não poderá contrahir novo casamento sem que haja passado um anno completo sobre a data da dissolução do casamento anterior; e o marido tambem só o poderá fazer passados seis meses.

§ 1.º Cessa a disposição deste artigo e o novo casamento é immediatamente possivel quando o divorcio fôr autorizado por qualquer dos fundamentos classificados nos n.ºs 5.º, 6.º e 8.º do artigo 4.º, ou nos termos do artigo 40.º ou do artigo 47.º.

§ 2.º Ao cônjuge convencido de estar sofrendo de doença referida nos n.ºs 7.º e 10.º do artigo 4.º será prohibido o novo casamento. mas o consorte poderá realizar novo matrimonio logo que passe o respectivo prazo, marcado neste artigo 55.º.

Art. 56.º Ao filho nascido da mulher divorciada, dentro de tresentos dias após a dissolução do seu casamento, são applicaveis as disposições dos artigos 101.º e seguintes do Código Civil.

Art. 57.º O matrimonio legitima sempre todos os filhos nascidos antes delle das pessoas que o contraem.

Art. 58.º O filho nascido na constancia do matrimonio e impugnado pelo marido, nos termos dos artigos 102.º e seguintes do Código Civil, poderá tambem sêr legitimado por subsequente matrimonio de seus pais.

Art. 59.º Os filhos legítimos de cônjuges divorciados, nos quaes se compreendem os legitimados por subsequente matrimonio, e os seus descendentes, sucedem aos pais, e demais ascendentes, sem distincção de sexo nem de idade, posto que procedam de casamentos diversos.

Art. 60.º Se os cônjuges tiverem filhos de mais de dezoito annos e menos de vinte e um, serão elles emancipados de direito pelo divorcio definitivo de seus pais e considerados maiores para os efeitos legaes.

Art. 61.º O adulterio do marido ou da mulher só será considerado criminoso quando ocorrer durante a vida dos cônjuges em comum, e será punido nos termos dos artigos 401.º a 404.º do Código Penal, com as seguintes modificações:

§ 1.º O adulterio do marido será igualado, em caracter e gravidade, ao da mulher, mas a pena nunca poderá exceder para qualquer delles e respectivo co-réu o maximo da prisão correccional, ficando assim alteradas as incriminações e penalidades dos artigos 401.º e 404.º.

§ 2.º Os §§ 2.º e 4.º do artigo 401.º são revogados.

§ 3.º O direito de queixa e accusação do cônjuge ofendido prescreve pelo lapso de seis meses.

§ 4.º O cônjuge ofendido tem de optar pela acção criminal de adulterio, ou pela civil de divorcio, ou de separação, com base em adulterio, não podendo cumulá-las em caso algum, nem servir-se numa dellas de elementos obtidos em diligencias administrativas ou judiciaes, preparatorias da outra.

§ 5.º Sendo intentada a acção criminal, e terminando pela absolvição do acusado, este, ainda que seja o marido, poderá requerer, sem necessidade de outro titulo senão da sentença de absolvição, que se proceda executóriamente á separação e entrega dos bens que lhe pertencem.

§ 6.º Neste caso a sentença absolutoria decretará, de direito, o divorcio, ou a separação de pessoas, conforme na contestação o tiver requerido o acusado, entendendo-se que opta pela separação em caso de silencio, e devendo observar-se o disposto no artigo 19.º e seus parafros deste decreto.

§ 7.º Ficam assim substituidas as disposições do artigo 1209.º e seus paragraphos do Código Civil.

Art. 62.º São nulas de direito todas as convenções que, ácerca da partilha de bens como consequencia do divorcio ou da separação, entre si ou com outrem fizerem os cônjuges fóra da respectiva escritura ante-nupcial ou das estipulações reteridas no artigo 27.º.

Art. 63.º As causas civis de divorcio ou separação não se interromperão por motivo de qualquer incidente de processo, salvo pelo tempo indispensavel para que este seja julgado juntamente com a acção principal, ou antes della, como fôr mais acomodado á natureza do incidente e melhor parecer ao juiz.

CAPITULO VI

Disposições transitorias

Art. 64.º Os cônjuges judicialmente separados á data da promulgação deste decreto, com força de lei, por decisão passada em julgado, têm o direito de a transformar em divorcio definitivo, a requerimento de qualquer delles, quer essa separação tenha sido obtida pelos meios estabelecidos no Código de Processo Civil, quer pelo meio especial determinado no artigo 1209.º do Código Civil Português.

§ 1.º São applicaveis ao caso previsto neste artigo as disposições dos artigos 46.º e 47.º, mas, qualquer que seja o tempo decorrido desde a separação judicial, o prazo de cinco annos só se reputará concluido depois de decorrer um anno, pelo menos, após a publicação deste decreto.

§ 2.º Todavia, qualquer dos cônjuges a que se refere este artigo poderá requerer desde já o divorcio litigioso, ou pelo mesmo fundamento da separação, ou por outro dos admitidos no capitulo 11, incluindo o do n.º 8.º do artigo 4.º, nos termos do artigo 68.º, e ambos os cônjuges poderão requerer o divorcio por mutuo consentimento nos termos do capitulo 111, logo que se verifiquem as condições do artigo 35.º

Art. 65.º Se os cônjuges a que se refere o artigo anterior estiverem, quanto aos bens, no regime especial do artigo 1210.º, § unico, do Código Civil, será lícito á mulher requerer desde já a partilha dos bens, como se aquelle § unico do artigo 1210.º não houvesse existido.

§ unico. O direito concedido á mulher neste artigo não depende do uso de qualquer outra faculdade concedida aos cônjuges no artigo anterior.

Art. 66.º Se, no caso previsto no artigo 469.º do Código de Processo Civil, tiver sido apenas autorizada a separação temporaria das pessoas, pode qualquer dos cônjuges, independentemente do prazo fixado, requerer o divorcio litigioso, se para isso tiver fundamento legal, seguindo a acção os termos prescritos nos artigos 6.º e seguintes do presente decreto com força de lei, ou poderão ambos requerer o divorcio por mutuo consentimento, consoante o disposto no § 2.º do artigo 64.º

Art. 67.º As acções de separação de pessoas e bens, pendentes á data da promulgação desta lei, seguirão seus termos como taes; e se afinal fõrem julgadas procedentes, ser-lhes-ha applicavel o disposto nos artigos 46.º e 47.º e seus respectivos paragrafos.

§ 1.º Ao autor, porém, de tais acções é permitido desistir dellas, sejam quaes fõrem o estado e o tribunal em que se encontrem, para propôr de novo a competente acção de divorcio com o mesmo ou com diverso fundamento, se assim preferir fazê-lo.

§ 2.º Se tais acções de separação de pessoas e bens fõrem julgadas afinal improcedentes, será applicavel o disposto no artigo 45.º

§ 3.º Se o autor desistir da acção de separação de pessoas e bens, ou ella vier afinal a sêr julgada improcedente, poderão os cônjuges requerer o divorcio por mutuo consentimento, se se encontrarem nas condições fixadas no artigo 35.º

Art. 68.º O artigo 4.º, n.º 8.º, e seu § 3.º, são immediatamente applicaveis aos cônjuges que, á data da publicação

deste decreto com força de lei, estiverem separados de facto ha mais de dez annos consecutivos.

§ unico. Os cônjuges que, estando separados ha menos tempo, não tornarem a fazer vida em comum até se completar o referido prazo de dez annos, poderão usar do direito consignado no artigo 4.º, n.º 8.º, e seu § 3.º, logo que se complete esse prazo.

Art. 69.º Este decreto, que entra em vigor nos prazos ordinarios, será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte e incorporado na reforma do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Art. 70.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 3 de novembro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José d'Almeida* — *Affonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luiz Gomes*.

(*Diario do Governo*, N.º 25, de 4 de Novembro de 1910).

LEIS DA FAMÍLIA¹

Nº 1

Lei do casamento como contrato civil

O Governo Provisório da República Portuguesa faz saber que em nome da República se decretou, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Do casamento civil e sua celebração

Artigo 1.º O casamento é um contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente, com o fim de constituírem legitimamente a família.

Art. 2.º Este contrato é puramente civil e presume-se perpétuo, sem prejuízo da sua dissolução por divórcio, nos termos do decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910.

Art. 3.º Todos os portugueses celebrarão o casamento perante o respectivo oficial do registo civil com as condições e pela forma estabelecidas na lei civil, e só esse é válido.

CAPÍTULO II

Dos impedimentos do casamento

Art. 4.º Não podem contrair casamento:

1.º Os parentes por consanguinidade ou afinidade na linha recta, ainda que o casamento causa da afinidade tenha sido dissolvido;

2.º Os irmãos germanos, consanguíneos e uterinos, legítimos ou ilegítimos;

3.º Os menores de dezoito anos, sendo do sexo masculino, e de dezasseis, sendo do feminino;

4.º Os interditos por demência, verificada por sentença passada em julgado, ou notória, e bem assim os divorciados por motivo de doença contagiosa reconhecida como incurável, ou de doença incurável que importe aberração sexual;

¹ *Leis da Família. Poder Paternal e Abandono da Família*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1932

5.º O cônjuge condenado como autor, ou como cúmplice do crime de homicídio, ou de tentativa de homicídio contra o seu consorte, com qualquer dos condenados como autores ou cúmplices do mesmo crime;

6.º Os ligados por outro casamento ainda não dissolvido;

Art. 5.º Ao maior de dezoito anos, sendo do sexo masculino, e de dezasseis, sendo do feminino, mas menor de vinte e um, não emancipado, é igualmente proibido o casamento enquanto não obtiver o consentimento de seus pais ou daqueles que os representam, ou o suprimento desse consentimento em forma legal.

Art. 6.º Havendo dissentimento entre os pais sobre a concessão de licença para o casamento, resolverá o juiz depois de ouvir os dois cônjuges, na presença de dois homens bons, analogamente ao disposto nos artigos 37.º e 38.º do decreto de 3 de Novembro de 1910.

§ 1.º Se existir só um dos pais, ou se o outro se achar legalmente impedido, bastará o consentimento do que sobreviver ou não estiver impedido.

§ 2.º No caso de ausência prolongada de um dos cônjuges, poderá o juiz, a requerimento do outro e exercendo o seu prudente arbítrio, suprir o consentimento do ausente.

§ 3.º Se, na falta ou impedimento dos pais, o avô exercer a sua tutela, a este pertencerá a concessão ou a denegação da licença;

§ 4.º Na falta ou impedimento dos pais e dos avós, pertencerá esta faculdade ao conselho de família.

§ 5.º Da concessão ou denegação de licença em nenhum caso há recurso.

Art. 7.º Aos maiores sob tutela, não compreendidos no nº 4 do artigo 4.º, bem como aos maiores sob curadoria, é proibido o casamento enquanto não obtiverem o consentimento daqueles que os representam ou o suprimento desse consentimento em forma legal.

Art. 8.º Também é proibido contrair casamento aos parentes em terceiro grau na linha colateral, salvo se obtiverem dispensa, que só poderá ser concedida pelo Governo ocorrendo motivos ponderosos.

Art. 9.º O tutor ou o curador e seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos não poderão casar com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não tiver passado um ano completo sobre a cessação da tutela ou curadoria, e não estiverem aprovadas as respectivas contas.

Art. 10.º Qualquer dos ex-cônjuges não poderá contrair novo casamento enquanto não decorrerem sobre a dissolução do seu casamento anterior por divórcio, ou por morte, os prazos marcados no artigo 55.º do decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910.

CAPÍTULO III

Do casamento nulo e do anulável

Art. 11.º O casamento celebrado contra o disposto em qualquer dos números do artigo 4.º é, em relação aos contraentes, nulo de pleno direito e como se nunca tivesse existido.

Art. 12.º A declaração de nulidade a que se refere o artigo anterior poderá ser pedida por qualquer pessoa que nela tenha interesse, e devê-lo-á ser pelo Ministério Público logo que da mesma nulidade tenha conhecimento.

Art. 13.º O casamento celebrado contra o disposto nos artigos 5.º a 7.º é anulável.

Art. 14.º A anulação do casamento, os termos dos artigos 5.º e 13.º, só poderá ser pedida pelo próprio cônjuge menor até seis meses depois de atingir a maioridade legal, ou por aqueles cujo consentimento é necessário à celebração do acto, e a ele não assistiram, até seis meses depois dessa celebração.

§ 1.º Se o facto de o casamento tiver sido ocultado, este prazo contar-se-á desde o dia em que dele souberem as pessoas cujo consentimento é necessário.

§ 2.º Se, porém, o menor atingir a maioridade legal antes da anulação do casamento por sentença passada em julgado, e ratificar este, a sua ratificação retrotrairá os seus efeitos à data do mesmo casamento.

Art. 15.º A anulação do casamento, nos termos dos artigos 7.º e 13.º, só pode ser promovida pelo próprio incapaz quando se tornar capaz, ou pelos seus representantes legais, nos seis meses seguintes ao casamento.

§ único. Se, porém, o incapaz se tornar capaz na mesma constância do matrimónio, e o ratificar antes de o mesmo ter sido anulado, a sua ratificação retrotrairá os seus efeitos à data do mesmo matrimónio.

Art. 16.º A nulidade do casamento e a sua anulação ou ratificação não eximem os infractores das sanções especiais prescritas no capítulo VII do presente decreto com força de lei e das que lhes couberem pela legislação penal em vigor.

Art. 17.º O casamento celebrado contra o disposto nos artigos 8.º a 10.º não é anulável, mas sujeita os infractores às sanções especiais prescritas no capítulo VII do presente decreto com força de lei e às que lhes couberem pela legislação penal em vigor.

Art. 18.º É também anulável o casamento acerca do qual se prove que o respectivo consentimento foi prestado por erro ou coacção.

Art. 19.º A acção de anulação de casamento por erro ou coacção só poderá ser promovida pelo cônjuge coacto ou enganado.

Art. 20.º Para os efeitos do artigo 18.º o erro do consentimento só poderá recair sobre a pessoa com quem se realiza o casamento, e terá, cumulativa ou separadamente, os seguintes fundamentos:

1.º A ignorância do seu estado;

2.º A ignorância de crime inafiançável e não prescrito, cometido por ele antes do casamento;

3.º A ignorância de defeito físico irremediável e anterior, como a impotência, e qualquer moléstia incurável e intransmissível por contágio ou herança.

Art. 21.º Para os efeitos do artigo 18.º, a coacção consiste na ameaça dum perigo grave e iminente para a vida ou para a honra do coacto ou de qualquer dos seus parentes por consanguinidade em linha recta ou até o quarto grau da linha transversal.

Art. 22.º A anulação do casamento por causa de erro prescreve pelo prazo de um ano, contado do dia em que o enganado teve conhecimento do erro, ou da entrada em vigor deste decreto com força de lei, se for anterior a ela.

Art. 23.º A anulação do casamento por causa de coacção prescreve pelo prazo de um ano, contado desde o dia em que a coacção haja cessado.

Art. 24.º O consentimento dos contraentes para o casamento só pode prestar-se irrevogavelmente no próprio acto da celebração dele. São, portanto, nulos os contratos em que as partes se obrigam, para o futuro, debaixo do título de esponsais, desposórios ou qualquer outro, a contrair casamento, quer haja, quer não, estipulação de cláusulas penais.

§ único. A disposição deste artigo não obsta, contudo, a que a pessoa que, sob promessa de casamento, recebeu nesse intuito quaisquer donativos ou autorizou alguma despesa seja obrigada à restituição daqueles, ou à indemnização desta, se lhe for exigida.

§ Art. 25.º O consentimento para o casamento pode ser prestado por intermédio de procurador, contanto que a procuração seja especial e contenha expressa designação da pessoa com quem o casamento há-de ser contraído.

Art. 26.º O direito de promover a nulidade ou anulação do casamento não se transmite aos herdeiros, os quais poderão, contudo, continuar a acção intentada.

Art. 27.º A nulidade do casamento não poderá ser pedida *ex officio* depois da morte de um dos cônjuges.

Art. 28.º O Ministério Público intervirá sempre nas acções de nulidade ou anulação do casamento, e quando não for parte principal prestará assistência à mulher e aos filhos, independentemente da representação que os assistidos tenham em juízo.

Art. 29.º A publicação por qualquer meio das peças do processo de nulidade ou anulação do casamento, com excepção da respectiva sentença, é proibida, e sujeita os infractores às penas dos artigos 407.º e 410.º do Código Penal e do decreto de 28 de Outubro de 1910, conforme no caso couber.

CAPÍTULO IV

Dos efeitos da anulação, especialmente quanto ao destino dos filhos menores

Art. 30.º Quando o casamento nulo ou anulável tiver sido contraído de boa fé, produzirá os seus efeitos civis em relação aos cônjuges. Se só um dos cônjuges o tiver contraído de boa fé, o casamento só produzirá efeito em favor dele.

Art. 31.º Todavia os filhos de casamento nulo ou anulável são sempre legítimos, posto que havidos antes do mesmo casamento e ainda que este não tenha sido contraído de boa fé por um ou ambos os cônjuges.

§ único. Exceptuam-se somente os filhos das pessoas compreendidas nos n.ºs 1.º e 2.º do artigo 4.º, aos quais cabem somente os direitos referidos nos artigos 50.º a 52.º do decreto n.º 2, desta data.

Art. 32.º Aos direitos e obrigações dos pais entre si e a respeito dos filhos, no caso de anulação do casamento, serão aplicáveis as disposições análogas em matéria de divórcio, e especialmente as relativas a alimentos, na parte não regulada pelo presente decreto com força de lei.

Art. 33.º Quando o casamento for declarado nulo por culpa de um dos cônjuges, este perderá todas as vantagens havidas do outro, e ficará, não obstante, obrigado a cumprir as promessas que lhe houver feito no respectivo contrato ante-nupcial.

Art. 34.º Declarado nulo ou anulado o casamento sem culpa de qualquer dos contraentes, e havendo filhos comuns, a mãe terá direito à posse das filhas, enquanto menores, e à dos filhos até completarem a idade de seis anos.

Art. 35.º Se, porém, a anulação resultar de facto ou omissão de um dos contraentes, só ao outro competirá a posse dos filhos, salvo se a anulação for devida à mãe, que ainda neste caso terá direito a conservá-los consigo até à idade de três anos, sem distinção de sexo.

Art. 36.º No caso de manifesta inconveniência de serem os filhos entregues e confiados à guarda de qualquer dos cônjuges, serão todos ou alguns confiados a terceira pessoa, preferindo-se para esse fim os mais próximos parentes da linha paterna ou materna.

Art. 37.º Fica sempre salvo aos pais concordarem particularmente sobre a posse dos filhos, como lhes parecer melhor, em benefício destes.

CAPÍTULO V

Da sociedade conjugal quanto às pessoas

Art. 38.º Os cônjuges têm obrigação:

1.º De guardar mutuamente fidelidade conjugal;

2.º De viver juntos;

3.º De socorrer-se e ajudar-se reciprocamente.

Art. 39.º A sociedade conjugal baseia-se na liberdade e na igualdade, incumbindo ao marido, especialmente, a obrigação de defender a pessoas e os bens da mulher e dos filhos, e à mulher, principalmente, o governo doméstico e uma assistência moral tendente a fortalecer e aperfeiçoar a unidade familiar.

Art. 40.º A mulher deve adoptar a residência do marido, excepto se este quiser mudar-se para as colónias ou para o estrangeiro sem acordo dela, pois, neste caso, decidirá o juiz, nos termos do artigo 6.º

Art. 41.º Em nenhuma circunstância poderá o marido requerer que lhe seja judicialmente entregue a mulher. Pelo contrário, esta poderá requerer que o marido a receba em casa, quando a tenha abandonado, seguindo-se o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 665.º e no artigo 666.º e § único do Código de Processo Civil, e aplicando-se a excepção deste último parágrafo também no caso de divórcio.

Art. 42.º A mulher autora pode publicar os seus escritos sem o consentimento de seu marido.

Art. 43.º A mulher goza das honras do marido que não sejam meramente inerentes ao cargo que ele exerce ou haja exercido, e conserva-as, bem como o direito de usar o seu nome, até ser proferido divórcio ou, em caso de viuvez, até passar a segundas núpcias.

Art. 44.º A mulher casada pode estar em juízo sem outorga nem autorização do marido, nos mesmos casos e termos em que este o pode fazer sem outorga nem autorização da mulher.

CAPÍTULO VI

Das provas do casamento

Art. 45.º A celebração do casamento contraído na República, depois de decretada a obrigatoriedade do registo civil, deve ser provada por certidão extraída do mesmo registo, excepto demonstrando-se a perda deste, porque em tal caso é admissível qualquer outra espécie de prova.

Art. 46.º Os casamentos anteriormente contraídos podem ser provados por certidão extraída dos livros do registo civil ou paroquial de onde constarem, ou, na falta destes, por qualquer outra espécie de prova.

Art. 47.º Ninguém pode, porém, contestar o casamento de pessoas falecidas na posse desse estado, em prejuízo dos filhos das mesmas pessoas, salvo provando por certidão extraída do registo civil, ou dos livros paroquiais, que alguma delas era casada com outra pessoa.

Art. 48.º Quando for contestada a existência do casamento e forem contraditórias e equivalentes as provas exibidas de parte a parte, a dúvida será resolvida em favor do mesmo casamento se os cônjuges contestados tiverem vivido ou viverem na posse desse estado.

Art. 49.º Quando houver indícios de que, por culpa ou fraude do oficial, o acto do casamento deixou de ser inscrito no livro do registo, os cônjuges poderão prová-lo pelos meios subsidiários admitidos para suprir a falta do registo dos actos do estado civil.

Art. 50.º Quando a prova da celebração legal do casamento resultar de um processo judicial, a inscrição do julgado no respectivo registo produzirá, quer a respeito dos cônjuges, quer dos filhos, todos os efeitos civis desde a data da celebração do mesmo casamento.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 51.º O maior de dezoito anos, sendo do sexo masculino, e de dezasseis sendo do sexo feminino, mas menor de vinte e um, não emancipado, que casar com infracção do disposto nos artigos 5.º e 6.º do presente decreto com força de lei, não poderá pedir a entrega da administração dos seus bens sem que chegue à maioridade, ficando-lhe só o

direito de pedir os alimentos necessários, até onde chegarem os rendimentos desses bens.

Art. 52.º Os maiores sob tutela ou curadoria, que casarem com infracção do disposto no artigo 7.º, só poderão haver a administração dos seus bens cessando a causa da interdição, observando-se, quanto ao mais, o que no artigo antecedente fica disposto em relação aos menores.

Art. 53.º Os casamentos celebrados com infracção do disposto nos artigos 5.º e 7.º do presente decreto com força de lei consideram-se sempre como contraídos com separação de bens.

Art. 54.º O casamento dos parentes em terceiro grau, na linha colateral, sem obtenção da dispensa, exigida pelo art. 8.º, será considerado como contraído com separação de bens, e sujeita o infractor marido ao pagamento de uma multa correspondente à sua renda, e não superior a 1:000\$000 réis.

§ único. Esta multa será imposta em processo criminal se não for paga voluntariamente ao oficial do registo civil perante quem foi celebrado.

Art. 55.º O tutor ou curador e seu descendente, ascendente, irmão, cunhado ou sobrinho, que casar com a pessoa tutelada ou curatutelada, contra o disposto no artigo 9.º do presente decreto com força de lei, ficará inibido de receber do seu cônjuge coisa alguma por doação ou por testamento, e o casamento será considerado como contraído com separação de bens.

§ único. O tutor ou curador será, além disso, privado da administração dos bens durante a menoridade da pessoa tutelada ou curatutelada, e o infractor marido incorrerá na multa a que se refere o artigo 54.º e seu § único.

Art. 56.º O que fica disposto no artigo antecedente é igualmente aplicável aos que casarem com infracção do disposto no artigo 10.º do presente decreto com força de lei, sem prejuízo do disposto no artigo 1234.º do Código Civil, se a viúva ou divorciada incorrer também na respectiva sanção.

Art. 57.º A lei penal e o decreto regulamentando o registo civil obrigatório determinarão as penas aplicáveis aos funcionários do Estado por cuja culpa qualquer casamento for declarado nulo ou anulado, ou deixar de efectuar-se, sendo no entretanto aplicáveis as penalidades actualmente em vigor.

CAPÍTULO VIII

Dos casamentos de portugueses no estrangeiro ou de estrangeiros em Portugal

Art. 58.º O casamento dos portugueses no estrangeiro será regulado pelas disposições seguintes:

§ 1.º Se só um dos contraentes for português, o casamento poderá ser feito pela forma usada no país onde for celebrado.

§ 2.º Se ambos os contraentes forem portugueses, poderão casar, pela forma da lei nacional, perante o agente diplomático ou consular de Portugal, ou pela forma que legalmente for exigida no país onde for celebrado, se não contrariar os princípios do direito público português.

Art. 59.º Os casamentos celebrados no estrangeiro perante as autoridades portuguesas estão sujeitos às formalidades e impedimentos previstos neste decreto com força de lei e no do registo civil, e para isso o agente diplomático ou consular devolverá o conhecimento dos impedimentos que porventura surjam perante ele ao oficial do registo civil da naturalidade do nubente, não podendo efectuar-se o casamento enquanto esses impedimentos não estiverem solvidos.

Art. 60.º Os casamentos referidos no artigo anterior devem ser registados em Portugal, à vista dos documentos exigidos por este decreto com força de lei e pelo do registo civil dentro de três meses depois de celebrados ou dentro de trinta dias contados do regresso de ambos ou, pelo menos, de um dos cônjuges, ao país.

Art. 61.º Os casamentos contraídos em país estrangeiro poderão provar-se por qualquer dos meios legais admitidos no mesmo país, salvo o caso do § 2.º do artigo 58.º, no qual a prova deverá ser feita nos termos dos artigos 59.º e 60.º

Art. 62.º As disposições deste decreto com força de lei e do que regular o registo civil, relativas às causas de impedimento e às formalidades preliminares do casamento civil, serão aplicáveis aos casamentos de estrangeiros celebrados em Portugal.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais e transitórias

Art. 63.º Este decreto com força de lei começará a ter execução juntamente com o decreto com força de lei estabelecendo a obrigatoriedade do registo civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, e dessa data em diante só serão considerados válidos

os casamentos celebrados no território da República, se o forem de acordo com as disposições dos dois diplomas.

Art. 64.º Enquanto não entrarem em vigor os referidos diplomas os cidadãos poderão realizar o casamento civil de harmonia com a legislação actualmente vigente, e seguindo o processo dos artigos 1075.º a 1082.º e 2445.º e seguintes do Código Civil e do regulamento do registo civil, aprovado pelo decreto de 23 de Novembro de 1878.

Art. 65.º Da mesma data em diante todas as causas de nulidade ou anulação de casamento ficarão competindo exclusivamente ao foro civil. As pendentes, porém, continuarão o seu curso regular no juízo eclesiástico, mas qualquer das partes poderá renová-las no juízo civil, enquanto as decisões do foro eclesiástico não forem executadas, nos termos do artigo 1088.º do Código Civil.

Art. 66.º As sentenças do juízo eclesiástico, que forem proferidas depois da publicação do presente decreto com força de lei, não serão executadas, nem produzirão efeitos civis, sem que as partes declarem, conjunta ou separadamente, em requerimento assinado e reconhecido por notário, entregue na Direcção dos Negócios Eclesiásticos do Ministério da Justiça, que prescindem do direito de renovar a acção do juízo civil.

Art. 67.º As causas de nulidade ou anulação de casamento seguirão o processo ordinário com as modificações do decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910, na parte aplicável.

§ único. Nos casos de nulidade por virtude de demência notória e de anulação com fundamento no nº 3.º do artigo 20.º, a acção não pode propor-se sem que a natureza e os caracteres da doença ou do defeito sejam verificados em exame prévio, realizado nos termos dos artigos 247.º e 260.º do Código do Processo Civil,

Art. 68.º Enquanto não forem averbadas no registo civil, as sentenças proferidas nas causas de nulidade ou anulação de casamento não produzirão efeito algum, quer para com terceiros, quer entre as próprias partes, seus herdeiros ou representantes.

Art. 69.º A anulação do casamento produz como o divórcio, entre os próprios cônjuges, quanto a seus bens e pessoas, na parte não especialmente regulada, os mesmos efeitos que tem a dissolução por morte.

Art. 70.º Todas as dúvidas que se suscitarem na interpretação e execução deste decreto com força de lei serão resolvidas por circulares do Poder Executivo, sobre consultas do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 71.º O presente decreto será sujeito à apreciação da próxima Assembleia Nacional Constituinte e incorporado na reforma do Código Civil.

Art. 72.º Ficam substituídos e revogados os artigos 1056.º a 1074.º, 1083.º a 1095.º e 1184.º a 1188.º e 1192.º do Código Civil e a demais legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Dezembro de 1910. — *Joaquim Teófilo Braga — António José de Almeida — Afonso Costa — José Relvas — António Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.*

(Diário do Governo nº 70, de 17 de Dezembro de 1910)

Nº 2

Lei da protecção dos filhos

O Governo Provisório da República faz saber que em nome da República se decretou, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Dos filhos legítimos

Artigo 1.º São havidos por legítimos os filhos nascidos de matrimónio legitimamente contraído, passados cento e oitenta dias depois da celebração dele ou dentro de trezentos dias subsequentes à sua dissolução ou à separação dos cônjuges, judicialmente decretada.

Art. 2.º O matrimónio legitima sempre os filhos nascidos antes dele das pessoas que o contraem, qualquer que fosse a situação destas no momento da concepção ou dos nascimentos dos filhos.

Art. 3.º A legitimação pode fazer-se por dois meios:

1.º Sendo os filhos reconhecidos pelos pais e mães no assento do casamento ou escritura pública, quer anteriores, quer posteriores ao matrimónio;

2.º Provando os filhos a sua filiação por meio de acção e sentença judicial.

§ 1.º O reconhecimento de que trata o nº 1.º pode ser impugnado por todos aqueles que nisso tiverem interesse.

§ 2.º Às acções de que trata o nº 2.º são aplicáveis as disposições dos artigos 34.º e 37.º

§ 3.º Os efeitos da legitimação principiam, em todo o caso, desde a data do matrimónio.

Art. 4.º A legitimação aproveita tanto aos filhos como aos seus descendentes, se os ditos filhos já não existirem.

Art. 5.º Os legitimadores por subsequente matrimónio são, para todos os efeitos, considerados como filhos legítimos, e como tais se denominam.

Art. 6.º A legitimidade do filho nascido dentro dos cento e oitenta dias seguintes à celebração do matrimónio não pode ser impugnada:

§ 1.º Se o marido antes de casar teve conhecimentos da gravidez da mulher;

§ 2.º Se, estando pessoalmente presente, consentiu que no assento de nascimento fosse declarado por seu filho, ou se, por qualquer outro modo, reconheceu que era seu o filho assim nascido.

Art. 7.º A presunção de legitimidade dos filhos nascidos durante o matrimónio, passados cento e oitenta dias depois da sua celebração ou dentro dos trezentos dias subsequentes à sua dissolução ou à separação dos cônjuges, só pode ser ilidida se não se verificar a hipótese do nº 2.º do artigo antecedente e além disso se provar ter-se achado o marido fisicamente impossibilitado de coabitar com a mulher nos primeiros cento e vinte e um dias, ou mais, dos trezentos que houveram precedido o nascimento do filho.

Art. 8.º A presunção de que o filho, nascido fora dos trezentos dias subsequentes à separação dos cônjuges ou ao divórcio definitivo ou provisório, não pertence ao marido separado ou divorciado pode ser ilidida provando-se que o dito filho, efectivamente, pertence ao marido.

§ único. A esta prova é aplicável o disposto no artigo 3.º, nº 1.º e 2.º e §§ 1.º e 2.º

Art. 9.º A impotência do marido, quer anterior, quer posterior ao matrimónio, pode ser alegada para impugnar a legitimidade do filho, contanto que a alegação não tome por fundamento a velhice.

Art. 10.º O pai só pode impugnar a legitimidade dos filhos nos casos em que a lei o permite, propondo a acção em juízo dentro de cento e vinte dias, contados desde que tiver conhecimento do facto do nascimento.

Art. 11.º Os herdeiros do marido só podem impugnar a legitimidade dos filhos nascidos na constância do matrimónio:

1.º Se o dito marido, achando-se presente, deu começo à acção competente, e dela não desistiu;

2.º Se faleceu antes que decorresse o prazo marcado para a proposição da acção;

3.º Se o filho nasceu depois da morte do marido.

Art. 12.º A acção dos herdeiros só pode ser proposta dentro de sessenta dias, contados desde aquele em que o filho tenha entrado na posse dos bens do presumido pai, ou desde o dia em que os herdeiros forem perturbados na posse da herança pelo dito filho.

Art. 13.º Só é tido por filho, para os efeitos legais, aquele de quem se prove que nasceu com vida e com figura humana.

Art. 14.º O direito dos filhos legítimos a vindicar o estado que lhes pertence é imprescindível, sem prejuízo, porém, das regras gerais acerca da prescrição dos bens.

§ único. No caso de menoridade ou interdição dos filhos, poderão propor as acções de vindicação de estado os seus representantes legais.

Art. 15.º Os herdeiros dos filhos podem prosseguir nas acções de vindicação de estado pendentes; mas só podem intentá-las de novo tendo o filho falecido ou tendo caído em demência antes de decorridos quatro anos depois da sua emancipação ou maioridade, e havendo falecido neste estado, sem que a acção tivesse sido proposta pelo tutor.

§ único. Esta acção prescreve no espaço de quatro anos contados desde o falecimento do filho.

Art. 16.º Em todos os casos em que a presunção de legitimidade do filho for impugnada em juízo, sendo ele menor, ser-lhe-á dado tutor nomeado pelo juiz, o qual será escolhido de entre os parentes da mãe, se os tiver; e esta será sempre ouvida em juízo.

CAPÍTULO II

Da prova da filiação legítima

Art. 17.º A filiação legítima prova-se pelos registos de nascimento, na sua falta por qualquer documento autêntico, e, na falta deste, pela posse de estado, provada por escrito ou por testemunhas.

Art. 18.º A posse de estado consiste no facto de alguém haver sido reputado e tratado como filho pelos pais e de haver sido reputado como filho destes também pelo público.

Art. 19.º Na falta de registo de nascimento, documento autêntico e posse de estado, a filiação legítima pode provar-se por quaisquer meios admissíveis em juízo desde que determinem no espírito do julgador a convicção dessa filiação.

Art. 20.º Salvo o disposto no art. 14.º, ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta dos registos de nascimento, achando-se estes confirmados com a posse do dito estado.

Art. 21.º Pode opor-se à vindicação de estado qualquer espécie de prova escrita ou testemunhal.

CAPÍTULO III

DOS FILHOS PERFILHADOS

Art. 22.º Podem ser perfilhados todos os filhos ilegítimos, excepto os incestuosos.

§ único. Entendem-se por incestuosos para este efeito:

1.º Os filhos de parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau de linha recta, ainda que o casamento, causa da afinidade, tenha sido dissolvido;

2.º Os filhos de parentes por consanguinidade no segundo grau da linha transversal.

Art. 23.º A perfilhação poderá ser feita por ambos os pais, de comum acordo, ou por qualquer deles separadamente, no registo de nascimento e no próprio acto deste registo, ou posteriormente, por averbamento ao mesmo registo.

§ 1.º Se um ou ambos os pais forem inábeis por virtude de casamento ainda não dissolvido, para contrair matrimónios nos primeiros cento e vinte dias dos trezentos que precedem o nascimento do filho, a perfilhação poderá ser feita por averbamento, embora no mesmo acto do registo, e em separado para cada pai que for inábil, considerando-se secreta essa perfilhação, para todos os efeitos, enquanto a inabilidade durar.

§ 2.º Pelos mesmo inábeis poderá também se feita a perfilhação em testamento cerrado, aprovado antes ou depois do nascimento do filho, e nessa parte irrevogável.

§ 3.º É expressamente proibida a perfilhação de pessoa que figure como filho legítimo de outrem no respectivo registo do nascimento, enquanto a declaração desse estado não for cancelada por força de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 24.º Se nenhum dos pais for inábil nos termos do art. 23.º § 1, ambos poderão também perfilhar o filho de comum acordo por escritura ou auto público anterior ou posterior ao nascimento do mesmo filho ou separadamente por escritura, acto público

ou testamento anterior ou posterior ao nascimento do mesmo filho e nessa parte irrevogável.

Art. 25.º Se só um dos pais estiver nas condições do artigo antecedente, só esse poderá usar das faculdades aí concedidas, sem prejuízo, quanto ao outro, do disposto no art. 23.º, §§ 1.º e 2.º

Art. 26.º Quando a perfilhação for feita em escritura, auto público ou testamento, anteriormente ao nascimento do filho não valerá, nem sequer como princípio de prova, se a data da escritura ou do auto público, ou da aprovação do testamento não estiver compreendida nos cento e oitenta dias que precederam o nascimento do filho.

Art. 27.º Em qualquer caso, quando o pai ou a mãe fizerem reconhecimento separadamente não poderão revelar perante o oficial do registo civil no documento público da perfilhação o nome da pessoa de quem houveram o filho perfilhado ou de qualquer dos pais dela, mas poderão indicar todas as demais circunstâncias tendentes a identificá-lo.

Art. 28.º O filho maior não pode ser perfilhado sem consentimento seu.

Art. 29.º Se o perfilhado for menor poderá impugnar a perfilhação dentro dos quatro anos imediatos à sua emancipação ou maioridade.

Art. 30.º Tanto o reconhecimento do pai ou da mãe, como a impugnação do filho poderão ser contestados por todos aqueles que nisso tiverem interesse.

Art. 31.º O perfilhado espontaneamente ou por sentença, por pessoa ou pessoas que não sejam inábeis por virtude de casamento ainda não dissolvido, para contrair matrimónio nos primeiros cento e vinte dias dos trezentos que precedem o nascimento do filho, adquire os direitos:

1.º De usar dos apelidos do pai ou da mãe perfilhante;

2.º De ser por ele ou eles alimentado;

3.º De lhe ou lhes suceder, ou de suceder aos avós, ou haver parte nas respectivas heranças, conforme do disposto nos arts. 1990.º a 1992.º do Código Civil e decreto com força de lei de 31 de Outubro de 1910.

Art. 32.º O perfilhado por pessoa ou pessoas inábeis nos termos do art. 23.º, § 1.º, só por morte do inábil ou inábeis, ou dissolvendo-se o casamento, causa da inabilidade, poderá exercer, em relação a cada pai inábil ou separadamente, os direitos consignados no artigo anterior.

Art. 33.º Ainda durante a inabilidade de um ou ambos os pais, o filho poderá demandá-lo ou demandá-los para o exclusivo efeito de ser alimentado por ele ou por eles, só o

facto da paternidade ou da maternidade se achar provado em processo civil ou criminal, controvertido entre os seus pais ou outras pessoas, ou, em qualquer dos casos dos n.ºs 3.º e 4.º do art. 34.º, se o facto tiver sido judicialmente provado.

CAPÍTULO IV

Da investigação da paternidade ou maternidade ilegítima

Art. 34.º É permitida a acção de investigação de paternidade ilegítima nos casos seguintes:

- 1.º Existindo escrito do pai, em que expressamente declare a sua paternidade;
- 2.º Achando-se o filho em posse de estado nos termos do art. 18.º;
- 3.º No caso de estupro violento ou de rapto, coincidindo a época do nascimento, nos termos indicados no art. 1.º com a época do facto criminoso;
- 4.º No caso de sedução praticada com abuso de autoridade ou de confiança, ou com promessa de casamento, coincidindo a época do nascimento, nos termos indicados no art. 1.º, com a época da sedução.
- 5.º No caso de a mãe e o pretenso pai terem notoriamente convivido como marido e mulher no período legal da concepção.

Art. 35.º A acção de investigação de maternidade é sempre permitida.

Art. 36.º A acção de paternidade ou maternidade só não é admitida em juízo nos casos em que a perfilhação é defesa, ou enquanto não pode produzir efeitos por virtude da inabilidade do pretenso pai ou mãe, tal como é definida no art. 23.º, § 1.º

§ único. Neste último caso, a acção pode propor-se logo que se verifique qualquer das circunstâncias previstas, no art. 32.º

Art. 37.º A acção de investigação de paternidade ou maternidade só pode ser intentada em vida do pretenso pai ou mãe, ou dentro do ano posterior à sua morte, salvas as seguintes excepções:

- 1.º Se os pais falecerem durante a menoridade ou demência dos filhos, porque, neste caso, têm estes o direito de intentar a acção, contanto que o façam antes que expirem os primeiros quatro anos da sua emancipação ou maioridade ou do restabelecimento da sua razão.
- 2.º Se o filho obtiver, depois do prazo de um ano indicado neste artigo, um documento escrito e assinado pelos pais, em que estes revelem a sua paternidade; porque, neste

caso, pode propor acção a todo o tempo em que haja alcançado o sobredito documento, se realmente provar que o obteve dentro dos seis meses que precederam a reposição da demanda; isto sem prejuízo das regras gerais acerca da prescrição dos bens.

Art. 38.º A acção de investigação de paternidade ilegítima pode também ser proposta, ainda antes do nascimento do filho, pela mãe grávida, em nome dele, contando que faça verificar previamente a gravidez nos termos e pelo processo do art. 650.º do Código do Processo Civil; mas a acção ficará nula se o filho não nascer com vida e figura humana, ou se a respectiva certidão não for junta aos autos dentro do prazo de trinta dias a contar do nascimento.

Art. 39.º Se ambos os pais eram hábeis para contrair matrimónio nos primeiros cento e vinte dias dos trezentos que precederam o nascimento do filho, a acção de investigação pode ser intentada contra ambos conjuntamente.

Art. 40.º Quando a mãe era inábil, pelo facto de estar casada com outrem nos primeiros cento e vinte dias dos trezentos que precederam o nascimento do filho ilegítimo, a acção de investigação de paternidade só poderá ser recebida em juízo quando uma sentença passada em julgado tiver declarado, nos termos dos artigos 10.º a 12.º, que o filho não é do matrimónio.

Art. 41.º Nas acções de investigação, quando o interesse do filho menor puder colidir com o da mãe, ou do pai, o tutor, sob cujo poder se encontra, será o menor apresentado por um tutor especial, nomeado pelo juiz, a requerimento de qualquer parente do menor ou do Ministério Público.

Art. 42.º Os herdeiros dos filhos podem prosseguir as acções de investigação pendentes, mas só podem intentá-las de novo tendo o filho falecido, ou tendo caído em demência, na ocasião em que ainda lhe era lícito propor a acção nos termos do art. 37.º e nº 1, e havendo falecido nesse estado sem que a acção tivesse sido proposta pelo tutor.

§ único. Esta acção prescreve pelo lapso de um ano, contado desde o falecimento do filho.

Art. 43.º A acção de investigação deve ser proposta perante o tribunal em cuja jurisdição se afirma ter ocorrido o nascimento do filho ilegítimo, ou, no caso de acção anterior ao nascimento, no juízo do lugar da co-habitação ou da concepção.

Art. 44.º O filho ilegítimo, autor numa acção de investigação de paternidade ilegítima, presume-se pobre, salva prova em contrário, para o efeito de lhe ser concedida a assistência judiciária.

§ único. Além disso, terá direito a pedir alimentos provisórios, que, todavia, o juiz concederá se, pelo meio do art. 391.º do Código do Processo Civil, se convencer de que o autor poderá ter razão, não influenciando, porém, esta sentença no resultado final da acção de investigação.

Art. 45.º O Ministério Público intervirá sempre nestas acções e prestará assistência aos menores e à mãe ilegítima, independentemente da representação que os assistidos tenham em juízo.

Art. 46.º Pelo facto do vencimento na acção de perfilhação fica o filho com os direitos consignados no art. 31.º a partir da instauração do pleito.

CAPÍTULO V

Dos alimentos e socorros às mães dos filhos ilegítimos

Art. 47.º O pai tem obrigação de prestar alimentos à mulher pobre de quem houve um filho ilegítimo, e para este efeito pode ser por ela demandado a partir do momento em que lhe é lícito propor a acção referida no art. 38.º seguindo-se os termos gerais do processo sobre os alimentos provisórios e definitivos, e aplicando-se aos provisórios o disposto no § único no art. 44.º

§ único. Esta obrigação não existe ou cessa, se a mulher tiver, notoriamente, má conduta, ou se, durante o período legal da gravidez, tiver notoriamente relações sexuais com outro homem.

Art. 48.º A mulher pobre, com direito a alimentos, nos termos do artigo precedente, pode cumular com estes o pedido de indemnização pelo pai ilegítimo de todas as despesas com a gravidez e com o parto, e de todos os prejuízos que necessariamente lhe resultarem desses factos.

Art. 49.º As acções referidas nos dois artigos anteriores serão apensadas a qualquer das acções de investigação de paternidade de que trata o capítulo anterior, e não prejudicam o direito que tem a mulher virgem, estuprada ou violada, de ser dotada pelo criminoso, nos termos dos arts. 2391.º do Código Civil e 400.º do Código Penal.

CAPÍTULO VI

Dos direitos dos filhos não perfilháveis

Art. 50.º Denominam-se não perfilháveis os filhos incestuosos.

Art. 51.º Os filhos não perfilháveis só têm o direito de exigir de seus pais os alimentos necessários; em tudo o mais são havidos por inteiramente estranhos aos pais e à família destes.

Art. 52.º O filho não perfilhável só poderá demandar seus pais para o efeito sobredito, se o facto da paternidade ou da maternidade se achar provado em processo civil ou criminal, controvertido entre os seus pais ou outras partes; ou em qualquer dos casos dos nºs 3.º e 4.º do art. 34.º, se o facto tiver sido judicialmente provado.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais e transitórias

Art. 53.º Este decreto com força de lei entrará em vigor juntamente com o decreto nº 1, relativo ao casamento civil, desta data.

Art. 54.º O presente decreto aproveita a todos os filhos nascidos ou concebidos antes da sua entrada em vigor, mas não terá efeitos em relação aos bens das sucessões já abertas, salvo os direitos adquiridos perante a legislação actualmente vigente, que serão respeitados.

Art. 55.º Aquele que, em nome próprio, ou na qualidade de representante do pretenso filho, tenha proposto qualquer das acções de que trata este decreto, não só tem fundamento bastante, mas com intenção caluniosa, será condenado nas penas do art. 245.º do Código Penal.

Art. 56.º A publicação por qualquer meio das peças do processo de investigação de paternidade ou maternidade ilegítima, com excepção da respectiva sentença, é proibida, e sujeita os infractores às penas dos arts. 407.º e 410.º do Código Penal e do decreto de 28 de Outubro de 1910, conforme o caso couber.

Art. 57.º Todas as dúvidas que se suscitarem na interpretação e na execução deste decreto com força de lei, serão resolvidas por circulares do poder executivo, sobre consulta do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 58.º O presente decreto será sujeito à apreciação próxima da Assembleia Nacional Constituinte e incorporado na forma do Código Civil.

Art. 59.º Ficam substituídos e revogados os arts. 101.º a 136.º do Código Civil, 665.º e § 3.º do Código do Processo Civil, e a demais legislação em contrário.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Dezembro de 1910. = *Joaquim Teófilo Braga*, = *António José de Almeida*. = *Afonso Costa*. = *José Relvas*, *António Xavier Correia Barreto*. = *Amaro de Azevedo Gomes*. = *Bernardino Machado*. = *Manuel de Brito Camacho*.

CRONOLOGIA

A maioria dos diplomas legais que traduziram avanços para o estatuto da mulher no campo dos direitos sociais e económicos foi aprovada nos primeiros anos da Primeira República. No entanto, ao longo dos 16 anos de vigência do regime, registaram-se outros episódios que contribuíram para a equiparação de direitos entre homens e mulheres em Portugal e pequenos passos no sentido da emancipação do sexo feminino. Seguem-se algumas das datas históricas mais marcantes:

1908

25 de Agosto – Bernardino Machado, Magalhães Lima e António José de Almeida convidam “todas as senhoras que desejarem fazer parte da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas” a comparecerem no dia 28 do mesmo mês, no Centro António José de Almeida, para que se dê início aos trabalhos de preparação da respectiva organização.

28 de Agosto – Ana de Castro Osório preside à sessão preparatória da fundação da LRMP, tendo por secretários Bernardino Machado e Magalhães Lima.

1909

19 de Fevereiro – Inaugurado o núcleo de Lagos da LRMP, tendo sido eleita a respectiva comissão dirigente.

27 de Fevereiro – Realiza-se no Centro António José de Almeida a primeira assembleia geral, durante a qual foram aprovados os Estatutos da Liga e eleita a comissão dirigente.

26 de Março – A LRMP começa a discutir as listas para se pedir a discussão da Lei do Divórcio no Parlamento.

Abril – É publicado o primeiro número da revista *A Mulher e a Criança*, órgão da LRMP, que durará apenas dois anos.

23, 24 e 25 de Abril – Realiza-se o Congresso do Partido Republicano Português, em Setúbal, onde, pela primeira vez, está presente uma organização feminista, a recém-criada LRMP. Ana de Castro Osório, enquanto presidente da Liga, participou na sessão de encerramento.

23 de Maio - É inaugurado o núcleo de Tábua da LRMP e eleita a respectiva comissão dirigente.

Junho (?) – As sócias da Praia da Luz e de Lagos formam uma comissão, elegendo os respectivos corpos gerentes.

1 de Julho – A sede da LRMP é transferida para o segundo andar do nº 6 da Rua dos Castelinhos, também em Lisboa.

15 de Julho – Constituição de uma comissão da LRMP em Alhandra, sendo eleitos os respectivos corpos gerentes.

1 e 2 de Agosto – A Associação do Registo Civil, com o apoio da Junta Liberal, promove, em Lisboa, um comício e um cortejo junto ao Parlamento, exigindo, entre outras medidas, a promulgação da lei do divórcio e o registo civil obrigatório. De acordo com João Gomes Esteves¹, trata-se do primeiro acto público a que a LRMP comparece oficialmente, sendo representada por duas sócias.

26 de Setembro – Durante a assembleia geral, é nomeada uma Comissão de Propaganda, com o objectivo de difundir a instrução e proteger as crianças sem família ou que tenham sido abandonadas à mendicidade.

20 de Outubro – A Comissão de Propaganda da LRMP promove um Curso Elementar de Comércio dirigido às suas sócias, que as habilita para guarda-livros, empregadas de contabilidade e de caixa.

¹ Esteves, João Gomes, *Liga Republicana...*, p.

4 de Dezembro – A LRMP promove um curso de francês, ministrado pela sócia Jeanne d'Almeida Nogueira.

1910

6 de Março – Comemoração do primeiro aniversário da LRMP, com uma assembleia geral na sede da comissão municipal republicana de Lisboa, que contou com a presença de Bernardino Machado e de António José de Almeida.

22 de Maio – Sessão solene de inauguração da bandeira e quadro, na sede da LRMP, tendo discursado Bernardino Machado e Miranda do Vale.

24 de Julho – Em assembleia geral, que contou com a presença de 25 sócias, são revistos e alterados os estatutos da LRMP.

4 de Agosto – Maria Veleda substitui Ana de Castro Osório na direcção da revista *A Mulher e a Criança*.

4 de Outubro – Proclamação da República no concelho de Loures.

5 de Outubro - Proclamação da República no município de Lisboa.

19 de Outubro – Realiza-se uma assembleia geral da LRMP para deliberar sobre o seu futuro, tendo sido decidida a sua continuação.

22 de Outubro – É aprovado o decreto que determinou a extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias.

26 de Outubro – Realiza-se uma assembleia geral da LRMP para substituir Adelaide Cabete, até então, presidente da respectiva mesa.

27 de Outubro – A LRMP entrega ao Governo três representações exigindo a revisão do Código Civil, a legalização do divórcio e a instauração do sufrágio feminino restrito.

3 de Novembro – É promulgada a lei do divórcio, o que, em teoria, significa o reconhecimento da igualdade entre os cônjuges.

20 de Novembro – É criado, em Cantanhede, um núcleo da LRMP, tendo sido eleita a respectiva direcção.

25 de Dezembro – É instituído o casamento civil e promulgada a lei de protecção dos filhos (ambas conhecidas por Lei da Família).

26 de Dezembro – Realiza-se uma assembleia geral da LRMP “para se apreciar a forma descortês e insultuosa como alguns republicanos têm tratado as senhoras da Liga, depois de implantada a República”².

1911

1 de Janeiro – É aprovada a lei de protecção à infância.

7 de Janeiro – É fundado, em Setúbal, um núcleo da LRMP, sendo eleitos os respectivos corpos gerentes.

3 de Fevereiro – A comissão de propaganda da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas entrega ao Presidente do Governo Provisório nova representação exigindo o direito de voto para a mulher economicamente independente. Teófilo Braga compromete-se a apresentá-la em reunião de ministros.

18 de Fevereiro – É instituído o registo civil obrigatório, com o encerramento dos registos paroquiais.

20 de Fevereiro – É promulgado o Código do Registo Civil.

² Cf. Esteves, João Gomes, Ob. Cit., p.

22 de Fevereiro – Através de Decreto-Lei, é criada a primeira maternidade anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

14 de Março – Promulgação da lei eleitoral. O sufrágio universal, uma das principais bandeiras do Partido Republicano, não é estabelecido, embora se alargasse substancialmente o direito de voto, ao concedê-lo a todos os portugueses maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever ou que, não o sabendo, fossem chefes de família há mais de um ano.

22 de Março – São criadas as universidades de Lisboa e do Porto, reunindo, cada uma delas, as escolas superiores já existente, e criada uma Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra, em substituição da Faculdade de Teologia, já extinta.

29 de Março – Reorganização do ensino primário, criando-se o ensino oficial infantil para os dois sexos, novo nível de ensino que tarda a ser posto em prática, por falta de verbas. Previa-se a instalação de escolas infantis em todos os bairros de Lisboa e Porto, nas capitais de distrito e nas sedes dos principais concelhos, que ficariam a cargo de professoras diplomadas pelas escolas normais.

4 de Abril – Carolina Beatriz Ângelo entrega, na comissão de recenseamento do 2º Bairro, um requerimento pedindo para ser incluída nos cadernos eleitorais.

20 de Abril – É publicada a Lei de Separação entre o Estado e a Igreja.

24 de Abril – Carolina Beatriz Ângelo recorre da decisão da comissão recenseadora junto do Tribunal da Boa Hora.

28 de Abril – O juiz da 1ª Vara Cível de Lisboa profere uma sentença favorável ao requerimento de Carolina Beatriz Ângelo, ordenando a inclusão do seu nome nos cadernos eleitorais;

Maio – É publicado o último número de *A Mulher e a Criança*, órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

5 de Maio – A LRMP entrega uma representação ao governo exigindo a revisão da reforma do ensino primário.

13 de Maio – É criado por sócias da LRMP o “Grupo das Treze”, cujo objectivo é combater todo o tipo de superstição que envolve a mulher.

27 de Maio – É publicado o decreto nº 140, que aprova, para ser ratificado, o Acordo Internacional de Paris (assinado 4 de Maio de 1910) sobre Repressão da Circulação de Publicações Obscenas;

- É publicado o documento legislativo que criou a Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.

28 de Maio – Realiza-se o primeiro acto eleitoral da Primeira República (eleições para a Assembleia Constituinte), no qual participou Carolina Beatriz Ângelo. Esta médica cirurgiã foi a primeira mulher eleitora da Península Ibérica.

21 de Junho – Carolina Michäelis de Vasconcelos é nomeada professora ordinária de Filologia Germânica da Faculdade de Letras de Lisboa, sendo a primeira mulher nomeada para a cátedra universitária em Portugal.

9 de Julho – A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas presta homenagem a Afonso Costa, numa cerimónia realizada no Coliseu de Lisboa.

10 de Julho – A Associação de Propaganda Feminina entrega uma representação ao Governo pedindo a aprovação do sufrágio feminino restrito.

26 de Julho – Sob a direcção do dr. Carlos Godoy, tem início na sede da LRMP um curso de enfermagem, dirigido às sócias que se ofereceram para a frente de combate, em caso de eclosão de uma guerra civil provocada pelas incursões das tropas monárquicas.

31 de Julho – Nova representação da LRMP, desta vez para exigir a revogação do diploma que exclui as professoras dos exames primários de segundo grau.

21 de Agosto – É aprovada a Constituição Política da República Portuguesa que institui o direito das mulheres a trabalharem na função pública.

25 de Agosto – Entra em vigor a nova Constituição.

31 de Agosto – É publicado o primeiro número de *A Madrugada*, jornal da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, dirigido por Maria Veleda.

17 de Setembro – Realiza-se em Vila Franca de Xira um comício feminista, organizado pela LRMP, que conta com o presidente da Câmara Municipal.

3 de Outubro – Morre a médica Carolina Beatriz Ângelo, com 33 anos.

1912

14 de Janeiro – Uma representação da LRMP integra a manifestação anti-clerical e de apoio à aplicação da lei da separação do Estado e da Igreja, promovida pela Associação do Registo Civil. A sua presença não é bem acolhida e as sócias da Liga são recebidas com batatas e insultos pronunciados por homens presentes na acção de protesto.

21 de Janeiro – Uma comissão de senhoras organiza festas, que se destinam a reunir fundos para a defesa naval.

16 de Abril – Realiza-se o julgamento de Maria da Encarnação, acusada de atrair a sua casa várias menores e de as encaminhar para a prostituição clandestina. A LRMP intensifica a campanha pela sua condenação, distribuindo nas ruas da baixa de Lisboa uma carta aberta dirigida ao magistrado Horta e Costa, responsável pelo processo.

Junho – Sai o primeiro número de *A Mulher Portuguesa*, boletim oficial da Associação de Propaganda Feminista.

Julho – A LRMP organiza uma equipa de enfermeiras, que são colocadas ao serviço da Cruz Vermelha Portuguesa, para a ajudar no combate à invasão, por parte das tropas monárquicas, da fronteira norte.

2 de Junho – Por proposta de Abílio Barreto, é aprovado no Senado um parágrafo único do artigo primeiro da Lei Eleitoral que decreta o voto para as mulheres maiores de 25 anos possuidoras de um curso superior, secundário ou especial. A alteração, contudo, não seria aprovada na Câmara dos Deputados.

8 de Julho – A LRMP entrega ao Presidente da Câmara dos Deputados nova representação, na qual reivindica o direito de voto para as mulheres que sejam contribuintes, chefes de família, professoras ou operárias, ampliando, assim, o universo de potenciais eleitoras, que até aí se restringia às mulheres diplomadas com um curso secundário, superior ou especial.

12 de Julho – A feminista Adelaide Cabete pronuncia-se sobre o direito de voto da mulher.

Outubro – A LRMP inicia uma campanha contra a prostituição infantil.

3 de Dezembro – A direcção da LRMP entrega no Parlamento uma representação com cerca de 4500 assinaturas, pedindo a proibição da venda de tabaco e de bebidas alcoólicas a menores. A representação foi publicada no Diário do Governo e distribuída nas ruas.

1913

Fevereiro – Menos de um ano depois de ter sido publicado o primeiro número, é extinto *A Mulher Portuguesa*, boletim oficial da Associação de Propaganda Feminista.

27 de Março – As vendedoras ambulantes de peixe fazem greve como forma de protesto contra o encerramento do mercado de Santos.

Maio – É fundado no Porto um núcleo da LRMP.

26 de Maio – A LRMP entrega nas duas Câmaras uma representação, através da qual solicita a anulação do direito de fiança aos violadores de menores.

26 de Junho – Jacinto Nunes apresenta, na Câmara dos Deputados, uma moção que propõe a concessão do direito de voto às mulheres e aos analfabetos, ou seja, a todos os cidadãos maiores de 21 anos.

30 de Junho – É publicada a lei orçamental que cria s escolas móveis.

3 de Julho – É aprovado um novo Código Eleitoral, que estabelece claramente que o direito de voto se refere aos cidadãos do sexo masculino.

7 de Julho – É criado o Ministério de Instrução Pública.

11 de Julho – É publicada a portaria nº 160 que estabelece os prazos para os divorciados contraírem novo casamento.

28 de Julho – Maria Veleza reassume o cargo de presidente da mesa da assembleia geral da LRMP.

23 de Agosto - Portugal ratifica a Convenção Internacional, relativa à repressão do Tráfico de Brancas.

3 de Outubro – São fundadas as escolas móveis. O ensino compreendia leitura, escrita, contas, sistema métrico, rudimentos de geografia, história pátria e educação moral e cívica.

14 de Novembro – Primeiro processo advogado por uma mulher, Regina Quintanilha, no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa.

Dezembro – É constituído o Grupo Democrático da LRMP.

1914

7 de Setembro – É publicado o decreto nº 161, que autoriza a abertura de um crédito especial para despesas com a construção do Liceu Central Feminino de Lisboa.

17 de Setembro – É publicado o decreto nº 215, que institui uma secção feminina junto a cada um dos liceus do Porto e de Coimbra.

Novembro – É publicado o primeiro número do boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

1915

22 de Maio – A LRMP adere à comissão feminina “Pela Pátria”.

1 de Julho – É publicada uma nova Lei Eleitoral, que concedia o direito de voto a militares no activo, embora se mantivessem excluídos os analfabetos.

11 de Junho – Por decreto-lei, é instituído o Curso Especial de Educação Feminina.

13 de Julho – Devido à participação de militares portugueses da 1ª Guerra Mundial, são introduzidas algumas alterações no Código Civil no que diz respeito aos direitos das mulheres dos mobilizados. Estas passam a poder estar em juízo sem autorização do marido. O poder paternal é-lhes também facultado.

15 de Julho – É publicado o primeiro número de *A Semeadora*, órgão da Associação de Propaganda Feminista.

2 de Outubro – Realiza-se a primeira reunião da Associação Feminista de Propaganda Democrática, constituída por muitas dissidentes da LRMP.

12 de Dezembro – São aprovados os estatutos da Associação Feminista de Propaganda Democrática.

1916

1 de Janeiro – Sessão inaugural da Associação Feminina de Propaganda Democrática, realizada no Centro Republicano Democrático, durante a qual Maria Vêleda explica as razões da sua fundação.

21 de Fevereiro – É publicada a portaria nº 595, que aprova a instalação, em Lisboa, no antigo Convento do Varatojo, de um asilo para indigentes do sexo feminino, com o nome de Latino Coelho.

30 de Março – É criada a comissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

22 de Junho – Em reunião de corpos gerentes, é decretado o fim da Associação Feminista de Propaganda Democrática.

1917

Janeiro – É publicado o primeiro número de *Alma Feminina*, órgão do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, editado até Maio de 1946.

Novembro – Cumpridos três anos de publicação, é extinto o boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

17 de Novembro – Morre Mariana de Castro Osório, mãe de Ana de Castro Osório, e antiga presidente da Associação de Propaganda Feminina e de Defesa dos Direitos da Mulher.

1918

11 de Março – É decretado o sufrágio universal. Era o cessar da exclusão dos iletrados do sexo masculino. Face à contestação da generalidade das organizações da República velha, as restrições eleitorais seriam repostas após a queda do sidonismo, pela Lei de 1 de Março de 1919.

16 de Março – Homenagem a Maria Amália Vaz de Carvalho, nas suas bodas de ouro literárias.

18 de Abril – É publicado o decreto nº 4099, que cria, no edifício das Mónicas, uma dependência das cadeias civis de Lisboa, para reclusão de mulheres;

- É criada, em Alcobaça, a Escola Agrícola Feminina de Vieira Natividade, destinada à educação doméstica e profissional de indivíduos do sexo feminino.

30 de Abril – É publicado o decreto nº 4174, que define as disposições sobre bens dos cônjuges, divórcio e casamento de menores.

19 de Junho – A LRMP assina uma representação dirigida a Sidónio Pais, pedindo concessão do direito de voto às mulheres.

12 de Julho – O ensino primário torna-se responsabilidade do Governo, terminando a experiência de descentralização.

14 de Julho – É publicado um decreto que autoriza o Governo a contrair um empréstimo com vista à criação de escolas de instrução primária em todo o país, com cantinas para alimentação dos alunos, sendo esta gratuita para os pobres.

17 de Julho – O decreto nº 4876 autoriza o exercício da advocacia pelas mulheres, o que até então não era permitido.

19 de Julho – É publicado o decreto nº 4676, que autoriza à mulher portuguesa o desempenho de várias funções públicas.

22 de Julho – É publicado o decreto nº 4689, que cria na Guarda, uma maternidade e um dispensário.

4 de Agosto – O jornal *O Mundo* noticia que, das sócias fundadoras da LRMP, já nenhuma pertence à agremiação, que “caiu nos braços do sidonismo”.

14 de Novembro – É publicado o decreto nº 4961, que aprova o regulamento do ensino secundário feminino.

1919

1 de Março – Aprovação da nova lei eleitoral, restaurando as leis da República Velha, que restringiam a capacidade eleitoral aos chefes de família que soubessem ler e escrever.

10 de Maio – Decreto que, revogando o de 1911, tenta reorganizar a instrução primária. A escolaridade obrigatória passa de três para cinco anos. O decreto transfere a responsabilidade de administração do ensino primário para juntas escolares concelhias, constituídas por oito membros.

1920

18 de Junho – É publicada a portaria que determina a inscrição do nome do marido no passaporte das mulheres casadas.

1921

20 de Janeiro – Dionísia Camões, Maria Teresa Cabral da Silva Bastos, Maria Virgínia de Abreu Ferreira de Almeida e Elisa Augusta Vilarés, quatro estudantes da Universidade de Coimbra, fundam a primeira Residência Universitária Feminina, no número 24 dos Palácios Confusos.

1 de Março – É publicado o decreto nº 7374, que aprova o regulamento do Instituto Feminino da Educação e do Trabalho.

24 de Março – Morre, em Lisboa, a escritora e poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho.

18 de Junho – Decreto que institui a reforma do ensino secundário liceal.

23 de Junho – O Diário de Notícias lança o primeiro concurso para a eleição da Rainha de Beleza em Portugal.

1922

9 de Março – É publicado o decreto nº 8056, que regulamenta a preferência aos professores cônjuges, que concorram a escolas da mesma localidade.

16 de Dezembro – Proposta do ministro da Instrução Pública ao Parlamento, no sentido de reintroduzir o ensino religioso em colégios e estabelecimentos particulares, que não foi aprovada.

1924

7 de Fevereiro – É publicado um edital que regula a inspecção sanitária das toleradas e meretrizes de Lisboa.

2 de Maio – Tem início, em Lisboa, o 1º Congresso Feminista e de Educação, promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

6 de Agosto – É publicada a Lei nº 1544, que aprova, para ratificação, a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, celebrada em Genebra, a 30 de Setembro de 1921, entre Portugal e outros países.

1925

22 de Maio – As costureiras de Silves organizam o seu sindicato profissional e conquistam o dia laboral de 8 horas.

9 de Outubro – É publicado o decreto nº 11124, que estabelece em Lisboa uma Escola Comercial, destinada exclusivamente ao sexo feminino.

16 de Novembro – Morre, no Porto, Carolina Michäelis de Vasconcelos, professora e escritora.

1926

1 de Agosto – Tem início o 1º Congresso Nacional Abolicionista, em Lisboa, que termina no dia 5.

OS PRINCIPAIS ROSTOS DO FEMINISMO PORTUGUÊS

Como foi explicado no corpo principal deste trabalho, o movimento feminista português foi impulsionado, sobretudo, por mulheres pertencentes à burguesia urbana, as quais, pela facilidade de acesso a uma melhor instrução e, conseqüentemente, aos ideais de libertação do «sexo fraco», que iam ganhando cada vez mais força um pouco por todo o mundo, se encontravam melhor preparadas para se dedicarem de corpo e alma a esta causa. Mas, como aconteceu noutros países, também em Portugal, algumas mulheres pertencentes às classes sociais e económicas mais baixas - como Angelina Vidal - não se acomodaram à condição de «cidadão de segunda categoria» e lutaram pela emancipação das portuguesas, quer através de manifestos e artigos publicados na imprensa, de comícios ou no apoio a greves organizadas pelas operárias, que se sentiam injustiçadas quanto às tarefas e salários atribuídos. Outras, como Maria Amália Vaz de Carvalho, nunca se reviram no movimento feminista, nem nunca se associaram a qualquer agremiação feminista, mas nem por isso deixaram de reivindicar uma melhor educação para a mulher, principalmente, através dos seus escritos. Aqui ficam pequenos esboços biográficos de algumas das principais personagens desta “estória”.

Mariana de Castro Osório (1842 – 1917)

Mãe de Ana de Castro Osório, um dos rostos mais conhecidos do feminismo português, soube transmitir aos quatro filhos os princípios do liberalismo que herdou do pai, o tenente-general José Osório de Castro Cabral de Albuquerque. Embora tenha sido uma católica profundamente crente e praticante, teve lucidez para aceitar o ideal da República e as transformações políticas e sociais introduzidas pelo novo regime. Juntou-se à filha e às suas companheiras na luta contra a situação de inferioridade em que a mulher se encontrava, tendo sido a segunda presidente da Associação de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher. Mariana de Castro Osório nasceu no Fundão, em 1842. A mãe, Ana Doroteia Moore, morreu quando ela tinha sete anos e o pai, quando tinha 15. Órfã de ambos os pais, passa a viver com a irmã e o cunhado, António Pedroso de Sousa Coutinho. A 26 de Dezembro de 1866, casa com João Baptista de Castro, conservador do Registo Predial em Mangualde. O casal vive no Fundão até 1864, tendo aí criado os quatro filhos: Alberto Osório de Castro, João

Osório de Castro, Jerónimo Osório de Castro e Ana de Castro Osório. Com a passagem do marido para a magistratura, o casal reside algum tempo na província alentejana e, mais tarde, fixa residência em Setúbal. Em 1911, mudam-se todos para Lisboa, para a Rua do Arco do Limoeiro, onde Mariana de Castro Osório vive até à sua morte, a 17 de Novembro de 1917. O seu corpo foi primeiro sepultado no cemitério de São João, em Lisboa, tendo posteriormente sido trasladado para a sepultura de família situada em Mangualde.

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847 – 1921)

Nasceu e cresceu no seio de uma família que sempre cultivou o gosto pela arte nas suas mais diversas formas de expressão. Aliás, dos seus antecessores fazem parte nomes como os de Francisco de Sá de Miranda, Padre António Vieira e Jorge de Castilho. No Solar de Pintéus, em Santo Antão do Tojal, concelho de Loures, onde viveu a sua mocidade, realizavam-se amiúde encontros com alguns dos maiores vultos da cultura portuguesa, como António Feliciano Castilho e Tomás Ribeiro. Influenciada por esse ambiente, aos 12 anos começou a compor rimas, mas consta que o pai, José Vaz de Carvalho, a proibiu de continuar com essa actividade, por considerá-la imprópria para uma menina da sua idade. Maria Amália, porém, continua com a escrita de poemas tendo, aos 18 anos, lido, perante o pai e alguns dos seus convidados, o seu primeiro trabalho literário, *Uma Primavera de Mulher*, que recebeu críticas bastante elogiosas de Pinheiro Chagas. O ambiente em que viveu acabou por influenciar a sua opção de vida. Nunca frequentou um estabelecimento de ensino, tendo sido sempre orientada nos estudos pela mãe, Maria Cristina de Almeida e Albuquerque. Naturalmente, tornou-se poetisa e escritora, dedicando-se igualmente à escrita de crónicas (utilizando o pseudónimo de Valentina de Lucena), artigos políticos, folhetins de crítica e à tradução, em diversos jornais e revistas portugueses e brasileiros, cujo acesso lhe foi facilitado pelo tio paterno, Luís de Almeida e Albuquerque, director do *Jornal do Comércio e das Colónias*. Com o escritor António Cândido Gonçalves Crespo (com quem casou no dia 11 de Março de 1874 e de quem enviuvou em 1888) escreveu *Contos Para os Nossos Filhos*, obra escolhida pelo Conselho Superior de Instrução Pública para ser utilizada nas escolas primárias. A sua obra de maior vulto seria, no entanto, *A Vida do Duque de Palmela – D. Pedro de Sousa Holstein (1898 – 1903)*. Durante mais de meio século,

funcionou em sua casa, na Travessa de Santa Catarina, o último Salão Literário de Lisboa, por onde passaram nomes como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro. Em 1912, sob proposta de Henrique Lopes de Mendonça, entra para a Academia de Ciências de Lisboa, juntamente com Carolina Michäelis de Vasconcellos, sendo a primeira mulher portuguesa a conseguir tal feito. Maria Amália Vaz de Carvalho nasceu no dia 1 de Fevereiro de 1847, em Lisboa, sendo a filha mais velha de José Vaz de Carvalho e de Maria Cristina de Almeida e Albuquerque. Morreu, também em Lisboa, no dia 24 de Março de 1921.

Maria Emília Marques de Araújo

(1848 – 1917)

Nasceu em Porto de Mós, mas foi em Lisboa que fez toda a sua formação. Professora e educadora, destacou-se pela sua dedicação apaixonada ao ensino dos desvalidos e dos humildes. Embora não se possa considerar uma feminista, no sentido mais comum do tempo, preocupava-se com a condição da mulher, aconselhando as suas compatriotas a dedicarem-se não às actividades intelectuais, mas também manuais e mecânicas, sendo este o caminho mais seguro para a sua emancipação económica. Ela própria seguiu o exemplo. Casada com um dos mais exímios cronometristas da época, Augusto Justiniano de Araújo, aprendeu todos os seus segredos e técnicas, chegando a substituí-lo na oficina sempre que necessário. Tornou-se uma profissional montadora de cronómetros e relógios, tendo dirigido algumas oficinas do sector em Lisboa e Porto de Mós. Quando o marido morreu, substituiu-o no lugar que este ocupava nos Hospitais Cívicos. Falava correctamente várias línguas e era grande apreciadora das belas-artes.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851 – 1925)

Nunca se filiou em nenhuma agremiação feminista, mas esteve sempre disposta a colaborar nas acções promovidas com vista à afirmação da mulher na vida política, social e económica do país. Nascida em Berlim, a 15 de Março de 1851, Carolina Wilhelm Michaëlis de Vasconcelos frequentou a Escola Superior Municipal para jovens do sexo feminino daquela cidade, entre os 7 e os 16 anos, onde conviveu com nomes

sonantes como os Grimm, Humboldt e Ense, entre outros. Uma vez que na Alemanha o ensino superior ainda estava vedado às mulheres, foi orientada nos estudos por Carlos Goldbeck, professor naquele estabelecimento de ensino, que lhe despertou a curiosidade para as línguas espanhola e portuguesa. Aos 14 anos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos começa também a dedicar-se ao estudo das línguas e das literaturas clássicas, românicas, semíticas e eslavas. Em 1872, é nomeada intérprete oficial das línguas ibéricas. Com a polémica gerada em torno da tradução de *Fausto*, feita por António Feliciano de Castilho, a jovem inicia correspondência com vários escritores portugueses, entre os quais, aquele que viria a ser seu marido, Joaquim de Vasconcelos. O casamento, realizado em 1876, trá-la para Portugal, mais concretamente, para o Porto. Em 1911, já reformada da carreira docente, é convidada para dar aulas na Faculdade de Letras de Lisboa, mas acaba por ir para Coimbra, onde foi responsável pela cadeira de Filologia Portuguesa. Foi a primeira mulher a ensinar numa universidade portuguesa e também a primeira a pertencer à Academia de Ciências de Lisboa. Foi ainda sócia honorária do Instituto de Línguas Vivas de Berlim (1877) e doutora “honoris causa” da Universidade de Friburgo (1893), da de Coimbra (1816) e da de Hamburgo (1923). Morre a 16 de Novembro de 1925, em sua casa, situada na Rua da Cedofeita, no Porto.

Angelina Vidal (1853 – 1917)

Acérrima defensora dos direitos da mulher operária, Angelina Vidal entrou em ruptura com a direcção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1911, quando todos os esforços da agremiação foram canalizados para a reivindicação do sufrágio feminino. Esta professora considerava que a prioridade deveria ser a luta pela melhoria da situação económica da mulher, das condições em que esta era obrigada a trabalhar e a viver, que não lhes permitia criar os seus filhos num ambiente saudável e muito menos propício à formação de cidadãos conscientes e livres. Esta postura tornou-a bastante popular entre as classes operárias. Notabilizou-se, ainda, pelos artigos que escreveu e pelos comícios políticos e conferências em que participou e nos quais defendeu os princípios republicanos e socialistas. Angelina Casimiro do Carmo nasceu em Lisboa, no dia 11 de Março de 1853. Da sua família sabe-se apenas que o pai, Joaquim Casimiro Júnior, era um músico reconhecido. Aos 19 anos, casa-se com Luís Augusto de Campos Vidal, médico da Armada Portuguesa, que acaba por morrer em serviço na Guiné, em 1894.

Devido às ideias políticas que sempre defendeu, não lhe foi concedida a pensão do Estado a que tinha direito, passando a viver na miséria. Nos últimos anos de vida, a rainha D. Amélia concede-lhe uma pensão. Pouco antes da morte desta professora, em 1917, os jornais *A Voz do Operário* e o *Diário de Notícias* publicam textos denunciando a situação em que vivia. Pressionado, o Parlamento aprova, então, a concessão de uma pensão, da qual Angelina Vidal nunca chegou a usufruir. O seu funeral foi feito a expensas do jornal *O Século*, da qual foi colaboradora. Professora do ensino secundário e do Conservatório, Angelina Vidal foi ainda proprietária e redactora principal dos jornais *Sindicato*, *Justiça do Povo* e *Emancipação*. Foi também sócia efectiva da Associação da Imprensa Portuguesa, benemerita da Associação dos Trabalhadores de Imprensa e membro da Liga Internacional Polaca dos Amigos da Polónia.

Alice Pestana (1860 – 1929)

Insurgiu-se muito cedo contra o modelo educativo vigente na época, principalmente, aquele que se destinava às raparigas, que, em sua opinião, era demasiado superficial e desajustado às novas realidades. Como era comum na classe média alta, Alice Pestana recebeu os primeiros ensinamentos de uma «*instrutice*» inglesa, que lhe abriu as portas ao mundo da Aritmética, da Geometria, da História, da Geografia e da língua francesa, sem, no entanto, conseguir satisfazer minimamente a sua curiosidade. O enorme desejo de alargar horizontes, de saber mais do que o estritamente necessário para entabular uma conversa de salão e conquistar um marido, levou Alice Pestana a procurar a ajuda de alguns mestres portugueses, nomeadamente, de Henrique Xavier Nogueira, que lhe ministrou aulas particulares de Português (disciplina quase sempre esquecida pelas professoras britânicas e francesas), de Manuel Bernardes Branco, com quem aprendeu Latim, e de Correia Barreto, um oficial de artilharia que lhe despertou o interesse pela Matemática e pela História Natural. Aprendeu ainda música com o mestre Alexandre Rey Colaço. Filha de Eduardo Augusto Vilar Coelho, funcionário do Governo Civil de Santarém, e de Matilde Laura Soares Pestana, uma madeirense que se dedicou à tradução de obras inglesas, Alice Evelina Pestana Coelho nasceu no dia 7 de Abril de 1860, em Santarém, cidade onde viveu até aos 14 anos. Após a morte da mãe e do casamento da irmã mais velha, Corina, em 1874, Alice decide ir viver com o irmão, José, para casa da avó materna, situada na Rua da Fábrica das Sedas, em Lisboa. Na

base desta decisão esteve o facto de o pai ter constituído nova família, o que não foi bem aceite pela jovem. Em 1885, publicou os seus primeiros contos numa revista política e literária sob o pseudónimo de Caiel, actividade que não mais largará. Publicou outras obras utilizando o anagrama Célia Elevani (anagrama de Alice Evelina) e os pseudónimos Eduardo Caiel e Cil. Em Novembro e Dezembro de 1887, realizou uma viagem pela Suíça, França e Inglaterra, acompanhada pelo cunhado, José da Costa e Silva, com o objectivo de estudar os modelos de educação aplicados nos liceus femininos naqueles países. A missão foi-lhe confiada pelo ministro José Luciano de Castro, no âmbito da campanha difamatória levada a cabo na imprensa contra a criação daquele tipo de estabelecimento de ensino em Portugal, uma proposta do Partido Progressista. Em 1901, Alice Pestana casa com o professor espanhol Pedro Blanco Suárez e passa a residir em Madrid, cidade onde, a partir de então, desenvolve a sua actividade profissional. É aí que funda, em colaboração com outras entidades, o Protectorado del Niño Delicuyente, que funcionou entre 1916 e 1925. A partir de 1913, passa a ministrar aulas de Francês e a colaborar com a revista *La Lectura*. O Governo espanhol encarrega-a, em 1914, de estudar os métodos de ensino femininos aplicados em Portugal, cujos resultados são, mais tarde, publicados em livro. Foi co-fundadora da Sociedade Altruísta e Presidente da Liga Portuguesa da Paz, fundada em 1889. Morre na capital espanhola em 24 de Dezembro de 1929.

Elzira Dantas Machado (1865 – 1942)

Única filha de Miguel Dantas Gonçalves Pereira e de Bernardina da Silva, uma cidadã brasileira que este conheceu quando esteve emigrado no Rio de Janeiro, Elzira Dantas Machado nasceu em 1865, presume-se que nesta cidade. Aos seis anos, após a morte da mãe, vem para Portugal com o pai, tendo sido criada num ambiente desafogado e culto e recebido uma educação esmerada, a cargo de preceptoras estrangeiras, como era hábito nas famílias mais abastadas. O pai sempre se preocupou com a sua educação, tendo, inclusive, previsto o internamento da filha num colégio suíço, caso morresse antes de ela completar os 12 anos. Apesar de educada de acordo com os cânones da época, segundo os quais a mulher deveria ser preparada apenas para desempenhar os papéis de esposa e de mãe, Elzira Dantas nunca se deixou moldar por esse princípios, tendo, desde muito cedo, se envolvido no emergente movimento feminista. O casamento com

Bernardino Machado, em 1882, aos 17 anos, abriu-lhe portas a um novo mundo e permitiu-lhe conhecer algumas das mais proeminentes figuras do republicanismo e do feminismo português. Participou na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, que abandonou dois anos mais tarde para abraçar o projecto da Associação de Propaganda Feminista, da qual é eleita presidente em 1916. Com o eclodir da I Guerra Mundial e a participação de Portugal no conflito, Elzira Machado Dantas empenha-se na fundação da Cruzada das Mulheres Portuguesas, em 1916, cuja principal missão era apoiar os soldados que iam para a frente de batalha e as suas famílias. O trabalho que vinha desenvolvendo foi interrompido cerca de um ano depois, na sequência do golpe sidonista. Bernardino Machado é destituído do cargo de presidente da República e a família exila-se, pela primeira vez, em Paris. Apesar das circunstâncias, Sidónio Pais decide condecorar Elzira Dantas com a grã-cruz da Ordem de Cristo e conceder à agremiação a grã-cruz de Torre Espada. Com o prolongar do exílio, decide renunciar ao cargo de presidente da Cruzada das Mulheres Portuguesas, em 1923, tendo, contudo, sido eleita presidente honorária desta mesma associação em assembleia geral realizada no dia 2 de Abril. Regressa a Portugal, mas os tempos conturbados do final da Primeira República e o golpe que pôs fim ao regime, em 1926, obriga a família Machado a optar, mais uma vez, pelo exílio, em França e em Espanha. Voltam ao país 13 anos depois. Elzira Dantas Machado morre no Porto em 1942.

Adelaide Cabete (1867 – 1935)

Destacou-se, principalmente, pelos trabalhos que desenvolveu em prol da melhoria das condições de vida da mulher, sobretudo, a mulher grávida pobre, e da criança e pelo exemplo de coragem e de tenacidade. Feminista, republicana, maçónica, médica, pedagoga, abolicionista e defensora dos animais, Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete nasceu em Elvas, a 25 de Janeiro de 1867, no seio de uma família de operários. Os pais, Ezequiel Duarte Brazão e Balbina dos Remédios Damas Brazão, nunca tiveram condições financeiras para suportar os estudos das duas filhas, mas a grande força de vontade que Adelaide Cabete demonstrou desde muito cedo fez com que aprendesse a ler de uma forma autodidacta. Nos poucos tempos livres que o trabalho numa fábrica de secagem de ameixas lhe deixava, lia todo o tipo de livros que conseguia arranjar. O casamento, aos 18 anos, com Manuel Ramos Fernandes Cabete, sargento da Polícia

Municipal, surge como a sua grande oportunidade para, finalmente, poder estudar. Grande defensor da emancipação da mulher e da instrução dos cidadãos, Manuel Cabete sempre apoiou a esposa nessa sua ambição, tendo, inclusive, vendido algumas propriedades para que o casal pudesse suportar as despesas com os estudos. Graças a este grande incentivo, Adelaide Cabete termina a instrução primária em 1889, com 22 anos. Segue-se o liceu e a entrada na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, aos 29 anos, onde conclui a licenciatura em Medicina quatro anos mais tarde, em 1900, tendo sido a terceira mulher, em Portugal, a consegui-lo. No final do curso, defendeu a tese intitulada *A Protecção às Mulheres Grávidas Pobres Como Meio de Promover o Desenvolvimento Físico de Novas Gerações*, que obteve a classificação de 14 valores. Como pedagoga, introduziu algumas alterações nos currículos de alguns estabelecimentos de ensino por onde passou, nomeadamente, no Instituto de Educação e Trabalho de Odivelas (onde trabalhou 17 anos) e na Universidade Popular Portuguesa, em Lisboa, onde leccionou Higiene e Puericultura. Ao longo da sua vida, participou em vários encontros nacionais e internacionais dedicados à mulher e à criança, principalmente, pertencentes às classes mais desfavorecidas, dos quais se destaca o Congresso do Conselho Internacional das Mulheres, em Gand (1913), o 1º Congresso Feminista e de Educação, realizado em Lisboa, em 1924 (do qual foi a principal promotora), e os congressos feministas de Roma (Itália) e de Washington (EUA) e o 1º Congresso Abolicionista, em Lisboa, estes últimos realizados em 1926. Em 1907, com 40 anos, Adelaide Cabete é iniciada na instituição maçónica, na Loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido (G.O.L.U.), da qual se separa 13 anos depois (devido a divergências com alguns dos «irmãos») para fundar uma nova loja. Foi co-fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, e participou na confecção da bandeira nacional, que, no dia 5 de Outubro de 1910, foi hasteada no edifício da Câmara Municipal de Lisboa. Quatro anos mais tarde, com Ana de Castro Osório, funda o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (ao qual presidiu ao longo de vários anos), que durante muito tempo funcionou no seu consultório médico, na Praça dos Restauradores, em Lisboa, sendo as despesas partilhadas pelas sócias. Esteve ainda na origem das Ligas da Bondade e dirigiu a revista *Alma Feminina*. Depois da morte do marido, a 11 de Janeiro de 1916, Adelaide Cabete parte com o sobrinho, Arnaldo Brazão, para Angola, onde se bateu pela criação de casas de beneficência e maternidades para os indígenas. Regressa a Lisboa em 1934, morrendo na miséria no dia 14 de Setembro de 1935, com 68 anos.

Alice Moderno (1867 – 1945)

Foi a primeira rapariga a frequentar o liceu de Ponta Delgada (Açores), aos 20 anos. Alice Augusta Pereira de Melo Maulaz Moderno, de seu nome completo, nasceu em 1867, em Paris, filha de uma francesa e de um madeirense emigrado em França, Celina Pereira de Melo Maulaz Moderno e João Rodrigues Moderno, respectivamente. Em 1875, a família muda-se para os Açores, primeiro para Hangra do Heroísmo e mais tarde, em 1883, para Ponta Delgada. Escritora, jornalista, poetisa, professora primária e de língua francesa, comerciante e agente de seguros, fundou, em Ponta Delgada, *A Folha* e dirigiu o *Roteiro das Salas* e o *Diário dos Açores*. Publicou diversas obras, das quais se destaca *Adeus*, versos (1885), *Aspirações*, versos (1886), *O Doutor Luís Sandoval*, romance (1892) e *Mater Dolorosa*, monólogo. Participou em diversos concursos poéticos, tendo sido sempre premiada. Algumas das suas poesias foram traduzidas em várias línguas. Alice Moderno foi sócia de diversas agremiações científicas e literárias, entre as quais, Società Luigi Camoens, International Women Union (Londres) e o Grémio Literário Funchalense. Desde muito nova que se assumiu como uma mulher emancipada, desafiando sem qualquer pudor os costumes conservadores da época. Viajou bastante, frequentemente para França, onde tinha parentes e interesses comerciais. Morreu em Ponta Delgada, em 1946.

Maria Clara Correia Alves (1869 – 1948)

Teve um papel muito importante naquilo a que João Esteves chama de segunda vaga do feminismo português. Foi uma das fundadoras do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e do seu órgão de informação oficial, o *Alma Feminina*, tendo-se empenhado convictamente no enaltecimento da intelectualidade feminina. Professora, escritora, publicista e conferencista destacou-se sobretudo pelos seus dons oratórios. Por várias vezes, foi responsável pelos discursos de recepção às individualidades portuguesas que estavam de visita ao país. Publicou diversos artigos em jornais e o livro *Féminisme (Toujours et Encore)*, em francês, em 1916. Dirigiu uma pequena biblioteca pública. Nasceu em Montemor-o-Novo em 1869 e morreu em ... em 1948.

Emília Cândida da Silva Patacho (1870 – 1944)

Foi uma das primeiras mulheres portuguesas a licenciar-se em Medicina pela Escola de Lisboa, cidade onde nasceu, em 1870. Preocupou-se sempre com o bem-estar dos mais carenciados (tinha por hábito oferecer os medicamentos aos doentes mais pobres) e defendeu a causa da emancipação da mulher portuguesas, especialmente no V Congresso das Agremiações Populares, realizado em Lisboa, em 1910. Dirigiu o Reformatório Feminino de Lisboa, onde introduziu diversas alterações de funcionamento.

Maria Veleda (1871 – 1955)

Começou a defender a causa feminina a partir dos 19 anos, altura em que começou a escrever no jornal *Distrito de Faro*, cidade onde nasceu em 1871. Maria Veleda é filha de João Diogo Frederico Crispim (oriundo de uma família de comerciantes ingleses que se fixou no Algarve) e de Carlota Perpétua da Cruz Crispim. Órfã de pai aos 11 anos, começa a dar explicações aos 15 para ajudar a mãe no sustento da casa, iniciando assim um longo percurso como educadora. Foi professora do ensino primário em escolas de Faro, Lisboa, Bucelas, Odivelas, Ferreira do Alentejo e Serpa, onde se empenhou na promoção do que nos dias de hoje se designa por actividades extracurriculares, como sejam representações teatrais e festas para as crianças. Foi uma crítica do sistema de ensino português, que considerava ultrapassado, defendia a co-educação e o princípio de que a escola não deveria servir apenas para ensinar os alunos a ler e a escrever, mas também a pensar. Trabalhou ainda na Tutoria Central de Infância de Lisboa. Nas páginas de *A Vanguarda*, dissertou sobre os problemas da mulher, do ensino em Portugal e defendeu a ideologia republicana. Participou, também, em vários comícios, palestras e conferências de propaganda política. Foi sócia fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, da qual foi presidente em 1911, directora da revista *A Mulher e a Criança* e integrou o “Grupo das Treze” (1911), cujo objectivo era combater a ignorância da mulher e combater as suas superstições. Juntamente com Ana 19 de Castro Osório, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo, fundou a Obra Maternal, em 1909, instituição que acolhia raparigas em perigo moral e da qual foi

directora e professora. Foi iniciada na Maçonaria em 1907. Morreu em 1955, em Lisboa, tendo publicado, cinco anos antes, as suas memórias no jornal *República*.

Domitília Hormizinda de Carvalho (1871 – 1966)

Foi a primeira mulher a frequentar um curso universitário em Portugal e também uma das primeiras a ser eleita deputada. Domitília Hormizinda Miranda de Carvalho, de seu nome completo, filha de Manuel Rodrigues de Carvalho, professor de instrução primária, e de Margarida Miranda de Carvalho, nasceu em São Martinho de Travanca, concelho da Vila da Feira, distrito de Aveiro, no dia 7 de Maio de 1871. Terminou o curso dos liceus em 1891. Frequentou as faculdades de Matemática e de Filosofia da Universidade de Coimbra, cujos cursos terminou com altas classificações em 1894 e 1895. Em 1904, terminou a licenciatura em Medicina, ficando em número um. Em 1906, dirigiu o primeiro liceu feminino de Lisboa, o D. Maria Pia, e, mais tarde, foi professora efectiva de Matemática no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, na mesma cidade, onde ficou até atingir o limite de idade. Foi vogal ao Conselho Superior de Instrução Pública e sócia da extinta Academia de Ciências de Portugal. Além dos prémios escolares, recebeu o de Castelo de Paiva (Anatomia) e o de Alvarenga (Clínica Médica) e foi condecorada pelo Governo com a Ordem da Instrução Pública. Com a aprovação da primeira lei eleitoral do Estado Novo, em 1931, que consagrava, finalmente, o sufrágio feminino, embora de uma forma restrita, e o direito de as mulheres poderem candidatar-se a cargos políticos, Domitília Hormizinda de Carvalho tornou-se numa das primeiras portuguesas a ser eleita deputada. Estávamos em 1934, ano em que se realizaram eleições para a Assembleia Nacional. A médica, juntamente com outras duas mulheres, fazia parte da lista da União Nacional, tendo sido eleita com 486 512 votos. Foi reeleita na legislatura de 1938-41.

Cláudia de Campos (1871 – 1916)

Os dados biográficos sobre Cláudia de Campos são escassos e difusos. Sabe-se que era filha do industrial Francisco António de Campos e que nasceu em Sines, no Algarve. Quando atingiu a idade escolar, o pai mandou-a estudar em Inglaterra, onde permanece

até casar, aos 16 anos. A partir daí, fixa residência em Lisboa. O período que passou em Inglaterra marcou-a profundamente, ao ponto de confidenciar às pessoas mais próximas que se sentia dividida entre os dois países. Embora preocupada com a condição da mulher (pertenceu à secção feminista da Liga Portuguesa da Paz), e exortando à sua emancipação, não era adepta das “reivindicações apaixonadas e ruidosas” promovidas pelas mais fervorosas feministas. Defendia que eram preferíveis os exemplos do que as frases, “a própria conduta do que a exposição de doutrinas”. Publicou a sua primeira obra em 1892. Tratava-se de um livro de contos intitulado *Rindo*, prefaciado por Bulhão Pato. Seguiu-se *O Último Amor* (1894), *Mulheres, Ensaio de Psicologia Feminina* (1895), entre outros, alguns dos quais assinado com o pseudónimo de *Colette*. A forma como abordava os diversos temas, considerada demasiado libertina para a época, valeram-lhe várias críticas.

Ana de Castro Osório (1872 – 1935)

Foi, sem dúvida, uma das personalidades mais marcantes na luta pela emancipação da mulher durante o regime republicano e a grande impulsionadora da literatura infantil em Portugal, ao publicar em folhetim, entre 1897 e 1935, um conjunto de contos populares portugueses, por si recolhidos e dirigidos aos mais novos, sob o título *Para as Crianças*. Dado o sucesso que alcançaram, foram mais tarde editados numa colecção de 18 volumes. Ana de Castro Osório nasceu em Mangualde, em 1872. É a única filha de João Baptista de Castro e Mariana Osório de Castro Cabral de Albuquerque. Até aos 23 anos, viveu em Setúbal, tendo publicado as suas primeiras crónicas no jornal *Mala da Europa*. Três anos mais tarde, casou com Paulino de Oliveira, poeta e tribuno republicano. Em 1911, o casal parte para São Paulo (Brasil), onde Paulino de Oliveira exerceu funções de cônsul de Portugal. Os dois foram os únicos estrangeiros autorizados a participar no Congresso da Instrução Pública, realizado em Belo Horizonte. Em 1914, após a morte do marido, regressa ao país natal e fixa residência em Lisboa. Antes, em 1910, tinha fundado a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e durante a 1ª Guerra Mundial co-dirigiu a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Pertenceu ainda à maçonaria, tendo sido iniciada no dia 13 de Maio de 1907. Devido à defesa que fez da participação de Portugal naquele conflito armado, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra inaugurou um busto em sua homenagem, na sede, em Lisboa. Ana de

Castro Osório colaborou com Afonso Costa na elaboração da Lei do Divórcio, defendendo as suas ideias sobre esta matéria no livro *A Mulher no Casamento e no Divórcio*. Foi a única mulher presente no Congresso Municipalista de Évora, realizado em 1915, representando a Câmara de Cuba. Apresentou a tese *A Mulher na Agricultura, nas Indústrias Regionais e na Administração Municipal*. Foi subinspectora do Trabalho Feminino. Ao longo de quase 20 anos, percorreu várias regiões do país promovendo palestras e conferências com o intuito de despertar a consciência das portuguesas para a causa feminista. Em 1922, regressou ao Brasil para realizar uma série de conferências. Morreu em Lisboa, em 1935.

Beatriz Pinheiro de Lemos (1872 – 1922)

Professora do ensino primário e escritora, interessou-se desde cedo pelas questões ligadas à mulher (pertenceu a um grupo feminista), à educação e ao ensino, tendo fundado uma escola para raparigas pobres, a Escola Liberal João de Deus. Ainda aluna de liceu, publicou alguns textos na revista académica *A Mocidade*. Mais tarde, juntamente com o marido, o poeta Carlos de Lemos, fundou a revista de arte e crítica *Ave Azul*, em Viseu, onde se podem encontrar a maior parte dos seus escritos. Nasceu em Viseu, em 1872. Morreu aos 50 anos.

Maria O'Neill (1873 – 1932)

Filha de Carlos Torlades O'Neill e de Maria Carlota Infante de la Cerda Pereira de Eça (descendente de uma família irlandesa), Maria da Conceição Infante de la Cerda Pereira de Eça Constance O'Neill, nasceu em Lisboa, em 1873. Desde muito cedo que revelou uma especial apetência pelas letras, tendo publicado a sua primeira obra, *O Morgado do Juncal*, com apenas 10 anos de idade. Destacou-se como escritora (*Nimbo*, 1908, *O Colar de Vera*, 1923, etc.), tradutora (*A Dama das Camélias*), pelas suas intervenções públicas e pelas colaborações regulares que teve na imprensa. Foi directora, durante vários anos, do *Almanaque das Senhoras* e do *Almanaque Ilustrado*. Sobre o feminismo, escreveu um dia: “O meu feminismo deseja que os homens deixem de ser crianças e as mulheres, bonecas com que eles brincam. O meu feminismo não quer

preponderância, mas cooperação mútua, inteligente, sem comparação de direitos de parte a parte”¹. Maria O’Neill ganhou também notoriedade por ter socorrido o poeta Gomes Leal, numa altura em que ele dormia na rua e era apedrejado pelos rapazes. Foi presidente das Ligas de Bondade e da secção Assistência e Trabalho do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. A partir de determinada fase, interessou-se pelo espiritismo, tendo pertencido ao Conselho Superior da Federação Espírita Portuguesa e à redacção da revista *Espiritismo*. Morreu no dia 21 de Março de 1932, a bordo do transatlântico «General Osório», quando este passava ao largo de Cabo Verde, de regresso do Brasil, onde tinha ido fazer propaganda sobre o espiritismo.

Virgínia de Castro e Almeida (1874 – 1945)

Viveu a maior parte da sua vida na Suíça e em França, acompanhando o marido, o agrónomo e escritor João da Mota Prego, mas tal não a impediu de acompanhar a evolução do país onde nasceu, em 1874. Embora não tenha sido uma feminista no sentido estrito do termo, as experiências que foi vivendo fizeram com que, nos últimos anos, Virgínia de Castro e Almeida estivesse convertida a esta causa. Escritora, dedicou-se, sobretudo, à literatura infantil e juvenil, sendo considerada a iniciadora deste tipo literário em Portugal. *A Fada Tentadora* (1895) e *Céu Aberto em Pleno Azul* são apenas dois dos livros para crianças que escreveu. Dedicou-se também à tradução de diversas obras, entre as quais, *Pensamentos*, de Marco Aurélio, *Novelas Exemplares*, de Cervantes, e *Contos de Natal*, de Charles Dickens. Representou Portugal em Paris, na Comissão de Cooperação Intelectual. O Governo francês condecorou-a com a Legião de Honra. Foi a primeira mulher a ter um papel de destaque no cinema português tendo fundado, em 1922, a Fortuna Films, cuja primeira produção foi *Uma Sereia de Pedra* (baseado no seu romance intitulado *Obra do Demónio*). *Os Olhos da Alma*, o segundo filme produzido pela sua empresa, baseado num argumento também por si escrito e filmado na Nazaré, foi exibido em França, em 1923, tendo recebido críticas bastante favoráveis. Virgínia de Castro e Almeida morreu no dia 22 de Novembro de 1945, em Lisboa.

¹ Citado em Monteiro, Manuela (coord. de), *Dicionário de Biografias*, s.l., Porto Editora, 2001

Albertina Paraíso

(1874 – 1954)

Filha do banqueiro Guilherme de Sousa Paraíso e de D. Sofia Paraíso, nasceu no Porto em 1874. Os dotes literários que desde muito cedo manifestou, aliados a uma educação rigorosa e completa e à convivência próxima com alguns dos maiores vultos das letras e das artes da época (António Fogaça, António Nobre e Eduardo Pimenta, para citar apenas alguns), encaminharam-na naturalmente para as belas-artes e para a actividade literária. Aos 22 anos, publicou *Musgos e Rosas*, um livro de versos prefaciado por João de Deus, que rapidamente se esgotou. No entanto, a maior parte dos seus escritos encontra-se disperso pela imprensa. Colaborou com inúmeros jornais, dos quais se destacam *O Século*, *Novidades*, *O Correio da Manhã* e *A Capital*. Ela própria fundou algumas publicações, nomeadamente, o *Almanaque das Senhoras Portuenses* (1886), *Almanaque das Senhoras Portuenses e Brasileiras* (1888); *O Perfume* (1905), *Alma Feminina* (1907 – 1908) e o *Jornal da Mulher* (1910 – 1912). Chegou a ministrar aulas de Desenho e de Línguas no ensino particular, mas foi na actividade jornalística que mais se destacou, tendo sido uma feminista moderada. Interessou-se também pelos estudos etnográficos, tendo explorado uma casa de artigos regionais, em Lisboa, onde expunha artigos e trajes típicos das diversas províncias portuguesas.

Emília de Sousa Costa (1877 – 1959)

Embora de uma forma mais reservada, Emília de Sousa Costa foi, também, uma profunda activista da causa feminista em Portugal. Preocupou-se, sobretudo, com os menores desamparados e, entre estes, com as raparigas, tendo criado, em Lisboa, a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino. Emília de Piedade Teixeira Lopes de Sousa Costa nasceu em Lamego no dia 15 de Dezembro de 1877 e morreu no Porto, a 7 de Junho de 1959. Foi casada com Alberto Mário de Sousa Costa, magistrado, romancista e publicista. Professora do Refúgio da Tutoria da Infância de Lisboa, fez traduções de livros didácticos (nomeadamente, os contos de Grimm), jurídicos e de literatura. É autora de novelas, contos, lendas e de livros de viagens. Dirigiu colecções de livros para crianças, das quais se destacam a «Biblioteca Infantil» e a «Biblioteca dos Pequeninos», onde se contam volumes da sua autoria. Usou o pseudónimo de Maria Valverde.

Carolina Beatriz Ângelo (1877 – 1911)

Teve a coragem de desafiar os cânones políticos da época quando, em 1911, interpretando o Código Eleitoral à letra, requereu a inscrição do seu nome nos cadernos de recenseamento. Afinal, como estava previsto na lei, sendo chefe de família (era viúva e tinha a seu cargo uma filha menor), sendo maior de idade e sabendo ler e escrever, encaixava perfeitamente na categoria dos eleitores. Graças a esta “ousadia”, tornou-se na primeira mulher eleitora da Península Ibérica. Foi, também, a primeira médica cirurgiã em Portugal. Nascida na Guarda, em 1877, Carolina Beatriz Ângelo frequentou o Curso de Liceu na mesma cidade. Mais tarde, frequenta a Escola Politécnica e licencia-se na Escola Médica de Lisboa, em 1902. Nesse mesmo ano, casou-se com Januário Barreto, seu primo e colega de curso. Trabalhou no Hospital de Rilhafoles sob orientação de Miguel Bombarda e Sabino Teixeira Coelho, tendo-se especializado em ginecologia. Foi a primeira médica portuguesa a operar no Hospital de São José, em Lisboa. Presidiu à Associação de Propaganda Feminista e foi vice-presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Pertenceu ainda à Associação do Registo Civil, ao Grémio Solidariedade e o Grémio Humanidade. Defendeu o direito de voto para a mulher economicamente independente, a protecção à mulher e à criança, a equiparação de salários para ambos os sexos e o alargamento do serviço militar obrigatório às mulheres. Morreu em Outubro de 1911, após vários meses de doença, com 33 anos. O seu corpo foi a enterrar no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, no dia 5 desse mês (precisamente, no primeiro aniversário da implantação da República), numa cerimónia que contou com a presença de centenas de políticos e de mulheres.

Sofia da Conceição Quintino

(1878 - ?)

Natural de Lamas (Cadaval), destacou-se como médica e investigadora. Licenciada em Medicina pelas universidades de Lisboa e de Paris, aos 27 anos tornou-se assistente do Laboratório de Análises Clínicas dos Hospitais Cíveis de Lisboa. Em 1918, foi promovida a directora dos serviços de fisioterapia, cargo que ocupou até 1948. A dedicação às ciências médicas valeram-lhe as medalhas de ouro e de prata dos hospitais civis.

Branca de Gonta Colaço (1880 – 1945)

Não é correcto classificá-la como feminista no sentido mais comum do termo, mas defendeu sempre a melhoria da educação ministrada à mulher e uma maior participação desta na sociedade. Filha do político e poeta Tomás Ribeiro e de sua mulher, a poetisa inglesa Ana Carlos Syder, Branca Eva de Gonta Syder Ribeiro Colaço nasceu em Lisboa, no dia 8 de Julho de 1880. Durante a sua mocidade, conviveu com alguns dos maiores nomes da cultura portuguesa, demonstrando especial interesse pelas línguas e pela poesia. Aos 18 anos, casou com o azulejista e pintor Jorge Colaço, de quem teve dois filhos e do qual enviuvou em 1942. Branca Gonta de Colaço distinguiu-se como poetisa, dramaturga e prosadora, tendo colaborado com os jornais *O Dia* e *Talassa*. Por sua iniciativa, a Academia das Ciências de Lisboa organizou, em 1918, uma homenagem a Maria Amália Vaz de Carvalho. Branca Gonta de Colaço foi distinguida com o oficialato da Ordem de Santiago e Espada, tendo morrido a 22 de Março de 1945.

Olga de Morais Sarmiento da Silveira (1881 – 1948)

Viveu grande parte da sua vida em Paris, onde acolheu, em sua casa, algumas das mais destacas figuras das letras e das artes francesas, e também emigrantes portugueses, que ali procuravam o apoio de que careciam. Olga de Morais Sarmiento da Silveira nasceu em Setúbal, em 1881. Iniciou a sua carreira literária em 1906, com a obra *Problema Feminino*. Durante vários anos, dirigiu a revista *Sociedade Futura*, fundada por Ana de Castro Osório. Foi sócia do Instituto de Coimbra, tendo sido condecorada com as Ordens de Sant'Iago da Espada e de Cristo e da Legião de Honra. Morreu em 1948, na casa que possuía no Bairro do Pimenta, em Lisboa.

Regina Quintanilha (1893 – 1867)

Foi a primeira mulher a exercer advocacia na Península Ibérica, tendo iniciado a sua carreira no dia 14 de Novembro de 1913, no tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, antes mesmo de completar o curso de Direito. Filha de Francisco António Fernandes Quintanilha, membro do Partido Progressista e Governador Civil de Bragança, e de sua mulher, Josefa Ernestina Pinto de Magalhães, escritora e poetisa, Regina da Glória Pinto

de Magalhães Quintanilha de Sousa e Vasconcelos nasceu em Bragança, a 9 de Maio de 1893. Tal como as duas irmãs, frequentou escolas públicas e privadas em Bragança e no Porto durante a infância e a adolescência. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde também frequentou a Faculdade de Letras, tendo tido como mestre e amiga Carolina Michäelis de Vasconcelos. Foi notária em Albergaria-a-Velha, conservadora em Mação e conservadora do Registo Predial em Lisboa. Trabalhou com os melhores advogados do Brasil, França, Bélgica, Espanha, entre outros, tendo tido escritório aberto no Rio de Janeiro (Brasil) e em Nova Iorque (Estados Unidos da América). Em 1945, Regina Quintanilha decide afastar-se da advocacia, para se dedicar à família e à administração de empresas, nomeadamente, do Hotel da Torre das Termas, em Entre-os-Rios. Morreu no dia 25 de Março de 1967, com 73 anos, na casa que possuía no número 35 da Rua Castilho, em Lisboa. O funeral saiu da Igreja de São Mamede para o jazigo de família no cemitério do Alto de São José.

AS ASSOCIAÇÕES FEMINISTAS PORTUGUESAS

Conscientes do momento histórico que estavam a atravessar, e não querendo perder a marcha do movimento feminista que se consolidava um pouco por todo o mundo ocidental, a partir do início do século XX, a mulher portuguesa, melhor dizendo, um pequeno grupo de mulheres pertencente à elite burguesa, olvida todos os esforços para fundar associações cuja missão fosse a defesa dos interesses femininos. A maior parte teve uma duração bastante efémera, devido ao reduzido número de associadas e à falta de apoio por parte dos partidos políticos ou de associações estrangeiras congéneres. As constantes divergências e cisões no seio do frágil movimento feminino português também não abonaram a favor de uma continuidade mais duradoura. Excepção para o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914 e extinto apenas em 1947, pelo Governo Civil de Lisboa, por não personalizar os valores preconizados pelo Estado Novo. Destaque ainda para a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a primeira grande agremiação do género, que desempenhou um papel extremamente importante na dinamização do movimento nos primeiros anos da República.

Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906)

A Liga Portuguesa da Paz foi fundada a 18 de Maio de 1898, mas a secção feminista surgiu apenas em 1906, numa sessão presidida por Olga de Morais Sarmiento da Silveira e secretariada por Emília Patacho e Domitila de Carvalho. Um acto que para Virgínia Quaresma constituiu o primeiro episódio declaradamente feminista em Portugal. A Liga teve como primeira presidente Alice Pestana, sua fundadora, que em 1897, com a publicação de um folheto intitulado *La Femme e La Paix: Appel Aux Mères Portugaise*, tentou sensibilizar as portuguesas para o movimento humanitário a favor da paz. Apesar dos seus esforços, não conseguiu mover nomes importantes, como o de Ana de Castro Osório, que recusou associar-se por duvidar que a Liga pudesse acabar com as guerras no mundo. Magalhães Lima era o vice-presidente, Augusta Rocha, a tesoureira, Amélia Reitor Ribeiro Cruz, a secretária das sessões, e Jeanne de Almeida Nogueira, a secretária da correspondência, tendo mais tarde, sido sócia benemérita do Comité “La Paix et de Désarmement par les Femmes”. O reduzido número de mulheres que se predispuseram a associar ao projecto, ditou a sua rápida extinção. A associação estava sediada no número 87 da Rua dos Prazeres, em Lisboa. Além de Alice Pestana, faziam

parte dos corpos dirigentes Cláudia de Campos, Domitila de Carvalho, Emília Patacho, Maria do Carmo Lopes, Olga Sarmiento da Silveira e Virgínia Quaresma.

Comité La Paix et le Désarmement par les Femmes (1906 - ?)

A Associação “La Paix et de Désarmement par les Femmes » (A Paz e o Desarmamento pelas Mulheres) foi fundada em França, em 1899, por Sylvie Flammarion, com a pretensão, também, de terminar com os conflitos internacionais recorrendo à arbitragem, neste caso, das mulheres, criando comités nacionais. O comité português foi fundado em Novembro de 1906, pouco depois de uma reunião realizada em Paris. Integravam a direcção Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Maria do Carmo Lopes, Virgínia Quaresma, Alice Pestana, Carolina Michäelis de Vasconcellos, sendo que a presidência coube a Sylvie Flammarion. Jeanne de Almeida Nogueira e Olga Sarmiento da Silveira foram nomeadas sócias beneméritas e Magalhães Lima, sócio honorário. A primeira reunião realizou-se no dia 6 de Dezembro desse mesmo ano, no terceiro andar do número 193 da Rua de Santo Antão, em Lisboa, onde tinha sido fixada a sede provisória. Nesse primeiro encontro, discutiram-se os estatutos, adaptados dos estatutos franceses. Três anos mais tarde, ocorrem as primeiras dissidências, com a saída de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo, então empenhadas na fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Grupo Português de Estudos Feministas (1907-1908)

Liderado por Ana de Castro Osório, foi um primeiro ensaio daquilo que seriam as mais importantes associações feministas em Portugal, sendo a primeira a integrar a palavra “feminista” na sua designação. A sua principal missão era esclarecer as portuguesas acerca dos passos que estavam a ser dados, a nível internacional, para conseguir a equiparação de direitos entre homens e mulheres e explicar-lhes o que significava ser feminista. Era presidida por Ana de Castro Osório e contava entre as suas sócias com nomes como os de Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Sofia Quintino. Em 1908, organizou cursos nocturnos para mulheres analfabetas. A *Educação Cívica da Mulher*, da autoria de Ana de Castro Osório, foi a primeira publicação patrocinada pelo

Grupo Português de Estudos Feministas. Esteve igualmente prevista a publicação do livro *A Conquista*, de Maria Veleda, e de uma recolha de textos de Beatriz Pinheiro, o que não veio a acontecer. A agremiação publicou ainda a revista *Alma Feminina*, cujo título seria mais tarde aproveitado para o boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Teve também como projecto a criação de uma biblioteca especializada em assuntos relacionados com a condição feminina, que seria a primeira biblioteca nacional dedicada exclusivamente a essa área. Algumas sócias da agremiação representaram Portugal no Congresso Feminista realizado em Paris, em 1908.

Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909 – 1919)

Fundada um ano antes da Revolução de 5 de Outubro de 1910, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas funcionou, inicialmente, como uma espécie de secção feminina do Partido Republicano. A sua clara colagem a uma associação partidária mereceu fortes críticas por parte de várias congéneres internacionais, por considerarem que a luta pela emancipação da mulher deveria ser apartidária e independente do tipo de regime que governava o país. Aliás, no artigo 24º dos estatutos, referente ao lugar de cobradora da associação, pode ler-se: “O lugar de cobradora, quando haja necessidade de a substituir, será posto a concurso nos jornais do partido”. Leia-se, Partido Republicano Português. O mesmo sucedia com o lugar de empregada. Através da revista mensal *A Mulher e a Criança*, publicada entre Abril de 1909 e Maio de 1911 e dirigida por Ana de Castro Osório, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho e Maria Veleda, divulgavam-se os projectos e as actividades da associação e apelava-se à união das mulheres. Apesar de ter sido uma das agremiações que mais tempo durou, acabou por não resistir à frequente saída de sócias para outras associações e nos últimos anos de existência praticamente não desenvolveu qualquer actividade. Foi extinta em 1918.

Associação de Propaganda Feminista (1911 – 1918)

Surgiu oito meses após a Revolução do 5 de Outubro de 1910, na sequência de divergências entre as dirigentes da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e de alguma desilusão com o regime. Fundada em Maio de 1911, por Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Rita Dantas Machado, Maria Laura Monteiro Torres e Maria Irene Zuzarte (que um mês antes se tinham demitido dos cargos que desempenhavam na LRMP), apresentava-se como uma associação feminista e sufragista, cujo principal objectivo era conseguir que fosse aprovado o voto feminino (razão pela qual muitas vezes era designada na imprensa por Liga Sufragista das Mulheres Portuguesas). Aliás, o facto mais marcante da história da associação foi o voto de Carolina Beatriz Ângelo, nas eleições de Maio de 1911. As dirigentes e os estatutos foram aprovados no dia 12 de Maio desse mesmo ano, numa reunião promovida no consultório médico de Carolina Beatriz Ângelo. Nesse mesmo ano, algumas das suas representantes participam no sexto congresso da Internacional Women Suffrage Alliance, a convite desta. Embora a direcção tentasse desmistificar a ideia de dependência em relação ao poder político, a verdade é que a agremiação recorria a nomes sonantes do republicanismo para propagandear os seus eventos. Em Junho de 1912, é publicado o primeiro número de *A Mulher Portuguesa*, órgão oficial da associação, cujo fim era “defender, pela palavra escrita, os ideais de progresso social, económico e político das mulheres”¹. A revista seria extinta no ano seguinte, tendo sido publicados cinco números. Em 1915, começa a ser editado o jornal *A Semeadora*, que duraria até ao fim da associação, embora nunca tenha sido publicado semanalmente, como estava previsto nos Estatutos. O número máximo de sócias nunca ultrapassou os 100, talvez devido os requisitos exigidos. De acordo com os Estatutos, só poderiam apresentar uma proposta de candidatura “as mulheres nacionais e estrangeiras, que saibam ler e escrever” (art. 3º).

União das Mulheres Socialistas (1912 - ?)

¹ *A Mulher Portuguesa*, nº 1, Junho de 1912, p. 1

Dos seus corpos dirigentes faziam parte nomes como o de Alexandrina Homem, Amália Pereira, Eugénia Maia, Margarida Marques, Mariana Fernandes Alves e Matilde Simas. Tinha como propósito a libertação civil, política e económica das mulheres².

Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914 – 1947)

Foi, sem dúvida, a mais duradoura e importante associação feminina em Portugal, mantendo-se em actividade até quase ao final da década de 40, altura em que lhe foi dada ordem de encerramento pelo Governo Civil de Lisboa. Surgiu em 1914, pelas mãos de Adelaide Cabete e de Ana de Castro Osório para “defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente a proletária, remuneração equitativa do trabalho, protecção à criança contra os maus tratos e exigência do trabalho superior às suas forças; higiene das grávidas e puérperas; repressão do tráfico das brancas; protesto contra a prostituição de menores e investigação dos meios de a evitar”³. Toda a sua actividade era publicitada no Boletim Oficial, fundado em 1914, ao qual, a partir de 1917, é apostado o título *Alma Feminina*. Ao CNMP pertenciam diversas agremiações femininas portuguesas, como a Associação das Alunas do Instituto Educação e Trabalho ou a Liga Portuguesa da Moralidade Pública. Filiou-se no Conselho Internacional das Mulheres e na Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres, sendo a única associação feminista portuguesa federada em agremiações internacionais. Manteve-se sempre distanciada de quaisquer partidos políticos. A sede funcionava no consultório de Adelaide Cabete, no número 13 – 2º andar da Praça dos Restauradores, em Lisboa.

Comissão Feminina “Pela Pátria” (1914)

Surgiu logo após o início da I Guerra Mundial, como uma primeira tentativa de mobilizar as portuguesas para as causas do conflito. Tinham como principal missão recolher donativos, agasalhos e matérias-primas para os soldados mobilizados. Ana de

² João Esteves, *Silêncios e Femininos*, www.aph.pt/uf/uf_0304.html

³ «Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» in *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, Novembro de 1914, folha suplementar

Castro Osório, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho, Ana Augusta de Castilho e Antónia Bermudez eram as principais dinamizadoras.

Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915 – 1916)

Foi a primeira associação feminista portuguesa a assumir claramente uma colagem a um partido político, apoiando a actuação do governo de Afonso Costa. A palavra “democrática”, incluída no nome, traduz essa tentativa de colagem ao Partido Democrático, liderado por este estadista. Fundada por Maria Veleda, no último trimestre de 1915, propunha-se desenvolver todas as acções necessárias a alterar o estatuto de inferioridade atribuído à mulher, mas dada sua existência bastante efémera (funcionou apenas durante meio ano), não promoveu praticamente nenhuma iniciativa com visibilidade pública. Os estatutos e as dirigentes foram aprovados na Assembleia Geral de 12 de Dezembro de 1915. A sede provisória funcionou no número 34, 2ª da Rua São João da Mata, em Lisboa, mas a maioria das reuniões realizou-se no Centro Republicano Democrático, instalado na Rua Ivens. A associação foi extinta seis meses mais tarde, devido à necessidade de unir os portugueses em torno das questões da guerra. Na reunião que ditou a sua extinção, realizada no dia 22 de Junho de 1916, as sócias presentes concordaram que dada a conjuntura do momento, em que os interesses da pátria se deveriam sobrepor às divisões dos republicanos, as mulheres tinham por obrigação “ser o braço de união” que aproximava todas as verdadeiras patriotas, “abstendo-se por completo de fazer política partidária, e dedicando-se inteiramente à defesa da Pátria e da República”⁴.

Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916)

Fundada em 1916 por Elzira Dantas Machado, mulher do então Presidente da República, para apoiar a participação de Portugal na I Guerra Mundial, tinha como principal meta prestar “assistência material e moral aos que dela necessitem por motivo

⁴ João Esteves, A Fidelidade das Mulheres Republicanas a Afonso Costa: AFPD (1915-1916) in *Leituras*, Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, nº 3, Outubro de 1998, pp. 123/124

do estado de guerra com a Alemanha” (art. 1º dos Estatutos)⁵. Para melhor desenvolver os seus propósitos, foram criadas nove comissões, cada uma com uma missão específica e autónomas entre si. No entanto, a falta de fundos e de donativos dificultou a sua acção e obrigou a cancelar alguns projectos.

Comissão Feminina Republicana (1919)

Promoveu subscrições a favor dos soldados e marinheiros defensores da República. Antónia Bermudes, Júlia Santos, Maria da Conceição P. de Eça e Maria Isabel Correia Manso eram algumas das suas principais dirigentes. Teve uma existência bastante efémera⁶.



⁵ Cf. *Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

⁶ João Esteves, *Silêncios e Femininos*, www.aph.pt/uf/uf_0304.html

Reprodução e Encadernação



Colibri - Soc. de Artes Gráficas, Lda.
Faculdade de Letras de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa
Tel./Fax: 21 796 40 38
colibri@edi-colibri.pt